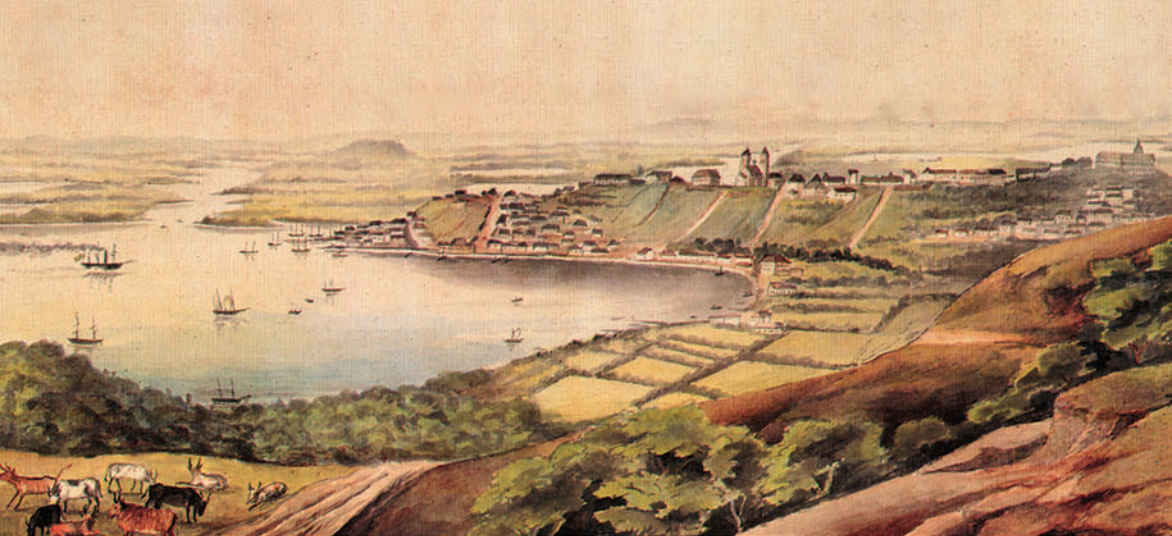




Revista do
INSTITUTO
HISTÓRICO *e*
GEOGRÁFICO

NÚMERO 149

DO RIO GRANDE DO SUL

ISSN 1678-3484

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO SUL

149

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 95, n.149, 2015.**

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 149 (2015)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

218 p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/10/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Priscila Pereira Pinto.

Ilustração: Aquarela de Hermann Rudolph Wendroth –
Porto Alegre pelo sul (junho de 1852).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@terra.com.br / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2014-2016

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

1º Vice-Presidente: Günter Weimer

2º Vice-Presidente: Fausto José Leitão Domingues

Tesoureiro-Geral: Sérgio Alves Teixeira

Tesoureiro: Heinrich Hasenack

Secretário-Geral: Euclides Pinto Torres

Secretário: Blau Fabrício de Souza

Coordenador do Patrimônio Cultural: Vera Lucia Maciel Barroso

Coordenador de Comunicação: Fábio Kuhn

Conselho Fiscal

Cesar Pires Machado, José Carlos Teixeira Giorgis, Moacyr Flores

Membros Efetivos

Antonio Carlos Hohlfeldt, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Cesar Pires Machado, Coralio Bragança Pardo Cabeda, Earle Diniz Macarthy Moreira, Euripedes Falcão Vieira, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Fernando O'Donnell, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, José Carlos Teixeira Giorgis, Luis Alberto Cibils, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Raphael Copstein, René Ernaini Gertz, Sérgio Alves Teixeira, Vera Lucia Maciel Barroso

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, Cláudio Moreira Bento, Davis Ribeiro de Sena, Diego Pufal, Eduardo Alvares de Souza Soares, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Hélio Leôncio Martins, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Mário Gardelin, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Walter Fernando Piazza, Walter Rela

Membros Honorários

Altino Berthier Brasil, Francisco Pereira Rodrigues,

Membro Licenciado

Cláudio Francisco Accurso

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (FURG)

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS) , Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFRGS), Priscila Pereira Pinto (FEEVALE),
Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS) , Wagner Silveira Feloniuk (UFRGS)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Adriano Malikoski (UCS), Anderson Romário Pereira Corrêa (PUCRS),
André Nassim de Saboya (UFRJ), Antonio de Ruggiero (PUCRS),
Bruna Lima (UFSM), César Augusto Guazzelli (UFRGS),
Claudio Kuczkowski (IFRS), Deborah da Silva Machado (IMED),
Demétrio Alves Paz (UFFS), Emanuel Sebag de Magalhães (UFC),
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP), Maria Pia dos Santos Lima Guerra (UnB),
Monica Rossato (UFSM), Norton Figueiredo Correa (UFMA),
René Ernaini Gertz (PUCRS), Vânia Maria Oliveira de Freitas (UNICRUZ)

APRESENTAÇÃO

A estampa de mais uma edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul é sempre uma festa. E não apenas para os membros do Instituto, quanto para os interessados, em geral, sobre nossa história. Não é preciso relembrar a tradição e a importância desta publicação, ao longo de décadas, muitas vezes enfrentando dificuldades quase intransponíveis; na maioria dos casos alcançando apoios estratégicos sem os quais a publicação não teria se concretizado.

A atual gestão teve uma iniciativa absolutamente fundamental. Com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, decidiu-se por criar a edição eletrônica da revista, o que não apenas passou a facilitar a reunião e divulgação de documentos, sem a preocupação com a quantidade de páginas a serem ocupadas, quanto garantiu uma verdadeira universalização da publicação, porque agora ela pode ser consultada a partir de não importa que lugar em que o interessado se encontre e, mais, de maneira gratuita, porque o chamado SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - é um software desenvolvido pela Universidade da Colúmbia Britânica que, no Brasil, foi customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (o IBICT), servindo à construção e gestão de publicações periódicas eletrônicas. O SEER hoje está absolutamente universalizado. E, com isso, o Instituto também alcança se universalizar. O resultado é que se criou um conselho editorial da revista e o interesse pela divulgação de pesquisas cresceu e se tornou mais variada.

Nesta edição, por exemplo, encontramos material sobre a formação da classe operária em Alegrete, tanto quanto reflexões sobre a revitalização da cultura popular na região litorânea do estado, lado a lado com uma discussão a respeito da história do federalismo fiscal nas constituições republicanas brasileiras – tema mais do que atual, diante da crise que enfrentamos, tanto em Brasília quanto no estado – além de retomada de avaliações em torno da Revolução de 1932, a migração espanhola para o estado e um oportuno estudo sobre os custos de uma guerra.

A revista, no entanto, vai além, porque propõe revisões a respeito de temas vinculados à própria instituição, como o uso político do papel das Comissões Executivas do Biênio da Colonização e Imigração do Rio Grande do Sul, de memória ainda recente, ou a polêmica discussão em torno do conceito de história que atravessou as atividades do Instituto, envolvendo algumas das figuras intelectuais mais proeminentes do estado. Enfim, esta edição ainda apresenta a análise da imagem e da autoimagem sobre o Brasil, no século XIX, a partir das “memórias” do Barão do Jacuí, Francisco Pedro de Abreu.

Em síntese, o visitante encontrará aqui leitura para todos os gostos, temas para todos os interesses e, sobretudo, a possibilidade de atualização em torno de alguns assuntos que, embora aparentemente vinculados ao passado, na verdade continuam absolutamente presentes em nosso horizonte imediato.

Avante, pois!

Antonio Carlos Hohlfeldt

PREFÁCIO

O presente volume, o primeiro a ser editorado e publicado inteiramente *online*, representa um novo ciclo para esta tradicional Revista.

Para alcançarmos o resultado que agora ofertamos ao público leitor, o primeiro e decisivo passo foi a decisão dos membros do Instituto, a partir de uma mobilização da atual gestão, de passar a realizar a presente Revista em base virtual porque, mais do que seguir uma tendência dos tempos ou acompanhar a tecnologia, isso passa, como afirma Antonio Carlos Hohlfeldt em sua irreparável apresentação, “a facilitar a reunião e divulgação de documentos, sem a preocupação com a quantidade de páginas a serem ocupadas”, além de garantir “uma verdadeira universalização da publicação”, porque ela passa a poder “ser consultada a partir de não importa que lugar em que o interessado se encontre”. Assim, com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a qual este Instituto mantém antiga relação de colaboração científica, conquistou-se um espaço no SEER, algo fundamental para as pretensões do Instituto.

Mais do que isso, neste novo ciclo decidiu-se que a Revista guiar-se-ia estritamente pelos critérios do Qualis-Periódicos, da CAPES, visando atingir os estratos mais altos de classificação, para estimular que os grandes pesquisadores continuem a publicar na Revista. Assim, somando-se à estrutura própria da Revista que o Instituto já possuía, foi constituído um Conselho Editorial, contando com ilustres nomes nacionais e internacionais, que muito nos honram. Passou-se, então, à publicação de um primeiro edital para o recebimento de artigos. E muito nos alegrou perceber o interesse dos pesquisadores brasileiros em publicar nesta Revista, pois recebemos artigos de todo país. E, claro, observando-se os critérios do Qualis-Periódicos, foi estabelecido como requisito básico para a aceitação dos artigos e a possibilidade de sua publicação a aplicação da denominada “dupla revisão cega”, executada por pesquisadores das mais variadas regiões do país. O método é aplicado a todas as submissões, com a exceção dos autores convidados, em um percentual de acordo com os critérios do Qualis. O belo resultado disso é esta produção que agora disponibilizamos a todos, de forma *online* e com acesso aberto.

Concomitantemente, o Instituto vem realizando o projeto de digitalização dos volumes anteriores da Revista e disponibilizando-os no SEER, preocupado com a preservação de seu patrimônio cultural. Muitos volumes já foram digitalizados e muitos outros ainda serão, em um processo contínuo que só será concluído quando todos os volumes da Revista estiverem disponibilizados na íntegra de forma *online*.

Enfim, gostaríamos de agradecer o apoio integral de todos os nossos membros e colaboradores. Também gostaríamos de agradecer à UFRGS

pelo espaço disponibilizado no SEER e pelo apoio técnico que recebemos, bem como a todos os avaliadores e aos autores que submeteram sua produção científica à Revista. Desejamos a todos uma excelente leitura.

Porto Alegre, 21 de dezembro de 2015.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

Comissão da Revista

Me. Gustavo Castagna Machado

Bel^a. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Me. Wagner Silveira Feloniuk

Comissão Executiva

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 13 **A Formação da Classe Operária em Alegrete: a participação de imigrantes (República Velha)**
The Formation of the Working Class in Alegrete: The Immigrant's Participation (Old Republic)
Anderson Romário Pereira Corrêa*
- 37 **Revitalização de Manifestações da Cultura Popular na Região Litorânea do Rio Grande do Sul: o caso da Comunidade do Estreito, São José do Norte - RS**
Revitalization of Popular Culture Expressions in the Coastal Region of Rio Grande do Sul: The Case of the Community of Estreito, São José do Norte, Rio Grande do Sul
Daniel Godoy
Fernando Almeida Costamilan
- 63 **História do Federalismo Fiscal nas Constituições Republicanas Brasileiras**
History of Fiscal Federalism in the Brazilian Republican Constitutions
Dionizio Moreira Parcelli
- 89 **A Casa do Bandeirante: uma revisão de suas origens**
The House of the Bandeirante: A Review of its Origins
Günter Weimer*
- 105 **Imagem e Autoimagem no Brasil do Século XIX: uma análise das “Memórias” de Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí**
Image and Self-image in Nineteenth-century Brazil: An Analysis of the “Memoirs” of Francisco Pedro de Abreu, the Baron of Jacuí
José Iran Ribeiro
- 129 **“Estou Forte e Manterei a Ordem. Reagiremos!” Um estudo a respeito da política rio-grandense por meio da “Revolução” de 1932**
“I am Strong and I Will Keep the Order. We will react!” A Study on the Rio Grande do Sul's Politics Through the “Revolution” of 1932
Rafael Saraiva Lapuente

- 149 A Participação dos Espanhóis no Contexto Imigratório do Estado do Rio Grande do Sul**

The Involvement of Spaniards in the Immigratory Context of the State of Rio Grande do Sul

Roberto Rodolfo Georg Uebel

Rita Inês Paetzhold Pauli

- 171 Os Usos Políticos do Passado: o papel das Comissões Executivas na organização das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração do Rio Grande do Sul**

The Political Uses of the Past: The Role of the Executive Committees on the Organization of the Celebrations of the Biennium of Colonization and Immigration in Rio Grande do Sul

Tatiane de Lima

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

- 185 Dois Modelos de História em Disputa no IHGRGS nos Anos 1950: o caso Sepé Tiaraju**

Jefferson Teles Martins

DOCUMENTAÇÃO

- 209 Quanto Custa uma Guerra? Documentação do General Luiz Alves Pereira**

ARTIGOS

A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA EM ALEGRETE: A PARTICIPAÇÃO DE IMIGRANTES (REPÚBLICA VELHA)

THE FORMATION OF THE WORKING CLASS IN ALEGRETE: THE IMMIGRANTS' PARTICIPATION (OLD REPUBLIC)

Anderson Romário Pereira Corrêa¹

RESUMO

Pretende-se explicar a formação da classe operária em Alegrete. As organizações e lutas operárias na Campanha sul-riograndense, no período da República Velha (1889-1930), ainda não foram suficientemente exploradas pelas pesquisas acadêmicas. Qual a importância dos imigrantes na formação do movimento operário alegretense? Identificou-se a construção de uma “comunidade internacionalista operária” (BILHÃO, 2000) na cidade com as seguintes características: vínculo programático e orgânico com organizações internacionalistas; circulação de órgãos da imprensa operária internacional, presença e participação nos congressos operários, o 1º de Maio e a presença na cidade de militantes internacionalistas. Utilizou-se do método quantitativo com fontes ora seriadas ora organizadas de forma que pudessem produzir informações numéricas (quantificáveis). As principais fontes utilizadas foram Registros de Impostos sobre Indústria e Profissões, Imprensa e Cartoriais. Recorreu-se frequentemente à técnica de análise de conteúdo. Foi possível perceber a presença significativa de imigrantes ou descendentes na base e na direção das entidades operárias da cidade no período. Os imigrantes e seus descendentes possuíam uma maior probabilidade de ocupar funções de direção do movimento operário do que os nacionais. Os descendentes de imigrantes realizavam a “tradução” da cultura internacionalista operária.

Palavras-chave: Movimento operário. Imigrantes. Alegrete.

ABSTRACT

It is intended to explain the formation of the working class in Alegrete. Workers' organizations and struggles in the southern region of the state of Rio Grande do Sul during the period of the Brazilian Old Republic (1889-1930) have still not been sufficiently explored by academic research. What is the relevance of immigrants in the formation of Alegretense workers' movement? It was identified the construction of an “internationalist working

1 Mestre em História Ibero-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS/POA (2010), Especialista em Gestão Escolar (URCAMP-2002), Graduado em História (URCAMP-1999). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete (IHGA), Membro Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), Membro Correspondente do CIPEL (Círculo de Pesquisas Literárias), Vice-cordenador da VI Região Museológica do SEM (Sistema Estadual de Museus). Integrante do Colegiado Estadual dos Museus – RS, Diretor do Museu Oswaldo Aranha (Alegrete – RS). E-mail: arpcorreia@bol.com.br

community” (BILHÃO, 2000) in the city with the following characteristics: programmatic and organizational link with internationalist organizations; circulation of newspapers and press propaganda of the international workers’ press, presence and participation in workers’ conferences, the 1st of May (May Day) and the presence in the city of internationalist militants. It was used the quantitative method with either serial or organized sources so that they could produce numerical information (quantifiable). The main sources used were Tax Records on Industry and Jobs, Press and Civil Registry. It was often resorted to the analysis content technique. It was revealed the significant presence of immigrants or descendants at the base and in the direction of the working bodies of the city in the period. Immigrants and their descendants had more chances to take charge of directive functions of the workers’ movement than nationals. The descendants of immigrants performed the “translation” of the workers’ internationalist culture.

Keywords: *Workers’ movement. Immigrants. Alegrete.*

Introdução

“O início, a arregimentação e a instalação da Sociedade Operária Mútua-Proteção constitui o prólogo da luta de classes iniciada em Alegrete, em 30 de maio em 1897 – por um grupo de jovens operários, todos inspirados socialistas.” EDUARDO MALLMANN. (SOCIAL, 1899, p. 01).

Este artigo pretende informar de forma resumida e atualizada a dissertação de mestrado “O Movimento operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897-1929)”, defendida na PUCRS em 2010, sob a orientação da professora Dr^a. Núncia Santoro de Constantino (In memoriam). Ao analisar a historiografia que aborda o movimento operário no Rio Grande do Sul, observam-se vários indícios da presença de organizações operárias no interior do Estado no final do Século XIX e início do Século XX. É registrada a presença de organizações operárias de cidades do interior do Estado em diversos Congressos: Alegrete, Bagé, Uruguaiana. (PETERSEN, 2004. p. 212 e ss.) João Batista Marçal apresenta a relação de vários jornais operários e é significativa a quantidade de jornais do Interior no período em análise até 1930. (Da capital aparecem 74 jornais e do interior aparecem 85). (MARÇAL, 1995) Além de Pelotas e Rio Grande, que eram centros econômicos, aparecem organizações operárias em outras cidades do interior e da região da Campanha sul-rio-grandense. Para Silvia Petersen a existência do movimento operário se relaciona a emergência do ambiente urbano-industrial. Esta pesquisadora diz ser interessante estudar a “formação da classe operária” em cidades como Bagé, Uruguaiana, Cachoeira. (PETERSEN, 2004, p. 212 e ss.)

Pretende-se explicar a “formação da classe operária” em Alegrete

e analisar a influência de imigrantes e seus descendentes nesse processo. Busca-se conhecer a mobilidade e a mobilização dos trabalhadores no movimento operário internacional (em diferentes escalas), conhecer a presença de imigrantes na economia urbana local e, por último, analisar a presença de imigrantes e estrangeiros (seus descendentes) no movimento operário da cidade.²

Qual a importância dos imigrantes na formação do movimento operário alegretense? Para responder a esta “pergunta norteadora”, busca-se um conjunto conceitual para dar conta de explicar a ocorrência do movimento operário em Alegrete e que possibilite também explicar a participação ou não de imigrantes em sua formação. O movimento operário, no final do século XIX e início do século XX, é caracterizado por um conjunto de ações que podem ser individuais, mas são, principalmente, coletivas; que podem ser esporádicas e espontâneas, mas também podem ser coordenadas, planejadas e institucionalizadas, com o objetivo de alcançar conquistas no sentido de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores (maiores salários, menos horas de trabalho, assistência econômica e educacional, moradia, etc.) ou a construção de uma cultura e identidade de classe. Estas atividades e objetivos podem ser instrumentalizados a partir de associações, ligas, sindicatos, partidos, jornais, escolas, conferências, meetings, greves, manifestações. (CORREIA, 2010, p. 19)

Entende-se que o movimento operário, embora não seja o único, é um elemento de suma importância na produção da classe operária. O “movimento” é produtor e produzido pela classe. Nesta perspectiva, a classe operária faz-se em processo. Uma classe consciente de seus interesses não surge pronta, mas se faz ao seu próprio agir. Este trecho famoso de Thompson ilustra esta afirmação, ao dizer que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 1987, p. 10).

A “consciência de classe” está sempre em construção e reconstrução, não está nunca pronta e acabada; a identidade “internacionalista operária” é parte constitutiva desta consciência de classe, faz parte de sua formação.

2 Relacionar a pesquisa sobre o movimento operário com a imigração foi um condicionante Linha de Pesquisa.

Significa dizer que os membros da classe operária se reconhecem como tal em todos os países e formam uma “irmandade”, uma “comunidade internacional”. São trabalhadores que lutam e se solidarizam contra a exploração econômica e a opressão política. – independente dos limites e fronteiras do Estado Nacional. A identidade “internacionalista operária” é parte integrante na formação da classe operária, mas não é a única manifestação identitária no seio dos trabalhadores.³ Signos do “internacionalismo operário” podem ser “manipulados” por diferentes correntes políticas. Bilhão define o “internacionalismo operário” a partir da circulação de pessoas, textos e ideias. No caso da circulação de pessoas, segundo a pesquisadora, “colaboraram para isso tanto a existência de políticas migratórias, quanto a mobilidade geográfica de operários e trabalhadores à procura de empregos, assim como a existência de militantes perseguidos pela polícia.” (BILHÃO, 2005, p. 189) A autora utiliza Benedict Anderson, que afirma a importância da escrita e da imprensa na construção das “comunidades imaginadas”. A imprensa é um importante instrumento na construção da noção de contemporaneidade e simultaneidade. (Ibid., p. 181) A noção de contemporaneidade e de solidariedade dos que se organizam e lutam fortalece a construção identitária em diferentes partes do mundo. Para a autora, o “1º de Maio” é o mais importante símbolo da identidade internacional dos operários.” (Ibid., p. 219) Fundamentada em Eric Hobsbawm, Isabel Bilhão explica a existência de duas formas distintas de difusão do internacionalismo operário: uma entre grupos e indivíduos e outra, na relação entre organizações (programática), ou seja, os trabalhadores passavam a compartilhar lutas em comum. (Ibid., p. 200). Assim sendo, pretende-se identificar a construção de uma “comunidade internacionalista operária” (BILHÃO, 2005) na cidade de Alegrete, com as seguintes características: vínculo programático e orgânico com organizações internacionalistas; circulação de órgãos da imprensa operária internacional, presença e participação nos congressos operários, o 1º de Maio e a presença na cidade de militantes internacionalistas.

Sobre o método de pesquisa utilizou-se a “triangulação” que é a utilização de diversos métodos para o estudo de um determinado fenômeno. (GOLDEMBERG: 2003, p. 63) os quais são quantitativos e qualitativos, recorrendo-se mais à análise de conteúdo e à comparação empírica (acontecimentos). O método quantitativo pressupõe uma população de dados

3 Isabel Bilhão, amparada em Bourdieu, trabalha com a ideia de que a identidade se constitui a partir de três características: reconhecimento, distinção e memória. Nesse artigo enfatizamos o terceiro aspecto, ou seja, o da identidade/memória coletiva: o internacionalismo (circulação de símbolos, ideias, textos, pessoas, rituais). (BILHÃO, 2008, p. 20 e ss)

de estudo comparáveis, sequenciais e seriais. Estas informações podem ser generalizadas. O método qualitativo é apropriado para conhecer como cada indivíduo ou grupo experimenta determinadas situações sociais. O método qualitativo proporciona o estudo de aspectos difíceis de quantificar: motivações, crenças, sentimentos. (Idem). Procura-se partir do global para o local, de maneira que seja possível estabelecer tópicos de comparação entre as escalas. A comparação deve ser feita em sociedades próximas no tempo e no espaço e que possam exercer influência recíproca. (BARROS, 2007, p. 12) Procura-se compreender o local pelo global e vice-versa, na busca de generalidades e especificidades. No primeiro capítulo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a presença de imigrantes na formação do “mercado de trabalho” e no movimento operário em diferentes escalas. O Segundo capítulo teve por objetivo conhecer o mercado de trabalho local e a presença de imigrantes. O terceiro capítulo, que opera na busca da resposta para o problema proposto “Qual a importância e o papel dos imigrantes na formação da classe operária em Alegrete” – primeiramente identificou-se as ações coletivas que caracterizam o “internacionalismo proletário”. Logo em seguida procurou-se reconstituir os nomes dos membros das diretorias das organizações operárias e se possível sobre a base. A partir dessa “amostra”, observaram-se os sobrenomes característicos, fez-se uma busca em registros cartoriais (Cartório de Registro Civil de nascimentos, casamentos e óbitos) para averiguar a naturalidade dos “personagens” e o grau de parentesco entre eles.

1 Mobilidade e mobilização dos trabalhadores

Acredita-se que o movimento operário é condicionado pela mobilidade “horizontal” de trabalhadores (seu deslocamento migratório) e por sua mobilização internacional (articulação e ação política institucional e orgânica, assim como pela circulação de militantes de organizações ou independentes) fruto do imperialismo e das contradições da sociedade capitalista que se acirravam a partir do Século XIX. Aqui é importante destacar a definição de imigrante e de estrangeiro. Estrangeiro é uma condição jurídica e imigrante é uma condição social. O estrangeiro é sempre considerado um intruso, portador de ameaça. O imigrante se adapta, se estabiliza, constrói laços com a comunidade receptora, o imigrante permanece por mais tempo em determinado lugar, cria raízes, pretende criar filhos e netos no lugar que escolheu para morar. (SAYAD, 1998:243) (OLIVEIRA, 2008, p. 66). Sobre a questão dos movimentos migratórios que ocorreram no Século XIX, Eric Hobsbawm escreveu um excelente texto demonstrando o desenvolvimento tecnológico que possibilitou a interligação dos diferentes

e mais distantes pontos do planeta. Pela riqueza de informação e a capacidade de síntese do autor, reproduz-se o seu texto a seguir:

Por volta de 1872, os meios de comunicação tinham chegado ao triunfo previsto por Julio Verne: a possibilidade de fazer a volta ao mundo em 80 dias, evitando os inúmeros contratempos que perturbaram o indomável Phileas Fogg. Os leitores podem recordar a rota do imperturbável viajante. Ele foi de trem e barco a vapor, através da Europa, de Londres a Brindisi, e em seguida de barco, através do recém-aberto Canal de Suez (uma estimativa de sete dias). A viagem de barco de Suez a Bombaim iria tomar-lhe 30 dias. A viagem de trem de Bombaim a Calcutá deveria, se não fosse a falha em completar um trecho do caminho, tomar-lhe três dias. Dali em diante, pelo mar para Hong-Kong, Yokohama e através do Pacífico até São Francisco era um longo caminho de 41 dias. Então, com a estrada de ferro transamericana, que acabava de ser completada em 1869, somente os perigos ainda não completamente dominados, representados pelas hordas de bisões e índios, estavam entre o viajante e uma viagem normal de sete dias para Nova York. O resto da viagem – o Atlântico para atingir Liverpool e o trem para Londres – não teria causado problemas se não fosse a necessidade do suspense ficcional. Aliás, um agente de viagens americano ofereceu uma volta ao mundo similar não muito depois. (HOBBSAWM, 1977, p. 71)

Hobsbawm comenta que se estabelece uma intrincada rede da economia internacional, e que esta rede trazia áreas geograficamente mais remotas para ter relações diretas com o resto do mundo. Outro aspecto importante nesse processo é que, durante a segunda metade do século XIX, acontece a “maior migração dos povos na História”. Aconteciam movimentos e mobilidades de homens e mulheres dentro dos países, e de país para país: êxodo rural em direção a cidades, movimentos migratórios entre regiões e de cidade para cidade, o cruzamento do oceano, a penetração por áreas de fronteira (...). (Ibid., p. 207)

Para explicar a “Formação da classe operaria inglesa”, E. P. Thompson destaca, em sua obra, a imigração irlandesa com um subcapítulo. Segundo ele, em 1841, cerca de 400.000 habitantes da Grã-Bretanha haviam nascido na Irlanda. Em Liverpool e Manchester, um quinto da população

era irlandesa (20%). Não é possível explicar a emigração irlandesa somente por causa da crise econômica, mas se deve considerar, também, as emigrações motivadas por perseguições políticas e ideológicas. (THOMPSON, 1987, p. 324 e ss.). De acordo com Thompson, os imigrantes irlandeses eram os menos qualificados tecnicamente para o trabalho, porém eram os mais rebeldes, amotinados e sublevados, dispostos ao confronto com as autoridades inglesas. (Ibid., p. 333) Nas palavras de Thompson: “Os irlandeses eram predispostos a aderirem às associações operárias.” (Ibid., p. 341)

Eric Hobsbawm diz que assim como é um equívoco dizer que os trabalhadores não têm um país também é um equívoco dizer que eles possuem apenas um. Ele apresenta um exemplo, no caso, se três irmãos irlandeses fossem pra países diferentes, não deixariam de ser irlandeses, mas fariam parte de três classes operárias diferentes. Segundo Hobsbawm a classe operária possui particularidades derivadas de suas experiências. (HOBBSBAWM, 2000, p. 79). Em outro texto Eric Hobsbawm afirma que a história do trabalho no século XIX é de movimento e migração. (HOBBSBAWM, 1981, p. 43). Sobre a importância da participação de imigrantes e estrangeiros na formação da classe operária, Eric Hobsbawm escreve:

Em geral, a classe operária contém um setor imigrante composto de uma variedade de estrangeiros de origens diferentes, divididos entre si, bem como separados dos nativos. Em casos extremos, a classe operária é predominantemente composta por imigrantes, como nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil, durante o principal período de migração em massa antes de 1914. (HOBBSBAWM, 2000, p. 85)

No Século XIX, até 1880, houve um grande deslocamento de europeus em direção a América. Aproximadamente 11, 8 milhões deixaram o Velho Continente. O Brasil recebeu apenas 460 mil. Entre 1880 e 1915 aproximadamente 31 milhões de imigrantes vieram para a América e desses, 2,9 milhões vieram para o Brasil. (LEWKOWICZS, 2008, p. 56) Na Argentina, entre 1870 e 1914, aproximadamente 50% da população era de imigrantes. No Uruguai, no mesmo período, 40% da população era imigrante. (CORRÊA, 2010, p. 37 e ss.)

O período da República Velha é o momento que registra a entrada do maior número de imigrante no Brasil. Mais de 60% dos imigrantes vão para o Estado de São Paulo. Na cidade de São Paulo, em 1912, aproximadamente 90% dos operários eram imigrantes. No Rio de Janeiro em 1920, a presença imigrante era de 40% e em São Paulo, no mesmo ano, é de 50%.

Em relação à população total do Brasil, em 1920, o número de estrangeiros não ultrapassava os 5%. (LEWKOWICZS, 2008, p. 66)

QUADRO 01

Número de imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1851 e 1930.

Período	Número de imigrantes europeus que entraram no Brasil
1851 - 1860	121.000
1861 - 1870	97.000
1871 - 1880	219.000
1881 - 1890	530.000
1891 - 1900	1.129.000
1901 - 1910	671.000
1911 - 1920	717.000
1921 - 1930	840.000
Total	4.324.000

Fonte: SEGATTO, 1987:12.

Em 28 de setembro de 1864, alguns trabalhadores da maioria dos países da Europa Ocidental uniram-se e formaram a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). A Internacional era composta por várias organizações operárias, em 1833, já havia um princípio de organização entre os trabalhadores, pois neste ano é lançado o “Manifesto das Classes Produtivas da Grã-Bretanha”, endereçado aos “Governos e Povos da Europa e América do Norte e do Sul”. O relacionamento em vista de fundar uma organização por parte dos militantes operários dá-se muito lentamente, entre 1862 e 1864, apenas alguns núcleos de Paris e de Londres se dedicam a isso diretamente. Em 28 de setembro, é escolhido o “Conselho Central”. (GALLO, 2000, p. 8 e ss.) James Guillaume escreve sobre a fundação da AIT: “A Associação Internacional dos Trabalhadores havia sido fundada em Londres a 28 de setembro de 1864; mas sua organização definitiva e a adoção de seus estatutos dataram de seu primeiro congresso realizado em Genebra, de 3 a 8 de setembro de 1866.” (BAKUNIN, 1999, p. 16).

A AIT, além de reunir e congregar os trabalhadores de vários países, a partir de indivíduos e organizações operárias, também possuía o papel de levar a organização dos trabalhadores aos mais distantes países e lugares onde ainda não houvesse organização. A “Internacional” tornava-se um “centro” propagador de organizações operárias, era propulsora do movi-

mento operário internacional. A Internacional é responsável também por um dos maiores símbolos do internacionalismo proletário, o 1º de maio. Michelle Perrot destaca que, no primeiro congresso da Segunda Internacional, realizado em Paris, em julho de 1889, é “inventado” o 1º de maio. A data é escolhida porque, nos Estados Unidos, os trabalhadores já haviam escolhido o dia do trabalhador e este já havia produzido seus “mártires”. O dia dos trabalhadores “americanos” passa a ser, por meio da AIT, o “Dia Internacional dos Trabalhadores”. (PERROT, 1988, p. 129 e ss.)



Figura 1 - IV Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, Basileia, 1869.

Fonte: NORTE, 1988.p.95.

Na segunda metade do século XIX, as primeiras organizações do movimento operário brasileiro contavam com a presença de imigrantes articulados ao projeto da AIT. O trecho a seguir, apresentado por Francisco Foot Hardman, demonstra bem este aspecto:

No Brasil, as primeiras tentativas de contato foram feitas da Europa, através de militantes portugueses, em particular pelo escritor Anthero de Quental e por J. Fontana, diretores do jornal lisboeta *O Pensamento Social*. A seção portuguesa havia sido criada por militantes espanhóis refugiados: Francisco Mora, entre outros, já havia contribuído para a seção argentina. Em julho de 1871, Mora, em relatório ao Conselho Geral da A.I.T., ao falar da nova seção portuguesa, lembrava que ‘seguramente a Internacional se estenderia a outro grande país de língua portuguesa, o Brasil. (HARDMAN, Francisco Foot, 1980, p. 69)

O mesmo autor ainda escreve:

Pode-se afirmar, também com base na documentação disponível, que contatos organizativos entre trabalhadores brasileiros e portugueses eram feitos constantemente, naquele período. No Rio de Janeiro, em particular, em função do peso da migração lusitana, tais tentativas eram bastante antigas. Por exemplo, na renhida luta pelo descanso semanal remunerado, levada a cabo pelos caixeiros do Rio, destacaram-se como líderes os portugueses Antonio Mathias Pinto Junior e Victoriano Jose de Carvalho, com experiência sindical em seu país de origem, que agitaram a categoria através das páginas de *O Caixeiro* (1873). (Ibid, p. 70)

Depois de demonstrar as possíveis ligações entre o nascente movimento operário brasileiro e a I Internacional (AIT), Francisco F. Hardman apresenta elementos que demonstram a ligação entre o movimento operário brasileiro e a II Internacional: “No Brasil, a análise de dois documentos praticamente inéditos, os relatórios elaborados por núcleos socialistas, 1893 e 1896, enviados ao congresso da II Internacional (...)”. (Ibid., p. 75)

No Rio Grande do Sul, em 1872, aproximadamente 16,6% da população era de imigrantes. A partir de 1870 aparecem sociedades italianas em várias cidades da fronteira com o Uruguai e Argentina. Em 1900 aproximadamente 11,75% da população do Rio Grande do Sul era composta de imigrantes. Em 1910 os imigrantes representam 10,52% da população do Estado. Em 1920 o número de imigrantes baixa para 6,91% no RS. (CORRÊA, 2010, p. 49 e ss.) Segundo Loner em São Paulo em 1920 aproximadamente 49,4% da força de trabalho era composta de imigrantes. Em Porto Alegre, no mesmo ano, a presença é de 17,9%. Na cidade de Pelotas, a população imigrante sai dos 18,1% em 1891, vai para 11% em 1911 e cai para 8% em 1920. Na cidade de Rio Grande a população imigrante em 1910 era de 11,9% e em 1920 correspondia a 12,8%. (LONER, 1999, p. 87)

Várias são as referências ao internacionalismo em Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas pelos membros do movimento operário destas localidades, assim como por sua entidade estadual, a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). É possível identificar uma articulação programática internacional em vários momentos no decorrer do período da República Velha. No caso da fundação, em 1892, em Porto Alegre, da *Allgemeiner Arbeiter Verein*, que era um instrumento de divulgação e que servia para programar a política dos militantes comprometidos com o programa do Partido Social-Democrata Alemão em Porto Alegre e São Paulo. Silvia Pe-

tersen destaca que:

[...] foi a organização que primeiro fez as comemorações do 1º de maio em Porto Alegre, em 1896. Em 1897, a comemoração foi feita com a Allgemeiner e a Liga Operária Internacional. Neste 1º de maio, foi lançado o programa do Partido Socialista do Rio Grande do Sul. Entre os signatários, encontram-se integrantes da Allgemeiner. (PETERSEN, 2001, p. 95)

Isabel Bilhão, ao escrever sobre “Identidade e trabalho” dos operários porto-alegrenses, afirma que as polêmicas da Primeira Internacional ainda ecoavam em Porto Alegre em 1898. Essas divergências entre anarquistas e socialistas acabam por influenciar a organização operária internacional e estão presentes no Primeiro Congresso Operário Rio-grandense. (BILHÃO, 2005, p. 178)

Em Porto Alegre, no início do Século XX, depois de consultar vários autores que apresentam listas com os nomes dos dirigentes de várias organizações operárias, chegou-se a conclusão que mais de 60% dos sobrenomes eram de origem estrangeira. (CORRÊA, 2010, p. 73). Para o caso de Pelotas, após analisar o trabalho de Loner que busca evidenciar a presença dos nacionais na formação da classe operária, percebe-se que a presença de imigrantes na direção do movimento operário não é tão significativa quanto em Porto Alegre. Aproximadamente a metade das categorias de trabalhadores de Pelotas não apresentam nomes característicos de imigrantes entre os componentes da direção das entidades. Naquelas que aparecem, variou de 30% a 60%. Em Rio Grande já é mais significativa presença de imigrantes na direção do movimento. (LONER, 1999, p. 87) É importante destacar que a questão da presença de imigrantes e estrangeiros no movimento operário, demonstra também um dos fatores que gerou muita discórdia e conflitos étnicos.⁴

2 A cidade de Alegrete

De acordo com Vera Barroso (1992, p. 36), de 1850 até 1900 e início do século XX, era na metade sul (região da pecuária) que se localizava a maioria das cidades rio-grandenses. Ao iniciar a República, em termos populacionais, Alegrete é a quarta maior cidade da região. No ano de 1920 as cidades de Bagé, Santana do Livramento e Uruguaiana são as maiores da região e Alegrete aparece em sexto lugar. As cidades de Bagé e Livramento mantêm-

4 Ver BILHÃO, 2008, p.102.

se estáveis no período. A cidade que mais cresce é Uruguaiana. São Gabriel e Alegrete baixam na colocação em nível regional. (CORRÊA, 2010, p. 90)



Figura 2 - Mapa do Rio Grande do Sul com o município de Alegrete em destaque.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alegrete>

Em 1890 habitavam a zona urbana da cidade de Alegrete 4.526 pessoas. Esse número correspondia a 27,70% da população. Em 1921 eram 11.257 pessoas na cidade e correspondiam a 36,42% da população. Sobre a naturalidade dos habitantes, em 1890, os 998 imigrantes correspondiam a 6,10% da população. Em 1921, os 2.420 imigrantes correspondiam a 7,8% da população. Em 1920, o Estado possuía uma população de 2.182.713 habitantes; destes, 151.025 era de imigrantes, o que corresponde a 6,91% da população. A média de imigrantes na população de Alegrete era superior à média do Estado. (CENSO – FEE, 1981, p. 125)

Em relação a participação de imigrantes na economia urbana de Alegrete (comércio, indústria, profissões e funcionalismo), em se tratando de proporcionalidade, a presença de imigrantes varia entre os 16% e 40 %. Há um período de ascensão dos registros no início do século XX, até, aproximadamente, 1909, ano em que ocorre a maior presença relativa (40%), estabilizando-se numa média de 35% no período que vai de 1909 a 1919, e decaindo nos anos subsequentes, com o registro de 16%, em 1926. É possível verificar que a primeira década do século XX é a que apresenta maior participação de nomes estrangeiros na economia urbana alegretense. O ano de

1909 é o ano em que aparece o maior número de registros, incidindo, inclusive, sobre a proporcionalidade (40%). A presença de possíveis imigrantes ou descendentes no quadro dos funcionários públicos municipais não era significativa em termos de números totais; porém, em termos percentuais representa um índice superior à presença imigrante em relação à população total do município no período. (CORRÊA, 2010, p. 112)



Figura 3 - Vista aérea da Praça 15 de Novembro em 1933. (atual Praça Getúlio Vargas) Com a Igreja Católica Matriz ao centro da foto.

Fonte: Alegrete em fotos. Alegrete Stop Vídeos e Imagens. 2007

Em 1920, a distribuição da população do Rio Grande do Sul, de acordo com os setores econômicos, era a seguinte: 3,88% na indústria, 4,46% no setor de serviços e 72,70% em diversos. Em Porto Alegre, a população estava dividida assim: 11,64% na indústria, 14,91% em Serviços e 68% em diversos. A cidade de Rio Grande possuía a seguinte realidade: 12,21% na indústria, 13,92% em serviços e 64% em diversos. A ocupação da população de Alegrete estava assim distribuída: 6,09% na indústria, 5,67% em serviços e 71,68% em diversos. Os números⁵ mostram que o município possuía índices superiores à média do Estado em relação à proporção da população ocupada na indústria e no setor de serviços. (CORRÊA, 2010, p. 98)

Para analisar mais cuidadosamente a questão da participação dos imigrantes na economia urbana, fez-se a análise do ano de 1909. Nesse ano, aparecem 102 registros de possíveis descendentes ou imigrantes italianos e alemães. Comparando os registros de impostos sobre indústria e

5 Os números apresentados, por diversas fontes, sobre a economia naquele período são bem variados e contraditórios. Outro perigo na análise dos dados é a questão “conceitual” pois o termo indústria era empregado, muitas vezes, até mesmo para se referir a atividade pecuária. (PESAVENTO, 1991)

profissões de 1909 com uma lista de “naturalização” de 1890 encontrou-se mais 20 nomes, sendo estes de diversas nacionalidades: espanhóis, portugueses, árabes, franceses, uruguaios e argentinos. O número de imigrantes presentes na cidade pode ser bem maior do que demonstram ou que seja possível identificar nos registros. Em 1909 a maioria dos imigrantes com empresas e profissões cadastradas na intendência eram italianos, alemães e espanhóis. Os italianos eram maioria com sapataria, ferrarias, hotéis, desempenhavam ofícios como de pedreiros, mestre-de-obras e funileiros. Os italianos eram exclusivos com alfaiataria, fábrica de massas, com armadoriá fúnebre e como fotógrafos. Os alemães eram maioria com depósito de madeiras, ourivesaria e exclusivos com relojoaria. Os espanhóis exclusivos com tipografia, livreria, empresa de telefonía. (CORRÊA, 2010, p. 114)

QUADRO 02

Número de trabalhadores nos setores da economia (Alegrete, 1920)

Setor	Homens	Mulheres	Total
Indústria	1.087	964	2.031
Transporte	396	03	399
Comércio	714	16	730
Força Pública	274	-	274
Administração	175	30	205
Profissionais Liberais	189	94	283
Diversos	8.787	15.107	23.894
Exploração do Solo	4.843	511	5.359
Exploração Mineral	155	-	155
Total	16.605	16.725	33.330

Fonte: Censos do RS: 1803 - 1950. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. FEE, 1981:133.

3 O movimento operário em Alegrete

O movimento operário alegretense é caracterizado por associações, jornais, conferências, meetings, comemorações, protestos no 1º de maio. Atividade que era também importante no movimento operário era a greve. Em Alegrete, no período em análise, foi encontrado um único registro de greve, em 1914, por parte dos ferroviários e o motivo era a falta de pagamento. (PETERSEN, 1979, p. 293). Para demonstrar as ideias internacionalistas circulando e sendo produzidas a partir de militantes que se identificavam

como operários, destaca-se um texto produzido sobre a data “07 de setembro”, data que se comemora a Independência do Brasil. A seguir, transcrevem-se trechos do texto “07 de setembro” publicado em 1899, em Alegrete, pela imprensa operária:

Se concordamos que os povos em sua vida econômica sejam independentes na ação que desenvolvem, segundo a climatologia do ponto em que habitam, não queremos com isto dizer que sejamos apologistas desse egoísta e especulativo sentimento de Pátria, calculadamente incutido no espírito dos povos, pelos interessados em manter o domínio, com o enfraquecimento que produzem as lutas provocadas entre uns e outros e que vêm retardar a evolução natural da consciência do povo. (SOCIAL, 1899, p. 01)

Mais adiante, referindo-se aos conceitos de pátria e nação, continua o autor: “A verdadeira fraternidade e igualdade, encarada sob o ponto de vista humano, exclui a concepção dessa entidade abstrata e não conhecem esses limites entre povos, limites esses determinados pela exploração.” (Idem)

Cláudio Batalha escreve sobre as “Correntes ideológicas e estratégias sindicais”, dizendo que, de 1889 a 1930, proliferou no Brasil uma série de Partidos Socialistas, muitos com duração efêmera e de abrangência municipal. Professavam um socialismo eclético, marcado por um forte viés cientificista e positivista, característico da II Internacional, com uma proximidade simbólica à matriz de Karl Marx. A maioria destes partidos defendia um programa de reformas. Fora os Congressos Socialistas de 1892 e 1902, jamais alcançaram uma unidade duradoura e uma organização nacional única. (BATALHA, 2000, p. 22) Batalha destaca que, a partir de 1890, já ocorriam manifestações da atividade política dos anarquistas no Brasil. Segundo ele, “o ideário comum dos anarquistas passava, entre outros aspectos, pelo antiestatismo, pelo federalismo, pela recusa da luta político-parlamentar, pelo anticlericalismo e pela rejeição de qualquer forma de opressão sobre o indivíduo. Outras correntes ideológicas de menor expressão foram o positivismo e o cooperativismo.” (Ibid., p. 24)

O professor Olavo Cabral, membro do Partido Socialista e da Mutua Proteção Operária de Alegrete, diz que os socialistas alegretenses organizaram a Mutua Proteção Operária e o jornal Social. As primeiras reuniões de operários, para lutarem por melhores condições de trabalho e de vida, foram organizadas pelos socialistas no final do Século XIX. (CORREIA, 2010,

p. 130). Líderes socialistas do Rio Grande do Sul publicavam no jornal *Social em Alegrete*, entre eles, Francisco Xavier da Costa e Antônio Guedes Coutinho. O jornal *Social* publicou o manifesto do Centro Socialista da Capital Federal e seu programa político. Eduardo Mallmann, nas páginas do jornal *Social*, defende a importância dos operários se organizarem em Partido e de possuírem uma “teoria”.⁶ Segundo Mallmann, se não fossem os socialistas não existiria a Mutual Proteção Operária devido aos ataques dos patrões e do Governo Municipal. (CORRÊA, 2010, p. 130 e ss.). Os militantes alegretenses estão presentes nos congressos operários do Rio Grande do Sul. Eduardo Mallmann foi presidente do Primeiro Congresso Operário ocorrido em Porto Alegre em 1898. É frequente a presença de representantes de Alegrete em congressos operários de hegemonia anarquista, como os Congressos de 1925, a reunião preparatória de 1927 e o congresso de 1928 em Pelotas. Também foi possível encontrar registros da presença de Reduzindo Colmenero e Cecílio dos Santos, militantes anarquistas de cidades da fronteira (Bagé), fazendo comícios em Alegrete no final da década de 1920. (CORRÊA, 2010, p. 136)

No final do século XIX, Eduardo Mallmann escreve no “*Social*”, em Alegrete, sobre o início do movimento operário nesta cidade: “O início, a ar-regimentação e a instalação da Sociedade Operária Mútua-Proteção constitui o prólogo da luta de classes iniciada em Alegrete, em 30 de maio em 1897 – por um grupo de jovens operários, todos inspirados socialistas.” (SOCIAL, 1899, p. 01). Por meio dos vestígios e indícios encontrados em várias fontes, é possível identificar a presença de organizações operárias em Alegrete no período da República Velha. Os documentos apontam para a existência de organizações no período que vai de 1897 a 1929. Em junho de 1897, aparece a “Sociedade Operária Mútua Proteção.” (Estatuto da Mutua Proteção, 1897). Em 1905, aparece como Mútua Proteção. (Goldemberg, 1993, p. 13). Em 1913 registra-se a existência de uma União Operária em Alegrete. (PETERSEN, 2001, p. 308). Em 1915, registra-se o Centro Operário. (GOLDEMBERG, Op. Cit. p. 13). Em 25 de abril de 1925, é fundada a União Operária. Em 1929, é registrado novamente o nome do Centro Operário. (Idem)

Os trabalhadores no comércio são a primeira categoria a se organizar em Alegrete, por meio do Clube Caixeiral e de uma Associação dos Trabalhadores no Comércio. Tudo indica que tenham sido os primeiros a obter conquistas, como em 1906, uma Lei Municipal de Fechamento de Portas aos

6 É importante frisar que Eduardo Mallmann foi vereador no período Imperial, estava na fundação do Partido Republicano em Alegrete, vai para o racha do PRR (PRF), faz parte dos grupos identificados como Demetristas e Cassalista para depois aderir ao Socialismo e ao Partido Socialista. Ver: CORRÊA, 2014, p.24.

Domingos e nos feriados depois do almoço. (CORRÊA, 2010, p. 153)



Figura 4 - Jornal Social “Defensor da Classe Trabalhadora.”

Alegrete 10/09/1899.

Fonte: APERGS

Existem indícios que apontam a circulação da imprensa operária internacional em Alegrete. No mês de abril de 1899, circulava em Alegrete o jornal “La Vanguardia”, órgão do Partido Socialista Operário de Buenos Aires. No mesmo mês, também aparece o “Echo Operário”, órgão do Partido Socialista de Rio Grande. (SOCIAL, 1899, p. 04) Em setembro, circula pela cidade o jornal “A Voz do Proletário” e “O Taquariense”. (SOCIAL, 1899, p. 02) Em 1905, circula em Alegrete o jornal “A Democracia”, cujo redator era o socialista Francisco Xavier da Costa. Em Alegrete, o representante deste jornal era o 1º secretário da associação operária local, Sr. Francisco Zaccaro. (A DEMOCRACIA, 1905, p. 02). Até o momento encontramos dois títulos de jornais operários produzidos em Alegrete no período da República Velha, que são o Social (1897/1899) e o Combate (1927).

Foram encontrados registros de manifestações operárias no 1º de Maio em Alegrete nos anos de 1898, 1899, 1903, 1905, 1925 e 1927. Das características das comemorações do 1º e maio na cidade, com o que se fazia no Brasil (São Paulo) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre), podemos notar tendências gerais em suas programações: músicas (bandas), foguetes, passeatas pelas ruas, piqueniques, conferências e discursos. Nota-se a especificidade do almoço festivo em Alegrete, com “churrasco”, vinho e cerveja, assim como a presença do futebol. Do “ritual”, o elemento mais significativo,

como afirma Hobsbawm, é a passeata. (CORRÊA, 2010, p. 179.)

A identificação dos patronímicos fez parte do método utilizado para localizar “possíveis” imigrantes nas organizações e atividades do movimento operário de Alegrete no período em análise. Em relação aos sobrenomes característicos dos membros da “direção” do movimento operário alegretense, são identificados 15 sobrenomes de origem alemã (21,4%) e 09 sobrenomes de origem italiana (12,8%). No total, 34,2% dos nomes que compõem as diretorias do movimento operário possuem patronímicos característicos de imigrantes.⁷ Se, na economia urbana, a presença de patronímicos imigrantes (alemães e italianos) apresenta números variáveis entre 16 e 40%, existindo uma média de 35% no período, pode-se dizer que a presença de patronímicos de imigrantes na direção do movimento corresponde à participação destes na economia e mercado de trabalho local. Se forem comparados os números da presença de patronímicos de origem imigrante da direção com a “base” do movimento, chega-se à conclusão de que os imigrantes e seus descendentes estavam mais presentes na “direção” (34%) do que na “base” do movimento (16%). Os números apresentados, no caso de Alegrete, em relação à presença de patronímicos imigrantes no movimento operário, são inferiores aos de cidades como São Paulo e Porto Alegre. Porém os números locais são parecidos e aproximados aos casos de Pelotas e de Rio Grande. A seguir as fotos de seis líderes operários alegretenses:

7 Identificaram-se, a partir de pesquisas cartoriais (nascimentos, casamentos e óbitos), que alguns membros da diretoria das organizações operárias eram irmãos, primos, cunhados e “compadres” uns dos outros. Isso demonstra a íntima relação entre os membros da Direção do Movimento Operário. Identificou-se também que numa primeira fase (até 1915), existe a recorrência de sobrenomes de origem saxônica (prussianos, alemães) e após 1915 predominam sobrenomes de origem latina (italiano). Na primeira fase existem vários membros de uma mesma família: Mallmann, Krug e Bisch. (CORRÊA, 2010, p. 211).



Figura 5 - Líderes do movimento operário alegretense.

01: Pedro Souza Bisch⁸; 02: Pedro Ramires; 03: Brasiliano Lara;
04: Adolfo Ferreira Leite; 05: Paschoal Mitidieri e 06: Salvador Bianchi

Fonte: (CORREA, 2010. p. 174s)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o período em análise, é possível identificar indícios de elementos que configuravam a construção de uma comunidade internacionalista operária em Alegrete: o vínculo programático e orgânico com organizações internacionalistas (o Partido Social-Democrata da Alemanha, Itália e Portugal – e a Associação Internacional Trabalhadores); a circulação de órgãos da imprensa operária internacional em Alegrete, a presença e participação nos congressos, as conferências e o 1º de maio (Dia Internacional dos Trabalhadores). Entre 1897 e 1929, a presença de patronímicos imigrantes e estrangeiros nas diretorias do movimento operário alegreten-

8 Pedro de Souza Bisch foi dirigente da Mutua Proteção Operária em 1898, do Centro Operário em 1915. Fez parte do Partido Socialista. Era companheiro de Eduardo Mallmann. Mais tarde, na década de 1920, Pedro Bisch foi vereador. Sapateiro filho de um alemão com uma índia. Pedro Ramires foi presidente da União Operária em 1925. Era tipógrafo, contador e funcionário público. Brasiliano Lara era tipógrafo (casado com uma filha de suíços) e fez parte da diretoria da União Operária ocupando várias funções. Mais tarde, depois de 1930, vai ser presidente da União Operária e membro do Partido Comunista Brasileiro. Adolfo

se girava em torno dos 35%.

A organização do movimento operário internacional se expressa, também, a partir de pequenos grupos e militantes “internacionalistas”, identificados por vezes com correntes político-ideológicas (socialistas e anarquistas). Agiam em redes de relacionamentos e promoviam congressos, conferências, imprensa operária e uma série de “rituais” como o 1º de maio. Essas experiências disseminavam um discurso articulado e modelos organizacionais. Em relação a Alegrete é significativa a presença de artesãos no movimento operário, principalmente, na “diretoria” das associações.⁹ As evidências do movimento operário alegretense surgem em momentos onde há uma instabilidade na grande política local e Estadual. Na formação do movimento operário de Alegrete, encontra-se um número significativo de descendentes de imigrantes. A maioria dos elementos com patronímicos estrangeiros era, na verdade, natural da localidade. O movimento operário de Alegrete forma-se da combinação étnica e cultural de “nativos” e descendentes de imigrantes. Se for ampliado o critério de análise, considerando “mistura étnica” além dos elementos como patronímicos e estrangeiro, somando a estes os casamentos e parentescos com imigrantes, pode-se dizer que as diretorias das associações operárias de Alegrete possuíam quase a metade de membros relacionados a processos migratórios. No final do século XIX, no início do movimento operário alegretense, aparece um grupo que já possuía uma trajetória política em outros partidos. É nítida a presença recorrente de membros de uma mesma família, no caso, três famílias. A direção do movimento operário era composta significativamente por artesãos, aparecem alguns nomes que faziam parte da “elite” da cidade em determinado momento. Pelos números auferidos, é possível afirmar que havia cinco vezes mais chances de uma pessoa com patronímico imigrante ser membro da direção do movimento operário alegretense

Ferreira Leite, natural de Uruguaiana, casou em Alegrete em 1920 com uma moça de Pelotas e seus sogros de Pelotas e de Bagé, era comerciante, foi presidente da União Operária nos anos de 1927 e 1928. É ele o presidente que possivelmente representa a entidade nos encontros anarquistas em Pelotas. É na gestão dele que aparecem na cidade os anarquistas de Bagé, que será editado o jornal Combate, que virá a cidade jornal anarquista de Uruguaiana e que se fará campanha contra o assassinato de Sacco e Vanzetti. Paschoal Mitidieri, italiano, alfaiate, foi vice-presidente no período de 1927 a 1928. Foi varias vezes membro da Diretoria e mais tarde vai estar articulado ao projeto católico dos Círculos Operários, onde inclusive, presidiu um encontro Estadual. Salvador Bianchi, filho de italianos, funileiro, vice-presidente da União Operária, eleito em 1928. Foi várias vezes da Diretoria e ocupou vários cargos. (CORRÊA, 2010. Anexos)

9 Em alguns momentos percebeu-se que alguns membros de diretorias das entidades operárias faziam parte da “elite” urbana da Cidade. Estavam entre as famílias que mais pagavam imposto sobre imóveis. (CORRÊA, 2010, p. 154)

do que uma pessoa com patronímico não estrangeiro. Se for considerado o critério ampliado, somando membros das diretorias que possuem patronímicos estrangeiros com aqueles que são aparentados com imigrantes, as probabilidades para os que possuem patronímicos estrangeiros ou são aparentados com imigrantes aumentam, chegando a ter sete vezes mais chances de fazerem parte das diretorias das associações. Como presidentes das associações, os membros com patronímicos imigrantes correspondem à maioria daqueles que “dirigiram” as entidades do movimento operário. Os operários com patronímicos imigrantes possuíam quase dez vezes mais chances de serem presidentes das associações operárias do que os que possuíam sobrenome nacional. Seja pela presença numérica, seja pelas posições ocupadas e pela atividade política exercida, é possível dizer que os operários filhos de casamentos mistos (mistura étnica) têm papel importante na formação do movimento operário alegretense, identificando-se com a cultura e identidade internacionalista operária. Os descendentes de imigrantes elaboram a tradução da cultura internacionalista operária e criam o movimento operário alegretense.

REFERÊNCIAS

- A DEMOCRACIA. Porto Alegre, 17 de setembro de 1905, Ano I, nº 21.
- ALEGRETE. *Estatuto da Associação Operária Mutua Proteção*. Alegrete, junho de 1897.
- BARROS, José D'Assunção. História comparada – um novo modo de ver e fazer a história. *Revista de História Comparada*. Vol. I, nº 1, jun/2007.
- BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: A fronteira como trajetória*. In: Urbanismo no Rio Grande do Sul. Org. Gunter Weimer. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.
- BAKUNIN, Michael Alexandrovich. *Textos Anarquistas*. Seleção e notas Daniel Guerin. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 – 1920)*. Tese de doutorado defendida perante o Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

- BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: uma história do operariado Porto-Alegrense (1898-1920)*. Londrina: EDUEL, 2008.
- CORRÊA, Anderson Romário Pereira. *Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897-1929)*. Dissertação de Mestrado defendida perante a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- CORRÊA, Anderson Romário Pereira. Demetrismo e Cassalismo na formação da classe operária alegretense. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ano 94, n. 148, 2014.
- GALLO, Sílvio. *Anarquismo: uma introdução filosófica e política*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- GOLDEMBERG, Maurício. *Alegrete de Ontem: Edição Comemorativa da Gazeta de Alegrete 111 Anos, 2ª ed.* Alegrete, 1993.
- GOLDEMBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Record., 2003.
- HARDMAN, Francisco Foot. *A estratégia do desterro (situação operária e contradições da política cultural anarquista/Brasil, 1889 – 1922)*. Tese de Mestrado em Ciência Política, Departamento de Ciências Sociais, IFCH – UNICAMP, São Paulo, Março de 1980.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. *Os Trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LEWKOWICZS, Ida. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937*. Vol.1. Tese defendida perante o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas no rio Grande do Sul: anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1995.
- NORTE, Sérgio Augusto Queiroz. *Bakunin: sangue, suor e barricadas*. Campinas: Papirus, 1988.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cruzando fronteiras: os estudos de imigração*. In: *A História e seus territórios: Conferências do XXIV Simpósio Nacional de*

- História da ANPUH. Organizadores Flávio M. Heinz; Marluza Marques Harres. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra. *Os industriais da república*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *As Greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)*. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgius (org.). RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *“Que a união Operária seja a nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria; Porto Alegre: Editora UFSM; Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz e Benito Bisso Schmidt. *O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas*. In: Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- RIO GRANDE DO SUL. *Censos do Rio Grande do Sul (1830 – 1950): De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1981.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SEGATTO, José Antônio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- SOCIAL. Alegrete, 02 de abril de 1899; Ano II, nº 09.
- SOCIAL. Alegrete, 03 de setembro de 1899, Ano III, nº 17.
- SOCIAL. Alegrete, 7 de setembro. 10 de setembro de 1899.
- THOMPSON, E, p. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Recebido em 14/12/2015

Aprovado em 14/12/2015

REVITALIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES DA CULTURA
POPULAR NA REGIÃO LITORÂNEA DO
RIO GRANDE DO SUL:
O CASO DA COMUNIDADE DO ESTREITO,
SÃO JOSÉ DO NORTE - RS

*REVITALIZATION OF POPULAR CULTURE EXPRESSIONS IN
THE COASTAL REGION OF RIO GRANDE DO SUL:
THE CASE OF THE COMMUNITY OF ESTREITO, SÃO JOSÉ DO NORTE,
RIO GRANDE DO SUL*

Daniel Godoy¹
Fernando Almeida Costamilan²

RESUMO

A presente comunicação científica traz três casos de revitalização de manifestações típicas da Cultura Popular na região litorânea do Rio Grande do Sul sendo elas: a) Bandeiras do Divino Espírito Santo; b) Cantorias de Ternos; c) Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário. As revitalizações foram resultados de pesquisa-ações do Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte (IHGSJN) por meio do Museu da entidade e junto à Comunidade do Estreito, localizada no interior do município de São José do Norte, RS. Neste artigo são expostas as dimensões epistemológicas e de métodos adotados para promover um processo de revitalização de manifestações culturais adormecidas. A partir de reflexões sobre as experiências vividas e do relato dos casos, é realizada uma análise reflexiva das conversas com a Comunidade e da produção de discursos institucionais gerados ao longo do processo de investigação e ação promovido pelo Museu do IHGSJN. Isso possibilitou perceber e apontar processos de produção de conhecimento social que articulam diferentes tipos de memórias.

Palavras-chaves: Cultura Popular. Referências Culturais. Memória Social. Memória Coletiva. Memória Cultural.

ABSTRACT

This scientific communication brings three cases of revitalization of typical manifestations of popular culture in the coastal region of Rio Grande do Sul and includes: a) Bandeiras do Divino Espírito Santo (flags of the Divine Holy Spirit); b) Cantorias de Ternos (group chantings); c) Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário (flags of Our Lady of the Rosary). The revitalizations were outcomes of Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte's (IHGSJN) research-actions through the entity's Museum and within the Community of Estreito,

1 Doutorando junto ao POSGEA-UFRGS. Mestre em Educação. Geógrafo. Pesquisador residente junto ao Museu do IHGSJN.

2 Diretor e pesquisador do Museu do Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte (IHGSJN).

located inside the city of São José do Norte, Brazil. This paper exposed the epistemological dimensions and methods adopted to promote a revitalization process of dormant cultural expressions. From reflections on the experiences and cases report, it is performed a reflective analysis of the conversations with the Community and of the production of institutional discourses generated throughout the research and action process promoted by the IHGSJN's Museum. This made it possible to perceive and to point out social knowledge production processes that articulate different types of memories.

Keywords: Popular Culture. Cultural references. Social memory. Collective memory. Cultural memory.

INTRODUÇÃO

O presente texto relata as práticas de pesquisa e metodologia de pesquisa-ação com memória social, desenvolvidas pelo Museu do Instituto Histórico Geográfico de São José do Norte junto a Comunidade do Estreito. Como resultado foram revitalizadas manifestações típicas da Cultura Popular gaúcha. As práticas culturais revitalizadas se encontravam adormecidas no município de São José do Norte mas, estavam vivas na memória social. Com as revitalizações, as manifestações passaram então a fazer parte de uma memória cultural mais ampla, tornando-se, parte de imaginário social regional em uma escala geográfica maior, devido à visibilidade social dada à Comunicação Cultural via imprensa e mídias feitas a partir do Museu. As manifestações culturais revitalizadas foram: a) as Bandeiras do Divino Espírito Santo³; b) as Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário⁴; c) e as Cantorias de Ternos Juninos⁵.

Em questão de método e metodologia, a linha de pesquisa promovida pelo Museu do IHGSJN tem sido cunhada em uma tradição⁶ *híbrida*⁷ por

3 Manifestação típica da Cultura Popular brasileira relacionada ao ciclo de celebrações do Divino Espírito Santo.

4 As Bandeiras do Rosário é uma manifestação análoga às Bandeiras do Divino, o correr das Bandeiras tem a função de levar a benção e presença do Divino e de Nossa Senhora do Rosário às moradas, servindo também a coleta de doações para a realização da Festa do Divino e da Festa de Nossa Senhora do Rosário, ambas as festas realizadas no dia 13 de maio. Por tradição na localidade do Estreito em São José do Norte, as Bandeiras do Rosário corriam “pra cima”, para as Comunidades do Divisa e Gravatá, típicas Comunidades Quilombolas.

5 As Cantorias de Ternos Juninos são manifestações culturais análogas às Folias de Reis de outras regiões do Brasil. Todavia, são folias voltadas aos Santos Juninos e realizadas no inverno. São manifestações culturais típicas da região litorânea do Rio Grande do Sul.

6 O conceito de tradição é entendido aqui como “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas; de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. (HOBBSAWM, 1997, p. 9).

7 O conceito de hibridismos utilizado é o de Canclini (1997), entendido hibridismo como um

meio de uma abordagem a qual podemos chamar de “diálogos de saberes” (LEFF, 2002), por articular contribuições de pesquisadores não acadêmicos envolvidos há mais de 30 anos com estudos e investigações sobre a Cultura Popular. Somando de forma crítica contribuições do Movimento Folclórico, com as contribuições dos estudos da memória social advindas de campos científicos como os das Ciências Sociais, História, Psicologia Social e Geografia Cultural, adotando a “pesquisa-ação” como método (FRANCO, 2005; BARBIER, 2007; THIOLENT, 2011).

O problema de investigação e os resultados aqui relatados iniciaram-se em 2004, quando os pesquisadores Fernando Costamilan, Luiz Agnelo Chaves e João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes identificaram na Comunidade do Estreito em São José do Norte e na rede de Comunidades Tradicionais e Quilombolas da região litorânea do Rio Grande do Sul, um manancial de memórias coletivas vivas e práticas culturais típicas da Cultura Popular rio-grandense. Foram reconhecidas complexas memórias em adormecimento, compostas por lembranças fragmentadas e às vezes lembranças insólitas. Os pesquisadores identificaram, então, uma necessidade de intervenção de pesquisa-ação, com o objetivo de revitalização das memórias sociais e promover, a partir do protagonismo comunitário e das vivências com as comunidades, processos de revitalização de memórias e práticas culturais ancestrais adormecidas.

1 O Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte - IHGSJN

A criação do Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte (IHSGJN) aconteceu no ano de 2000, num contexto marcado pela emergência de novas políticas culturais e diretrizes para fins de salvaguarda de patrimônios culturais em escala mundial e nacional. Os discursos públicos da entidade em rádio⁸, televisão e jornais, desde sua fundação, apontam para as questões de identidade e a importância da preservação da memória, assim como vem chamando a atenção para as diferenças identitárias

paradigma cultural caracterizado pela mesclas de matizes de significação cultural, sistemas de valores e de representações. Nesse sentido identificamos elementos de um hibridismo entre matizes culturais africanas e matizes culturais ibero-açorianas. Uma das expressões dessas mesclas culturais podem ser percebidas na afro-açorianidade características das Comunidades Tradicionais do litoral do Rio Grande do Sul, características preservadas na paisagem cultural e em modos de vida tradicionais nos municípios de Mostardas, Tavares e São José do Norte.

8 O Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte foi agente promotor do Programa No Compasso da Cultura veiculado em sistema AM entre 2006 e 2011. Bem como o Programa São José do Norte em Destaque veiculado em sistema AM com programas realizados ao vivo no Museu do IHSGJN em 2013 e 2014.

típicas de uma cultura litorânea no Rio Grande do Sul.

O IHGSJN foi inicialmente ancorado por seus sócios fundadores num imaginário do século XIX e na tradição de institutos de pesquisa em História e Geografia, que tem como marco e referência o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB criado em 1838. Serpa (1996, p.64) nos chama a atenção para o fato de que o grupo fundador do IHGB não se constituía “numa elite com forte poder econômico, status e poder”, apesar de que “alguns membros faziam um discurso compatível com os interesses do governo imperial”. De maneira, que se tinha como projeto institucional, a promoção da produção de conhecimento no Brasil e de uma identidade nacional.

2 A Rede de Comunidades Tradicionais e Quilombolas de São José do Norte

Na Figura 1 é possível localizar a rede de Comunidades Tradicionais no município de São José do Norte. A articulação e o fluxo entre as comunidades têm por motivação, além dos laços familiares e territoriais, três temporalidades anuais que marcam a vida nas comunidades: o tempo de celebrações das festas dos padroeiros; os tempos da pesca; e o tempo das fases do cultivo da cebola. Tais temporalidades são momentos da vida cotidiana dessas comunidades em que os movimentos territoriais entre as comunidades mais acontecem. O tempo de celebração, o tempo de pescar e o tempo de cultivar colher e vender da cebola, são marcadores das territorialidades e do tempo social dessa rede de Comunidades Tradicionais.



FIGURA 1 - IV Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, Basileia, 1869.

Figura 1. Localização das Comunidades Tradicionais de São José do Norte
Fonte: SMMA, Plano Municipal de Meio Ambiente de São José do Norte, 2009

A partir desse reconhecimento de temporalidades e territorialidades, com o devido mapeamento de mestres da Cultura Popular e das Comunidades em que a memória se mantém mais viva, como os casos da Comunidade do Estreito, Comunidade do Divisa, Comunidade do Gravatá e Comunidade do Capão do Meio. Deu-se início a uma série de pesquisas-ações, que é uma primeira fase da investigação, foi o realizar sucessivas visitas e promoção de encontros de conversas no salão paroquial da Comunidade Nossa Senhora da Conceição do Estreito.

3 Contribuições de diferentes tradições de conhecimento, pesquisa e ação política

De 2004 a 2010 as ações realizadas seguiram a tradição de pesquisa e ação do Movimento Folclórico Gaúcho, seguindo então as orientações de João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes e de Luiz Agnelo Chaves. A partir de 2011, com a implantação do Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas junto ao Museu do IHGSJN, foram adotados os referenciais teóricos utilizados pelo IPHAN para dar conta das questões culturais, que envolvem a memória e as dimensões materiais e imateriais da cultura. Nesse processo histórico institucional de diálogos entre saberes e tradições de conhecimento e ação social, o conceito de “referência cultural”, se tornou o conceito chave das pesquisas e ponte para a ação política do IHGSJN.

A partir de 2011, no Museu do IHGSJN passou a se considerar, então, os estudos sobre os marcos da política cultural no Brasil, relacionadas às políticas de patrimônio cultural, tomando por fundamento de reflexões, questões de política cultural, como as quais Fonseca (2000) relata que emergiram nos meados da década de 1970, por meio dos critérios adotados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para a construção de uma política cultural nacional. O debate sobre as relações sociais que geram cultura passou a ser objeto de “reavaliações sistemáticas”, suscitando uma discussão que levou à proposta de uma “nova perspectiva para a preservação de bens culturais” e a um conceito de patrimônio cultural que foi introduzido na Constituição Brasileira com o Art. 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

O debate em torno do conceito de referência cultural envolveu discussões advindas de várias áreas dos saberes além da Antropologia, houve contribuições da virada linguística, dos estudos sobre a linguagem e a análise do discurso (NOGUEIRA, 2008). A interpretação de Fonseca (2000 p.11) sobre a construção da política cultural brasileira, nos permite perceber que com a introdução no “vocabulário das políticas culturais”, da noção de “referência cultural”, foram levantadas questões que, até então, “não preocupavam aqueles que formulavam e implementavam as políticas de patrimônio cultural”. Podemos acrescentar que, como nos outros campos das Ciências Humanas e da Filosofia contemporânea, as tensões fundamentais foram os questionamentos das relações de poder e o caráter das legitimidades.

Para Fonseca (2000 p.11) os questionamentos sobre “quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de que acompanhamento e análise” permitiu a Sociedade problematizar a dimensão social e política da cultura e da memória, questionando profundamente a legitimidade de uma atividade profissional emergente do século XX no Brasil. Segundo a autora, as práticas profissionais e do Estado para com a memória, tendem a ser vistas como eminentemente técnica. Este debate promoveu, então, uma desconstrução de representações e de abordagens sobre a memória e a cultura. O patrimônio cultural se tornou um conceito utilizado para se questionar as legitimidades e os valores dados aos grandes monumentos, aos testemunhos da história oficial, sendo estes uma produção cultural, sobretudo das elites, que neles se reconhecem e se identificam.

Diante dessa tensão do debate social emergente, as manifestações culturais de outros grupos sociais que compõem a sociedade brasileira como os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral e as Comunidades Tradicionais e Quilombolas começam a ganhar visibilidade social, reconhecimento a partir das políticas culturais do Estado. Nessa conjuntura, quando falamos em “referências culturais”, pressupomos “sujeitos para os quais essas referências façam sentido” (FONSECA, 2000 p.11)

A expressão referência cultural passa a ser utilizada, com base em

abordagens antropológicas de cultura, todavia categorias geográficas também são articuladas como, por exemplo, os conceitos de lugar, território, marcas territoriais, paisagem cultural, escala, temporalidades e espaço geográfico. É produzindo uma linguagem política para se falar sobre cultura e memória. Ao ponto que quando falamos em referências culturais, direcionamos o perceber para as “representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos fazeres e saberes, às crenças, hábitos, etc.” (FONSECA, 2000 p. 113).

Ao se adotar o conceito de referência cultural na lida da pesquisa-ação do Museu do IHGSJN, foi possível um melhor entender das representações que configuram a identidade da região litorânea do Rio Grande do Sul e a sua paisagem cultural típica, de modo a perceber junto a seus habitantes, as relações entre a paisagem natural, a paisagem produzida pela ação e trabalho humana e a memória coletiva. Essas relações foram observadas como uma construção social direcionada por forças de diferentes pontos de referências que estruturam as memórias individuais e coletivas e que inserem elementos na memória da coletividade⁹.

4 Marcos conceituais e de método das pesquisas do Museu do IHGSJN a partir de 2010

Ao fazer um estudo sobre a genealogia dos estudos folclóricos e da Cultura Popular, De Cáscia Frade (2004 p.40) percebe que a partir de estudiosos da Idade Média no século XVIII e início do XIX, ocorre uma descoberta da “cultura popular”, definida por oposição à “cultura erudita” (EAGLETON, 2005). Para De Cáscia Frade (2004 p.40) o movimento que se segue ao longo do século XX trava um conflito entre “cultura legitimada” e “cultura popular” estabelecido a partir de três critérios: a) status de verdade; b) racionalidade; c) convenção social. O debate social em torno do tema cultura vem problematizando a verdade, a racionalidade e o estabelecimento de convenções sociais, como territórios e campos da “biopolítica” e da “micropolítica” no processo de consolidação do Estado-nação, com fins de normalizar e normatizar os modos de ser, viver, pensar e existir legítimos para as sociedades civis e religiosas (FOUCAULT, 1991; 2014).

A partir deste ponto de referência política e histórica sobre o conceito de cultura e sua relação com o Estado e a Sociedade. O método de investigação pelo Museu do IHGSJN partiu da tese que o “Movimento Fol-

9 Aqui não vamos discorrer sobre as construções dos conceitos operativos para o estudo da cultura e da memória do Brasil, detalhes podem ser encontrados em Dobedei (2013).

clórico” no Brasil teve por uma de suas tradições de pesquisa, a pesquisa-ação ou investigação-ação, desde as primeiras décadas do século XX¹⁰. Bem como utilizou elementos de pesquisa e reflexão empírica, as quais foram adotadas pela fenomenologia junto as Ciências Humanas.

A reflexão epistemológica em prol da adoção da pesquisa-ação teve por base o reconhecimento crítico das pesquisas e estudos do Movimento Folclórico Brasileiro e da Ciência do Folclore, tradição de pesquisa a qual foi referência para a fundação do Museu do IHGSJN e para os interesses de pesquisa promovidos. De maneira, que foi reconhecido estratégias de conhecimento que exigem considerar além da dimensão histórica e política, a existência de uma tradição de pesquisa prática emergente do século XIX e que se mantém em muitas áreas das Ciências Humanas.

Quando tomamos uma conceituação mais contemporânea de pesquisa-ação, apesar de muitos entendimentos sobre esse método de pesquisa, podemos entender que a partir de Tripp (2005 p. 463), existem diferentes formas de pesquisa-ação e estas são caracterizadas pelo pesquisar, feito com espírito prático, que impele uma ação prática a qual é “adaptada às exigências formais de trabalhos acadêmicos”. Nessa linha de pensamento e abordagem, entendemos que o método da pesquisa-ação, não deixa de ser sujeito às críticas das mais diversas naturezas e a limitações.



Figura 2. Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação.

Fonte: Tripp (2005 p. 456)

10 Os campos (os campos) da pesquisa em Folclore no Brasil podem ser analisados em seu processo de constituição e atualidade a partir dos Anais dos Congressos Brasileiros de Folclore, como por exemplo, foi feito por De Castro Calvacanti (1990) que percebe conflitos da Ciência do Folclore com a Sociologia e a Antropologia, apesar de compartilharem metodologias comuns.

A pesquisa-ação é válida como uma variedade de investigação social na qual se empregam técnicas de pesquisa com características bem definidas que permitem enfrentar a crítica dos pares e contribuir para com estes, por meio da informação das ações de planejamento, estratégias de investigação, e a avaliação das práticas de pesquisa. O que possibilita, informar o conhecimento construído e os resultados para a sociedade. Nesse sentido, o discurso produzido se torna uma ponte para além de seu status de verdade, por criar um status de questionamento, dúvidas, incertezas e de problematizações políticas, técnicas e ideológicas sobre o próprio discurso proferido e sobre o objeto de pesquisa.

No esquema feito por Tripp (2005); na Figura 2, podemos perceber uma razão de intervenção como dimensão motriz essencial a uma pesquisa-ação, ou seja, a ação transformadora é um objetivo a ser alcançado, diante de determinadas estratégias de pesquisa. No caso das pesquisas realizadas pelo Museu do IHGSJN, os objetivos das investigações foram a promoção da revitalização de manifestações da Cultura Popular das Comunidades Tradicionais da região litorânea do Rio Grande do Sul, as quais estavam vivas na memória coletiva da Comunidade do Estreito. Para tanto, o Museu incentivou ações de caráter de memória e de articulação comunitária, agindo como mediador entre o objetivo institucional de pesquisa e as necessidades identificadas a partir do diálogo cotidiano com as comunidades.

Na fase de análise final de análise dos processos de pesquisa e na etapa da escrita de comunicações nos deparamos com o uso de diferentes conceitos e categorias relacionadas a memória, uma vez que existe uma grande polissemia para o termo memória. Nesse sentido, identificamos em registros de conversas com a Comunidade do Estreito, o que a partir de Motta (2014) percebemos como diferentes memórias e de campos de amnésia social.

As contribuições de Motta (2014) para o presente relato e análise traz para a reflexão, a questão da existência da memória individual, se remetendo as lembranças que as pessoas recordam no sentido literal e físico. Todavia, a autora chama nossa atenção para perceber que as memórias quando saem da esfera da individualidade, ganham sentido e significado coletivo. Quando as recordações podem ser conectadas enquanto construção de grupos sociais, a (re)memoração gera ação, se torna uma ação e fato social. A partir do momento que duas ou mais pessoas passam a falar e ouvir lembranças em processos dialógicos, estamos diante de memórias que não cabem mais a análise individual. Explica Motta (2014) a partir de Michel Pollack (1992) que entre os elementos constitutivos da memória coletiva estão:

a) os acontecimentos vividos pessoalmente; **b)** os vividos “por tabela”, ou seja, as possibilidades abertas pelo fenômeno de projeção ou de identificação tão forte com um passado, que pessoas que não o viveram se sentem co-participantes e sujeitos deste mesmo passado; **c)** o fato de que a memória é constituída por personagens; **d)** os lugares da memória, onde são realizados os atos de rememoração/comemoração (POLLACK, 1992, p. 201) (MOTTA, 2014 p.1985).

Portanto, o conceito de “memória coletiva” de Halbwachs e Sidou (2006), utilizado para explicar as construções de memórias e identidades em grupos a partir de suas relações internas e das relações com as representações e imaginários circulantes em escala nacional. É aqui recontextualizado em sua escala espacial e delimitação de uso específico, para se referir não mais à relação grupo e identidade nacional, mas às relações internas de comunicação utilizadas por uma Comunidade, onde os fluxos de memória são continuamente construídos diante dos acontecimentos vividos. Tais memórias de um vivido passado são ancoradas em representações construídas nas relações sociais locais e comunitárias, as quais se tornam os substratos das identidades e diferenças locais, forjadoras de referências culturais no tempo e no lugar.

Logo, o viver e o lembrar coletivamente do vivido passado, se tornam os elementos chaves para a delimitação do conceito de memória coletiva, aqui construído a partir das vivências e observações com a Comunidade do Estreito, utilizado para fins de um melhor entendimento dos processos de revitalização de manifestações culturais da Cultura Popular adormecidas investigadas. O conceito de memória coletiva adotado é ancorado para fins de análise das vivências e atividades de revitalizações das manifestações culturais aqui abordadas, no conceito de lugar, de espaço vivido e nas representações sociais.

A partir dessas categorias, é que podemos perceber a importância dos momentos de conversas em que foi tensionado outros dois tipos de memória, para sermos mais precisos identificamos das memórias do lugar, e das lembranças dos espaços e tempos vivido, uma “memória popular”, que segundo Peralta (2007 p.11) é um conceito que emerge do estudo da memória social e faz emergir na memória social de um grupo questões mais complexas do que as generalizações possíveis do conceito de “memória coletiva” de Halbwachs e Sidou (2006). Por que, para Peralta (2007) a abordagem da “memória popular” nasce de estudos e observações posteriores sobre a memória social, que contribuem com a possibilidade de confrontação das “versões do passado” construídas pelas ideologias dominantes que hege-

monizam a produção das representações oficiais do passado.

O terceiro conceito chave adotado, para apoio a análise do discurso público posto em circulação da imprensa e mídias pelo Museu do IHGSJN, é o conceito de “memória cultural”, utilizado por Assmann (2011) com a finalidade de ir além das limitações do conceito de memória coletiva e das limitações escalares em espaço e tempo do conceito de “memória popular” que se refere as memórias com invocações de um passado mais recente na escala do tempo vivido e de ancestralidades diretas das pessoas.

O conceito de memória cultural se diferencia dos conceitos de memória coletiva, memória social e memória popular devido a sua escala de tempo e espaço. A memória cultural faz pontes entre o passado remoto e o presente, invoca as memórias de outros lugares e traz para o discurso imaginários e narrativas, concepções de tempo e espaços mais largos. Indo além das escalas de tempo e espaço do vivido, das relações entre grupos e comunidades. O conceito de memória cultural de Assmann (2001) adota um olhar relativo ao estudo ou à compreensão de um fato ou de um conjunto de fatos relacionados a uma memória em sua evolução no tempo e no espaço.

Observamos que a memória produzida no discurso institucional do Museu do IHGSJN sobre as manifestações típicas da Cultura Popular da região litorânea do Rio Grande do Sul sofreu transformações desde sua fundação. Tendo como principal registro, as publicações de matérias na imprensa local. A análise desse material permitiu perceber que diante de um processo de transformação do discurso institucional adotando uma linguagem de política cultural, foi produzida uma memória social, compartilhada por meio da rádio comunicação, redes sociais e da imprensa, diferente da memória coletiva e da memória popular das Comunidades. A memória produzida pelo Museu do IHGSJN gerou enunciados, os quais fazem alusão às influências da Cultura Afro, Cultura Açoriana e Cultura Ibérica, utilizando referências temporais e espaciais de outras escalas geográficas e de tempo histórico para além dos lugares do vivido.

O Museu do IHGSJN ao produzir discursos públicos por meio de releases, editoriais para imprensa¹¹ e falas em rádio sobre as manifestações da Cultura Popular e sobre as Comunidades Tradicionais e Quilombolas da região litorânea do Rio Grande do Sul. Representou em seus enunciados uma representação de região ancorada no signo litoral, e as manifestações como fenômenos culturais os quais têm origens em tempos e lugares mais

11 Diversos textos foram enviados para publicação junto ao Jornal Agora, o qual tem circulação nos municípios de São José do Norte e Rio Grande, bem como disponibiliza a maior parte dos conteúdos públicos via internet no site < www.jornalagora.com.br >.

remotos que a escala do lugar. As origens europeias dos ritos, as influências lusitanas e açorianas são invocadas, as influências da cultura afro emergem no discurso do Museu do IHGSJN, falando em cultura afro-açoriana, bem como as comparações com outros lugares do país e do mundo, onde existem manifestações da Cultura Popular análogas.

Diante de um universo de fluxo de diferentes formas de memoriais sociais, percebemos um fluxo de conflitos entre memórias. Um exemplo desse tensionamento identificado é a relação entre memória coletiva e a popular, presente nas conversas em que emergiram memórias sobre a divisão de salões de bailes nas celebrações aos Santos Padroeiros. No interior de São José do Norte, na localidade do Estreito, a Comunidade local conta que até a década de 1970 era um espaço de baile para brancos e outro para negros. Ao longo ainda da década de 1980 as comunidades narram que essa realidade foi se transformando e a divisão deixa de ser em dois espaços distintos, para ser um único espaço.

A respeito do espaço do baile das festas dos padroeiros, ouvimos nas rodas de conversas realizadas ao longo da pesquisa o rememorar que, apesar de abrigar negros e brancos no mesmo espaço social, tinha uma corda que dividia os salões na metade, uma parte para os brancos e outra para os negros. Nas rodas de conversas, geralmente em dias de festa aos Santos Padroeiros, emergiram junto aos moradores da Comunidade do Estreito lembranças que a corda foi cortada por volta do ano de 1996 pelo Sr. Zé Carneiro e pelo Sr. Mainho, no baile da Festa de Rosário em 13 de maio, e que, depois disso, então que se passou a ter bailes misturados.

Mediante uma escuta atenta das vozes da Comunidade, foi possível identificar que entre os fatores do adormecimento de muitas práticas culturais, estavam os conflitos endógenos de uma cultura de matizes afro açoriana, que se construiu desde suas origens por tensionamentos culturais étnicos, raciais, e políticos entre negros e brancos, entre catolicismo institucional e o catolicismo popular. No caso da Comunidade do Estreito, a Irmandade do Rosário do Estreito foi abrigo para sincretismos, instituição de proteção e organização social, consolidada historicamente, como uma guardiã de tradições, memórias e saberes afro. Apesar de termos encontrado memórias e lembranças sobre a Irmandade do Rosário do Estreito, esta se encontra atualmente adormecida, diferente do caso das Irmandades do Rosário de Tavares, Rincão e Mostardas.

Portanto, a construção conceitual utilizada permitiu distinguir diferenças entre o significado de história e de memórias. As diferenças puderam ser estabelecidas, em virtude da descontinuidade da história, pois ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão (NORA, 1993, p. 9).

5 Procedimentos metodológicos

O esquema da Figura 2 representa a metodologia de pesquisa utilizada, em uma primeira etapa foi feito o reconhecimento e mapeamento dos guardiões da memória das comunidades locais, identificando pessoas que guardam preservadas memórias coletivas, pessoas que são contadores espontâneos de histórias no dia a dia, lideranças de comunidades, anciãos, articuladores de associações comunitárias, etc. Uma gama diversa de pessoas da área rural e urbana de São José do Norte foram sendo identificadas e reconhecidas como guardiões de memórias.

A metodologia de pesquisa-ação, sistematizada pelo Museu do IHGSJN para fins de revitalização de manifestações típicas da Cultura Popular local, pode ser resumida em quatro dimensões cíclicas básicas: 1) mapeamento territorial da memória coletiva por meio de visitas, da colaboração das comunidades e ativa participação dos pesquisadores nas festas do ciclo anual das celebrações dos Santos Padroeiros, criando uma relação de pertencimento com as comunidades pesquisadas; 2) ações em prol da memória social e acolhimento às visitas da comunidade ao Museu do IHGSJN, localizado no Centro Histórico de São José do Norte; 3) comunicação radiofônica, ampliando as potencialidades da pesquisa-ação e promovendo contatos e comunicação com toda a rede de comunidades localizadas na Figura 1.¹²; 4) promoção de encontros de conversas no salão comunitário da Comunidade Nossa Senhora da Conceição do Estreito, comunidade identificada com o maior grau de organização comunitária, gerando um processo de reconhecimento social de referências culturais em escala regional.

6 Revitalização de manifestações da Cultura Popular adormecidas em São José do Norte¹³

Nesta seção, apresentaremos um relatório analítico a fim de relatar as contribuições das pesquisas do Museu do IHGSJN para a Cultura Popular brasileira e para os estudos sobre a memória social. A partir da operação dos conceitos de memória coletiva, memória popular e memória cultural, articuladas pelo conceito de referência cultural. Trazemos aqui um relato das experiências vividas e de aprendizagens adquiridas ao longo das caminhadas e processos de pesquisa, com uma análise reflexiva sobre a produção discursiva gerada.

12 O IHSGJN apoiou a produção de dois programas radiofônicos veiculadas via sistema AM, o programa No Compasso da Cultura e o Programa São José do Norte em Destaque, apresentado pelo comunicador Cláudio Taroco, diretor do Museu do IHGSJN.

13 Não é escopo dessa comunicação o detalhamento de práticas culturais e representações que envolve cada manifestação.

As revitalizações promovidas por meio da pesquisa-ação que tiveram início em 2004, alcançando a revitalização das **Bandeiras do Divino Espírito Santo** junto à Comunidade do Estreito no ano de 2006. A revitalização das **Cantorias de Ternos Juninos** se deu a partir de pesquisa-ação iniciada em 2004, com a participação de grupos de cantadores no programa radiofônico No Compasso da Cultura e da promoção de Encontros de Cantorias promovidos pelas Comunidades, com destaque para a Comunidade da Barra e Comunidade do Estreito. A revitalização das **Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário** teve início em 2004, alcançando o resultado de revitalização em 2013 com o apoio do Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas – IHGSJN/FURG/MINC.



Figura 3. Revitalização e Saída das Bandeiras do Divino em abril de 2006

Fonte: Arquivo do Museu do IHGSJN. Fotografia: Fernando Parracho Costamilan

Nos encontros de conversas realizados para fins de revitalização das Bandeiras do Divino e das Bandeiras do Rosário, percebemos que foi comum o confronto de testemunhos, muitas narrativas eram completadas com representações imaginárias que, por vezes, ocorrendo confrontos com as memórias de outras pessoas em um processo contínuo de lembranças, conversas e discussões. Foi possível entender, por meio de uma escuta atenta, que em especial as lideranças comunitárias tinham um especial interesse em promover ações de memória, de tal modo que foram pessoas que se destacaram em diferentes momentos e atividades ao longo dos processos de revitalizações. Os encontros também permitiram identificar uma tensão nas discussões e discursos sobre a busca de uma memória considerada como verdadeira por parte dos atores das comunidades.

Em conjunto com atores da Comunidade as estratégias de revitalização das Cantorias de Ternos Juninos, se pautaram em promover celebrações de Cantorias, com destaque para a atuação do Grupo de Cantoria de Terno Os Nortenses. Os Encontros se tornaram eventos que reuniram diferentes grupos adormecidos, promovendo a transmissão das práticas musicais, a reorganização de novos grupos e a valorização das Cantorias de Ternos junto as comunidades e jovens.



Figura 4. Encontro de Revitalização dos Ternos de São José do Norte, Comunidade do Estreito

Fonte: Arquivo do Museu do IHGSJN



Figura 5. Cantoria de Terno Ao Vivo no Programa No Compasso da Cultura

Fonte: Arquivo do Museu do IHGSJN

Ao analisar o processo das revitalizações percebemos que a Comunidade do Estreito buscou memórias, as quais fossem condizentes com as experiências vividas pela comunidade no passado, se deparando com suas referências culturais, com seus respectivos imaginários e lembranças pre-

servadas e rememoráveis. As memórias suscitadas centraram-se em narrativas do final da década de 1960, tendo foco principal a de 1970. Momento o qual as comunidades identificaram como o início do adormecimento das manifestações relacionadas ao Culto ao Divino Espírito Santo e à Irmandade do Rosário do Estreito, pois, segundo contam os moradores, as pessoas não queriam mais sair com as Bandeiras e poucos passaram a se envolver com a organização das Festas. Mas, nessa época também rememora que os Ternos começaram a diminuir.

Entre os Cantadores de Terno as memórias do adormecimento das Cantorias possuem lembranças que se deu em especial a partir da década de 1980, quando os grupos começam a se desestruturar por falta de pessoas que participassem deles. Destacam que passou a ocorrer a falta de gaiteiros que soubessem as toadas de cada Terno e depois a falta de mestres para guardar e criar as toadas típicas. O analisar dos relatos, permitiram perceber que é na década de 1980, que ocorreu o início das atividades de trabalho na silvicultura, há por consequência uma proletarização dos trabalhadores rurais de uma agricultura tradicional em São José do Norte. Uma nova “formação social e econômica” (M. SANTOS, 1978) contribui para que as Festas que duravam uma semana de celebrações, passassem para apenas dois dias. Também, afetando o tempo livre da Comunidade, uma vez que foi comum o trabalho na silvicultura e também na produção de cebola e cuidados com a chácara.



Figura 6. Corrida de Revitalização das Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário, 2013

Fonte: Arquivo do Museu do IHSGJN.

Foto: Daniel Godoy

Em 2004, com o início das pesquisas-ações, com finalidade de promover revitalizações de manifestações da Cultura Popular adormecidas junto às Comunidades Tradicionais de São José do Norte, emergiram memórias sobre as Bandeiras do Divino e sobre as Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário. Todavia, diante do interesse das próprias comunidades na época, as forças coletivas mobilizadas no momento foram direcionadas para a revitalização das Bandeiras do Divino no Estreito.

Desde então, em muitas oportunidades, foi possível perceber que, quando se iniciavam conversas sobre as Bandeiras do Rosário, havia um universo de memórias que vinha à tona, mas, muitas vezes, suprimido nas discussões por pessoas, que não tinham vínculos de memória, de identidade e ancestralidade com a Irmandade do Rosário local, tal como tinham vínculos e referências com as Bandeiras do Divino.

As Comunidades compartilhavam um sentimento de estar sem história, com suas memórias muito fragmentadas e diante de uma intensa perda de referências culturais, após o forte êxodo rural ocorrido na década de 1980 e 1990, fase em que o município passa a ter a maior parte de sua população na área urbana e um crescente esvaziamento do campo. Os processos de rememorações desencadeados pela busca de autoconhecimento comunitário e memórias para fins de revitalização das Bandeiras do Divino e de Nossa Senhora do Rosário permitiu-nos presenciar as tensões endógenas da rede de Comunidades e as buscas de cada Comunidade pelo recuperar e preservar suas próprias memórias. O que gerou a reivindicação das outras Comunidades Tradicionais como Saraiva e São Caetano para que as Bandeiras visitem estas comunidades também.

Neste processo de memórias e territorialidades das Bandeiras do Divino do Estreito, foi possível identificar uma tensão sociocultural entre Comunidades Tradicionais de matriz luso-açorianas e Comunidades Quilombolas de matiz africana. Tensões de longa data que podemos perceber entre as Comunidades do Estreito e a Comunidade de Bujuru (antigas freguesias litorâneas), por exemplo. Contudo, ficou mais evidente o tensionamento sobre a importância de, em um primeiro momento, revitalizar as Bandeiras do Divino Espírito Santo. A revitalização das Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário teve início retomada em 2013 por sugestão e pedido do Sr. Nininho do Gravatá, em visita ao Museu do IHGSJN. Depois por compreendermos que a Bandeira do Divino por tradição saía da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Estreito e corria para sul, e as Bandeiras do Rosário e dos Santos Morenos (Aparecida e São Benedito) para norte. Percebemos a existência distintas territorialidades e o hibridismo entre a Festa de Nossa Senhora do Rosário e a Festa do Divino em São José do Norte e na

região litorânea do Rio Grande do Sul.

No processo de revitalização das Bandeiras do Rosário em acordo com a Comunidade do Estreito ocorreu encontros de conversas com a finalidade de planejamento e de traçar estratégias para o revitalizar das Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário. Todavia, diferente do caso das Bandeiras do Divino, as memórias estavam mais rarefeitas e não foi possível encontrar as últimas Bandeiras, como foi no caso das Bandeiras do Divino, que a bandeira vermelha foi encontrada na sacristia da Igreja e atualmente está em exposição no Museu do IHGSJN como parte de uma mostra museal de Cultura Popular.

No caso das Bandeiras do Rosário houve uma saga coletiva de rememoração e busca das últimas Bandeiras do Rosário que envolveu a rede local de Comunidades Tradicionais e Quilombolas do Município por cerca de 30 dias. As Comunidades foram mobilizadas a rememorar e a buscar encontrar com quem estava as últimas Bandeiras por meio do uso da rádio comunicação e pela comunicação via as redes locais de relações. Todavia, só foram encontradas fotografias que datam da década de 1970. A partir das fotografias, um novo fluxo de rememoração pôde ser suscitado nos encontros de conversas, até que, por consenso, se passou à etapa de confecção das novas Bandeiras para voltarem a correr em abril para a Festa de Nossa Senhora do Rosário do dia 13 de maio de 2013.



Figura 7. Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário na Década de 1970 – Estreito, SJN

Fonte: Arquivo do Museu do IHGSJN

No processo de revitalização das Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário, memórias sobre a Irmandade do Rosário do Estreito também

emergiram, os livros da Irmandade foram encontrados e memórias foram revitalizadas. Contam as narrativas da Comunidade que a Irmandade adorou na década de 1970. Todavia, ainda viva nas memórias populares e na devoção das comunidades, mesmo diante de um fenômeno de conversão pentecostal de uma parte significativa da população local, que vive um processo de transição religiosa desde a década de 1990. Há hoje nas localidades do interior do município, mais igrejas evangélicas do que igrejas católicas.

A partir de conversas com lideranças religiosas, que atuaram desde a década de 1970 na região, percebemos que é pertinente somar ao conjunto de fatores sociais e econômicos associados a uma explicação do adormecimento das manifestações da Cultura Popular em São José do Norte, a mudança de um paradigma doutrinário na Igreja Católica Apostólica Romana, que na década de 1970 passou por uma profunda transição entre a doutrina devocional e a doutrina social. As práticas devocionais, antes incentivadas pelos sacerdotes católicos, passaram mediante interpretações por parte de alguns padres, a ser reprimidas e desencorajadas.

O processo de reconstrução de memórias coletivas para fins de revitalização, a pesquisa-ação possibilitou vivências e ações que permitiram entender melhor o fenômeno dialógico da memória social, permitindo observar os tensionamentos cotidianos entre lembranças e memórias. Refletindo sobre o papel do desejo da comunidade em rememorar coisas do passado para um determinado fim, bem como sobre o desejo de lembrar com verossimilhança o passado. As observações e reflexões permitem colocar que a memória social vai sendo restaurada e reconstruída, por meio de processos dialógicos, de produção de representações e discursos.

Tal processo de tensionamento entre lembranças, muitas vezes, geraram profundas e longas discussões que se estenderam por meses e se repetiram em diversos momentos e encontros. Tensões que ganham um caráter de construção de conhecimento popular e de desconstrução de representações cristalizadas, afirmação de marcas de identidades, quando deparadas com memórias que problematizam e que fazem ressurgir questões relacionadas aos conflitos sociais do passado. Observamos que a memória coletiva tende a escamotear e a deixar em ausências, coisas que a memória popular traz à tona, retirando da amnésia e contrapondo distorções nas representações. Nesses momentos, a homogeneidade comunitária transforma-se em heterogeneidades de posicionamentos diante das narrativas e das memórias.

Ao longo das ações, pudemos entender que a memória social não é algo que está ali para ser coletada por quem pesquisa, mas é algo que está em contínua transformação e reconstrução, em um processo de tensiona-

mento entre as lembranças e rememorações. De tal forma que os diálogos entre os detentores da memória foram o fundamento do processo e método de revitalização utilizado pelo Museu do IHGSJN em seu processo de produção de conhecimento institucional.

No intuito de identificar, junto às comunidades e agentes sociais locais, quais foram os motivos do adormecimento das memórias e das práticas culturais tradicionais, foi investigado o quanto as manifestações da Cultura Popular adormecidas ainda eram significativas e carregadas de emoções e sentimentos por parte das comunidades. Em seguida, passamos a uma etapa, na qual buscamos entender melhor o processo social, cultural, econômico, político e territorial envolvido.

Nesse caminho, também foi possível identificar os efeitos da cultura evangélica pentecostal que começaram a se territorializar nas localidades a partir da década de 1980, como um fator cultural com influência nos adormecimentos e mudanças sociais. Por exemplo, alguns cantadores de ternos deixaram de participar de seus grupos, pois segundo os próprios não podiam mais beber bebida alcoólica e entravam em conflito com a família, com destaque para com as esposas. Outro efeito foi na redução do número de pessoas que ajudavam na organização comunitária, organizada em torno das paróquias.

Os conflitos observados, entre religiosidade popular católica e religiosidade popular evangélica, reestruturaram o espaço social das Comunidades Tradicionais e Quilombolas em São José do Norte. A organização do espaço social era centrada em um único espaço institucional para fins de organização social em escala local. O espaço social da Comunidade do Estreito passou a se deparar com novos agentes e doutrinas, o que trouxe para as localidades novas formas de sociabilidades e crenças. Observamos, portanto, um conflito cultural reestruturante, que teve efeito na cultura da Comunidade, em especial na organização comunitária, mas também na manutenção de práticas culturais e da tradição.

Ocorram rupturas na participação da totalidade da comunidade nos espaços sociais de organização comunitária. Uma parte da Comunidade diante da influência das doutrinas e teologias evangélicas em relação ao culto aos santos católicos, deixou de se envolver na organização das festas comunitárias, o que enfraqueceu a organização social em escala local. Também, observamos que mesmo as Bandeiras fazendo parte de suas referências culturais e memórias da infância e das ancestralidades das famílias evangélicas locais, houve as que solicitaram para que suas casas não fossem visitadas.

O fenômeno do êxodo rural, a partir da crise da Economia da Cebo-

la pós década de 1970 também, se destacou entre os fatores dos adormecimentos, desmantelando redes de amizades, trabalho e de vínculos familiares. O êxodo rural tardio da década de 1980 e 1990 gerou bairros precários na forma de uma periferia urbana em São José do Norte, o que permitiu novas territorialidades entre o urbano e o rural.

Hoje se encontra na periferia da cidade uma densa rede de memórias, formada por pessoas de mais idade que migraram para o urbano em busca de melhores condições de vida. Mas, que mantiveram relações e deslocamentos para as áreas rurais, em especial nos dias das festas dos Santos Padroeiros, quando estas se tornam lugares e tempos da memória social local. Também se destaca o papel dos grupos de idosos Renascer e Nortense, composto de cerca de 40 pessoas cada, participando de quase todas as celebrações do Ciclo de Celebrações aos Santos Padroeiros na rede de Comunidades Tradicionais e Quilombolas do interior do município, tendo papéis importantes no alimentar uma vívida rede de memória coletiva e de memória popular.

7 Estratégias de salvaguarda de manifestações típicas da Cultura Popular e questões de gênero

Após as ações de revitalizações, podemos observar que a rede de Comunidades passou a desenvolver táticas insólitas de preservação e proteção das práticas culturais revitalizadas. O que se destacou ao nosso olhar foi o posicionamento das mulheres, que passaram a exigir direitos de participarem de rituais da Cultura Popular que, por tradição, eram tipicamente masculinos. O protagonismo das mulheres nos processos de revitalizações pôde ser observado desde os primeiros contatos, de tal modo que observamos as mulheres da Comunidade do Estreito atuando como os principais atores nos processos de revitalizações e com o protagonismo comunitário nas ações de preservação da memória e de práticas culturais ancestrais voltadas a tradição.

No ano de 2011, na Comunidade do Estreito, foi feito um primeiro ensaio de uma Corrida de Bandeiras do Divino, conduzida por mulheres da Comunidade. Contudo, no pequeno trajeto percorrido, foram acompanhadas pelos homens que estavam correndo as bandeiras naquele ano. Então, em 2012, um grupo de mulheres reivindicou e assumiu o direito de correrem com as Bandeiras, fazendo as visitas na localidade da Barrinha do Estreito. A partir de então, as mulheres do Estreito fazem parte do rito da Corrida das Bandeiras do Divino.

No caso das Cantorias de Ternos, as mulheres também assumiram um papel diferenciado. Na Comunidade da Barra, por exemplo, foi criado

um Grupo de Terno só de mulheres. Tem sido recorrente a presença de mulheres nos Ternos em funções diversas da organização desta prática artística cultural seja na gaita, no violão, no pandeiro ou mesmo como mestres. Também com protagonismo, destaca-se o papel das mulheres no incentivo e na organização de eventos de encontro de Cantorias de Terno. Nesse sentido, podemos afirmar que as mulheres têm papeis estratégicos e promovem táticas de salvaguarda da cultura imaterial de suas comunidades.



Figura 8. Corrida das Bandeiras do Divino, 2012

Fonte: Arquivo do Museu do IHGSJN. Foto: Daniel Godoy

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas-ações, com objetivo de promover revitalizações de manifestações da Cultura Popular, foi possível entender o processo de construção e reconstrução da memória coletiva envolvida, assim como a revitalização de manifestações culturais adormecidas, para o alcance de revitalizações. Deparamo-nos com um paradigma de pesquisa com cultura e memória no qual o fundamento é o processo de diálogo, a conversa e o tensionamento entre as memórias de uma comunidade. Observamos que é a partir do tensionamento entre os diferentes lembrares, das distorções, suplementações e invenções de representações sociais e memórias que podemos entender porque os processos de rememoração são processos sociais de construção coletiva de conhecimento sobre o passado. Observamos que a produção de uma memória popular, que acontece em tensionamento com a memória coletiva. Uma dialética entre essas duas naturezas sociais da memória, foram percebidas como meio metodológico para a revitalização das manifestações da Cultura Popular na Comunidade do Estreito.

A abordagem de ações em prol da memória que emerge das forças comunitárias e do desejo da Comunidade em lembrar, não foi a entrevista, a principal ferramenta, mas os encontros de conversas entre as comunidades e grupos culturais, foram feitos acordos e se estabeleceu objetivos e estratégias comuns. Para que as estratégias de promoção da comunicação ganhassem potência de interferir de forma positiva ou negativa no processo.

Identificamos que são os debates, as discussões e as tensões que surgem a partir do conversar e do buscar lembrar o passado como forças as quais permitem que a memória coletiva seja preservada e reconstruída. Bem como, observamos que as tensões entre a memória popular, que se manifesta como uma memória crítica, que problematiza as desigualdades de poder e *status* sociais instituídos no passado, exige mudanças e subversões do lembrar e do narrar o passado.

O conceito de memória popular pode ser utilizado para reflexões e questionamentos sobre a memória coletiva, e também sobre a memória cultural produzida ao longo dos processos de revitalizações. A memória cultural produzida teve sua gênese em uma esfera institucional por meio do Museu do IHGSJN, que em sua comunicação formal, utilizou argumentos históricos e o uso da palavra escrita.

O observar das relações entre memória coletiva, memória popular e memória culturais nos processos de revitalização promovidos pelo Museu do IHGSJN possibilitou entender um pouco melhor como Comunidades Tradicionais assumem o protagonismo na salvaguarda de seus patrimônios culturais ao preservar e revitalizar sua própria cultura, quando se mobilizam para não deixar morrer suas tradições. Entre as vivências, é pertinente destacar, a necessidade de um posicionamento político da entidade e das pessoas envolvidas com a pesquisa e com a cultura local, se colocar como agentes mediadores e não como protagonistas do processo. Outra questão chave foi a pactuação do objetivo e das estratégias entre o Museu do IHGSJN e a Comunidade. Todavia, a Comunidade criou inúmeras táticas as quais lhe possibilitaram a revitalização de suas manifestações culturais.

O uso da pesquisa-ação como método de pesquisa com a Cultura Popular pode revelar aos pesquisadores envolvidos no processo, a possibilidade de se tornar sujeito, ator e agente no processo de investigação, tornando-se parte do fenômeno objeto de pesquisa em sua transformação no tempo e no espaço. Da mesma forma, a natureza da própria Cultura Popular pode ser vivenciada em sua manifestação como um processo social e dialógico que gera uma construção de conhecimentos e saberes, por meio de práticas e representações, tensionamentos e reflexões, que são preserva-

dos e reconstruídos no tempo, no espaço, nos imaginários e nas representações culturais, como obra da vida cotidiana e de uma cultura viva.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.
- BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Brasília: Líber Livro, 2007.
- BRASIL. Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- DE CASTRO CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Revista Estudos Históricos*, v. 3, n. 5, p. 75-92, 1990.
- CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: CANCLINI, Néstor García *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, v. 3, 1997.
- DE CÁSCIA FRADE, Maria. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. In: *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Folclore*. Recife: Comissão Nacional de Folclore; São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2004. Organização: Mundicarmo Ferretti (CMF).
- DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de et al. *Informação, memória, conhecimento: convergência de campos conceituais*. 2013.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco, revisão; Cezar Mostari. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. IPHAN. *Manual de aplicação do INRC*. Brasília: MinC/IPHAN/Departamento de Documentação e Identificação, 2000.
- FOUCAULT, Michel. La gubernamentalidad. *Espacios de poder*, p. 9-26, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Leya, 2014.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. *Educação e pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 483-502, 2005.
- HALBWACHS, Maurice; SIDOU, Beatriz. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBBSAWM, Eric. 1. Introdução: A Invenção das Tradições. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LEFF, Enrique. Saber ambiental. Sustentabilidad, racionalidad compleji-

- dad y poder. *México editorial Siglo*, v. 21, p. 54, 2002.
- MOTTA, Márcia Maria Menéndez. História e memória. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 16, n. 17, p. 179-200, 2014.
- NOGUEIRA, Conceição. Análise (s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. *Psicol. teor. pesqui*, v. 24, n. 2, p. 235-242, 2008.
- NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, 1993.
- PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Arquivos da Memória*, n. 2, p. 4-23, 2007.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 199
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, 1978.
- SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, v. 14, n. 20, p. 63-79, 1996.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. In: *Metodologia da pesquisa-ação*. Cortez, 2011.

Recebido em 14/08/2015

Aprovado em 11/11/2015

HISTÓRIA DO FEDERALISMO FISCAL NAS CONSTITUIÇÕES REPUBLICANAS BRASILEIRAS

HISTORY OF FISCAL FEDERALISM IN THE BRAZILIAN REPUBLICAN CONSTITUTIONS

Dionizio Moreira Parcelli¹

RESUMO

A história do federalismo fiscal revela que o modelo de Estado copiado dos norte-americanos foi adaptado à realidade brasileira, que, logo nos primeiros anos de Federação, mostrou-se mais forte do que os arquétipos políticos abstratos, sobretudo nos primeiros governos militares, a partir dos quais a União viu-se cada vez mais propensa à centralização das atividades governamentais, bem como dos recursos arrecadados por meio de tributos, moldando, assim, um federalismo centrípeto conduzido e controlado pelo centro, tendência que se intensificou ao longo do século XX, embora tenha havido períodos de promessas de um pacto federativo mais equilibrado, que permitiriam, se fosse implementado, a participação efetiva dos entes subnacionais na condução das políticas públicas. Nesse contexto, o estudo da repartição das competências tributárias nas diversas Constituições que se sucederam durante o período republicano é um bom instrumento para, a partir do passado, repensar a construção dos passos do futuro, resgatando-se a ideia de um federalismo cooperativo, em que haja maior participação dos entes federados periféricos.

Palavras-Chave: História do federalismo fiscal. Constituições republicanas brasileiras. Federalismo centrípeto.

ABSTRACT

The history of fiscal federalism reveals that the copied state model of the Americans was adapted to the Brazilian reality, which, in the first years of Federation, proved to be stronger than the abstract political archetypes, especially in the first military governments, since which the Union increasingly adopted the centralization of government activities, as well as funds raised through taxes, shaping thus a centripetal federalism driven and controlled by the center, a trend that intensified during the twentieth century although there have been periods of promises of a more balanced federal pact which, if it were implemented, would have allowed the effective participation of subnational entities in the conduct of public poli-

1 Mestrando em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo - UNIBRASIL de Curitiba/PR. Especialista em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Estadual de Londrina/PR. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar - Curitiba/PR. Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (2000). Atualmente é procurador da Fazenda Nacional - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Tem experiência na área de Direito Tributário, com ênfase em Direito Tributário Federal.

cy. In this context, the study of the allocation of tax powers in the various constitutions that followed during the republican period is a good instrument to rethink, from the past, the construction of the steps of the future, rescuing the idea of a cooperative federalism, with an effective participation of the peripheral federated entities.

Keywords: History of Fiscal Federalism. Brazilian Republican Constitutions. Centripetal Federalism.

INTRODUÇÃO

A relação entre federalismo, de modo geral, e cooperação surge a etimologia da palavra federal, a qual é proveniente de deriva de *foedus* (pacto, ajuste, convenção, tratado), e entra na composição de laços ou vínculos de amizade, *foedus amicitiae*, ou seja, é na associação das partes componentes que está a origem do Estado Federal (HORTA, 1996, v. 16, p. 7).

A ideia de pacto federativo, pelo menos no atual estágio do direito constitucional brasileiro, consubstancia-se na divisão e mesmo no compartilhamento de competências entre os entes que compõem a Federação por meio de uma descentralização político-administrativa a partir da qual as unidades constitutivas autônomas, também conhecidas como Estados-membros, exercem suas atribuições em caráter residual ou concorrentemente ao poder central.

No sistema tributário nacional da Constituição Federal de 1988, engendrado a partir da Assembleia Nacional Constituinte, há uma discriminação exaustiva da competência tributária da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios, de tal modo que um não pode invadir a esfera do outro, pois o poder de tributar é delimitado e conferido diretamente pelo Texto Constitucional a cada um dos entes que integram a Federação.

Esse equilíbrio fiscal federativo nem sempre foi, e talvez ainda não seja, tão harmonioso, envolvendo vários conflitos entre os entes federados, ora notando-se uma tendência centrífuga, ora uma tendência centrípeta, isto é, em alguns períodos históricos identificava-se uma perspectiva de um federalismo menos centralizado, ao passo que em outros momentos acentua-se a centralização no poder central, o que, como será estudado, tem se constituído uma tendência no Estado brasileiro.

Dessa forma, o presente artigo tem o propósito de investigar, à luz da história do constitucionalismo republicano brasileiro, como se desenvolveu o federalismo fiscal nas diversas Constituições brasileiras, a partir de 1891, quando se instaurou no país o regime constitucional da República.

1 Período constitucional pré-republicano

A Constituição de 1824 foi outorgada sob a égide de um Estado imperial, unitário, concentrado nas mãos de Dom Pedro I. Embora o território brasileiro fosse dividido em Províncias, subdivisões político-geográficas subordinadas ao poder do Imperador, não havia quaisquer elementos que pudessem sugerir a implementação de um modelo de Estado federativo no Reino do Brasil.

A Carta Imperial foi inspirada na Constituição francesa de 1814, consagrando o modelo unitarista de Estado, mas, em contrapartida, dividiu o território nacional em vinte Províncias subordinadas ao poder central e dirigidas por presidentes indicados e nomeados pelo Imperador, que os poderia depor a qualquer instante, os quais também exerciam atribuições não apenas policiais, como também judiciais, pelo menos até 1870 (ZIMMERMANN, 1999, p. 292).

Nesse diapasão, a ausência de qualquer característica de um Estado federal em sentido estrito no período imperial afasta a possibilidade de qualquer temática relativa à divisão de competências tributárias entre os entes federados, pois sequer existia federação, à medida que tudo se resumia à centralização do poder nas mãos do Imperador brasileiro, que governava soberanamente um Estado unitário de dimensões continentais.

Nada obstante, impende ressaltar que, além do Partido Republicano, que pregava os ideários da Federação, o Ato Adicional de 12.8.1834 (Lei n. 16) abriu o processo de descentralização e conferiu, nos arts. 10 e 11, considerável soma de poderes às Assembleias Legislativas Provinciais, sem contar o Projeto de 1831 que também previa a instituição de uma monarquia federativa (MEIRA, 2011, v. 3, p. 257).

No que se refere à tributação, na Constituição de 1824 havia a previsão de três artigos (170 a 172) que dispunham sobre a Fazenda Nacional, em particular acerca das receitas e da despesa, além da iniciativa privativa da Câmara dos Deputados para iniciar o processo legislativo sobre impostos (art. 36, inciso I) – (BRASIL, Constituição Política do Império do Brasil..., 2015).

A Constituição foi reformada pela Lei de 12 de agosto de 1834, que instituiu o Ato Adicional, dispondo sobre a fixação das despesas municipais e provinciais e os impostos para elas necessários, mas, por outro lado, vedando-lhes legislar sobre impostos de importação, período em que estavam em vigor vários tratados internacionais que dispunham sobre as relações comerciais e tributação de produtos entre o Brasil e outros países.

Criava-se uma ideia no setor do Ministério da Fazenda de que os

défices nas contas públicas do Brasil imperial haveriam de ser equilibrados a partir da tributação dos atos de importação, o que, em grande medida, foi obstado até 1844, quando então findou o tratado de importação entre o Império brasileiro e a Grã-Bretanha, este último o país que mais vendia produtos ao Brasil naquele momento histórico (ELLIS *et al*, 1995, p. 69).

É nesse contexto que sobreveio a tarifa Alves Branco, que recebeu o nome do Ministro da Fazenda à época, instituída pelo Decreto de 12 de agosto de 1844, e que passou a vigorar em novembro do mesmo ano, quando então as importações passaram a sofrer uma tributação que variava de 2% a 60%, embora a média geral percentual para a incidência da referida tarifa sobre a importação não passasse de 30%.

Quanto à Renda Geral, as contribuições incidiam sobre direitos de importação e de exportação, direitos sobre compra de embarcações estrangeiras, impostos sobre mineração do ouro, sisa² dos bens de raiz³, sobre imposto sobre lojas abertas, imposto sobre seges⁴, imposto sobre venda de embarcações nacionais, imposto do selo dos papéis, imposto sobre escravos⁵, décima urbana adicional, segunda décima de corporações de mão morta⁶ e dízima de chancelaria⁷ (ELLIS *et al*, 1995, p. 67-69).

2 Sisa dos bens de raiz: cobrava-se uma alíquota de 10% sobre a compra e venda, arrematações, trocas ou doações de bens de raiz (Alvará de 3 de junho de 1809). “A sisa, cujo regimento data de 1476, é um dos tributos portugueses mais antigos. É – explica o Visconde de Carnaxide – uma décima parte das compras, vendas e trocas. Segundo o regimento inicial, recebia-se de tudo quanto se vendesse ou trocasse, exceto pão cosido, ouro e prata, de que se pagavam dois soldos à libra. Incidia também sobre os arrendamentos a dinheiro. Era ainda um direito da alfândega, nos termos do capítulo 42, do foral de 15 de outubro de 1587” (SOUZA, v. 56, n. 1, p. 299-327, 1961).

3 Bens de raiz: bens que estão presos ao solo, como, por exemplo, os imóveis.

4 “Sege. (do fr. ‘siège’, ‘assento’). S. f. 1. Coche fora de uso, com duas rodas e um só assento, fechado com cortinas na parte dianteira. 2. P. ext. Qualquer carruagem” (HOLANDA FERREIRA, 1996, p. 1561). As seges eram veículos de rodas que se moviam por meio de tração animal. Imposto sobre seges, carruagens e carrinhos, que ficavam sujeitos ao mesmo imposto ou por um cavalo ou besta (Alvará de 20 de outubro de 1812).

5 Meia sisa, que se deveria pagar na venda dos escravos ladinos (escravo que já possuía alguma instrução), conforme Alvará de 3 de junho de 1809.

6 Corporação de Mão Morta: Instituição Beneficente. Corporações de Mão Morta são Instituições de caráter permanente, com fim religioso, de beneficência, de caridade, tais como irmandades, confrarias, igrejas, mosteiros, capelas, asilos e outros semelhantes. Em tais entidades, por seu caráter perpétuo, os bens não podiam mudar de mãos, e, por isso, constituíam riqueza morta (BRASIL, Câmara dos Deputados, 2015). A segunda décima era um tributo que incidia, portanto, sobre essas corporações (a respeito, Lei nº 60, de 20 de outubro de 1838).

7 Inicialmente era uma pena que se impunha àquele que fazia má demanda (perdia), revertendo a respectiva receita para o fisco. Eram 10% sobre o valor da causa, conforme antigo alvará, datado de 25 de setembro de 1655. Mais tarde, essa penalidade foi substituída por um

As despesas do governo imperial aumentavam e as condições financeiras exigiam novos e maiores aportes de receitas, pelo que a elevação do imposto de importação, por meio das alfândegas, mostrou-se a medida mais fácil de alterar-se e de promover-se, mas não foi a única: em 1836, a Regência foi compelida a recorrer ao imposto de exportação; o imposto territorial, por sua vez, era não só difícil de receber como também bastante impopular, circunstância que levou o governo monárquico, a partir de 1857, a recorrer a impostos adicionais, como, por exemplo, a tarifa Silva Ferraz⁸, introduzida em 1860 (LIMA, 1986, p. 174-175).

A história da tributação durante o período imperial testemunhou uma série de tentativas de criação do imposto de renda, por meio de algumas experiências fiscais que se aproximavam do modelo pensado em 1922, quando o imposto foi efetivamente instituído: em 1843, foram instituídos impostos sobre rendimentos (impostos sobre subsídios, vencimentos e dividendos; estes só atingiam as pessoas que recebessem vencimentos dos cofres públicos); em 1867, durante a Guerra do Paraguai, instituiu-se o imposto pessoal – cobrado de cada nacional residente no Império e que tivesse por sua conta casa de habitação arrendada ou própria, ainda que nela não morasse. Entretanto, estes impostos foram logo suprimidos em função da sua impopularidade (BALTHAZAR, 2005, p. 113).

Em meados do século XIX e nas décadas seguintes, os regimes monárquicos encontravam-se abalados, sobretudo pelas transformações sociais e econômicas pelas quais o mundo passava, e, no caso brasileiro, os fatores que determinaram a proclamação da República foram vários, entre eles a constituição etnográfica, a transição para um regime de trabalho agrícola e industrial de tipo europeu, as relações entre as nações americanas, a propaganda em prol da República em livros e jornais, a corrupção política e a deficiente administração do Império (COSTA, 1999, p. 388-389).

Entre todos esses fatores, pode-se dizer que a implementação do regime republicano no Brasil foi fruto de uma decisiva aliança entre a imprensa e os setores militares, elo que teve influência decisiva na opinião pública, aparecendo como um poderoso fator de propaganda republicana e de capitulação da monarquia, o que desencadeou a solução para a crise institucional que se instalava no país no final do século XIX:

imposto de 2% (Lei nº 98, de 31 de outubro de 1835) (SOUZA, 1999, p. 41).

8 Ângelo Muniz da Silva Ferraz foi Ministro da Fazenda no Brasil Imperial, o qual foi o mentor da criação da tarifa Silva Ferraz, instituída pelo Decreto nº 2684, de 3 de novembro de 1860, e que visava implementar uma reforma aduaneira que beneficiasse a indústria brasileira da época.

Eis aí as doutrinas que se pregavam na imprensa, no intuito de tornar efetivos novos princípios da jurisprudência militar. É fácil compreender-se que essa campanha diária e feita com a eloquência e o talento que dá a paixão de uma resistência contra a atividade violenta e pessoal de um governo, havia de refletir-se profundamente no Exército, exacerbando suas paixões, animando as tendências de vinditas e excitando as deliberações de revolta. (...) Levado o Exército por este novo horizonte de independência e autonomia, por aqueles que na imprensa defendiam os seus direitos, chegaria inevitavelmente à situação da revolta contra a autoridade, desde que no seu terreno legal eram por ela usurpadas e negadas suas garantias e a própria defesa de seus direitos (FREIRE, 1983, p. 319).

Nesse cenário favorável, com a apresentação perante a Câmara dos Deputados do projeto federativo por Joaquim Nabuco, em 1885, e com a adesão de figuras notáveis, como Ruy Barbosa, que defenderam o federalismo no palco político nacional daquela época, é que emerge a Federação no Estado brasileiro, a qual se implementa efetivamente com o Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, pelo qual foi proclamada a República dos Estados Unidos do Brasil.

2 Brasil republicano (1891-1988): a questão do federalismo fiscal

Com a República, surge pela primeira vez no cenário brasileiro, influenciada fortemente pelas doutrinas norte-americanas, a figura do Federalismo e, com ele, instala-se um regime de repartição de competências em matéria tributária entre a União e os Estados-membros, ideia essa que já era reproduzida nos artigos do *Federalista*, de Hamilton, Madison e Jay:

Ainda que eu esteja muito longe de acreditar que o poder concedido à União venha a ser perigoso aos Estados, influindo sobre as suas operações em matéria de impostos, porque estou certo de que a opinião pública, o receio de atrair-se o ressentimento dos ditos Estados, a convicção da utilidade e mesmo necessidade das administrações locais para objetos de interesse local não de opor obstáculo suficiente a esse abuso; quero, contudo, admitir em toda a sua força o argumento daqueles que querem dar aos Estados particulares uma autoridade independente e irresistível

para levantar as rendas de que precisam; e, admitindo-o, afirmo que, ainda assim, à exceção dos direitos sobre importações e exportações, os Estados ficarão conservando, pelo plano da Convenção, esta autoridade em toda a sua integridade e plenitude; e que qualquer tentativa do governo nacional para restringir-lhe o exercício seria uma usurpação violenta, para que nenhum artigo da Constituição pode dar pretexto (HAMILTON, 2003, p. 193).

Enquanto a federação americana foi criada por um processo lento e demorado, em que os Estados independentes, com características homogêneas étnico-culturais, formaram um Estado federativo, no caso do Brasil, por sua vez, tratava-se de um Estado unitário descentralizado em decorrência de sua própria extensão territorial, o que propiciava profundas diferenças regionais e culturais (FERRERI, 1995, p. 27).

A federação brasileira foi estabelecida em face de um movimento de centrifugismo, enquanto, nos Estados Unidos da América do Norte, seguiu um movimento de centripetismo, em que cada sociedade figurava como uma nação independente e soberana, pelo preferiram todas a fusão numa só personalidade, alienando sua soberania nas mãos de um Governo politicamente centralizado, tendo em vista os interesses superiores da coletividade (RUSSOMANO, 1965, p. 45).

O federalismo brasileiro teve como inspiração o norte-americano, mas, ao longo da Velha República, ele seria marcado pelas disputas entre as oligarquias locais e a predominância da “República do café-com-leite” articulada pelos dois grandes Estados, São Paulo e Minas Gerais, além de uma terceira força, coordenada pelo Rio Grande do Sul, contexto em que somente os grandes Estados estavam ao abrigo da ajuda federal direta, impondo seus interesses na formulação da política econômica, ao passo que os pequenos Estados obedeciam porque eram pobres e continuavam pobres porque não participavam dos estímulos comandados pela União, circunstância que permitiu que a *política dos governadores* evoluísse para a supremacia do presidente da República, numa tendência que o presidencialismo favorecia (FAORO, 2000, p. 185).

Um exemplo notório dessa política dos governadores foi a gestão do Presidente Campos Salles (1898-1902), que se notabilizava por uma atmosfera política impermeável ao *demos*, em que as formas de convivência entre os diferentes segmentos da *polis* estavam definidas e onde eram previsíveis os critérios de seu acesso ao governo (LESSA, 1988, p. 93), o qual enxergava a autonomia dos Estados apenas como um meio ou um instrumento para

garantir a autonomia do Executivo federal.

A adesão dos chefes estaduais era dependente do pagamento de vantagens a partir de uma definição de uma distribuição do poder federal que fosse capaz de contemplar o apetite das oligarquias, de acordo com o peso político, do que resultou uma ordem fraturada (LESSA, 1988, p. 146), em que os cargos ou verbas federais puderam servir como recursos necessários para a domesticação dos conflitos locais (LESSA, 1988, p. 154).

No período Campos Salles a tributação que incidiu sobre o *demos* (povo) elevou-se, principalmente com a criação de impostos da União que recaiam sobre produtos farmacêuticos, perfumaria, vela, calçados, vinagre, tecidos, chapéus, bengalas, entre outros, tudo com a finalidade de garantir os interesses da União contra a absorção de alguns impostos pelos Estados-membros (LESSA, 1988, p. 104).

Ou seja, essa lógica instalada nos governos da República Velha foi marcada pela forte presença das oligarquias locais, sobretudo de Minas Gerais e São Paulo, e também por um modelo republicano que, na prática, não privilegiava o povo, além de notoriamente instaurar uma verdadeira hierarquia entre as unidades da federação, com inegável predileção por apenas dois Estados em detrimento dos demais.

É lícito afirmar que a Carta de 1891 ruiu desastrosamente em face das diversas oligarquias nacionais existentes, situação que se estende ao longo de toda a República Velha, em que grassa o simples controle oligárquico, o afastamento da participação popular, a debilidade da autonomia municipal, a realização de uma espécie de *recentralização* do poder político nas capitais dos grandes Estados da Federação e a autoritária irresponsabilidade interventora do Presidente da República, consolidando-se, de fato, apenas uma redistribuição do poder estatal por grupos familiares e áulicos de oligarquias estaduais (ZIMMERMANN, 1999, p. 307).

A realidade federativa que emergiu a partir da Constituição republicana de 1891 foi, portanto, marcada por essa concentração de recursos financeiros nas mãos de poucas unidades da Federação, situação em que os recursos públicos foram canalizados para alguns poucos estados, revelando que a federação brasileira nasceu sob a égide da reunião dos recursos federais destinados a poucos estados, de modo que escassas relações existiam entre os entes constitutivos da federação, caracterizando esse período como o de uma federação isolada (SOUZA, 2005, nº 24, p. 105-121).

O artigo 7º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 previa a competência exclusiva da União para decretar impostos sobre a importação de procedência estrangeira e taxas de selos e de correios e telégrafos, enquanto aos Estados, no artigo 9º, reservava a com-

petência exclusiva para decretar impostos sobre a exportação de mercadorias de sua própria produção; sobre imóveis rurais e urbanos; sobre transmissão de propriedade; sobre indústrias e profissões, além da instituição de taxas e contribuições afetas a atividades ou serviços por eles desempenhados (BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891..., 2015).

Não se deve deixar de mencionar que, por meio do artigo 31 da Lei nº 4.625 de 31 de dezembro de 1922, foi pela primeira vez introduzido o imposto de renda no Brasil, que já dividia em quatro categorias os rendimentos sujeitos ao novo (velho) tributo: 1º) comércio e qualquer exploração industrial, inclusive agrícola; 2º) capitais e valores mobiliários; 3º) ordenados públicos e particulares, subsídios, emolumentos, gratificações, bonificações, pensões e remunerações sobre qualquer título e forma contratual; 4º) exercício de profissões não comerciais e não compreendidas em categoria anterior (FERREIRA, 1986, p. 75).

Esse isolamento federativo foi interrompido em 1930, com o golpe de Vargas, que perdoou as dívidas dos estados com a União, inclusive a maior de todas, a de São Paulo, bem como aprovou uma reforma eleitoral, que, entre outras medidas, aumentou a representação política das unidades federativas menos populosas na Câmara dos Deputados, visando contrabalançar o poder de alguns poucos estados, com o amortecimento das heterogeneidades regionais e como forma de acomodar as assimetrias de poder entre unidades territoriais que registravam grandes diferenças econômicas (SOUZA, 2005, nº 24, p. 105-121).

No Texto Constitucional de 1934, em seu art. 1.º, manteve-se a República Federativa, disciplinando a competência privativa da União nos arts. 5.º e 6.º. A competência dos Estados-membros estava enumerada nos arts. 7.º e 8.º. Este regime constitucional teve curta duração, pelo que se tornou impossível uma previsão sobre as possibilidades do ordenamento básico para reestruturação dessa nova fase do federalismo (BARACHO, 2011, v. 3, p. 91).

A Carta de 1934 abandona o federalismo dual e implanta o modelo cooperativo, e, extremamente comprometida com as forças político-ideológicas da época, procura conciliar federalismo e unitarismo. A esfera de competências da União é ampliada com instrumentos intervencionistas; a competência dos Estados é restringida, devido à transferência para a União do poder de legislar sobre direito adjetivo (além do direito substantivo que já lhe cabia), e os Municípios passam a ter capacidade fiscal (RANIERI, 1994, v. 9, p. 87).

Com a centralização do poder no órgão central, a Constituição de

1934 permitiu que o produto da arrecadação dos tributos se concentrasse cada vez mais nos cofres da União, um fenômeno que há muito tem caracterizado o federalismo tributário no Brasil, e que, na época, demarcava a questão tributária na Federação, concentrando o ente central a arrecadação do imposto de renda, dos produtos industrializados – o país vivia um processo de industrialização crescente – e da tributação dos valores mobiliários e a contribuição parafiscal, além de controlar a repartição dos encargos e respectivas despesas entre as diferentes esferas de governo e administração, ao passo que a riqueza fundiária e imobiliária, que era tributada pelos entes locais – Estados e Municípios – apequenou-se diante do vulto dos valores mobiliários e monetários que constituíram a base de imposição fiscal dos governos nacionais (BORJA, 2011, v. 3., p. 37).

A década de 1930 foi marcada pela exasperação no contexto social das ideologias comunistas, o que motivou o Presidente Getúlio Vargas, eleito apenas para o período de quatro anos, a dissolver a Câmara e o Senado, a instituir a ditadura e a centralizar todo o poder no Executivo, promulgando, de forma a ratificar formalmente seus atos, a Carta Constitucional de 1937, em que não apenas a democracia foi descartada, como também o federalismo, por meio da absorção, pelo Poder Executivo da União, da autonomia anteriormente outorgada aos Estados, com medidas como a supressão da destinação de parte da receita tributária federal ao Nordeste e a concentração do produto da arrecadação do imposto residual ao erário da União (GOUVEIA, 2008, v. 22, p. 293).

O que se sucedeu com o Estado Novo foi a instituição de um federalismo nominal, em que se verificou um intenso processo de desconstitucionalização, com a lei ordinária substituindo a estrutura federal nominal pela estrutura legal do Estado unitário, realidade na qual a rigidez da Constituição passou a curvar-se ao voluntarismo dos Decretos-leis, flexibilizada que estava pela vontade legislativa monopolizada pela figura do Presidente da República (HORTA, 1964, p. 204).

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937, que adotou o modelo federativo (art. 3º), previa, como corolário da forte centralização do Poder Executivo Federal, a possibilidade de o Presidente da República editar decretos-lei em matéria de impostos (art. 13, alínea d), bem como atribuía à União o poder de decretar impostos sobre a importação de mercadorias de procedência estrangeira; de consumo de quaisquer mercadorias; de renda e proventos de qualquer natureza; de transferência de fundos para o exterior; sobre atos emanados do seu governo, negócios da sua economia e instrumentos ou contratos regulados por lei federal; e, nos Territórios, os que a Constituição atribui aos Estados; além de cobrar taxas telegráficas,

postais e de outros serviços federais; de entrada, saída e estadia de navios e aeronaves, sendo livre o comércio de cabotagem às mercadorias nacionais e às estrangeiras que já tenham pago imposto de importação (art. 20, incisos I e II) – (BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937..., 2015).

Aos Estados-membros, a Constituição de 1937 reservava a competência de decretar impostos sobre a propriedade territorial, exceto a urbana; transmissão de propriedade causa mortis; transmissão de propriedade imóvel *inter vivos*, inclusive a sua incorporação ao capital de sociedade; vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, isenta a primeira operação do pequeno produtor, como tal definida em lei estadual; exportação de mercadoria de sua produção até o máximo de dez por cento *ad valorem*, vedados qualquer adicionais; indústrias e profissões; atos emanados do seu governo e negócios da sua economia, ou regulados por lei estadual; além de cobrar taxas de serviços estaduais (art. 23), podendo ainda criar outros impostos, desde que não invadissem a esfera da competência tributária da União, cujo poder de tributar prevalecia em caso de concorrência competencial (art. 24) – (BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937..., 2015).

Aos Municípios pertencia, basicamente, o poder de decretar os seguintes impostos: o imposto de licença; o imposto predial e o territorial urbano; os impostos sobre diversões públicas; as taxas sobre serviços municipais (art. 28) - (BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937..., 2015).

Na Constituição de 1937, os estados perderam a competência privativa para tributar o consumo de combustíveis de motor de explosão e aos municípios foi retirada a competência para tributar a renda das propriedades rurais, mas, por outro lado, o campo residual passou a pertencer somente aos estados, sem qualquer repartição da arrecadação; em 1940, a Lei Constitucional nº 3 vedou aos estados o lançamento de tributos sobre o carvão mineral nacional e sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e a Lei Constitucional nº 4 incluiu na competência privativa da União o imposto único sobre a produção, o comércio, a distribuição, o consumo, a importação e a exportação de carvão mineral e dos combustíveis e lubrificantes líquidos de qualquer origem, ou seja, o imposto de vendas e consignações tornou-se rapidamente a principal fonte de receita estadual correspondendo, no início da década de 40, a cerca de 45% da receita tributária dos estados, enquanto a participação do imposto de exportação caía para pouco mais que 10%, inferior às dos impostos de transmissão *inter vivos* e de indústrias e profissões (VARSANO, 1998, p. 4).

Para Marta Arretche (2005, nº 24, p. 69-85), após ser derrotado na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, Getúlio Vargas instituiu em 1937 um Conselho Supremo que garantia à União a coordenação da política econômica e tributária nacional, o que, juntamente com as decisões da Constituição de 1934, implicou a federalização da autoridade para legislar sobre os impostos dos governos subnacionais.

Todavia, a derrota da aliança entre o nazismo e o fascismo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) fez emergir pressões no seio da sociedade brasileira, que almejava a concretização das liberdades democráticas, o que resultou num clima hostil ao regime ditatorial então vigente, à medida que era senso comum que não seria concebível a permanência de um *establishment* similar àquele que os Aliados ajudaram a destruir na Europa (ZIMMERMANN, 199, p. 320), daí emergindo as vicissitudes históricas que iriam culminar com a promulgação da Carta democrática de 1946.

Com a Constituição de 1946, adverte D'Ávila, os Estados recuperaram parte de sua "autonomia" política, mas o Brasil estava distante de um modelo federalista nos moldes norte-americanos; o sistema federativo proposto havia criado um enorme vácuo entre as competências constitucionais reservadas aos Estados e sua independência financeira, de modo que as unidades federativas continuavam amarradas ao governo federal por um estratégia engenhoso (a ordem econômica) e, por meio da legislação tributária e fiscal, dos monopólios estatais e dos vários mecanismos intervencionistas na economia, os estados continuavam dependentes da União (D'ÁVILA, 1995, p. 62).

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 conferia à União o poder de decretar impostos sobre importação de mercadorias de procedência estrangeira; consumo de mercadorias; produção, comércio, distribuição e consumo, e bem assim importação e exportação de lubrificantes e de combustíveis líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza, estendendo-se esse regime, no que for aplicável, aos minerais do País e à energia elétrica; renda e proventos de qualquer natureza; transferência de fundos para o exterior; negócios de sua economia, atos e instrumentos regulados por lei federal e sobre a propriedade territorial rural (art. 15), além dos impostos de competência dos Estados sobre fatos geradores ocorridos em Territórios (art. 16) – (BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946..., 2015).

Aos Estados-membros cabia os impostos sobre Transmissão de propriedade *causa mortis*; vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais, isenta, porém, a primeira operação do pequeno produtor, conforme o definir a lei estadual; exportação de merca-

dorias de sua produção para o estrangeiro, até o máximo de 5% (cinco por cento) ad valorem, vedados quaisquer adicionais; os atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia (art. 19) - (BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946..., 2015).

Por sua vez, aos Municípios couberam os impostos sobre transmissão de propriedade imobiliária *inter vivos* e sua incorporação ao capital de sociedades; sobre propriedade territorial urbana; sobre propriedade predial; sobre licenças; sobre indústrias e profissões; sobre diversões públicas, sobre atos de sua economia ou assuntos de sua competência (art. 29) - (BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946..., 2015).

A Constituição de 1946 ainda previu expressamente a competência comum da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios para cobrança de contribuição de melhoria, quando se verificasse valorização do imóvel, em consequência de obras públicas; taxas e quaisquer outras rendas que pudessem provir do exercício de suas atribuições e da utilização de seus bens e serviços (art. 30) - (BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946..., 2015).

Por fim, vale lembrar que, consolidado o regime de separação de fontes tributárias, uma das principais inovações da Constituição de 1946 foi a adoção de um sistema de transferências fiscais, pelo qual um nível de governo estaria constitucionalmente obrigado a transferir parte de suas receitas a outro (ARRETCHE, 2005, nº 24, p. 69-85).

O golpe de 1964 mergulhou o Brasil no turbilhão dos regimes autoritários que passaram a imperar na América Latina a partir da década de 1960. Paradoxalmente, os militares não promulgaram imediatamente uma nova Constituição, embora tenham feito várias emendas à Constituição de 1946, de modo que a Constituição do regime militar só sobreveio em 1967 e em 1969 uma longa emenda constitucional foi editada; nesse ambiente autoritário, as Constituições de 1967-1969 e a reforma tributária de 1966 centralizaram na esfera federal o poder político e tributário, afetando o federalismo e suas instituições, o que não significou, todavia, a eliminação do poder dos governadores nem dos prefeitos das principais capitais (SOUZA, 2005, nº 24, p. 105-121).

O modelo unionista implantado pelo regime militar visava, basicamente, centralizar ao máximo o poder político e as decisões econômicas nas mãos do Governo Federal, sobretudo porque o objetivo do regime militar instaurado a partir de 1964 era eliminar a influência centrífuga das unidades subnacionais presente no federalismo do período 45/64, à medida que a existência de estados fortes seria um contrapeso indesejável e repudiado pelo governo autoritário (ABRUCIO, 1994, nº 33, p. 165-190).

Um dos objetivos centrais do “federalismo de integração” implantado pelos “revolucionários de 1964” era esvaziar o poderio dos governadores a fim de que não pudessem colocar os recursos das administrações estaduais a serviço de movimentos ou organizações sociais que desafiassem as orientações do governo central da União (SALLUM JR, 1996, v. 8, nº 2, p. 27-52).

Com maioria no Congresso, o governo aprovou a Constituição de 1967, que institucionalizou o regime militar. Como característica principal, centralizou os poderes na União, notadamente no Executivo, em detrimento dos demais Poderes do Estado e das outras unidades federadas, descaracterizando a democracia e o Estado federal. O aspecto positivo foi a manutenção do sistema tributário nacional constituído sobre pilares federativos (GOUVEIA, 2008, v. 22, p. 293).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 trouxe consigo o sistema tributário nacional, e a Carta estatuiu, em seu art. 19, que competia à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios arrecadar os impostos previstos na própria Constituição; as taxas pelo exercício regular do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos de sua atribuição, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição; e também a contribuição de melhoria dos proprietários de imóveis valorizados pelas obras públicas que os beneficiaram (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1967..., 2015), repetindo, nalguns aspectos, a diretriz da Constituição de 1946.

Previu a Carta de 1967 que somente a União, nos casos excepcionais definidos em lei complementar, podia instituir empréstimo compulsório e que competiam ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e Municípios; e à União, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se o Território não for dividido em Município, os impostos municipais, além de determinar que apenas a lei complementar estabelecerá normas gerais de direito tributário, dispondo sobre os conflitos de competência tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e regularia as limitações constitucionais do poder tributário (art. 19, §§ 4º e 5º) – (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1967..., 2015).

A Constituição de 1967 também estabeleceu a competência residual da União em matéria de impostos, atribuindo-lhe também o poder de decretar impostos sobre: importação de produtos estrangeiros; exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados; propriedade territorial rural; rendas e proventos de qualquer natureza, salvo ajuda de custo e diárias pagas pelos cofres públicos; produtos industrializados;

operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; serviços de transporte e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal; produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos; produção, importação, distribuição ou consumo de energia elétrica; extração, circulação, distribuição ou consumo de minerais do País (art. 22), além de impostos extraordinários (art. 23), empréstimos compulsórios (art. 19, §4º) e contribuições de intervenção no domínio econômico (art. 157, § 9º) – (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1967..., 2015).

O exercício da competência tributária sofreu uma série de vedações, entre elas: a proibição de a União instituir tributo que não fosse uniforme em todo o território nacional, que importasse distinção ou preferência em relação a determinado Estado ou Município; a vedação à União de tributar a renda das obrigações da dívida pública estadual ou municipal e os proventos dos agentes dos Estados e Municípios em níveis superiores aos que fossem fixados para as suas próprias obrigações e para os proventos dos seus próprios agentes; aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, era proibido estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino (art. 21) – BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1967..., 2015).

Outras importantes limitações ao poder de tributar foram estabelecidas: proibição de instituir ou aumentar tributo sem que a lei o estabelecesse, ressalvados os casos previstos na Constituição; vedação de estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, exceto o pedágio para atender ao custo de vias de transporte; proibição de um ente criar imposto sobre o patrimônio, a renda ou os serviços de outro ente federativo; vedação de tributar, por meio de impostos, templos de qualquer culto; proibição de criar imposto sobre o patrimônio, a, renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos que fossem fixados em lei; proibição de tributar, também por meio de imposto, o livro, os jornais e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão (art. 20) – (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1967..., 2015).

Ainda se destacava a possibilidade de a União, mediante lei complementar, atendendo relevante interesse social ou econômico nacional, conceder isenções de impostos federais, estaduais e municipais (art. 20, § 2º) – (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1967..., 2015).

A competência tributária dos Estados e do Distrito Federal cingiu-se, em razão da centralização do regime militar, à decretação de impos-

tos sobre a transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza e acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre direitos à aquisição de imóveis; e as operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por produtores, industriais e comerciantes (art. 24) – (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1967..., 2015).

Aos Municípios restou a competência tributária que lhe conferia o poder de decretar impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana e sobre serviços de qualquer natureza que não estivessem compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, desde que definidos em lei complementar (art. 25) – (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1967..., 2015).

Apesar da forte centralização dos recursos financeiros na figura da União, foi a reforma tributária dos militares que promoveu o primeiro sistema de transferência intergovernamental de recursos da esfera federal para as subnacionais, por meio dos fundos de participação (Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – (SOUZA, 2005, nº 24, p. 105-121).

Pode-se assim dizer que esses foram os principais aspectos que caracterizaram o sistema tributário nacional da Constituição de 1967.

Com o advento da Emenda Constitucional de 1969, estabeleceu-se uma nítida superioridade política, jurídica e financeira da União sobre os Estados-membros, que se revelou de diversas maneiras, entre as quais, uma maior amplitude de competências e atribuições legislativas da União, que também detinha superioridade financeira, além de ser atribuída competência a um órgão federal (STF) para solucionar os conflitos entre a União e os Estados-membros, além do instituto da intervenção federal, que sacralizava a fiscalização do ente central sobre os subnacionais, concedendo à União uma preeminência indiscutível no regime de relações entre o poder federal e os poderes estaduais (FERRERI, 1995, p. 32).

A Emenda Constitucional 1/69 acentua a tendência autoritária centralizadora do Texto anterior e aumenta a competência da União, reduzindo a dos Estados e recrudescendo a ingerência central na organização político constitucional dos Estados-membros; à União é atribuída competência absoluta em matéria econômico-financeira, além de ampliar as hipóteses de intervenção federal nos Estados por razões de segurança nacional ou econômico-financeiras, arranjo político que ficou conhecido como “federalismo de integração” (RANIERI, 1994, v. 9, p. 87).

Embora mantivesse basicamente o sistema tributário nacional da Constituição de 1967, houve a introdução de alguns dispositivos que estabe-

leceram expressamente a competência da União para cobrar contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse da previdência social ou de categorias profissionais (art. 21, §2º) – (BRASIL, Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969..., 2015).

Essas sucessivas alterações do Texto Constitucional moldou o cenário que emergiria na Assembleia Constituinte instalada em 1986, ocasião em que, influenciada pelas reivindicações democráticas que ecoavam na sociedade brasileira a partir da metade da década de 1980, intentou-se um novo pacto federativo, descentralizando-se o poder e distribuindo-o entre os entes subnacionais.

Todavia, como será comentado adiante, essa tentativa restou frustrada, pois, ao longo da vigência da Constituição de 1988, a União novamente engendrou mecanismos tributários que realocaram a concentração dos recursos fiscais no órgão central, outra vez desfigurando o pacto federativo.

3 A distribuição das competências tributárias: o federalismo fiscal na Constituição de 1988

A partir das eleições e da posse dos governadores eleitos em 1982 o cenário político mudou, não apenas em função da mencionada duplicidade das fontes de legitimidade, e não somente porque os governadores que passaram a exercer o poder em virtude do voto popular apropriaram-se de recursos políticos importantes, com os quais ganharam melhores condições de luta em face da União, mas a dinâmica política se alterou principalmente porque, em meio à crise econômica, executivo federal e governos de estado passaram a constituir-se em polos opostos também no que se refere à política monetária e fiscal (SALLUM JR., 1996, v. 8, nº 2, p. 27-52).

O sistema tributário engendrado pela Constituição de 1988, ao contrário do originado pela reforma da década de 1960, elaborado por uma equipe técnica em gabinetes, foi fruto de um processo participativo em que os principais atores eram políticos (VARSANO, 1998, p. 12).

Por outro lado, sem dúvida a grande inovação da Constituição de 1988, em termos de pacto federativo, foi a inclusão dos Municípios como entes que passaram a integrar a federação, surgindo no Brasil um sistema distinto que elevou o ente municipal à categoria de entidade autônoma, isto é, entidade de organização e governo próprios e competências exclusivas (SILVA, 2011, p. 640).

Nesse contexto, a análise das competências tributárias, a partir da Constituição de 1988, tem de ser feita levando-se em consideração o novo

status alcançado pelos Municípios, que então passaram a ter capacidade de autogoverno, de auto-organização, capacidade normativa própria e capacidade de autoadministração (SILVA, 2011, p. 641).

Deveras, a inclusão do Município como ente da Federação causou um impacto na estrutura do federalismo fiscal brasileiro, na medida em que foram reconhecidos como membros da federação, em pé de igualdade com os estados no que diz respeito a direitos e deveres ditados pelo regime federativo, tendo como principais consequências desse fenômeno o largo campo de competência impositiva dos municípios e a instituição de transferências compensatórias federais semelhantes às que beneficiam os estados (REZENDE, 1995, v. 15, nº 3, 1995).

Entretanto, nem todos comungam a perspectiva desse “desequilíbrio” provocado pela “força tradicional dos Municípios”, na medida em que vislumbram justamente o contrário na realidade federativa brasileira, na qual a União apareceria como ente predominante, centralizando os recursos, sem promover uma distribuição equilibrada entre os outros entes federados, pois a inexistência de critérios equitativos na distribuição de recursos provoca desequilíbrio entre os centros federativos de poder, de modo que as limitações ao poder de tributar não devem tornar exangues as fontes dos Municípios e Estados, nem deve haver a instituição de mecanismos de imunidades de tal ordem que atinjam somente as esferas menores da federação (OLIVEIRA, 2005, v. 61, p. 179).

Independente das percepções sobre o pacto fiscal federativo implantado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o fato é que as competências tributárias ou o poder de tributar estabelecido na Carta Magna, bem como a repartição de receitas tributárias da União destinada aos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, têm o condão de assegurar que tais entes possam cumprir as atribuições e deveres constitucionalmente fixados pelo Constituinte a cada um dos entes federados, especialmente na execução de políticas públicas.

Daí exsurge a ideia segundo a qual seria inconstitucional eventual emenda à Constituição que pretendesse modificar a estrutura das competências tributárias consignadas no Texto Constitucional, pois ao poder de tributar de cada ente federado corresponde (ou deveria corresponder) à amplitude dos deveres fixados constitucionalmente, de modo que uma pretensa reforma afrontaria o próprio princípio federativo e violaria, por consequência, uma cláusula pétrea, à medida que tenderia a abolir a Federação conforme estabelecida pelo constituinte originário de 1988, para criar outro modelo que, se não se traduz em um estado unitário, se afasta da ideia federativa consagrada historicamente em 05 de outubro de 1988

(RIBEIRO, 2000, nº 222, p. 87-96).

Nesse contexto, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delimitou as competências tributárias da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios, dando concretude ao denominado pacto federativo por meio do sistema tributário nacional (arts. 145-162).

A Constituição de 1988 instituiu vários princípios tributários, tais como o da legalidade, isonomia, anterioridade anual e nonagesimal, proibição de confisco (art. 150, incisos I, II, III, IV), bem como a proibição de os entes federados instituírem impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão e, mais recentemente, sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser (art. 150, VI) – (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988..., 2015).

À União foi atribuída a competência para instituir impostos sobre importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; propriedade territorial rural; grandes fortunas, nos termos de lei complementar (art. 153), além de taxas e contribuição de melhoria (art. 145) e também empréstimo compulsório (art. 148), contribuições sociais (arts. 149 e 195), de intervenção no domínio econômico (art. 149) e de interesse das categorias profissionais ou econômicas (art. 149), lembrando ainda dos impostos extraordinários e dos impostos residuais (art. 154) - (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988..., 2015).

Aos Estados-membros e ao Distrito Federal (registrando-se que o DF cumula a competência tributária dos Estados e dos Municípios) competiu instituir de impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; e propriedade de veículos automotores (art. 155) e aos Municípios (e também ao Distrito Federal) instituir impostos sobre propriedade pre-

dial e territorial urbana; transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar (art. 156) - (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988..., 2015).

Houve também a previsão da repartição das receitas tributárias, em que a União e os Estados-membros repassam parcela da arrecadação de impostos ao Município, de modo que pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; e vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I (art. 157) - (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988..., 2015).

Aos Municípios foi destinado o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios; e vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (art. 158) - (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988..., 2015).

A União ainda entrega, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma: a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer; d) um por cento ao Fundo de Parti-

cipação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007); e) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano (art. 159, inciso I) - (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988..., 2015).

Além disso, deve entregar, do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados; do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo (art. 159, II e III) - (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988..., 2015).

Tal como em relação às transferências constitucionais, a trajetória das vinculações constitucionais de gasto do regime militar para a Constituição de 1988 sugere um paralelo entre regime político e centralização-descentralização fiscal, todavia esse paralelo não se estende ao período democrático, posterior a 1988, porquanto a União não apenas passou a reter parte das transferências constitucionais como também ampliou progressivamente a regulamentação das decisões de gasto dos governos subnacionais (ARRETCHE, 2005, nº 24, p. 69-85).

Esse é o panorama geral em matéria de competência tributária, pelo que se nota uma indisfarçável preponderância por parte da União, que agrega em torno de si a maioria dos tributos e, dessa maneira, concentra em si a maior parte do produto da arrecadação no Estado brasileiro.

Poder-se-ia contrapor que as disposições concernentes à repartição das receitas tributárias neutralizariam a predominância do ente federal em matéria de tributação. Entretanto, o desequilíbrio inicial provocado pela Constituição de 1988, que descentralizou e, em contrapartida, aumentou as incumbências do órgão central, acarretou novamente a progressiva concentração da arrecadação na figura da União, que passou a criar e a majorar tributos não partilháveis com Estados e Municípios, impelida por suas crescentes dificuldades fiscais (PALOS E CRUVINEL, 2011).

Esse cenário criou verdadeiro óbice à efetivação de um federalismo realmente cooperativo, descentralizado, horizontal, a ponto de o governo federal, aparentemente de modo deliberado, conferir incentivos ao setor produtivo com tributos partilhados, como o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, ou de implantar a incidência de um tributo não com-

partilhado e, concomitantemente, reduzir a incidência de um tributo com-partilhado, incidente sobre o mesmo fato gerador (PALOS E CRUVINEL, 2011).

Dessa forma, a redistribuição financeira implantada a partir da Constituição de 1988 não trouxe consigo uma equilibrada distribuição dos encargos, tendo sido mantido na esfera de competências da União grande parte das atividades governamentais (ABRUCIO, 1994, nº 33, p. 165-190), mesmo tendo, num primeiro momento, perdido recursos tributários, lógica que, como ressaltado anteriormente, inverteu-se no curso da vigência da Carta de 1988, durante o qual houve um aumento da arrecadação dos tributos federais não compartilhados pela União com os demais entes federativos.

Todos esses fatores contribuíram para a desconstrução da ideia federativa originária, em que se vislumbrava a descentralização efetiva do modelo de Federação brasileira, principalmente no que diz respeito à tributação e à partilha dos recursos arrecadados pelos entes federados, com a cooperação da União e maior participação das unidades subnacionais na conjuntura do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro nem sempre adotou o regime federativo, já que na época do Império tratava-se de um Estado unitário, controlado pelo monarca que herdou de seus antepassados portugueses a Coroa do Império do Brasil.

A partir da queda do Império e a ascensão do regime republicano, em 1889, o Brasil organiza-se em República Federativa, composta inicialmente por províncias e, mais tarde, por Estados-membros, estrutura política que, ao longo do século XX, permaneceu praticamente inalterada, oscilando apenas entre fases mais centralizadoras e períodos menos unionistas.

O fato é que no federalismo brasileiro, inspirado no norte-americano, houve, desde o surgimento da estrutura federativa, sempre uma tendência em centralizar as atividades governamentais e os recursos tributários no poder central, frustrando a ideia de um federalismo cooperativo no sentido mais rigoroso da palavra.

Desde a década de 1930, notou-se uma intensa concentração das competências tributárias nas mãos do órgão central, apesar de excepcionada por períodos em que se buscava um pacto federativo mais harmônico, como intentado na Constituição de 1946 e na Carta de 1988.

A União assumiu várias incumbências institucionais na Carta de 1988, sem a correspondente contrapartida de competências tributárias que lhe possibilitariam dar conta dessas atribuições, o que acabou por ensejar a criação de instrumentos de tributação que permitiam ao poder central arrecadar recursos sem a necessidade de partilhá-los com os entes subnacionais.

Essas vicissitudes do federalismo brasileiro, que sempre repete a lógica da centralização dos recursos e exclui os poderes estaduais e regionais da participação efetiva no orçamento público brasileiro, tem se constituído em obstáculo à concretização de um federalismo verdadeiramente cooperativo, fator que impede o desenvolvimento autônomo das economias locais, as quais ainda dependem do aval central para implementação de políticas públicas que favoreçam a população diretamente interessada.

Nesse contexto, dada a peculiaridade do federalismo brasileiro, a discussão sobre a reforma tributária que venha efetivamente partilhar o “bolo” da arrecadação ou até mesmo o debate sobre a mudança de pontos da Constituição atual entram na ordem do dia, principalmente pela necessidade que tem o país de se desvincular dos ranços políticos que travam e obstam a realização de um pacto federativo marcado pela cooperação dos entes federados.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Os barões da federação. *Lua Nova*, n.33, São Paulo, p. 165-190, ago. 1994.
- ARRETCHE, Marta. Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n° 24, p. 69-85, jun. 2005.
- BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. *História do tributo no Brasil*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.
- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Novos rumos do federalismo. *Revista dos Tribunais*, Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional, v. 3, p. 91, mai/2011.
- BORJA, Célio. Federalismo brasileiro. *Revista dos Tribunais*, Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional, v. 3, p. 37, mai/2011.
- BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 02/06/2015.

- _____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 02/06/2015.
- _____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 15/06/2015.
- _____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 15/06/2015.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em 15/06/2015.
- _____. *Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 16/10/2015.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 17/06/2015.
- _____. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 1.225, de 20 de agosto de 1864*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1225-20-agosto-1864-554707-norma-pl.html>>. Acesso em: 22/10/2015.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.
- D'ÁVILA, Luiz Felipe. A federação brasileira. In: BASTOS, Celso Ribeiro (Coord). *Por uma nova federação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- ELLIS, Myrian Ellis et al. *Brasil monárquico: declínio e queda do império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. v. 2, 10. ed., São Paulo: Publifolha, 2000.
- FERREIRA, Benedito. *Legislação tributária: a história da tributação no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1986.
- FERRERI, Janice Helena. A federação. In: BASTOS, Celso Ribeiro (Coord). *Por uma nova federação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- FREIRE, Felisbello de Oliveira. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.
- GOUVEIA, Carlos Marcelo. Notas sobre a história do federalismo. *Revista do*

- Instituto dos Advogados de São Paulo*, v. 22, p. 293, jul/2008.
- HAMILTON, Alexander. *O Federalista*. Hamilton, Madison e Jay. Tradução de Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2003.
- HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- HORTA, Raul Machado. Tendências atuais da Federação brasileira. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, v. 16, p. 7, jul/1996.
- _____. *A autonomia do Estado-Membro no Direito Constitucional Brasileiro*. Belo Horizonte: s. n., 1964.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- LIMA, Oliveira. *O império brasileiro (1822-1889)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- MEIRA, Silvio. Federalismo e centralização. *Revista dos Tribunais*, Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional, v. 3, p. 257, mai/2011.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Federalismo fiscal e pacto federativo. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, v. 61, p. 179, mar/2005.
- PALOS E CRUVINEL, Aurélio Guimarães. *A Constituição de 1988 e o pacto federativo fiscal*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011.
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco. Sobre o federalismo e o Estado federal. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, v. 9, p. 87, Out/1994.
- REZENDE, Fernando. Federalismo fiscal no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 15, nº 3, julho-setembro/1995.
- RIBEIRO, Ricardo Lodi. Pacto federativo e reforma tributária. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, 222: 87-96, out/dez 2000.
- RUSSOMANO, Rosah. *O princípio do federalismo na Constituição Brasileira*. São Paulo: Freitas Bastos S.A., 1965.
- SALLUM JR., Brasília. Federação, autoritarismo e democratização. *Tempo Social*, Revista de Sociologia, USP, S. Paulo, v. 8, nº 2, p. 27-52, out/1996.
- SILVA, José Afonso. *Curso de direito constitucional positivo*. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 24, p. 105-121, jun. 2005.

- SOUZA, Carlos Fernando Mathias de. *Breve passeio pela história do direito brasileiro, passando pelos tributos*. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1999.
- SOUZA, Moacyr Benedicto de. A natureza jurídica do quinto do ouro. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, v. 56, n. 1, p. 299-327, 1961.
- VARSANO, Ricardo. *A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas*. Brasília: IPEA, 1998.
- ZIMMERMANN, Augusto. *Teoria geral do federalismo democrático*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

Recebido em 16/08/2015

Aprovado em 24/10/2015

A CASA DO BANDEIRANTE: UMA REVISÃO DE SUAS ORIGENS

THE HOUSE OF THE BANDEIRANTE: A REVIEW OF ITS ORIGINS

Günter Weimer¹

RESUMO

O tema da casa bandeirista não é novo. Porém, até agora foi pouco explorado o exame de suas origens tipológicas, ressaltadas as constatações de que tenham sido provenientes de Portugal, com algumas influências da arquitetura indígena. Nossos estudos constataram a existência de outras influências como a africana (tanto da África Branca como Negra), a berbere e a germânica. E, contra as expectativas, não foi possível detectar significativas influências indígenas. Também se pretende discutir as eventuais influências orientais na configuração das mesmas

Palavras-chave: Casas bandeiristas. Arquitetura popular. Taipa. Arquitetura colonial brasileira.

ABSTRACT

The study of the bandeirista house is not new. However, so far the analysis of its typologic origins has not been well explored, except for the remark that it has Portuguese origins with some Amerindian architecture influence. Our studies reveal the occurrence of other influences, such as African (from both black and white Africa), Berber, and Germanic. But in opposition to the expected, no significant Amerindian influence was detected. The present paper also intends to discuss the possible Eastern influences in its configuration.

Keywords: Bandeiristas houses. Vernacular architecture. Rammed earth technique. Brazilian colonial architecture.

Desde há muito a questão da casa do bandeirante vem sendo objeto de nossa curiosidade seja por dever de ofício, como professor de história da arquitetura brasileira, seja em decorrência de nossas pesquisas sobre nossa arquitetura popular. Quando publicamos o livro *Arquitetura popular brasileira*², receosos de causar eventuais polêmicas, foram contornadas algumas questões suscitadas pelo tema. Porém a apresentação de alguns pontos passíveis de motivar controvérsias no Congresso Internacional da História

1 Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1963. Professor titular aposentado da FAU-UFRGS, da UNISINOS e da FAU-PUCRS. E.mail: gunterweimer@gmail.com

2 WEIMER, Günter. *Arq. pop. Bras.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

da Construção Luso-Brasileira³ mostrou que os receios eram infundados, em razão do que se resolveu nesta contribuição apresentar pontos de vista sobre as possíveis origens das mesmas.

Parece não haver dúvidas sobre os méritos de Luís Saia⁴ e de Mário de Andrade⁵ terem trazido à tona a importância da contribuição destas construções no cenário da história de nossa arquitetura popular. Embora não seja uma exclusividade o emprego da taipa de pilão nestas construções, também parece que o estudo desta técnica construtiva adquiriu relevância a partir dos estudos por estes pioneiros.

A descoberta de cerca de uma dezena de construções de configuração singular na cidade de São Paulo e seus arredores passou a chamar a atenção de diversos autores. Inicialmente, eram as próprias construções que serviam de base para estes estudos. Naquele tempo os arquitetos eram pouco afeitos à realização de levantamentos em arquivos. A fonte principal destes estudos eram as próprias construções. A escassez de dados e as idiossincrasias vigentes fizeram com que fossem procurados elementos de apoio na literatura técnica portuguesa. Os poucos resultados levaram a que estudiosos fossem a Portugal procurar por elementos mais esclarecedores. Aos poucos foi se tomando consciência da importância das pesquisas de campo. No entanto, nem estas trouxeram resultados satisfatórios.

Parece ser uma regra do espírito humano que, quando pouco se sabe a respeito de um assunto, mais se aguça a imaginação. Isso, normalmente, conduz a resultados que, em vez de esclarecer, acabam por levar as contradições que mais confundem que esclarecem.

Apesar da percepção da existência de interpretações divergentes, não nos foi facultado aprofundamento destas questões em pesquisas de arquivo pelo fato de não termos tido condições de consultar diretamente a documentação histórica existente nos acervos paulistas, questão da qual nos ressentimos até o presente. No entanto, a realização de quase uma dezena de viagens de estudo a Portugal, quatro, à África e a realização de estudos sobre a arquitetura popular germânica, abriram-nos algumas perspectivas interpretativas que podem contribuir para o entendimento da questão.

A primeira questão envolve a denominação dada a esta manifestação construtiva: casa bandeirista ou do bandeirante. Ora, todas as palavras são carregadas de ideologias. Cumpre, portanto, examinar sob que condi-

3 Realizada em Vitória, Espírito Santo, entre 04 e 06 de setembro do corrente ano.

4 SAIA, Luís. Morada Paulista. São Paulo: Perspectiva, 1972. Este livro é a reunião de uma série de artigos publicados na revista Acrópole, na década de 1950.

5 ANDRADE, Mário de. Capela de Santo Antônio. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 1, 1937.

ções históricas surgiu esta designação. É sabido que São Paulo desempenhou um papel secundário na política e na economia brasileira durante o período colonial e somente no Segundo Império começou a assumir uma presença mais relevante no cenário nacional na medida em que o café começou a migrar do Vale do Paraíba para o planalto paulista. Após a I Guerra Mundial, São Paulo passou a assumir a liderança da economia nacional. Para celebrar este desempenho, as celebrações do quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo serviram para ostentar a marcante presença do Estado no cenário nacional.

Dentro deste cenário, o passado de marginalidade passou a ser revisto e a figura do bandeirante desbravador dos sertões e alargador das fronteiras nacionais passou a ser apresentado como um herói da consolidação da nacionalidade brasileira. Se estas atividades resultaram em amplo genocídio das populações nativas e se a consolidação das fronteiras brasileiras foi o resultado de uma bem urdida trama montada pela administração do Marquês do Pombal, estes fatos foram relegados a um plano secundário à custa de uma glorificação da figura do bandeirante. Apesar de baixa estatura média dos portugueses e ainda menor dos indígenas, Alfredo Ellis⁶ via nos bandeirantes uma “raça de gigantes”. A constrangedora pobreza documentada nos inventários seiscentistas foi convertida em estoicismo e desprendimento de bens materiais nos escritos de Alcântara Machado⁷. A simples leitura dos escritos destes autores e seus contemporâneos evidencia que seus argumentos, em muitos aspectos, se aproximam mais da ficção romântica que da realidade factual.

Passada a euforia dos festejos do quarto centenário, novos pesquisadores passaram a examinar a questão com maiores cuidados. Aqui vale destacar os estudos de Carlos Lemos⁸ que deixaram claro que estas eram dos fins do século XVII e ao longo de XVIII. Estas datações vieram a trazer novas perspectivas interpretativas visto que neste período o movimento bandeirista estava em plena decadência, como foi demonstrado por Monteiro⁹. A contribuição deste autor também se constitui em peça fundamental para a reavaliação da sociedade paulista e de sua arquitetura por ter demonstrado que sua atividade principal não consistia se apenas na caça ao indígena e sua revenda às fazendas açucareiras, mas que eram importantes agricultores. Com sua produção de trigo, haviam se tornado significativos

6 ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*. São Paulo: Nacional, 1934.

7 MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Martins, 1943.

8 LEMOS, Carlos A.C. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999, entre outras obras.

9 MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.80.

fornecedores de alimentos no Rio de Janeiro e outras cidades.

Uma terceira questão importante para esta contribuição levantada por este autor foi a de que a descoberta das minas de ouro e diamantes trouxe uma profunda modificação para a sociedade paulista. Em verdade, a crise já vinha se prenunciando anteriormente:

A partir da segunda metade do século (XVII, acréscimo nosso), a aquisição de mão-de-obra indígena através do apresamento tornou-se crescentemente difícil, pois as expedições passaram a enfrentar sertões pouco conhecidos, distâncias maiores e crescentes resistências indígenas. O declínio na rentabilidade das expedições provocou uma séria crise na economia paulista¹⁰.

A alternativa encontrada foi agregar a atividade comercial às práticas agrícolas tradicionais e a demanda pela mão de obra negra nas Gerais fez com que a escravidão indígena passasse a ser substituída pela africana:

Basicamente, a escravidão africana assumiu dois aspectos nitidamente diferentes, embora complementares. E um lado, enquanto mercadoria a ser fornecida para as minas, o comércio do escravo africano colaborou para a transformação de São Paulo em entreposto comercial. Do outro, alguns escravos negros foram integrados às grandes propriedades rurais da região.¹¹

A confrontação dos estudos destes dois autores mostra que o surgimento das casas bandeiristas corresponde ao início do desencadeamento desta fase de transformação da sociedade. Para os objetivos da presente contribuição, isso vem a demonstrar que a presença do negro – e de sua cultura técnica – foi fundamental para a configuração das construções das quais passaremos a tratar.

Para Lemos, o emprego da técnica da taipa de pilão surgiu da falta de opções: não havia, na região, jazidas de carbonato de cálcio para a queima da cal; a ausência de pedras apropriadas para a construção impedia a construção desta alvenaria; madeira havia, mas ficava longe, seu transporte era dificultoso e não havia ferramentas apropriadas para seu preparo.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 209.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 221.

Em compensação havia abundância de terra apropriada para a construção de taipa que era disponível sem custos. Segundo Katinsky¹², seu emprego decorria do fato de que a técnica não exigia especialização, posto que nada mais fosse necessário do que deslocar a terra e socá-la. Argumenta esse autor que, se a técnica era tão simples, os indígenas dispunham da capacidade de se apropriar rapidamente de seu uso. Esse domínio teria se tornado tão notório que a taipa de pilão teria se tornou conhecida na Colônia como especialidade paulista:

O fato é que... a taipa de pilão passou caracterizar a arquitetura paulista até a segunda metade do século XIX. Todos sabiam que a taipa era especialidade paulista, fato proclamado pelo Brasil a fora.¹³

Toda partenogênese parece suspeita quando referida ao gênero humano. Ora, a taipa de pilão certamente se situa entre as técnicas mais antigas conhecidas. Segundo os historiadores europeus, ela passou a ser empregada alguns milênios antes de Cristo, quando os habitantes do “Quarto Crescente” passaram a ocupar a Mesopotâmia do Oriente Próximo. De lá ela teria se difundido pelo norte da África, contornou o Saara e se emprenhou pela Europa. Com as invasões berberes na Península Ibérica, ela voltou a ser divulgada na região e se tornou hegemônica no sul de Portugal. Certamente, foi por esta via que ela foi trazida para o Brasil. Prova disso é que, deste logo, ela foi empregada em diversos locais de nosso país. Imaginar que ela surgiu do nada, com feições próprias e específicas, nos parece inverossímil: experiências milenares demonstram que sua execução apresenta muitas variantes como pode ser visto em Mullender¹⁴, por exemplo. Além disso, seria ingenuidade imaginar que sua execução fosse tão simples assim: a existência de mestres taapeiros é uma indicação segura da complexidade de sua execução. Para ser duradoura, requeria um domínio de sua técnica. Em sua durabilidade é de fundamental importância a quantidade de água utilizada na preparação do barro e dos agregados que são adicionados. Para contornar o inconveniente da secagem do qual fatalmente resultam fissuras é necessário adicionar ramos, galhos, fibras vegetais ou animais cuja quantidade deve ser criteriosamente empregada.

Como São Paulo se situava em plena Floresta Atlântica, é difícil

12 KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas Bandeiristas*. São Paulo: USP – Departamento de Geografia, 1976, p. 122.

13 LEMOS, Carlos A. C.: *Casa Paulista*, São Paulo, EDUSP, 1999, p. 40.

14 MULLENDER, Jaques et al. *Arquitetura de terra*. Rio de Janeiro: Avenir, 1984.

imaginar que fosse a dificuldade da aquisição de madeiras que teria levado à construção de taipa de pilão. Tampouco foi a abundância de terra adequada que levou ao emprego desta técnica, pois ela também se prestaria para qualquer uma das muitas variantes de taipas leves, para a confecção do adobe ou do tijolo do mesmo modo como ela serviu para a feitura das telhas cerâmicas que cobriam estas construções. Todas estas técnicas faziam parte das centenárias, quando não milenares, tradições construtivas do conquistador.

Portanto, a hegemônica utilização da taipa de pilão se constituiu apenas uma opção – certamente, a mais adequada para as circunstâncias vividas pela população paulista naquele momento histórico – dentre as muitas disponíveis. Como é sabido que São Paulo detinha uma posição de relativa marginalidade no contexto da Colônia até a época da proclamação de independência, parece totalmente fora de propósito as tentativas de enquadrar a linguagem destas construções no âmbito da arquitetura erudita.

Se esta técnica foi trazida pelos conquistadores como evidente a história da arquitetura portuguesa, se impõe uma rápida revisão das origens deste povo. Os descendentes dos Cro-Magnon, a partir do primeiro milênio antes da era cristã, receberam a influência dos celtas que eram peritos na construção com pedras. Enquanto isso, fenícios e outros povos naturais do Oriente Próximo se estabeleceram no litoral sul. Estes povos eram versados em construções de taipa de pilão. Por volta de 150 a.C., as legiões romanas conquistaram a Península e durante meio milênio utilizaram a pedra, o tijolo e a madeira em suas construções.

Com a decadência da Roma Clássica, por volta de 400 a.D., povos germânicos (suevos e visigodos) ocuparam a Península Ibérica e seu domínio durou três séculos. Estes eram peritos na construção com pedras e enxaimais. No alvorecer do século V, invasões islâmicas provenientes de Marrocos ocuparam quase toda a Península. Sua elite dirigente, de origem árabe, se estabeleceu na Andaluzia e os povos berberes dominaram o resto do território conquistado, incluindo Portugal. Esta gente trouxe uma arquitetura sofisticada e variada. Porém, no nível das construções populares, prevaleceu a milenar técnica da taipa de pilão. A convivência entre muçulmanos e cristãos foi relativamente pacífica. Dos constantes atritos entre os feudos cristãos e das taifas muçulmanas que caracterizavam a vida na Idade Média, permitiu que a nobreza cristã paulatinamente suplantasse a islamita até a definitiva tomadas dos últimos redutos em 1492. Como o avanço dos cristãos foi gradual, é difícil definir uma data em que o cristianismo voltou a se tornar hegemônico.

Dentro das perspectivas do tema em pauta, queremos insistir que

os germanos dominaram a região durante três séculos e que nunca houve um domínio “árabe” em Portugal, mas berbere, por vezes também denominados por “mourous”, segundo uma designação que deveria ser evitada¹⁵. Todos estes povos deixaram suas marcas na arquitetura portuguesa.

Pelo fato de que as tipologias das casas dos bandeirantes (ou bandeiristas) serem bastante diversas como mostra a recente publicação de Lia Mayumi¹⁶ e não se dispõe aqui espaço suficiente para fazer uma análise mais acurada de sua totalidade, tomou-se como caso-modelo o do sítio do Padre Inácio. Este apresenta uma sala central, de pé-direito duplo, com dois quartos em cada lado. Na frente há uma varanda que dá acesso a um quarto de hóspedes e a uma capela. A ela dão a porta de entrada e uma – a única – janela da sala. Nos fundos há um corredor que leva ao exterior e um compartimento cujo acesso se dá através da sala. Nele está localizada a escada que leva ao segundo piso que contorna a sala central em forma de U.

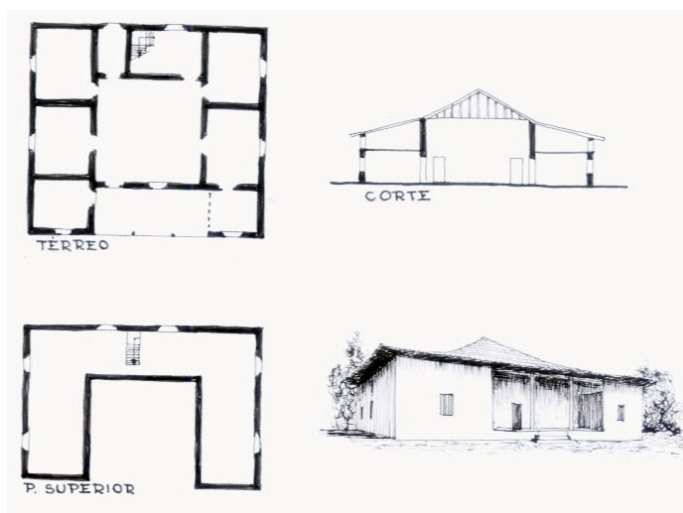


Figura 1: Sítio do Padre Inácio

Muito se tem especulado sobre a origem deste partido já que o mesmo não é encontrado em Portugal. Embora os partidos arquitetônicos no norte daquele país sejam bem diferentes dos das casas bandeiristas, é relativamente comum naquela região a presença de uma varanda com um compartimento fechados numa extremidade. Este é chamado de “quarto

15 “Mouro” é o designativo pátrio dos habitantes da Mauritânia. Aos tempos do Império Romano, era este a denominação de todo o noroeste da África o que justificava este designativo em referência aos povos berberes que constituíam a base da sociedade daquela região. Porém, com a sucessiva independência de diversos países desde a Líbia até o Marrocos, hoje esta denominação perdeu sua razão de ser.

16 MAIUMY, Lia. *Taipa, canela preta e concreto*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2008.

de fora” ainda que esteja integrado á vida familiar (por vezes, o único quarto da casa). A existência de outro compartimento na extremidade oposta da varanda é pouco frequente e, em geral, se destina a um depósito, oficina ou função semelhante. Não foi encontrado um exemplar sequer em que se destinasse a uma capela. Pelo fato de ter sido encontrada esta organização na parte dianteira de algumas moradias, estas têm sido apontadas como modelo do partido da casa do bandeirante. Isso, no entanto, parece ser fora de propósito devido ao fato principal tanto os materiais como a técnica construtiva serem características do sul de Portugal.

Em razão disso, a origem de uma sala com pé-direito duplo pertence à tradição das casas ditas “saloiias”, características da região alentejana, próxima a Lisboa, conforme os estudos de Fernandes e Janeiro¹⁷. Este termo, de origem berbere (*çahroi* quer dizer “habitante do deserto”), significa “casa de camponês” no regionalismo lisboeta. Apresentam telhados de quatro águas, sem tesouras, caibros ancorados sobre as paredes o que leva a que a construção dos beirados fossem galbados, exatamente na forma como tem sido encontrado reiteradas vezes nas casas dos bandeirantes. Isso exclui, desde logo, a teoria de que estes galbos teriam sido trazidos do oriente (China ou Japão) por artesão ou padres jesuítas que lá teriam exercido seus misteres.



Figura 2: Casa Saloia, em Arneiros dos Marinheiros, Portugal.

A origem saloia das casas bandeiristas, no entanto, apresenta um problema. Nas casas alentejanas não foi encontrado exemplar algum com o prolongamento das quatro águas, à maneira das casas dos bandeirantes.

17 FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lodes. *Arquitetura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na área Atlântica*. Lisboa: Ministério da Educação, 1991.

Porém, é muito comum a existência de construções de um, dois ou até três anexos fechados e cobertos pelo prolongam dos telhados, como foi mostrado na citada obra de Fernandes e Janeiro. Por esta razão não parece ser fora de propósito imaginar que a casa do bandeirante nada mais seja que uma casa salaia com o prolongamento das quatro águas.

Uma questão discutida, mas que não apresenta consenso, é a função do piso superior. Certamente, não era habitado devido a seu baixo pé-direito. A existência de janelas sem peitoril, especialmente, quando sua base se encontra ao nível do entrepiso são tão raros na arquitetura que poderiam se qualificados como “anômalos”. Como explicar a existência nas casas bandeiristas uma vez que o acesso é muito difícil devido ao reduzido pé-direito? Certamente não se tratavam de janelas convencionais!

Há quem julgue que os mesmos seriam adaptações do dito “piso falso” das casas árabes, onde as mulheres ficam recolhidas quando na casa era recebida uma visita masculina que não fosse da família, conforme descrito por Ochoa¹⁸ e que também servia de oficina de tecelagem e de depósito de alimentos. Este entrepiso de pé-direito de cerca de um metro e meio de altura é denominado de *al mejm* de onde deriva a palavra “armazém” e que também servia de depósito de alimentos. Assinale-se que Lemos diz que o piso superior recebia este qualificativo em certas regiões do interior paulista¹⁹.

Esta, no entanto, não parece ser uma origem mais provável. Uma das razões é que nas casas “árabes” marroquinas, estas janelas apresentam um peitoril baixo por terem sido utilizadas em posição sentada o que não seria viável nas casas bandeiristas devido ao fato de o pé-direito ser demasiado baixo.

Nos tratados sobre a arquitetura portuguesa tem sido dada pouca atenção às origens germânicas (suevas e visigóticas). E é exatamente aí que foi encontrada a possível origem desta singular solução. É tradição germânica a estocagem de cereais, especialmente do trigo, sob o telhado. Depois de colhido, necessita de uma secagem suplementar para evitar a criação de fungos. Daí vem a serventia das pequenas janelas ao nível do piso, pois propiciam uma ampla ventilação cruzada ao nível do piso. Corroborar nesta hipótese o fato de que o acesso ao piso superior nas casas dos bandeirantes²⁰

18 OCHOA, Alfonso de Sierra. *La Vivienda Marroqui*: Notas para uma teoria. Málaga: Algazara, 1996.

19 LEMOS, Carlos A.C. Op. cit. p. 35.

20 Este piso tem sido designado equivocadamente de “jirau”. Esta palavra indígena designa uma armação horizontal de madeira suspensa a meia altura, em geral, utilizada como depósito de utensílios. Em respeito à cultura indígena, deveria ser evitado o uso indevido do termo.

era feito pelo interior da casa, através de um quarto cujo acesso se dava através da sala central, exatamente como entre os povos germânicos²¹. Esse entendimento adquire ainda maior consistência com a demonstração de Monteiro, de que os bandeirantes eram grandes produtores de trigo.

Aqui também não deve ser descartada a hipótese de que a origem germânica tenha entrado em sintonia com a tradição islâmica de servir de depósito e resguardo de mulheres no caso de haver necessidade do acesso de um homem estranho ao interior da casa.

Outra influência que tem sido desprezada é a da cultura negra. Segundo um estudioso das casas bandeiristas “o escravo, como é sabido, não é gente, é instrumento e como tal se adapta, até certo ponto, ao viver do senhor²²”. Ora, em se partindo de concepções tão preconceituosas, dificilmente se haverá de encontrar qualquer influência negra nas construções bandeiristas. Os levantamentos mostraram que quase todas essas casas eram construídas sobre plataformas (naturais ou artificiais) de terra. Esta não é uma solução portuguesa devido ao clima seco do país, mas é uma solução corrente nas regiões úmidas da África, pois foram os negros que descobriram que a forma mais eficiente de combater a umidade das paredes que penetra por via da capilaridade é a construção sobre plataformas²³.

Da mesma forma, é sabido que construções em taipa de pilão eram de domínio de algumas populações africanas²⁴ o que implica que a mesma também pudesse se originado por esta via, mas é mais provável que seu uso tenha sido resultado da superposição de duas tradições, ibérica e negra. Isso se torna evidente na medida em que as taipas leves também participavam da construção de algumas casas bandeiristas como foi documentado em Lemos²⁵.

Este autor fez longas discussões a respeito dos fogões utilizados nas casas dos bandeirantes²⁶. A tradição européia era a de suspender a panela ou chaleira numa corrente ou cremalheira ou, ainda, por meio de uma

21 WEIMER, Günter. *Arquitetura Popular da Imigração Alemã*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005, cap. 4, passim.

22 KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas Bandeiristas*. São Paulo: USP – Departamento de Geografia, 1976, p. 132.

23 Neste sentido há numerosas referências nos capítulos que tratam da África Subsaariana em OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: University Press, 1999. Vol. 3°.

24 Ver BARDOU, Patrick; ARZOUUMANIAN, Varoujan. *Arquiteturas de adobe*. Barcelona: Gilli, 1979, p.33 e seg.; OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: University Press, 1999. Vol. 3°.

25 LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 51.

26 LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 33/4.

trempe sobre o fogo, mas a constatação de que majoritariamente os potes de cerâmica ou as chaleiras eram apoiados sobre três pedras ou de blocos de cupinzeiro evidencia a presença africana, pois era esta a forma mais comumente encontrada nas habitações daquele continente.

Curiosa é a questão que envolve a localização da cozinha. Os autores divergem sobre a mesma no que se refere à casa bandeirista. Por vezes se afirma que elas se localizavam fora da casa, sob um telheiro que, por vezes, é atribuída à tradição indígena. Noutras se diz que se cozinava dentro da grande sala central, especialmente, em dias frios, quando o fogo também servia de aquecimento da casa. No Sítio da Ressaca foi localizado um aprofundamento no piso de um cômodo ao lado da sala principal com restos de carvão o que foi interpretado como sendo um lugar permanente de cozimento. Outros entendem que a cozinha teria sido instalada nos alpendres posteriores, ditos, “de serviço”. Resumindo, pode-se dizer que não havia um lugar definido para esta função ou, então, que ela era exercida em lugares diferentes, conforme a ocasião ou a temperatura ambiente.

Como explicar este estranho comportamento? Dentro das diversas vertentes da cultura portuguesa constatamos que nas casas dita “árabes”, havia uma cozinha, sim, mas ela não servia para cozinhar. Nela eram guardados os apetrechos de cozimento, pois o ato de cozinhar era feito em fogareiros móveis e era praticado no “riad” ou “fujra”, ou seja, no espaço aberto central da casa. Terminada a refeição, tudo era recolhido à cozinha onde os apetrechos eram lavados e guardados. Na tradição berbere, havia um espaço chamado de “cozinha” que, no entanto, seria mais correto chamar de comedor, pois o cozimento era realizado sobre um balcão localizado num canto deste espaço onde as panelas eram suspensas em trempes. As refeições eram realizadas no meio do “comedor”, sobre um tapete estendido sobre o chão, no centro do qual ficava a panela com a comida. Todos os convivas se sentavam em seu redor e se servia diretamente com sua colher. Este procedimento evoluiu, em Portugal, com a manutenção do mesmo espaço que continuou a ser denominado de “cozinha”, mas o cozimento era feito num nicho que era fechado com uma cortina ou, eventualmente, com uma porta, em que o balcão sustentava a trempe ou uma corrente na qual era suspensa a panela. Tudo indica que em tempos antigos era mantida a tradição de se comer sentado sobre um tapete no meio da cozinha, com todos os convivas se servindo com sua colher ao modo berbere. Este costume, ao longo do tempo foi abandonado com a introdução de mesa de refeições. Os nichos eram denominados de “lar”, por influência da cultura romana, mas pouco tinham a ver com a forma das cozinhas desta cultura que consistiam em grandes espaços de fogo aberto e cuja cobertura terminava em paredes inclinadas, na forma de uma alta chaminé. Esta tipologia foi preservada

nos castelos e palácios.

Na cultura indígena, as grandes construções coletivas abrigavam muitas famílias e cada qual mantinha o seu fogo aberto que servia de aquecimento durante a noite e de preparo para a alimentação durante o dia. Esta era uma regra que apresentava algumas variantes conforme a cultura ancestral trazida da Sibéria. Ao que nos consta, somente uma linhagem de cultura siberiana cozinhava sob uma cobertura, fora da casa que eram os Cantis que habitavam no sudeste dos Montes Urais e dos quais descendiam os Charruas pampianos. Os demais indígenas todos mantinham seus fogos dentro das casas.

A diversidade das habitações africanas era tão grande que não é impossível reduzi-las a uma ou poucas tipologias características. Mas, dentre as mesmas, prevalecia, no que diz respeito à emigração para o Brasil, as que eram praticadas a céu aberto ou, preferencialmente, sob uma precária cobertura de palha no meio do conglomerado e construções monofuncionais denominado de *kraal*²⁷, como é mostrado na figura seguinte. O fogão em si, consistia numa associação de três pedras entre as quais era feito o fogo e sobre a qual era apoiado a panela.



Figura 3: Fogão africano.

27 Esta é uma palavra holandesa que foi levada à África do Sul pelos *boers* e utilizada para caracterizar os assentamentos familiares bantos e, por vezes, de outras culturas como os *koisam*. Consta que a origem desta palavra seria portuguesa (“curral”) que teria sido levada para os Países Baixos pelos judeus perseguidos pela Inquisição. Obviamente, se trata de um termo pejorativo para o qual deve-se encontrar uma alternativa não agressiva.

Diante de tamanha variedade de tradições, era difícil encontrar uma forma de convergência e certamente há de servir de explicação para a diversidade de procedimentos referente à cocção dos alimentos. Esta deve ter se dado de acordo com a diversidade das miscigenações que se processaram. O desenho seguinte, baseado numa gravura de Debret, bem mostra esta miscigenação conforme a encontrou numa casa num subúrbio do Rio de Janeiro onde se percebe as pessoas sentadas sobre um tapete (ao modo islâmico) ou sobre uma esteira (indígena ou africana), dentro de uma casa à portuguesa em que o fogão situado em compartimento anexo à sala principal foi construído sobre uma base de barro ao modo sul-angolano e o fogão constituído por três pedras no formado banto. Esta ilustração não se refere a uma casa bandeirista, mas bem pode indicar como se processaram os possíveis arranjos dentro das casas bandeiristas.

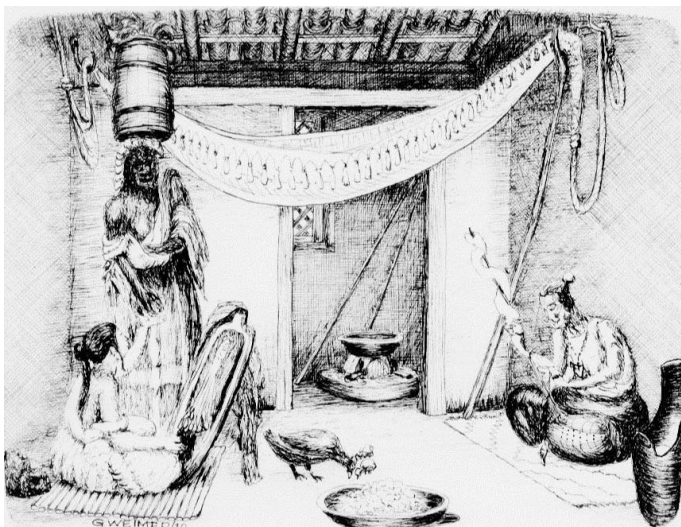


Figura 4: Desenho de uma casa popular brasileira, baseado em imagem de Debret intitulada “casa de pobre”.

Os levantamentos das casas dos bandeirantes demonstram terem sido recorrentes as construções de guarnições das aberturas em de madeira (vergas, ombreiras e peitoris ou soleiras). Os peitoris e vergas eram vazados para embutir os balaústres que as gradeavam, e os gonzos das folhas das janelas. Como as guarnições na arquitetura portuguesa são de pedra, tem-se afirmado que as aberturas das casas dos bandeirantes se constituíam numa adaptação dessa técnica portuguesa para o uso da madeira²⁸. Outra origem possível seria a influência da arquitetura japonesa²⁹.

28 Idem, *ibidem*, p. 121.

29 Idem, *ibidem*, p. 146.

No entanto, a colocação de grades nas janelas, em Portugal, era rara e quando estas existiam, eram de ferro, como o demonstram os levantamentos da arquitetura popular realizado por arquitetos daquele país³⁰. Folhas de portas e janelas eram fixadas por dobradiças e não por gonzos o que significa que o entendimento de que esta forma de solucionar o problema das aberturas fosse de origem lusitana é altamente discutível. Pelo contrário, verbetes sobre a arquitetura africana na citada enciclopédia da arquitetura organizada por Paul Oliver mostram que solução era comum na arquitetura sudanesa, ao longo da costa do Golfo da Guiné. Aí a colocação de grades é interpretada como uma defesa dos moradores contra invasões de estranhos, ao contrário das casas bandeiristas onde as mesmas são vistas como artifício de enclausuramento das mulheres. Isso indica que aqui também ocorreu uma superposição de duas tradições culturais diversas em que a mais antiga passou a ser utilizada para novos fins.

Até aqui foram examinadas apenas características referentes às casas. É claro que estas não estavam isoladas. Em seu entorno havia outras construções sobre as quais se dispõe de espaço para maiores considerações, mas é conveniente abordar, pelo menos, dois tópicos. Lemos se refere aos monjolos que, em sua opinião, seriam de origem da Índia. No entanto, convém assinalar que “Monjolo” é o nome de uma etnia africana à qual se atribui a descoberta de uma forma mecânica de moer os grãos que dispensa o uso manual de pilões. Os dicionaristas são unânimes em atribuir uma origem africana ao termo. Consta também a existência de uma árvore denominada “Monjolo” com os quais os mesmos teriam sido confeccionados. Por tudo isso, é-se levado a supor, ao contrário do que propõe Lemos, que a origem deste engenho seja, na realidade, africana.

O mesmo também vale para as cercas que protegia as propriedades. Segundo Lemos:

[...] os depósitos de gêneros, os paióis, os moinhos de trigo e milho, a casa de fazer farinha, o monjolo de fazer canjica, o galinheiro, o curral de tirar leite, a moenda de fazer rapadura e para a cachaça e o pomar... Tudo protegido por valados, por cercas de madeira ou por muros de taipa.³¹

Ora esta é uma descrição típica de um *kraal* banto que se distribuía, em ampla variedade, por todo o sul da África, como foi demonstrado no

30 AMARAL, Francisco Keil et al. *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. 3º vol, passim.

31 Idem ibidem, p. 29.

livro “Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura”³².

Para concluir, é a intenção desta contribuição trazer alguns argumentos para o aprofundamento das questões que envolvem as origens das casas bandeiristas. Foram surpreendentes as incidências de influências tão variadas nestas construções, em especial, as de culturas africanas e germânica. Isso levou à conclusão de que as mesmas bem como seu agenciamento espacial, foram produto de uma profunda miscigenação das culturas básicas de nossa formação étnica na qual o peso geralmente atribuído às indígenas pendeu mais para as africanas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Francisco Keil et al. *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. 3º vol.
- ANDRADE, Mário de. Capela de Santo Antônio. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 1, 1937.
- BARDOU, Patrick; ARZOUMANIAN, Varoujan. *Arquitecturas de adobe*. Barcelona: Gilli, 1979.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*. São Paulo: Nacional, 1934.
- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lores. *Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na área Atlântica*. Lisboa: Ministério da Educação, 1991.
- KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas Bandeiristas*. São Paulo: USP – Departamento de Geografia, 1976.
- LEMOES, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Martins, 1943.
- MAIUMY, Lia. *Taipa, canela preta e concreto*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2008.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MULLENDER, Jaques et al. *Arquitetura de terra*. Rio de Janeiro: Avenir, 1984.
- OCHOA, Alfonso de Sierra. *La Vivienda Marroqui: Notas para uma teoria*. Málaga: Algazara, 1996.

32 WEIMER, Günter. *Interrelações afro-brasileiras na arquitetura*, Porto Alegre, EdPUC-RS, 2015, p. 108 e seg.

- OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: University Press, 1999. Vol. 3°.
- SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- WEIMER, Günter. *Arq. pop. Bras.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WEIMER, Günter. *Arquitetura Popular da Imigração Alemã*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.
- WEIMER, Günter. *Interrelações afro-brasileiras na arquitetura*. Porto Alegre: EdPUC-RS, 2015.

Recebido em 14/12/2015
Aprovado em 14/12/2015

IMAGEM E AUTOIMAGEM NO BRASIL DO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE DAS “MEMÓRIAS” DE FRANCISCO PEDRO DE ABREU, O BARÃO DO JACUÍ

IMAGE AND SELF-IMAGE IN NINETEENTH-CENTURY BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE “MEMOIRS” OF FRANCISCO PEDRO DE ABREU, THE BARON OF JACUÍ

José Iran Ribeiro¹

RESUMO

Este texto tem por objetivo refletir sobre a imagem e a autoimagem retratadas por Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí, a partir da autobiografia que produziu, intitulada “As Memórias de Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí”. A importância da reflexão deve-se à necessidade historiográfica de compreensão mais aproximada sobre algumas figuras políticas do passado do Rio Grande do Sul que permanecem ainda pouco estudadas, apesar da importância que alcançaram em suas vidas. No caso, trata-se de um indivíduo com destacada atuação durante o século XIX, que participou dos esforços militares desde a Guerra dos Farrapos até a Guerra da Tríplice Aliança, tendo sido responsável por algumas das realizações mais notórias deste vasto contexto e que, normalmente, é representado como um anti-herói por diferentes versões. A análise se baseia, especialmente, em suas “Memórias”, mas também em documentos de época e na historiografia sobre o período.

Palavras-chave: Barão do Jacuí. Guerra dos Farrapos. Guerra da Tríplice Aliança. Autobiografia.

ABSTRACT

This text aims to reflect on the image and self-image portrayed by Francisco Pedro de Abreu, the Baron of Jacuí, from the autobiography he produced, entitled “As Memórias de Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí” (“Memoirs of Francisco Pedro de Abreu, the Baron of Jacuí”). The relevance of the reflection is due to the historiographical need for a closer understanding of some past political figures of Rio Grande do Sul that are still poorly studied, despite the relevance that reached in their lives. In this case, it is an individual with outstanding performance during the nineteenth century, who attended the military effort since the Ragamuffin War to the War of the Triple Alliance, having been responsible for some of the most notable achievements of this wider context and that normally is represented as an anti-hero by different versions. The analysis is based especially in his “Memoirs”, but also in documents from the era and in the historiography about the period.

Keywords: Baron of Jacuí. Ragamuffin War. War of the Triple Alliance. Autobiography.

¹ Doutor em História Social pela UFRJ. Mestre em História pela PUCRS. Licenciado em História pela UFSM. Professor no Departamento de Metodologia do Ensino, do Programa de Pós-graduação Acadêmico em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFSM.

1 Breve inventário e contextualização inicial do personagem

Segundo os dados de Mário Teixeira de Carvalho, Francisco Pedro de Abreu nasceu e faleceu em Porto Alegre, respectivamente, em 23 de março de 1811 e em 7 de abril de 1891, aos oitenta anos. Era filho do português Pedro José de Abreu e da rio-grandense Caetana Maria de Abreu. O pai veio para o Brasil depois da morte dos genitores e “prosperou grandemente” no comércio. A mãe era natural de Triunfo e descendente de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos (CARVALHO, 1937, p. 124-125). Alinhado Chico Pedro, também herdou o apelido Moringue ou Mouringue do pai, “Pedro Moringue”, e na descrição de Sérgio da Costa Franco – um dos poucos autores que lhe dedicou mais que um ou dois parágrafos – “ficou conhecido desde Porto Alegre [...] até à Fronteira Oeste e ao Uruguai, onde traficou e guerreou por conta própria” (FRANCO, 2006, p. 9).

Moringue tinha aos menos três irmãos, dois mais velhos e um mais jovem. Todos estavam envolvidos com a defesa da legalidade imperial nos inícios da Guerra dos Farrapos. Chamavam-se Antonio Pedro de Abreu, João Pedro de Abreu e Paulo Pedro de Abreu. Os quatro irmãos Abreu serviam como práticos ou vaqueanos na região de Porto Alegre. Auto intitulado paisano – definição antagônica à condição de milico ou militar profissional (GUAZZELLI, 1998) – nesse tempo Francisco liderava um grupo de cerca de dez homens dedicados ao combate de partidas republicanas, à reunião de cavalos e gentes, atuando como força de cavalaria, aproveitando-se do conhecimento que possuíam dos caminhos, esconderijos, pântanos, ilhas do delta do rio Jacuí, inclusive utilizando-se de transporte fluviais nas ações. Em janeiro de 1836, Francisco foi diplomado tenente da Guarda Nacional (ABREU, 1921, p. 23-24). Iniciava aí uma trajetória que, em menos de uma década, transformaria o paisano Moringue em um coronel da Guarda Nacional, agraciado com o título de barão do Jacuí – designação toponímica ao lugar em que realizou as ações que o notabilizaram – e várias comendas de ordens honoríficas por seus serviços prestados ao Império do Brasil na guerra contra os republicanos farroupilhas.

Apesar da importância que adquiriu, Francisco Pedro de Abreu ainda não recebeu muita atenção dos historiadores e quase não existem análises específicas sobre sua atuação, salvo a obra referida de Franco (2006). Em parte, isso reflete o papel fundamental que desempenhou lutando pelas forças do Império do Brasil durante a Guerra dos Farrapos. Pois, na medida em que esse movimento foi transformado na gênese da identidade regional gaúcha, tanto por algumas versões historiográficas (GUTFREIND, 1992; KLAFKE, 2011), quanto pelos entendimentos vinculados ao tradicionalismo gaúcho (OLIVEN, 2006), os defensores da legalidade imperial tornaram-se

mal vistos pelo entendimento da população e até mesmo por parte da historiografia acadêmica, mais preocupada em discutir sobre as lideranças farroupilhas. Nesse mesmo sentido, outros indivíduos de importante atuação na defesa do Império também não receberam maiores atenções dos pesquisadores. Por exemplo, Francisco José de Sousa Soares Andrea, o barão de Caçapava, e Antônio Elzeário de Miranda e Brito, importantes militares imperiais naqueles anos de guerra, também ainda não receberam maior atenção dos pesquisadores, apesar da contribuição que estudos sobre suas atuações significariam para a compreensão do contexto farroupilha.

De outra parte, a inexistência de estudos sobre a atuação desses homens deveu-se ao desinteresse dos pesquisadores em relação à história militar por várias décadas. Temática bastante tradicional, a história militar perdeu seu status devido à ampliação das preocupações e das abordagens historiográficas, que resultaram das críticas à ênfase factual e à linearidade das produções do gênero a respeito do passado do político, essencialmente relacionadas à construção dos estados nacionais. Recentemente, a história militar voltou aos círculos de debate, entretanto, transformada. Atualmente, caracteriza-se por ser uma abordagem interdisciplinar que não tem na guerra ou nos líderes militares seus objetos exclusivos, já não é mais tão atrelada à política e possui uma forte conotação antropológica (TEIXEIRA, 1995; Soares & Vainfas, 2012). Com essas características gerais, tem sido chamada de “Nova História Militar”. Perspectiva que no Brasil já rendeu vários frutos, especialmente a partir da coletânea organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (2004)².

Sem perder de vista Francisco Pedro de Abreu, a carência de estudos a seu respeito também é resultado das animosidades e inimizades que construiu durante sua atuação como militar e político. Diferente de outras personalidades do passado do Rio Grande do Sul, Moringue não pode ser enquadrado com facilidade na construção de uma figura idealizada. O barão foi um dos grandes responsáveis pela manutenção e pelas vitórias das forças imperiais durante a Guerra dos Farrapos, sendo temido e respeitado pelas lideranças farroupilhas e criticado por muitos de seus camaradas. Dentre muitas ações, foi o comandante da força que aprisionou escravos militarizados do esquadrão republicano dos “Lanceiros Negros”. Um acontecimento que continua sendo um desacordo historiográfico, conhecido tanto como a “Surpresa de Porongos”, quanto como a “Traição” de Poron-

2 Para o Rio Grande do Sul, consultar Neumann & Grijó (2010), Possamai (2010), além de vários outros trabalhos autorais, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

gos³. Por sua importância Francisco Pedro de Abreu é referido em todas as obras sobre a Guerra dos Farrapos, mas as menções a seu respeito apenas reproduzem a imagem de uma liderança eficiente, temida e ardilosa.

A necessidade de refletir sobre militares proeminentes como Chico Pedro no contexto do Rio Grande do Sul está no fato elementar de que a região foi um território em que a guerra e a movimentação dos exércitos eram constantes e figuras desse passado guerreiro foram diretamente responsáveis pelos sucedidos. Muitos desses homens construíram fortunas e respeitabilidade por seus serviços nas lutas nas guerras de fronteira e alguns estudos têm demonstrado a complexidade da realidade social em que estavam envolvidos (VARGAS, 2007; FARINATTI, 2010).

No sentido desse entendimento, basta uma breve retomada da trajetória do barão para evidenciar características que não se ajustam ao modelo que durante muito tempo situou o perfil das lideranças político-militares daqueles tempos. Veja-se, Francisco Pedro de Abreu era filho de um comerciante urbano. A informação de que seu genitor prosperou no negócio indica que a família Abreu detinha posses. Algumas análises recentes têm destacado as vantagens financeiras obtidas por comerciantes na capitania e na província do Rio Grande do Sul, especialmente se envolvidos com os contratos de arrematação com o Estado (OSÓRIO, 2001; MIRANDA, 2009). Ainda que não haja registro de a família Abreu tenha participado de negócios do tipo, o contexto ajuda a explicar as possibilidades de um comerciante na região.

Entretanto, as características dessa origem não se ajustam ao entendimento generalizado de que o principal extrato político da província no século XIX era originário e estreitamente vinculado à campanha e às atividades pecuárias, como também não era um pobre aventureiro em busca de riqueza e prestígio. Além disso, inverte a lógica normalmente esperada dos homens destacáveis do Rio Grande do Sul nos oitocentos, pois sua folha de prestação de serviços ao Estado iniciou no espaço urbano e, só depois de alcançar significativa notoriedade, passou a agir também no interior da província e nas zonas de fronteiras, atividade com a qual angariou conceito e riqueza.

Talvez tivesse sido diferente se aquele contexto não fosse caracterizado por constantes mobilizações e enfrentamentos militares. Considerando especificamente a Guerra dos Farrapos, para além da construção folclórica e mítica do conflito, os dez anos de combates significaram mor-

3 O trabalho mais recente sobre os Lanceiros Negros e o Porongos pode ser consultado em Carvalho (2013).

tes, destruições, como também construções de patrimônios econômicos e influência social, rearranjos políticos, entre outras consequências que podem resultar de um conflito. Além disso, a Farroupilha também foi uma oportunidade de alteração das realidades sociais, algo sempre presente nas situações em que os parâmetros cotidianos que balizam a existência social necessitam ser reajustados, como acontece em geral nas guerras.

Várias análises têm destacado que as tumultuadas décadas iniciais do século XIX produziram transformações significativas nas sociedades do continente americano⁴. A variedade das abordagens permite dimensionar a riqueza da temática. Essa historiografia tem em comum o objetivo de analisar a construção de lideranças políticas e militares durante os conflitos decorrentes das guerras e das revoluções resultantes dos processos de independência e de luta pela definição da maior ou menor autonomia das regiões frente aos desejos dos Estados em construção centralizarem o poder político. Historiar a trajetória de Francisco Pedro de Abreu contribui nesse esforço, além de suprimir a lacuna historiográfica que é a ausência de um estudo a seu respeito.

2 Aspectos formais das “Memórias”

Francisco Pedro de Abreu viveu muito, por mais tempo que a maioria dos seus contemporâneos, e sua autobiografia relata em detalhes sua participação nos esforços da guerra contra os republicanos. Não há informação objetiva sobre quando o texto foi escrito. Inicia descrevendo os princípios dos esforços da luta contra os republicanos, mas o epílogo é pouco preciso. Ao final Francisco Pedro informa a patente e as graças honoríficas recebidas da seguinte forma: “O barão [...] é tenente coronel honorário com soldo da patente; dignatário da imperial ordem do Cruzeiro; oficial do mesmo Cruzeiro; Oficial da Rosa; cavaleiro do hábito de Cristo.” Esses dados podem levar a supor que as “Memórias” foram escritas antes de Francisco ser promovido a coronel, entre 1839 e 1844. Entretanto, o título de barão do Jacuí foi recebido somente em 1845. Portanto, nas “Memórias” não há exatidão entre a cronologia seguida no texto e ao menos alguns dos acontecimentos narrados.

As “Memórias” foram publicadas na primeira edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, de 1921, e a segunda parte na revista do trimestre seguinte daquele ano. Constitui o texto inicial do primeiro número da Revista, entre as páginas 02 a 44, sendo apresen-

4 Dentre outros, Schmit (2004), Fladkin (2006), Puigmal (2006), Mata (2008), Frega (2007), Di Meglio (2014).

tado como um documento, seguido de outros textos de autoria de alguns sócios do IHGRS sobre assuntos sem relação qualquer com o conteúdo das “Memórias”. A parte final, intitulada “conclusão”, foi publicada na última sessão da Revista do segundo trimestre de 1921, entre as páginas 166 e 208, precedida por textos igualmente não relacionados. (ABREU, 1921a e b).

Com esse tipo de publicação na revista, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pretendia cumprir uma de suas principais missões, ou seja, divulgar documentos históricos considerados relevantes para a história do Rio Grande do Sul. Segundo Daniela O. Silveira, “a partir da seleção de fatos e de documentos, por meio da publicação de documentos, memórias e biografias, o Instituto definia o que era uma verdadeira fonte para a reconstrução da história do Rio Grande do Sul.” (2008, p. 69). Nesse sentido, o texto das “Memórias” é precedido de uma breve apresentação assinada por J. B. H. – provavelmente o sócio João Batista Hafkemeyer – em que é destacada a necessidade de evitar o esquecimento das fadigas e das façanhas de Francisco Pedro de Abreu, designado como “um dos mais ativos combatentes da legalidade, [pois] não houve talvez outro comandante que fizesse tanto prejuízo à causa da revolução”. A publicação é justificada pelo desejo de motivar que documentos existentes em acervos particulares sejam publicados para que se conheça mais das ações do barão do Jacuí e da própria Guerra dos Farrapos. Ao final, o mesmo J. B. H. informa que o texto havia sido guardado pelo único filho homem do barão, Pedro Brusque, que só autorizou a publicação após seu próprio falecimento, o que foi realizado quase trinta anos depois. A razão desta exigência não é informada.

O relato trata exclusivamente da participação do barão de Jacuí nos esforços de guerra contra os republicanos. O parágrafo inicial denota o sentido de todo o texto: “Francisco Pedro de Abreu sendo paisano entrou na primeira ação que as forças legais do Império tiveram no dia 31 de março de 1836, nas imediações do Arroio dos Ratos, contra o chefe dos rebeldes Bento Gonçalves da Silva, aonde ele deu provas de coragem.” Esse pequeno trecho resume o conteúdo das “Memórias”. Em linhas gerais, pode-se entender que são uma sequência cronológica de relatos sobre demonstrações de fidelidade à Coroa, valentias, capacidades diferenciais, desprendimentos, ferimentos recebidos em combate, comparações a outros oficiais menos competentes, sem que haja, por exemplo, alusões a derrotas sofridas, como a acontecida em abril de 1844, na localidade de Candiota. desfecho, que nas palavras do barão de Caxias, animou os farroupilhas a não aceitarem uma pacificação antes de 1845⁵ – ou a dificuldades não resolvidas pelas capaci-

5 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço 142, Rio Grande, 10/4/1844, brigadeiro Luis M. de Jesus, comandante do Rio Grande ao Presidente da

dades do barão.

Além disso, as fontes sugerem alguma intimidade familiar entre os irmãos Abreu, proximidades com alguns integrantes das forças sob seu comando, suspeitas de intrigas, entre outros assuntos. Afora as menções à patente e as comendas recebidas, no último parágrafo do texto é destacada a resignação do barão às ordens de voltar a Porto Alegre, depois de março de 1846, deixando sujeita aos ladrões uma propriedade do outro lado da fronteira de Quaraí, com trinta mil reses. Realça, dessa maneira, o que é entendido pelo autor como reconhecimento inferior aos prejuízos sofridos e aos trabalhos que realizou durante a Guerra (ABREU, 1921a, p. 22-208). Um destaque que enaltece e reforça o reconhecimento que Chico Pedro entendia ter merecido devido à qualidade dos seus serviços, ressaltando, assim, suas capacidades ímpares e inegáveis.

As características do texto das “Memórias” são marcantes e se assemelham às produções de outros participantes daquele mesmo contexto dos inícios do século XIX, apresentando versões dos acontecimentos, insinuando arranjos conspiratórios, atacando adversários, etc – veja-se os textos de Brito (1985), Marinho (1978), Oliveira (1986 [1842]), dentre outros. Diferencia-se, no entanto, por ser um texto cujo autor é alguém menos habituado com o uso das normas cultas de redação. Assim, pode-se inferir que foi escrita pelo barão sem a intervenção de um amanuense ou um revisor, ainda que boa parte do texto tenha sido redigida na terceira pessoa do singular e em algumas poucas vezes na primeira pessoa. O fato do redator não ser alguém muito experiente nas lides ortográficas deduz-se dos frequentes erros de grafia e dos vários trechos em que reproduz expressões usuais da oralidade. Por exemplo, quando deseja destacar que foi preterido no reconhecimento dos feitos que realizava, Moringue escreve entre parênteses: “os seguimentos destes feitos cada vez engrossaram a fumaça que fazia desfa[r]rar a ordens do dia, quando alguma aparecia muito escura” ou “ficando estas e quase todas as ações envolvidas no escuro da fumaça.” Ressalta ainda a inveja que causava entre muitos outros oficiais imperiais ao relatar: “consta que o marechal Barreto dissera que o capitão Abreu mostrava ser um oficial ativo e desembaraçado e que precisava puxar por ele e que lhe responderam que não convinha por então bem depressa ficariam debaixo das ordens dele.” (ABREU, 1921, p. 27-36-32).

O desencontro entre os dados factuais, alusões extemporâneas, severas críticas a autoridades imperiais, dentre outros questões, permitem entender que o texto foi escrito vários anos depois da Guerra dos Farras-

pos, apesar do relato estar limitado exclusivamente ao período. Portanto, as “Memórias” não são apenas uma descrição, mas um texto com objetivos mais amplos, que não são evidentes e deixam margem para interpretações diversas.

Aclarando as “Memórias” de Chico Pedro

Certamente que um documento como as “Memórias” é bastante parcial, talvez ainda mais que muitas outras fontes, haja vista o sentido apologético evidente desse autorretrato. Talvez por isso jamais tenha sido utilizado pelos pesquisadores do período de outra forma que não como uma fonte questionável, ainda que informativa. Mas há pouco sentido em simplesmente cotejar o conteúdo das memórias com outras fontes em busca de uma pretensa verdade. Diferentemente, é um documento que não deve ser desconsiderado, mas sim utilizado considerando suas peculiaridades na construção de reflexões possíveis, seja por seu caráter de autorretrato, seja por seu caráter político.

No sentido de refletir sobre a utilidade das “Memórias” para a reflexão sobre o passado do Rio Grande do Sul, não há como negar que se trata de um documento que apresenta várias possibilidades de análise. Uma dessas possibilidades é justamente entender as razões que motivaram o autor a produzir o texto, comparando-o com outras fontes se assim for indicado para uma melhor compreensão do conteúdo das “Memórias”. Num sentido geral, se forem utilizadas as informações factuais do documento ou os juízos de valor feitos pelo autor se pode tentar construir algumas inferências sobre o sentido e as motivações das “Memórias”.

Outro experimento mais objetivo pode ser comparar as datas em que o autor afirma ter recebido suas promoções militares, criando-se a possibilidade de averiguar a rapidez da ascensão hierárquica de Chico Pedro em relação a outros militares e melhor dimensioná-lo comparativamente aos seus contemporâneos. E ninguém se presta melhor à comparação que os próprios irmãos do autor. Isso é especialmente pertinente porque os quatro irmãos Abreu tinham a mesma origem social, atuaram numa mesma realidade local e, fundamentalmente, passaram boa parte da Guerra dos Farrapos servindo juntos. Esse é um primeiro exercício. Adiante se pode ampliar a comparação perfilando Moringue ao lado de outros oficiais rio-grandenses, inclusive alguns detentores de postos superiores ao seu, sujeitos possuidores de melhores redes de relação e originários de famílias social e financeiramente melhor situadas. Talvez analisando questões mais objetivas como estas acima, se consiga construir inferências sobre as motivações gerais de Chico Pedro. Então, vamos ao exercício.

Ao menos nos anos iniciais, senão por boa parte de sua vida, Chico Pedro dispôs da parceria de seus três irmãos nas ações que desempenhava. Todos estavam envolvidos com a defesa da legalidade imperial desde os princípios da Guerra dos Farrapos. Na época, o tenente de Milícias Antonio Pedro de Abreu comandava uma companhia de lanceiros, o tenente de Milícias João Pedro de Abreu era ajudante de ordens das forças de Caçapava e Paulo Pedro de Abreu tornou-se tenente da Guarda Nacional em 1837. Os quatro irmãos Abreu serviam como práticos ou vaqueanos na região de Porto Alegre. Como já informado, em 1836, intitulado-se paisano, Francisco liderava um grupo de homens dedicados ao combate de partidas republicanas, realizando trabalhos na defesa de Porto Alegre e engendrando ações contra os republicanos até se tornar um oficial inferior, quando recebeu o posto de tenente da Guarda Nacional.

Essas poucas referências sobre João e Antonio nos informam que tinham experiência militar antes do início do conflito (talvez por serem mais velhos, ainda que informações sobre suas idades não tenham sido encontradas), enquanto Francisco não passava de um guarda nacional sem graduação, assim como pode ter sido a condição Paulo, que parece ter sido o mais jovem dos irmãos Abreu. Francisco foi promovido tenente em 1836 e capitão em 1837, assumiu o comando do esquadrão da Barra nesse ano em substituição ao irmão João. É dessa época a primeira referência encontrada na documentação de origem militar sobre o então tenente Francisco Pedro de Abreu. Referia-se ao seu “comportamento, valor e coragem” frente ao inimigo⁶. Poucos meses depois, foi proposto para capitão, no mesmo documento em que seu irmão mais jovem, o sargento Paulo, é sugerido para ocupar o posto de tenente⁷. As propostas foram aceitas e, em 1838, Francisco recebeu a patente de major, posto que seus dois irmãos mais velhos só alcançaram pouco antes de 1843, sendo que Paulo foi promovido capitão por volta de 1839. João torna-se tenente-coronel até 1848⁸, mas Francisco foi promovido tenente-coronel em ainda em 1839 – destacado várias vezes por comportar-se “com a bravura e sangue frio que costuma”⁹ – e coronel chefe de legião da Guarda Nacional em 1844.

Essas informações estão sistematizadas no quadro abaixo.

6 AHRS, AM, M 126, acampamento, 28/1/1837, Marechal Jerônimo B. de Alencastro

7 AHRS, AM, M 126, Porto Alegre, 5/6/1837, Francisco das Chagas Santos.

8 Centro de História da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias, Porto Alegre (Madre Deus), Micro-filme 1390970, livro 2, registro de batismo, 29/10/1848.

9 AHRS, AM, M 140, campo na Coxilha do Fago, 26/10/1843, coronel Francisco F. da F. P. Pinto.

QUADRO 1

Carreiras militares dos irmãos Abreu (1835-1848)

	1835	1836	1837	1838	1839	1843	1844	1845	1848
Antonio Pedro de Abreu	Ten Milícias	-	-	-	-	Maj GN	-	-	-
João Pedro de Abreu	Ten Milícias	-	-	-	-	Maj GN	-	-	TCel GN
Francisco Pedro de Abreu	Vaqueano Sd GN	Ten GN	Cap GN	Maj GN	TCel GN	- GN	Cel GN	Barão do Jacuí	-
Pedro Paulo de Abreu	Vaqueano Sd GN	Vaqueano/ Sd GN	Ten GN	-	Cap GN	-	-	-	-

Fonte: Abreu, 1921a e b.

Legenda: Sd (soldado), Ten (tenente), Cap (capitão), Maj (major), TCel (Tenente-Coronel), Cel (coronel), GN (Guarda Nacional)

O fato dos irmãos João e Antonio serem oficiais de Milícia – uma organização herdada do Brasil colonial, extinta a partir da criação da Guarda Nacional (RIBEIRO, 2005) – indica que eram mais velhos que Francisco. Chico Pedro não parece ter sido miliciano, pois nas vezes em que foi reconhecido como integrante de alguma organização do tipo consta apenas como guarda nacional. Ou seja, no início da Farroupilha, os dois irmãos Abreu mais velhos já detinham algum tirocínio nas lides militares ou, ao menos, eram mais experimentados que os jovens Francisco e Paulo, formalmente recém iniciados nos trabalhos das armas. Não obstante, com alguma rapidez, Francisco alcançou os mesmos postos ocupados por seus irmãos e os superou na hierarquia da Guarda Nacional.

É importante destacar que, pela lei de criação da Guarda Nacional, em 1831, os oficiais de Milícia poderiam ser incorporados na nova organização e que a maior parte dos postos da instituição deveria ser ocupada por indivíduos eleitos pelo voto dos guardas nacionais das unidades. A razão disso devia-se ao fato de que os guardas nacionais serem todos cidadãos detentores de direitos políticos, segundo o critério de renda da Constituição de 1824. Entretanto, no Rio Grande do Sul, as eleições deixaram de acontecer e os ocupantes dos postos passaram a ser escolhidos diretamente pelas autoridades provinciais antes de 1837 (RIBEIRO, 2005). Portanto, os designados podem ser entendidos como indivíduos que haviam demonstrado algum valor e conquistado a confiança dos principais mandatários da

legalidade imperial, ainda mais em Porto Alegre, centro administrativo da província. Dessa forma, também se pode concluir que muito rapidamente Francisco Pedro de Abreu destacou-se entre os demais, obtendo maior reconhecimento das autoridades provinciais que seus irmãos também envolvidos nos trabalhos de guerra.

Aí há uma questão interessante. Apesar de destacar em vários momentos a atuação de seus irmãos, sempre mencionados como valorosos e fieis cumpridores de suas obrigações na defesa da autoridade imperial, também merecedores de maior conceito, Francisco Pedro de Abreu não discute o fato de tê-los sobrepujado na hierarquia militar, nem destaca a rapidez com que ele próprio obteve os diferentes postos em relação ao tempo que Antonio e João alcançaram as diferentes patentes.

Parece óbvio que o contexto de guerra influenciou significativamente para isso. A necessidade de lideranças militares e o aumento dos efetivos militares imperiais durante a guerra fizeram com que as promoções ocorressem mais rapidamente que em outros momentos da história do Império (RIBEIRO, 2013). Em ocasiões como esta, indivíduos que obtivessem êxito, por exemplo, garantindo a proteção e o suprimento das populações, combatendo adversários, mobilizando efetivos, sustentando estruturas de poder e por aí afora, podiam ser recompensados de diversas formas e alçados a lugares sociais que não ocupavam anteriormente. Recebiam retribuições financeiras ou auferiam reconhecimento social por seus trabalhos. Então, ascender aos postos mais altos foi uma possibilidade aberta para todos. Entretanto, um dos critérios tácitos de seleção, e o mais importante deles, era a capacidade dos candidatos de vencerem adversários e de angariarem recursos necessários.

Todos os quatro irmãos Abreu detinham essas capacidades. Mas a rapidez da ascensão de Francisco na hierarquia é impressionante. O que faz pensar que se diferenciava inclusive de seus irmãos, talvez por demonstrar mais habilidades, mais iniciativa, mais comprometimento, mais inteligência, mais subordinação. Na falta de melhores evidências, a rapidez com que foi promovido aos postos que ocupou e dos freqüentes elogios encontrados na documentação, confirmam que Moringue demonstrou maiores capacidades que seus irmãos naquele contexto e isso foi reconhecido com notoriedade.

O cotejamento das promoções recebidas por Chico Pedro e seus comentários no texto deixam pistas que talvez as “Memórias” tenham sido escritas depois da Guerra da Tríplice Aliança. Essa inferência resulta do fato de Francisco Pedro de Abreu fazer várias menções a um contemporâneo que durante a Farroupilha não figurava entre as lideranças legalistas

mais proeminentes, mas que alcançou grande notoriedade durante a guerra contra Solano Lopes, José Joaquim de Andrade Neves. Foi justamente por sua atuação na frente de batalha que Andrade Neves recebeu o título de barão do Triunfo, sendo a vanguarda de inúmeros ataques às trincheiras paraguaias, morrendo em Assunção, no ano de 1869. Passamento que causou grande comoção em todo o Império (ANTUNES, 2008).

Em vários trechos das “Memórias”, Abreu afirma que, durante a Farroupilha, foi preterido de reconhecimentos em favor de Andrade Neves. Tais comentários permitem deduzir que Chico Pedro sentia-se profundamente ressentido pelo fato de alguém, que tinha como menos capaz, ter sido protegido e também receber promoções. Relacionando o conteúdo das “Memórias” e os sucedidos posteriores nas vidas desses dois militares, pode-se entender que, pelo fato de não ter recebido o mesmo reconhecimento que Andrade Neves, Francisco produziu o texto para demarcar seus serviços, destacar as incapacidades de Andrade Neves e as benesses recebidas por este nos primeiros anos de sua carreira. Assim, tinha por objetivo ajustar contas e reafirmar as qualidades do barão do Jacuí, em um tempo em que outros eram alçados à condição de heróis. Algo que, em seu entendimento, muito injusto. Reservemos o assunto por agora.

Considerando o destaque que Chico Pedro deu a Andrade Neves nas “Memórias”, é interessante também realizar a comparação das trajetórias de ambos, perfilando, então, dois importantes agentes da legalidade imperial. Essa comparação é relevante porque o barão do Jacuí e o barão do Triunfo eram originários de realidades sociais bastante distintas e desenvolveram suas carreiras em situações diversas, sendo o último, inclusive, mais velho. Comparando esses dois oficiais tem-se que Andrade Neves ingressou no serviço militar como 1º cadete aos 19 anos, jovem, mas nem tanto se considerados outros 1º cadetes na época (RIBEIRO, 2013). Essa forma de ingresso era comum aos filhos de oficiais militares e o pai de Andrade Neves era major. Quase um ano antes de Francisco Pedro de Abreu ser promovido tenente, Andrade Neves já era capitão do Exército Imperial, em 1836. Então, por razão não revelada por seus biógrafos ou encontrada na documentação¹⁰, Andrade Neves tornou-se alferes e dois meses depois major da Guarda Nacional. Permaneceu nesse posto até que reclamou ao pre-

10 Há um documento em que Andrade Neves manifesta seu descontentamento com a notícia que de havia sido reformado, apesar dos seus muitos anos de serviço. O documento não menciona se a reforma foi do serviço no exército, mas isso pode explicar a mudança para a Guarda Nacional. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, maço 130, Porto Alegre, 27/9/1838, José J. de. A. Neves. Neste mesmo ano, respondeu a um conselho de guerra como major da Guarda Nacional, do qual não existe notícia do resultado. AHRS, M 131, Porto Alegre, 27/9/1838, visconde de Castro.

sidente da província ser o único comandante de corpo que não havia sido promovido e, então, recebeu a promoção de tenente-coronel, apenas com um mês de diferença que Francisco Pedro de Abreu, que também recebeu a patente nesse ano, tempo em que era descrito como “digno certamente de toda a contemplação, por seu valor, discernimento e gênio empreendedor”¹¹. Sobre a ocasião, Abreu escreveu:

[...] mostrava-se interesse que o major José Joaquim de Andrade Neves comandasse o major Abreu sempre? E por isso com bastante força se mandou o d[it]o Neves buscar umas éguas e cavalos de um potreiro perto de Aldeia para sair ambos tenentes coronéis. (1921, p. 41).

Deve-se destacar que é possível encontrar manifestações elogiosas sobre a atuação de Andrade Neves¹². Entretanto, seus méritos, ou os méritos de Chico Pedro, não serão avaliados ou questionados nesta análise. O objetivo não é verificar se Francisco Pedro de Abreu tinha mais ou menos razão em seus registros, mas tentar entender o sentido do conteúdo não explícito nas “Memórias”.

Nos anos seguintes, Andrade Neves foi nomeado coronel da Guarda Nacional dois anos depois da Guerra dos Farrapos, em 1847 (ANTUNES, 2008). Enquanto Chico Pedro recebeu essa mesma patente ainda em 1844 e em 1845 foi titulado barão do Jacuí, depois retornou ao Exército, ocupando postos inferiores aos que detinha na Guarda Nacional. Os dados descritos estão sistematizados no quadro abaixo.

11 AHRS, AM, M 133, Porto Alegre, 2/12/1839, marechal de campo Thomás J. da Silva.

12 AHRS, AM, M 132, Porto Alegre, 3/8/1839, brigadeiro Felipe N. de Oliveira; maço 133, Porto Alegre, 7/12/1839, marechal Thomás J. da Silva.

QUADRO 2

Comparativo dos anos das promoções recebidas por Francisco Pedro de Abreu e José Joaquim de Andrade Neves (1826-1891).

	1826	1835	1836	1837	1838	1839	1844	1845	1847	1858	1868	1869	1870	1891
Francisco Pedro de Abreu	-	Sd GN	Ten GN	Cap GN	Maj GN	TCel GN	Cel GN	Barão	-	-	-	-	Brig Hon 1ª linha	Morte
José Joaquim de Andrade Neves	1º Cad 1ª linha	Cap 1ª linha	Alf/ Maj GN	-	-	TCel GN	-	-	Cel GN	Brig Hon 1ª linha	Barão	Morte	-	-

Legenda: Sd (soldado), Alf (alféres), Cad (cadete), Ten (tenente), Cap (capitão), Maj (major), Tcel (tenente-coronel), Cel (coronel), Brig Hon (brigueiro honorário), 1ª linha (Exército), GN (Guarda Nacional).

Fonte: Carvalho, 1937; Abreu, 1921.

Considerando-se os momentos das carreiras desses dois indivíduos, mais uma vez, percebe-se que Francisco Pedro de Abreu ascendeu mais rapidamente na hierarquia dos postos da Guarda Nacional que outro prócer da luta contra os republicanos rio-grandenses, José Joaquim de Andrade Neves, apesar deste ser filho de um oficial, ter iniciado a carreira antes e na privilegiada condição de 1º cadete. Andrade Neves se distanciou na hierarquia de Francisco Pedro de Abreu depois do fim da Guerra dos Farrapos.

A carreira do barão do Jacuí fica estagnada depois de 1845. Esse marco coincide com a nova conjuntura de mobilização de efetivos militares imperais, dessa vez no Uruguai, que recebeu inicialmente o nome de “Califórnia”¹³, quando o barão de Jacuí passou a sofrer muitas críticas, inclusive da Corte, por liderar as ações que resultaram em mais uma invasão brasileira na antiga província Cisplatina. Sobre esse contexto as “Memórias” são breves, pouco mais de três páginas, nas quais Francisco historia rapidamente os prejuízos e os desrespeitos sofridos por proprietários brasileiros na fronteira¹⁴.

Anos depois, por ocasião da movimentação para expulsão das tropas paraguaias de Uruguaiana, o Cond’Eu referiu-se a Chico Pedro da seguinte forma:

[...] o barão [...] é pessoa extremamente simpática. [...] Agora a invasão estrangeira na sua província natal *fê-lo sair do seu retiro* [grifo meu]: foi ele que, percorrendo os diferentes municípios chamou às armas e organizou a maior parte da Guarda Nacional, que se acha reunida sob o seu comando. [...] todos sabem que, nos três exércitos aliados, não há oficial mais vigilante nem mais decidido do que o Chico Pedro, barão de Jacuí. (EU, 1981, p. 83).

13 As ações engendradas por grupos liderados pelo barão do Jacuí foram iniciadas em 1849 sob o argumento de defender proprietários brasileiros que estavam sendo atacados por forças uruguaias em suas propriedades dos dois lados da fronteira com o Uruguai. Um dos principais objetivos dos agressores era passar o gado oriental para suas estâncias no Brasil, iniciativa apoiada pela população da fronteira rio-grandense, apesar atrapalhar as iniciativas políticas do governo central, que acabaram sendo chamadas “califórnia”, em alusão a corrida do ouro ocorrida nos Estados Unidos um ano antes.

14 Em suas palavras “esta próxima cruel cena, agitou de tal maneira os brasileiros, que deliberaram de fazer conhecer e respeitar [o coronel uruguaio Diego E.] Lamas a lei e a dignidade do Imperador [...]”. Para isso formaram reuniões, elegendo para comandante delas o barão do Jacuí, como um dos mais prejudicados, o qual anuiu a bem de sustentar a boa ordem a bem da província, do Império, e não brotar alguma arbitrariedade, em tais forças”. (Abreu, 1921b, p. 205; 207).

Não foram encontradas as razões que motivaram o mencionado “retiro” de Francisco Pedro de Abreu. Contudo, relacionando os sucedidos nas “Califórnicas” e a falta de novas promoções, mesmo que nesse intervalo de tempo Moringue tenha participado das ações no Uruguai, em 1851 e 1852, pode-se deduzir que o barão do Jacuí deixou de contar com a confiança das autoridades provinciais por agir em desacordo aos interesses da Corte. Assim, as saudadas iniciativas ousadas no contexto da Farroupilha tomaram-se autonomia excessiva e de indisciplina em um contexto em que não havia guerra ou inimigos declarados.

E não ficou apenas nisso. Apesar do reconhecimento público da colaboração que prestou nos esforços de mobilização de tropas e da simpatia despertada pelo barão no esposo da herdeira do trono imperial, Francisco Pedro de Abreu não teve oportunidade de participar dos eventos mais importantes daquele contexto no cenário da guerra. Enquanto o grosso das tropas imperiais era enviado para lutar contra as forças de Solano Lopes no Paraguai, o barão permaneceu no Rio Grande do Sul responsabilizado pela defesa da província, coordenando efetivos menos capacitados, no caso improvável de novos ataques ao território brasileiro. Ao final da guerra, em retribuição aos serviços prestados, Andrade Neves recebeu o título de barão do Triunfo com grandeza. Ou seja, Chico Pedro ascendeu à condição de brigadeiro honorário do Exército, mas não foi agraciado com outro título.

Talvez aí estejam às razões das críticas que o barão do Jacuí fez especialmente as graças e reconhecimentos recebidos por Andrade Neves. Se isso está correto, os comentários desabonadores a respeito do barão do Triunfo nas “Memórias” foram escritos muito tempo depois de 1839, quando ambos foram promovidos tenente-coronéis, e não em função desse contexto, mas sim do que aconteceu durante a guerra da Tríplice Aliança. Aliás, não há indícios de que durante os anos da luta contra os republicanos Abreu e Neves tenham tido qualquer desentendimento. Antes o contrário. Inclusive atuaram juntos, sendo o primeiro era capitão e o segundo era major¹⁵.

Em função disso, é mais provável que esses julgamentos reflitam o desgosto de Chico Pedro com o fato de que Andrade Neves ter construído uma carreira de considerável sucesso nas forças imperiais até a Guerra contra Solano Lopes, quando faleceu, tendo feito parte do Exército Imperial na condição de oficial honorário em vários postos. Portanto, essas críticas podem ter sido uma manifestação de indignação contra a injustiça que entendia ter sido vítima, apesar dos serviços prestados durante a Guerra dos Farrapos, quando Andrade Neves não teve o mesmo destaque.

15 AHRS, AM, M 127, Porto Alegre, 26/7/1837, brigadeiro Francisco X. da Cunha; Ordem do Dia, Porto Alegre, 14/8/1837, major Antonio F. Lobo.

Pelo conteúdo das “Memórias”, pode-se entender que a mágoa do barão do Jacuí era grande. Ainda se referindo aos acontecidos durante as “Califórnia”, registrou na terceira pessoa do singular o seguinte: “descobriu o barão, toda a casta de traidores não só os seus patrícios brasileiros, como o mesmo Imperador”. Esse comentário é muito significativo. Parece confirmar que as “Memórias” foram escritas no final da vida do barão, portanto, depois da Guerra da Tríplice Aliança. Tempo em que Francisco Pedro de Abreu já não tinha mais nada a perder ou a esperar. Senão fosse assim, não haveria motivos para deixar registradas tão duras críticas a D. Pedro II e às autoridades militares da província. Isso talvez explique inclusive porque Pedro Brusque determinou que o texto só fosse publicado depois de sua morte. Afinal, como filho e herdeiro do barão, também poderia estar sujeito às consequências da resolução de dissabores do passado.

4 Para além das “Memórias”: esforço teórico de compreender uma autobiografia

No Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX houve um surto de produção e difusão de memórias, biografias e autobiografias devido às influências das produções de alguns países europeus. Na elite brasileira despertou certa preocupação em preparar para a morte que encerrava a velhice, sendo bastante comum a produção de testamentos, encomendas de missas e rosários, assim como poderia haver o cuidado de produzir avaliações sobre a vida (GOMIDE, 2009; MUAZE, 2008; COSTA, 2009). Nesse sentido, se as “Memórias” foram produzidas depois do final da Guerra do Paraguai (1864-1870), quando Francisco Pedro de Abreu já contava com mais de sessenta anos e, sendo uma autobiografia, o texto pode ser entendido como um instrumento cujo objetivo principal era edificar uma imagem definitiva do barão do Jacuí, rebatendo as críticas que recebera.

Como já destacou Benito B. Schmidt:

[...] escrever a própria vida não significa representar uma realidade pré-existente; muito mais que do que isso, significa criar a vida narrada e o próprio autor, já que implica selecionar, ordenar e hierarquizar experiências dispersas; conferir sentido ao passado a partir de um futuro já tornada presente; imprimir coerência e constância a múltiplas vivências que, no pretérito, tiveram pouca ou nenhuma ligação entre si; desenhar e dar ver, enfim, os contornos de um autor-narrador-personagem que assume a condição não apenas de protagonista da trama, mas da própria vida. (SCHMIDT, 2012, p. 233).

Entretanto, há outra possibilidade de entendimento. Se for considerado que o texto concentra-se exclusivamente em retratar um período limítrofe – relativo aos primeiros anos da trajetória militar do barão, correspondente à Guerra dos Farrapos – pode-se inferir que as “Memórias” foram produzidas logo depois do final do período em questão, senão alguns poucos anos depois, na sequência das incursões brasileiras no Uruguai, a partir de 1851, resultante, em grande medida, das “Califórrias” lideradas pelo barão. Mas, então, o texto pode ter outro sentido. Como é sabido, Moringue era alguém cioso da sua autonomia em decidir estratégias e ações militares, como também era um homem que construiu sérias inimizades entre os antigos farrapos, assim como entre seus camaradas defensores da legalidade imperial (FRANCO, 2006; DORATIOTO, 2008; AHRIS, 1997). E o entendimento generalizado sobre as ações de Francisco Pedro de Abreu agravou sua má fama entre outros oficiais militares da época e os responsáveis pela administração dos assuntos políticos e militares da província.

Nesse sentido, pode-se concluir que o texto das “Memórias”, ao destacar as qualidades, os esforços e os sucessos do barão, teria o objetivo de contrapor críticas e julgamentos desabonadores generalizados, alguns para além da discordância sobre ideias e, inclusive, bastante enfáticos. No contexto que antecedeu as “Califórrias”, o coronel Manoel Luís Osorio, responsabilizado por conter as ações do barão do Jacuí, escreveu a um amigo dizendo que fez o que havia sido possível “sem fazer disparar um tiro nos meus *desvairados* [grifo meu] patrícios” referindo-se ao grupo liderado pelo barão do Jacuí. (DORATIOTO, 2008, p. 93). Igualmente, o barão de Porto Alegre, que assim como Osorio não havia lutado ao lado dos farroupilhas, chamava Chico Pedro de “alucinado”. Em 1865, o antigo oficial farroupilha, coronel Manoel Lucas de Oliveira descreveu Francisco Pedro de Abreu como “louco”, que tinha “um caco de porongo na cabeça, e dali, de fato, lhe provêm esses acessos de loucura ou demência.” (FRANCO, 2006, p. 75).

Dessa forma, as “Memórias” podem ter sido produzidas não como escritura definitiva, mas como um registro para a lembrança de um contexto recente e que não deveria ser esquecido em contraposição aos comentários e entendimentos proferidos e difundidos por outros militares de prestígio na província. Ou seja, ao destacar a coerência de seus atos e os resultados de suas realizações, o autor da autobiografia assinalou a incapacidade e a falta de atividades dos demais (MENDONÇA, 2009).

Tenha sido escrita num contexto ou outro, a produção de uma autobiografia tem sentidos em si mesmo. A redação de memórias resulta na construção de uma autoimagem que aspira ser reconhecida publicamente.

[...] trata-se, pois, de um exercício de história da memória; memória aqui entendida como fenômeno coletivo cuja consolidação e perpetuação não deriva automaticamente da existência e permanência de uma ‘comunidade afetiva’, mas da participação ativa de atores sociais que – através de estratégias, suportes e construções narrativas variadas – intervêm no processo de constituição e formalização de recordações. (SCHMIDT, 2009, p. 42).

Documentos como as “Memórias” do barão de Jacuí são fontes bastante interessantes por terem sido produzidos com o objetivo de registrar e de divulgar uma versão sobre uma versão própria do passado. Entretanto, o caráter das “Memórias” não pode induzir que tratemos o personagem também de forma excepcional, especialmente porque foi justamente esse o objetivo do autor. Como alerta Schmidt (2012), tomar a ideia de excepcionalidade como instrumento de análise significa distinguir o personagem retratado de seus contemporâneos, atribuindo a estes últimas características de “normalidade”, ou seja, comuns.

Por meio das “Memórias”, Francisco Pedro de Abreu fez o que podia no sentido de tentar consolidar uma autoimagem de si em contraponto a imagem construída por seus detratores. Talvez esperasse que a ela se juntassem testemunhos e reconhecimentos públicos de suas realizações e que a soma dessas memórias fosse maior que os entendimentos que não se ajustassem à imagem que tentava consolidar. É interessante considerar que, de certa forma, o trabalho do historiador que se dedica ao estudo de biografias ou de autobiografias contribuiu para que a vontade do autor da autoimagem parcialmente se realize, ainda que um e outro tenham objetivos distintos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Francisco Pedro. “Memórias de Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuhy” In: *INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 1º e 2º trimestres, ano I. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & Cia – Livraria do Globo, 1921a e b.
- ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *Andrade Neves: o vanguardeiro!* 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Diário Coronel Manoel Lucas de Oliveira 1864/1865*. Porto Alegre: EST, 1997.

- AVELAR, Alexandre & SCHMIDT, Benito B. (Org.). *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. *Ofícios do barão de Caxias (1842-1845), como presidente da província do Rio Grande do Sul e comandante em chefe do Exército em operações contra os farrapos*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950.
- BRITO, F. de S. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1985.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro (Programa de Pós-graduação em História Social), 2013.
- CARVALHO, Mário T. de. *Nobiliário sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1937.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- COSTA, Marcelo T. da. Entre a precocidade e o silêncio: a “escrita de si” cristã – os casos de Thomas Merton e Alceu Amoroso Lima. In: GOMES, Angela C. & SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- DI MEGLIO, Gabriel. *Manuel Dorrego: vida e muerte de un líder popular*. Buenos Aires: Edhasa, 2014.
- DORATIOTO, Francisco. *General Osorio: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: USP, 2009.
- EU, Luis Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde d'. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: ITATIAIA/ São Paulo: USP, 1981.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010.
- FRADKIN, Raúl. *La historia de una montonera: bandolerismo y caudillismo en Buenos Aires, 1826*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2006.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *As “califórnicas” do Chico Pedro*. Porto Alegre: Martinis Livreiro, 2006.
- FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la Revolución artiguista: La región de Santo*

- Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.
- GUZZELLI, César A. B. *O horizonte da província: a República rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro (Programa de Pós-graduação em História Social), 1998.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- GOMIDE, Bruno B. Monte Castelo em dezembro: a guerra em surdina de Boris Schnaiderman. In: GOMES, Angela C. & SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem*. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). Porto Alegre, Tese (doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Programa de Pós-graduação em História), 2011.
- LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MATA, Sara E. *Los gauchos de Güemes: Guerras de Independencia y conflicto social*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.
- MARINHO, J. A. *História da Revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- MENDONÇA, Joseli M. N. Abolicionismo e militância operária: construção da identidade militante de Evaristo de Moraes. In: GOMES, Angela C. & SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MIRANDA, Márcia E. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ ZAHAR, 2008.
- NEUMANN, Eduardo S. & GRIJÓ, Luiz A. (orgs.). *O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

- OLIVEIRA, Saturnino de S. *Bosquejo histórico e documentado e negócios do Rio Grande*. Porto Alegre: CORAG, 1986 [1842].
- OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. B.; GOUVÊA, Maria de F. S. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- POSSAMAI, Paulo Cesar. (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 2010.
- PUIGMAL, Patrick. *¡Diablos, no pensaba en Chile hace tres años!:* cartas inéditas sobre la independencia de Chile, Argentina e Perú (1817-1825), Joseph Albert Bacler D'Albe, estudio Biográfico y Prosopográfico. Osorno: Editorial Universidad de Los Lagos, 2006.
- RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005.
- RIBEIRO, José Iran. *O Império e as províncias: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- RODRIGUES, Francisco F. *Santo Amaro, QG de Chico Pedro*: fragmentos da História Rio-grandense. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.
- SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- SCHMIDT, Benito B. “*Grades invisíveis para rebentar*”: memórias de um militante de esquerda brasileiro sobre as prisões argentinas (1975-1979). In: SCHMIDT, Benito B. & AVELAR, Alexandre (org.). *Grafia de vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- SCHMIDT, Benito B. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SCHMIDT, Benito B. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In: GOMES, Angela C. & SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección en tiempos de guerra: sociedad, economía y poder en el Oriente entrerriano posrevolucionario 1810-1852*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

- SILVEIRA, Daniela O. “*O passado está prenhe do futuro*”: a escrita da história no Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Porto Alegre. Dissertação Mestrado (História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Programa de Pós-graduação em História, 2008).
- SOARES, Luiz C. & VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- TEIXEIRA, Nuno S. A história militar e a historiografia contemporânea. In: A Defesa Nacional. *Revista de assuntos militares e estudos de problemas brasileiros*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, nº 768 – abr/mai/jun 1995.
- VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Coleção ANPUH-RS. Santa Maria: UFSM, 2010.

Recebido em 24/06/2015

Aprovado em 07/10/2015

**“ESTOU FORTE E MANTEREI A ORDEM.
REAGIREMOS!”**

**UM ESTUDO A RESPEITO DA POLÍTICA RIO-GRANDENSE
POR MEIO DA “REVOLUÇÃO” DE 1932**

***“I AM STRONG AND I WILL KEEP THE ORDER
WE WILL REACT!”***

***A STUDY ON THE RIO GRANDE DO SUL'S POLITICS
THROUGH THE “REVOLUTION” OF 1932***

Rafael Saraiva Lapuente¹

RESUMO

Este trabalho busca analisar o impacto da Revolução Constitucionalista (1932) no cenário político local do Rio Grande do Sul, desde os primeiros momentos posteriores à Revolução de 1930, em que elementos da Frente Única Gaúcha (FUG) já demonstravam discórdia com os rumos tomados pela política varguista, até os desdobramentos posteriores ao movimento armado, como a fundação do Partido Republicano Liberal (PRL) pelo interventor Flores da Cunha e a ida para o exílio de tradicionais lideranças políticas da Primeira República (1889-1930). Para isso, nos apoiaremos na bibliografia pertinente e, sobretudo, na análise de arquivos particulares das lideranças políticas e de periódicos da época, buscando conhecer, por meio da Análise de Conteúdo, o impacto que a guerra civil trouxe no cenário regional.

Palavras-chave: Revolução constitucionalista de 1932. Flores da Cunha (1880-1959). Política Gaúcha. Frente Única Gaúcha (FUG). Partido Republicano Liberal (PRL).

ABSTRACT

This paper aims to analyze the impact that the Constitutionalist Revolution (1932) had in the local political background of Rio Grande do Sul, from the earlier times after the 1930 Revolution, in which elements of Frente Unica Gaucha (FUG) already demonstrated disagreement with the direction taken by Vargas's politics, to the later developments of the armed movement, such as the foundation of the Partido Republicano Liberal (PRL) by the intervener Flores da Cunha, and the departure into exile of traditional political leaders of the First Republic (1889-1930). For this, we will rely on the relevant literature, and, especially, on the analysis of private archives of the political leaders and on the periodicals of the time, pursuing to know, through content analysis, the impact that the civil war brought to the regional background.

Keywords: Constitutionalist Revolution of 1932. Flores da Cunha (1880-1959). Rio Grande do Sul's politics. Frente Unica Gaucha (FUG). Partido Republicano Liberal (PRL).

¹ Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A Revolução de 1930 foi fruto de uma série de novas articulações políticas que o cenário nacional já sinalizava. Olhando para o contexto da época, localizamos nos anos 1920 os sinais da crise da política do “café-com-leite”, simbolizados com a Reação Republicana e o movimento tenentista, a ascensão gradual de uma classe média urbana e a organização do Partido Comunista no Brasil. A política regional, de forma um pouco distinta, também sinalizava mudanças: a candidatura de Assis Brasil para presidente do estado, em 1922, e a consequente Revolução de 1923 serviram como base para uma nova postura das oposições gaúchas, que se arregimentariam, anos depois, no Partido Libertador. Pelo lado do PRR, o desgaste das tradicionais figuras políticas proporcionou a ascensão de uma nova geração republicana, dando vazão a uma postura mais dialógica e aproximativa com a oposição, que apoiaria a eleição de Vargas em 1927 para presidente estadual, e, em 1930, deixaria o Rio Grande do Sul na distinta condição de ser o único estado coeso na campanha da Aliança Liberal, apesar da polarização política ressurgir logo em seguida.

Elencando esse contexto como pano de fundo de nossa análise, gostaríamos de pontuar algumas questões, antes de destacar nossa problemática sobre o papel do Rio Grande do Sul na Revolução de 1932. Uma delas é que a participação do estado na Revolução de 1930 está relativamente bem estudada.² A outra é que, tendo a guerra civil de 1932 sido associada diretamente aos insurretos de São Paulo, nos parece que a historiografia relegou a um segundo plano a participação do Rio Grande do Sul, apesar de sua importância e o impacto que a cisão política originada pela divergência da adesão ao movimento armado trará para o cenário estadual pós 1932, alijando do poder tradicionais expressões políticas da Primeira República, e exigindo rearticulações tanto por parte de insurretos como de “legalistas”, como veremos a seguir. De um modo geral, a bibliografia existente aborda a guerra civil mais como contextualização do que como

2 Dentre outras, apontamos esses como alguns dos principais trabalhos que analisam a “Revolução” de 1930, analisando tanto a participação rio-grandense como a nova conjuntura criada com a implantação do governo provisório. Ver: TRINDADE, Hégio. *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS*. Porto Alegre: L&PM, 1980, p. 19-79; 323-393; FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930: Historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970; LOVE, Joseph. *O Regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975; CORTES, Carlos E. *Política Gaúcha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 32-87; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Apesar de parecer muito óbvio, é importante destacar que não é nossa intenção dizer que não há espaço para outras pesquisas, com diferentes focos e abordagens. Pelo contrário, indiscutivelmente ainda há muito campo para novos estudos.

problemática de pesquisa,³ o que evidencia que há uma lacuna esperando por novos pesquisadores.

Explicamos também que quando utilizamos o termo “Revolução” o usamos sabendo que existe um vasto debate teórico sobre o termo e que há correntes contrárias a seu uso, tanto para 1930 como para 1932. Desta forma, alertamos que não entraremos nesse debate, embora tenhamos ciência dele. Usaremos o termo porque está relativamente consolidado pela historiografia, e, de todo modo, não está em nossa problemática discutir se ele é apropriado ou não, assim como também não nos deteremos em estudar o conflito armado em si. Buscaremos, sim, problematizar aquilo que antecede as articulações “revolucionárias” e suas consequências posteriores na política regional.

Outro termo que merece esclarecimento é de “sistema partidário”. Aqui, entendemos sistema partidário como o conjunto de relações dos diversos partidos entre si, com os grupos de interesse, por um lado, e com os diversos aparatos que compõem o Estado, por outro, pensando assim em uma organização complexa, que se move num espaço de organizações mais ou menos similares (SOUZA, 1990). Consideramos que a política não segue um desenvolvimento linear, sendo feita de rupturas (REMOND, 2003), e que o contexto que trabalharemos está marcado por dois rompimentos: o primeiro, não detalhado aqui, mas que, logicamente, não pode ser relegado a um segundo plano, por ter uma íntima relação, é a Revolução de 1930 e a alteração que ela traz no contexto político em nível regional e nacional. O segundo é a Revolução Constitucionalista, que acaba rompendo o tênue alinhamento entre as oligarquias partidárias⁴ do Rio Grande do Sul.

Delimitado o escopo teórico-conceitual e esclarecido nosso objeto,

3 Encontramos somente um trabalho de “fôlego” abordando especificamente a guerra civil de 1932 no Rio Grande do Sul. Ver: CARAVANTES, Rejane Marli Born. A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: o papel de Flores da Cunha. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988. Esse estudo, além de bastante antigo, apresenta algumas deficiências, como mostraremos no decorrer do artigo. Já os demais trabalhos usam a “Revolução Constitucionalista” como embasamento para outras problemáticas de pesquisa.

4 Entendemos oligarquia política como “uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada” (BOBBIO, 1992, p. 396). Desta forma, recorremos a Robert Michels, quando afirma que “toda organização, seja um partido político, seja um sindicato profissional, seja qualquer outra associação do tipo, a tendência aristocrática manifesta-se muito claramente. O mecanismo da organização, enquanto confere a solidez de uma estrutura, induz sérias mudanças na massa organizada, invertendo completamente a posição respectiva dos líderes e dos liderados. Como um resultado da organização, cada partido ou sindicato profissional torna-se dividido em uma minoria de dirigentes e uma maioria de dirigido” (apud COUTO, 2012, p. 50).

abordaremos, neste artigo, em um primeiro momento, as articulações posteriores à *Revolução* de 1930 entre a oligarquia partidária regional, as discussões em nível regional envolvendo os encaminhamentos do governo provisório para, posteriormente, abordar os impactos que ocorrem no círculo da organização política rio-grandense posteriores à luta armada. Nesses dois tópicos, procuraremos elucidar nossa problemática central.

1 DA “REVOLUÇÃO” DE 1930 À “REVOLUÇÃO” CONSTITUCIONALISTA

A chegada de Getúlio Vargas ao poder significou, além da inserção do país em uma série de derrubadas de regime que atingiu ou atingiria a América Latina, também representou internamente o início de rupturas no cenário político nacional. Algumas das medidas tomadas por Vargas, como a substituição dos governadores em todos os estados – exceto Minas Gerais – por interventores, a suspensão da constituição de 1891 e a adoção de um posicionamento mais intervencionista do governo federal, tanto na política como na área administrativa, davam sinais de que o governo central adotaria um estilo mais atuante e centralista do que os governos da Primeira República.

No Rio Grande do Sul, com a ascensão de seu presidente ao cargo máximo da república, a interventoria estadual passou a José Antônio Flores da Cunha, preterindo João Neves da Fontoura, até então o vice-presidente estadual. Apesar de nomeado, a escolha de Flores da Cunha não foi consensual por parte dos libertadores: recorrendo aos relatos de Mem de Sá (1981), percebemos a frieza do correligionário libertador em relação ao nome de Flores da Cunha. Essa rejeição se explica pelo alijamento das instâncias de poder que o PL iria sofrer, já que como partícipes do movimento revolucionário logicamente esperavam receber alguma parcela de poder e, segundo Sá, só obtiveram uma secretaria na interventoria estadual.

A escolha de Flores da Cunha para a interventoria estadual estaria vinculada com o suposto desejo de João Neves da Fontoura de se retirar da vida política, desde o início da campanha da Aliança Liberal. Claro que outras questões certamente motivaram essa decisão, como o desgaste de suas relações pessoais com Getúlio Vargas, que teriam surgido durante a campanha presidencial. Outra nuance que influenciou era a conhecida situação financeira do estado, em condição delicada, por emissões de bônus para o movimento armado de 1930, agravado com a falência de dois bancos. Afirmaria João Neves (1963) que seu desejo de se afastar da vida política seria o motivo principal para assumir o cargo de Consultor Jurídico do Banco

do Brasil, que julgava não ser de grande teor político.⁵ Mas, como veremos, João Neves da Fontoura esteve profundamente envolvido com as questões políticas posteriores a 1930, e durante todos os anos 1930-1937 seria uma das principais lideranças da Frente Única Gaúcha.

De todo modo, o processo de crescente centralização será motivo para insatisfação por parte da FUG, reacendendo-se "as antigas divergências da tradicional bipolarização partidária no estado" (COLUSSI, 1996, p. 55). Já em dezembro de 1930, os libertadores davam sinais de insatisfação, mostrando que a aliança com Vargas seria mais efêmera do que parecia. Em um primeiro momento, já publicamente criticando Aranha e Vargas pela proximidade com os tenentes e pela ausência de um posicionamento mais claro sobre a questão da constitucionalização, por meio do jornal libertador *O Estado do Rio Grande*.⁶ Em diálogos particulares, Raul Pilla alertava Assis Brasil sobre o militarismo fascista que estaria tomando o governo federal, com a aquiescência de Oswaldo Aranha, que, junto com Juarez Távora e João Alberto, estariam formando um "fascismo brasileiro, em que o grande presidente Getúlio iria representar o ridículo papel de Vitório Manuel III" (*apud* TRINDADE, 1980), aludindo às legiões revolucionárias⁷ que começavam a surgir em novembro de 1930. As resistências da FUG frente às organizações tenentistas levaram ao malogro sua criação no Rio Grande do Sul, assim como em São Paulo, onde foram ainda mais nítidas as divergências entre os grupos políticos civis e os tenentes.

Nesse sentido, uma série de insatisfações até 1932, como a contrariedade às *legiões*, a defesa pela escolha de um interventor civil e paulista para São Paulo, a repulsa ao ataque sofrido pelo *Diário Carioca*, sem punição enérgica dos envolvidos, até o rompimento e a adesão ao movimento ar-

5 Afirmções semelhantes sobre a ocupação de cargo no governo e seu rompimento com Vargas se encontram em um livro mais antigo de João Neves, *Accuso!* (FONTOURA, 1933, p. 8 e p. 14).

6 *O Estado do Rio Grande*, 26.11.1930, MCSHJC.

7 As legiões revolucionárias surgidas no país seriam uma expressão do movimento tenentista da década de 1920. O grupo não era homogêneo, havendo divergências na política econômica, constitucionalização, nacionalismo e fortalecimento do governo central. Havia dois perfis nesse período: os tenentes políticos, mais identificados com o perfil descrito acima, e os tenentes profissionais, que advogavam o afastamento da classe na política. A divergência entre ambos chega ao auge quando as promoções favoreciam o primeiro grupo (picóles, formados muito rápidos e se mostrado frios com a adesão dos tenentes profissionais ao governo provisório) em detrimento do segundo (rabanetes, revolucionários por fora, mas brancos por dentro), que redundava na demissão do ministro da guerra e na punição aos rabanetes, pelos protestos em função do preterimento nas promoções (VIVIANI, 2006; PANDOLFI, 2003). Um estudo mais detalhado sobre o tenentismo na década de 1930 é o de Anita Leocádia Prestes (2014).

mado estará concatenada com o desejo de constitucionalizar o país, visto que todas as dificuldades por que passava o país eram interpretadas como consequência do regime provisório.

A afirmativa de Raul Pilla é bastante ilustrativa dessa questão:

A constitucionalização hoje é um remédio de urgência, por ser o único capaz de deter a fermentação que se nota em certos meios. Quanto mais ela demorar, maiores se tornarão as possibilidades de um golpe de força e mais se irão robustecendo os elementos reacionários, que a revolução depôs.⁸

A pressão da Frente Única Gaúcha em relação a esse tema recai também sobre o interventor Flores da Cunha, que, ao se dirigir a Oswaldo Aranha, relata a intransigência de Borges de Medeiros, que nega qualquer prorrogação do período discricionário, enquanto o próprio Flores da Cunha defendia publicamente a duração máxima de um ano e meio do regime provisório⁹ (VARGAS, 1995). Sem dúvida, o fato de Borges de Medeiros se posicionar contrariamente à prorrogação do governo provisório era motivo de alento para Vargas. Mesmo não sendo mais governador do estado, com 70 anos e fora da política institucional, seu posicionamento possuía grande influência nas fileiras da FUG, admitido por João Neves da Fontoura em suas memórias (1958). Já Getúlio Vargas mantinha o alinhamento com os tenentes, de procrastinar ao máximo a constitucionalização do país.

Após as tensões entre o governo provisório e a política regional, Getúlio Vargas publica o Código Eleitoral, em 11 de Setembro de 1931, mas São Paulo estava sendo governado por João Alberto, um interventor que não era civil nem paulista. O PDP conseguiu sua substituição por Laudo Camargo, *civil e paulista*, que seria expulso pelos tenentes, reacendendo os ânimos constitucionalistas, e rompendo a efêmera trégua que o Código Eleitoral estabeleceu. A Frente Única Gaúcha reage, reunindo-se em Cachoeira do Sul, e ratificando o apoio dos gaúchos a Vargas, mas exigindo o alistamento eleitoral e um novo interventor civil para São Paulo (CORTÉS, 2007). Diante dessa situação, Flores da Cunha supostamente teria mobilizado dois corpos provisórios com mil homens cada, para Santa Maria, Livramento, Vacaria e arredores, com aproximadamente três mil armas, para marchar contra o governo federal (FONTOURA, 1933).

8 Arquivo Getúlio Vargas, 17.01.1931, CPDOC/FGV.

9 Sobre as manifestações públicas, ver: Correio do Povo, 06.03.1931, MCSHJC.

Vargas, cedendo às pressões, nomeou Maurício Cardoso para Ministro da Justiça, que acelerou os trabalhos, entregando a lei eleitoral em 26 de janeiro de 1932, visto com muita euforia pela FUG, que avaliava ter o novo ministro uma “estrada aberta para marchar. Nenhum requisito lhe falta, inclusive a amizade pessoal com os extremistas”.¹⁰ Mas a imaginada trégua por parte da FUG não existiu. O PDP, que se viu alijado do poder em São Paulo, rompeu com Vargas, em 13 de Janeiro de 1932, tendo a solidariedade dos tradicionais aliados libertadores no Rio Grande do Sul. O PRP e a Liga de Defesa Paulista se uniram aos democráticos paulistas em fevereiro, formando a Frente Única Paulista. Vargas, pressionado, promulgou o Código Eleitoral, em fevereiro de 1932 (CARONE, 1976).

No mesmo mês, um grupo de tenentes empastelou o jornal *Diário Carioca*, que apoiou a Aliança Liberal, mas se colocava a favor da constitucionalização do país. Essa conjuntura levou Vargas a uma encruzilhada: o ministério da guerra sabia que os oficiais estavam dispostos a atacar outros jornais, enquanto os periódicos de São Paulo, Rio Grande do Sul e outros estados suspenderam as publicações por 24 horas, em protesto. Nisso, o próprio Vargas (1995, p. 92) desabafou: “tenho que me decidir entre as forças militares que apoiam o governo e um jornalismo dissolvente”. A tensão entre a FUG e Vargas atingiu o ápice quando o Palácio do Catete não apurou o caso da forma como os *frenteunistas* desejavam, desconfiando até mesmo da participação de pessoas ligadas ao governo central no atentado.

A FUG mandaria, como forma de pressão, duas listas de exigências ao governo provisório, a primeira um *heptálogo* e a segunda um *decálogo*¹¹, onde se exigia liberdade de imprensa, inquérito sobre o *Diário Carioca* e eleições para a Assembleia Constituinte, dentre outras pautas, reputadas por Vargas, assim como a ideia de formar um gabinete de concentração (PESAVENTO, 1980).

Todavia, em meio a todo esse contexto, como se posicionou o interventor federal José Antônio Flores da Cunha e qual seu papel nas crises

10 Arquivo Raul Pilla, 13.12.1931, NUPERGS.

11 Nas trocas de telegramas, percebemos a frustração de Vargas em relação ao decálogo. Vargas alega a Flores da Cunha que, do heptálogo, tinha aceitado todas as exigências, fazendo objeções apenas a duas delas naquilo que concernia a sua fórmula de execução. Contudo, se frustrava de ter recebido a nova lista de exigência, mais ampla e com “termos rígidos e intransigentes, quase inamistosos destes, já não digo por tratar-se até então de um amigo de lutas e ideais de quem agora se sentiam separados, mas por ser dirigido ao chefe da nação e a um ex-presidente do Rio Grande do Sul”. Por conta disso, alegava que “nos termos em que essas declarações estão feitas não posso tomar conhecimento nem discuti-las. Podem instigar o Rio Grande contra mim, mas não conseguirão lançar-me contra o Rio Grande”. Arquivo Getúlio Vargas, 19.03.1932, CPDOC.

sucessórias do pós-30, que culminariam com o movimento armado que eclodiria em 1932? Analisando a troca de telegramas entre as lideranças políticas do período, podemos concluir que Flores da Cunha foi um intermediador entre FUG e governo provisório, mantendo intenso contato com Oswaldo Aranha, que atuava como “porta-voz” de Vargas e do governo provisório. Apesar de Flores da Cunha ser o interventor do estado, as questões políticas fugiam de seu controle. Definitivamente, os primeiros anos de interventoria no Rio Grande do Sul não significaram controlar a FUG, o PRR e a política regional. Nesse sentido, Flores da Cunha era quase um “novo Carlos Barbosa” – administrava, mas tinha pouco poder efetivo dentro do PRR.

Por isso, o PL de Pilla e o PRR de Borges mantiveram, de um modo geral, suas atuações no campo político de maneira independente a de Flores da Cunha. Quando o contexto político esteve mais acalorado, e as discórdias com o governo provisório tomaram níveis mais fortes, Flores da Cunha oscilou: o interventor alertava que não romperia com Vargas, comandando a interventoria, que renunciaria ao cargo, e se somaria ao PRR como correligionário comum, enquanto Oswaldo Aranha procuraria manter Flores da Cunha fiel ao governo provisório, e distante das articulações da FUG. Em suma, Flores da Cunha não possuía controle sobre as decisões das organizações político-partidárias, mas após o início da revolta em julho de 1932 passaria a ter um papel decisivo para os dois lados em conflito, que passaram a “disputar” o apoio do interventor.

Obviamente, também seria temeridade afirmar que o interventor estivesse alheio e à revelia das ações que tomavam as lideranças políticas dos partidos estaduais. Seu alijamento das instâncias de decisão internas da FUG não significava desconhecimento do contexto que o cercava. Exemplar disso é a troca de telegramas entre Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, onde o segundo confessa o receio de um rompimento dos libertadores com o governo provisório, em que a situação ganharia “tons de gravidade indissimulável”. Ainda por cima, alertava que “a nomeação de um novo interventor militar seja para o estado que for desencadeará a tempestade. Libertadores e republicanos não tolerarão que isso se faça [...] diga tudo isso a ele [Getúlio]. Aqui a coisa vai ficando preta. Lembrem-se desta terra e desta gente!”¹² mesmo que Vargas contestasse essa prerrogativa de forma bastante evasiva a Borges e Pilla:

12 Arquivo Flores da Cunha, s.d., NUPERGS.

Qual a humilhação, a grave ofensa que se está fazendo a São Paulo? Por que o seu atual interventor não é paulista? Mas, Santo Deus, há vários Estados do Brasil administrados por interventores estranhos e que não se julgam, por isso, ofendidos. Aí, bem próximo, em Santa Catarina, está um rio-grandense, membro do Partido Libertador, e que é um dos interventores modelares, entre os nomeados pelo governo provisório.¹³

Todavia, partindo do telegrama trocado entre o interventor e o ministro, podemos perceber que Flores da Cunha mantinha Oswaldo Aranha alerta sobre os acontecimentos políticos, atuando como um informante das contendas regionais, a favor de Getúlio Vargas. Entretanto, a posição dúbia de Flores da Cunha fica evidente em telegrama enviado a Borges de Medeiros, no qual afirmava que “quando as divergências surgidas, entre mim e o Governo Provisório, tornarem impossível minha permanência no Governo do Rio Grande”, o interventor afirma que trataria “de depor nas mãos dos meus amigos no Rio o posto que ora ocupo”, para ingressar, “como simples soldado, nas fileiras do meu partido, sob as ordens de V. Ex.^{aa}”.¹⁴

Outro processo envolvendo Flores da Cunha se deu por meio da tentativa de nomeá-lo ministro da justiça¹⁵, antes de estourar o movimento armado e posterior à ação demissionária coletiva dos ministros gaúchos. A nomeação de Flores como ministro simbolizaria o início do reatamento entre os *frenteunistas* com o governo de Vargas.¹⁶ Nesse sentido, também as questões políticas deveriam ficar na alçada do ministro, que organizaria um ministério de concentração política, enquanto a FUG exigia que seu substituto fosse da concórdia das chefias do PL e PRR, defendendo a escolha de Maurício Cardoso, enquanto Vargas, Flores e Oswaldo Aranha postulavam o nome de Francisco Flores da Cunha, conhecido como Chico Flores, irmão do então interventor, após Aranha ser descartado para o cargo.

13 Arquivo Getúlio Vargas, s.d., CPDOC.

14 Arquivo Flores da Cunha, 19.01.1932, NUPERGS.

15 Nesse sentido, um telegrama enviado por Antunes Maciel a Vargas, em março de 1932, apela para a nomeação de Flores da Cunha, pedindo para que Vargas “prestígie o seu governo com essa individualidade laureada e idolatrada, no Rio Grande, e terá dado um tiro no ouvido dos ultramontanos”. Ainda alega que, caso Flores estivesse nas negociações, “estaria tudo arrumado, a esta hora”. Exaltando o interventor, disse Antunes Maciel que “Flores tem sido um autêntico herói nestes dias de confabulações atribuladas, entre intrigas e despeitos. Se a conciliação for realizada, seu prestígio se enfeitará de mais uma radiante láurea” (AGV, NUPERGS [Cópia – CPDOC], 32.03.09/3).

16 Arquivo Raul Pilla, 22.06.1932, NUPERGS.

Todavia, a nomeação de Maurício Cardoso para interventor, com o apoio de Vargas e com um acordo prévio da elevação de Flores ao Ministério da Justiça, só poderia ser feita se fosse atendida uma série de exigências feitas pelo ex-ministro da justiça, dentre elas a explícita reivindicação pela autonomia dos estados perante o governo central, sua nomeação com a anuência da FUG e a defesa da ideia de reconstitucionalizar primeiro o Rio Grande do Sul e os demais estados, para depois iniciar o processo a nível federal.¹⁷ Em tom bastante impositivo, somado o antecedente de ter sido um ministro demissionário no caso do *Diário Carioca*, a hipótese de Maurício Cardoso suceder Flores da Cunha foi descartada.

Certamente, por outro lado, o general Flores da Cunha, ao propor o nome de seu irmão, procuraria não perder o controle da máquina estadual, enquanto assumia o ministério de maior relevância política naquele momento. A fórmula de pacificação, com Flores compondo o ministério, chega a ser dada como certa por João Neves da Fontoura, recuando posteriormente, com o apelo para Flores da Cunha não aceitar a nomeação, apesar de que, antes mesmo dessa desistência o próprio interventor já teria passado a desconfiar das ações da FUG, desabafando a Oswaldo Aranha: “[Raul Pilla] começa [a] esboçar desejos de que eu aceite [a] pasta [da] justiça constando também Collor e Lusardo, já agora inclinam para essa solução. Isso quer dizer que me querem ver pelas costas! Será para manobrar a vontade? Chi ló Sá!”¹⁸

É difícil fazer uma afirmação segura sobre aquilo que levou Flores da Cunha a ter uma atitude vacilante com a FUG e o governo provisório, apenas pendendo claramente para o segundo no dia em que iniciou a guerra civil, embora desse alguns sinais de que decidiria por manter a ordem no estado, em missivas a Oswaldo Aranha.¹⁹ Algumas hipóteses podem ser

17 Arquivo Getúlio Vargas, 16.06.1932, CPDOC.

18 Arquivo Getúlio Vargas, 07.07.1932, CPDOC.

19 Neste ponto, gostaríamos de fazer algumas ponderações ao trabalho de Rejane Caravantes, única pesquisa de “fôlego” que se dedicou a estudar a Revolução de 1932 no Rio Grande do Sul, e exaustivamente citada por trabalhos que abordem a guerra civil no Rio Grande do Sul. Caravantes afirma, em sua dissertação, que Flores da Cunha “foi sempre coerente nas suas atitudes. Sistemáticamente, manteve um posicionamento igual pela legalidade, pela ordem. A ambição e o poder adquirem uma prioridade de nível inferior. Não se deixava arrastar pela simples aventura ou amor ao poder pelo poder”. Não concordamos com essa afirmação, já que há muitos indícios de que Flores da Cunha chegou a cogitar participar do movimento de 1932, sobretudo nas primeiras articulações. De todo modo, sua postura vacilante para os dois lados em dissídio já é uma ação bastante questionável de sua “coerência”, o que seria diferente se tivesse tomado lado desde o início e manifestasse abertamente sua posição, e com ela se mantendo no momento do dissídio, o que efetivamente não ocorreu. Se as fontes aqui não estiverem nos induzindo ao erro (da documentação analisada, encontramos apenas acusações

levantadas, como conseguir maior poder de barganha com o governo central, aumentar seu próprio poder político em âmbito regional e nacional bastante limitado em certo ponto como um interventor demissível sem comando político-partidário e/ou conseguir auxílio econômico para o estado que passava por uma séria crise financeira. São apenas hipóteses, mas que poderiam ter sido levadas em consideração por Flores da Cunha ao manter essa postura vacilante.

Quando o general Bertoldo Klinger enviou carta ao novo ministro da Guerra, Espírito Santo Cardoso, negando-lhe obediência, as forças legalistas começaram a se preparar com antecedência. Em função disso, o movimento militar em São Paulo foi antecipado para 9 de julho, iniciando a *Revolução Constitucionalista*. A antecipação em São Paulo impôs dificuldades à guerra civil, já que a FUG acreditava que contaria com Flores da Cunha. Mas, enquanto jantavam Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, João Neves e Batista Lusardo, um telefonema da filha de Collor alertava o pai de que a guerra civil estalaria na madrugada seguinte (CARNEIRO, 1978).

Borges de Medeiros, procurando evocar sua influência sobre Flores da Cunha, buscou dar a cartada final. Não estando em Porto Alegre, buscou persuadir o interventor a seguir a orientação do Partido Republicano, e apoiar os paulistas. Requeria que Flores ponderasse, alegando que não era lícito hesitar entre a ditadura e a sorte da República e do Rio Grande do Sul, optando pelo Rio Grande contra o governo provisório, e sendo “o seu galhardo condutor na nova cruzada redentora”.²⁰ No mesmo dia, Vargas se dirigiu a Flores da Cunha, noticiando o movimento rebelde, informando providências tomadas e contando com a “atitude digna [e] leal, corajosa

advindas de membros da FUG, pós movimento armado, ainda que mantivessem essa versão durante anos), Flores chegou a articular grupos armados para marchar contra Getúlio, em momentos diferentes das tramas com os paulistas, fato que também fragiliza o argumento de que sempre esteve pela ordem. A autora também afirma que Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas procuraram ter o apoio de Flores da Cunha, por este ser o líder da campanha pela reconstitucionalização do país. Em nossa análise, o posicionamento de Flores da Cunha era inegavelmente muito importante pela força militar, por controlar a máquina administrativa do estado e por ser a base política do chefe do governo provisório. Porém, acreditamos que classificar Flores da Cunha como líder da campanha pela reconstitucionalização do país é uma afirmação muito exagerada, afinal, assistimos a um movimento em São Paulo muito mais maduro do que no Rio Grande do Sul, e, mesmo no estado sulino, as lideranças partidárias agiam de maneira mais intensa do que o interventor nesta campanha, estando Flores algumas vezes alijado das articulações políticas a respeito do tema, como já referimos. Não obstante, classificar Flores da Cunha como um “tenente” ou defensor do prolongamento do regime discricionário também seria outro erro, afinal, sempre se colocou pelo fim do regime ditatorial, mas não compactuou do método que a FUG-FUP tomaram para tentar levar o país ao regime constitucional novamente (CARAVANTES, 1988, p. 168 e 249).

20 Arquivo Flores da Cunha, 09.07.1932, NUPERGS.

[do] meu nobre amigo, à frente [do] Rio Grande”.²¹

Se Flores da Cunha fugia de um encontro com a Frente Única, como alega Lusardo em suas memórias (CARNEIRO, 1979), já no início do movimento armado, respondia a Borges de Medeiros que depunha o cargo de interventor federal e que manteria a ordem até a chegada de seu substituto, o que efetivamente nunca ocorre. Contudo, alegando que “até [o] momento [que] transmitia telegrama depondo [o] cargo desconhecia [o] movimento irrompido [em] São Paulo”, e julgando isso ser uma “miserável traição [de que] fui vítima”, dá sua posição definitiva a Getúlio Vargas: “Estou forte e mantereí ordem. Reagiremos!”.²²

De qualquer forma, Flores da Cunha imediatamente tornou pública sua adesão pela ordem: em 11 de Julho²³, *A Federação* noticiava sua posição de se conservar “fiel aos deveres de delegado do Governo Provisório”.²⁴

Procurando distanciar Borges de Medeiros nas tramas revolucionárias no Rio Grande do Sul, também teria enviado seu irmão e Sinval Saldanha para dialogar com o chefe do PRR, propondo transportá-lo a Santos, para participar em São Paulo da guerra civil,²⁵ procurando distanciar o chefe do PRR do Rio Grande do Sul, mas acabou não obtendo sucesso. Logicamente, por Borges de Medeiros ter uma influência grande na política regional, após 25 anos à frente do governo estadual, seria mais seguro para o interventor deixar o Rio Grande do Sul fora do seu raio de ação – o que, por outro lado, seria praticamente *anular* qualquer ação de impacto efetivo que Borges poderia ter.

Todavia, a adesão ao movimento armado é baixa no Rio Grande do Sul. Ao total, “ocorreram oito focos de resistência contrários à manutenção do governo federal” (FILATOW, 2015, p. 31), muitos deles ocorridos tardiamente. É possível afirmar que em setembro os movimentos *frenteunistas* estavam dominados pelo situacionismo, que também enviou tropas para o norte, contra os paulistas. Borges e Lusardo seriam os últimos focos de resistência no estado. O apoio massificado do Rio Grande do Sul nun-

21 Arquivo Getúlio Vargas, 09.07.1932, CPDOC.

22 Arquivo Getúlio Vargas, 09.07.1932, CPDOC.

23 Afirmamos que a declaração foi imediata pela seguinte constatação: Quando *A Federação* do dia 9 de julho foi publicada, o ainda fraco levante paulista não tinha ocorrido. No dia seguinte, um domingo, o periódico não circulava. Desta forma, o manifesto pela ordem de Flores da Cunha só poderia ter sido publicado pelo jornal governista no dia 11. Na edição do dia 13, há a convocação de Pilla e Borges para aderir ao movimento paulista e, desde então, passa a ser totalmente controlado pelo interventor, por meio de seu diretor, João Carlos Machado, que não adere ao movimento armado.

24 *A Federação*, 22.09.1932, HDBN.

25 Arquivo Getúlio Vargas, 09.07.1932, CPDOC; *Correio do Povo*, MCSHJC.

ca ocorreu. Em outubro, as forças paulistas estavam derrotadas, e o exílio para Portugal, Argentina e Uruguai foi o destino dos partícipes do movimento armado. Todavia, em alguns estados, como o Rio Grande do Sul, os impactos no cenário político regional não foram pequenos, ocasionando uma profunda crise no sistema partidário gaúcho.

2 O PÓS-GUERRA CIVIL: O EXÍLIO E A CRISE DO SISTEMA PARTIDÁRIO REGIONAL

A participação gaúcha na guerra civil de 1932 representou a reação fracassada da oligarquia política regional contra a postura independente e autonomista de Vargas em relação aos líderes políticos regionais. Negada submissão à FUG, Vargas colocaria em prática sua atuação independente dos políticos regionais. Assim, concordamos com Sandra Pesavento (1980), quando afirmou que a adesão *frenteunista* ao movimento armado confirmava a frustração de parte da oligarquia política estadual que visava a substituir a paulista no exercício do executivo central, e, dessa forma, entendia ser possuidora da *Revolução de Outubro* e de Getúlio Vargas, atitude percebida também pelo próprio presidente.²⁶ Em oposição àquilo que esperava, a FUG amargaria o exílio e o ostracismo, passada a guerra civil de 1932, procurando articular novas maneiras de atuação política, para combater não apenas Getúlio, mas, neste momento, também Flores da Cunha, visto como traidor, por não ter acompanhado a orientação do PRR.

A imagem do interventor do Rio Grande do Sul ficou desgastada após a *Revolução*, com as acusações *frenteunistas*. Nos dizeres de René Gertz (2005, p. 13),

[...] a atitude do interventor gaúcho deu origem a uma grande controvérsia, colocando sob suspeita sua honestidade política, pois, como alguns outros políticos gaúchos, teria estado comprometido com a luta pela reconstitucionalização dos paulistas, mas acabara traindo a causa. Terminada a guerra civil de 1932, Flores viu-se politicamente acuado em virtude da atitude que havia tomado, tendo sido constituído um tribunal de honra para avaliar seu comportamento. Nesse ‘processo’, acabou inocentado.

26 Em um telegrama enviado a Maurício Cardoso, citado por Garavantes (1988, p. 200), Vargas afirmou lamentar que alguns exigiam que ele fosse um “mero executor das suas ordens, tudo isso à distância, sem conhecimento do ambiente, tentando fazer passar, com aspirações do país, os seus próprios caprichos, exigências e imposições”.

O “Tribunal de Honra” foi formado, idealizado e composto por membros escolhidos pelo interventor, procurando contra-atacar as acusações feitas em relação ao seu posicionamento. Por ser um tribunal organizado pelo situacionismo para legitimar a posição tomada por Flores da Cunha em apoiar Vargas, não teve como fim um julgamento com maiores ênfases, alegando que questões de caráter moral não seriam cabíveis de juízos arbitrais.²⁷ O tribunal seria contestado pelos membros da FUG, que questionavam sua formação à revelia dos exilados.

Por imenso que valha essa autoridade, para nós indiscutível de VV. Exas, semelhante decisão não pode passar em julgado com expressão de verdade histórica, antes de plenamente restabelecidos os direitos e garantias de espírito, para que possamos exhibir perante um tribunal escolhido a aprazimento de ambas as partes o elenco das nossas demonstrações testemunhais e documentais, em ordem a sentar no banco dos réus aquele que, na hora difícil, faltou à palavra do Rio Grande e cobriu de luto a família brasileira (ELIS JÚNIOR *apud* CARNEIRO, 1978).

A maioria dos rebeldes foi exilada, exceto Borges de Medeiros, que, após muita insistência de Flores da Cunha, conseguiu convencer Vargas a manter o chefe republicano no país.²⁸ O zelo de Flores da Cunha pelo velho chefe chegaria ao ponto de ter, supostamente, bradado “louvado seja nosso senhor Jesus Cristo” quando soube de sua captura vivo.²⁹ Assim, Borges acaba passando um “exílio interno” no Recife, onde deveria, ao menos em tese, manter-se incomunicável, o que efetivamente não ocorreu.

A Guerra Civil causou dissidências na FUG. Muitos membros do PRR, e também alguns libertadores, discordaram do posicionamento das chefias dos partidos, e se mostraram solidários com o *florismo* e o *varguismo*, mas Flores da Cunha procurou manter a Frente Única Gaúcha, e não fundar uma nova agremiação, sem sucesso, vendo-se obrigado a fundar uma nova sigla, imediatamente após o fim do movimento armado. Assim, surgiria o Partido Republicano Liberal, congregando os situacionistas, e composto majoritariamente por dissidentes do PRR, embora alguns libertadores também compusessem o partido. Seria o PRL a nova base política do trio Vargas, Flores e Aranha, surgindo “como a fênix da lenda, das cin-

27 Cf. a introdução de DECISÃO... (1933).

28 Arquivo Getúlio Vargas, 20.11.1932, CPDOC.

29 Correio do Povo, 03.05.1935, MCSHJC.

zas dos velhos partidos gaúchos”³⁰ (O PARTIDO..., 1933, p. 47), como alegou Getúlio Vargas.

Se os partidos políticos são agrupamentos de pessoas que visam a “conquistar e preservar o poder” (MOTTA, 1999, p. 11), no caso do PRL sua organização se deu, basicamente, por preservar o poder e legitimar o posicionamento das lideranças políticas que optaram por ficar ao lado do governo provisório. De todo modo, tomemos nota para aquilo que sinaliza Serge Berstein (2003, p. 67-68) sobre o surgimento de novos partidos:

Para que nasça um novo partido, é necessário, além disso, que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência de opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo.

Dessa forma, vimos que o surgimento do PRL se caracteriza justamente por nascer do seio de uma intensa convulsão política, oriunda de uma guerra civil, e da intransigência dos partidos tradicionais em recompor com o situacionismo estadual. Contudo, sua formação de “improvisado”, e, além disso, formado por partidários da interventoria e do governo provisório, traria, nos anos posteriores, muitos problemas: a cisão entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, que em 1936 e 1937 faria com que componentes do partido fizesse oposição ao *florismo*, minando as bases políticas do governador e atuando, lado a lado, do PRR e do PL que combateram em 1932. Assim, o PRL (até mesmo pelo golpe do Estado Novo, em 1937) não conseguirá formar uma tendência de opinião e uma tradição capaz de atravessar o tempo, como alegou Berstein.

Do outro lado, os membros da FUG amargariam o exílio. Com pouco raio de ação, seriam derrotados nas eleições para a constituinte de 1933, alternando entre a tática de conspiração armada e a articulação para retornar com anistia política. Em suma, o PRR, que desde o fim da Guerra Federalista em 1895 construiu sua hegemonia política, perpassando praticamente toda a Primeira República à frente do governo estadual, foi alijado do comando regional.

Atuando ao lado do PL, assim ambos permaneceriam juntos como

30 O Partido Republicano Liberal e seu programa. Porto Alegre: Editoras Gráficas d'A Federação, 1933, p. 47.

um “Partido Único”, nos anos posteriores, combatendo o PRL de Flores e Vargas, até a formação, em 1936, de um breve *modus vivendi*, para ter papel imprescindível no ano seguinte, atuando no processo de desestabilização da base política *florista*.

Nesse sentido, finalizando este capítulo, nos parece muito elucidativa a afirmação de Luciano Aronne de Abreu (2007, p. 84-85) acerca da bipolarização política do Rio Grande do Sul:

A partir de 1932, portanto, o Rio Grande do Sul voltou a viver a sua tradicional polarização política, porém agora sob um novo viés: de um lado a FUG, antigetulista e antiflorista; de outro os partidários dessas duas lideranças – Vargas e Flores – que, ao dissentirem de seus partidos, formaram o Partido Republicano Liberal (PRL). [...]. Assim, a criação do PRL visava justamente reorganizar o sistema político e partidário nacional e regional, de modo a garantir a sustentabilidade dos seus respectivos governos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Naquilo que apresentamos nesse trabalho, acreditamos ter demonstrado o complexo cenário político que os momentos pós *Revolução* de 1930 trouxeram para a política regional e o igualmente complexo contexto que é oriundo da cisão partidária que ocorre no Rio Grande do Sul. A amplitude da *Revolução Paulista* é muito maior do que os acontecimentos emanados daquele estado, trazendo repercussões no Rio Grande do Sul e em outros estados também, como é o caso de Minas Gerais e o grupo apoiado por Arthur Bernardes, que, inclusive, saiu fortalecido, a ponto de vencer as eleições para a Assembleia Constituinte, em 1933, originária também da divisão política que a guerra civil trouxe para aquele estado.

Todavia, a escassez de pesquisas sobre a guerra civil por parte da historiografia rio-grandense nos causa surpresa pela importância que o movimento representou no cenário político regional, pois a derrota militar de libertadores e *borgistas* acabou proporcionando a ascensão de uma nova oligarquia política dirigente, e desbancando tradicionais líderes políticos, que atuavam em oposição ao *florismo* e ao governo provisório.

Dessa forma, tendo praticamente apenas uma pesquisa datada de quase 30 anos, nossa conclusão vai ao sentido de que a magnitude do movimento, tanto naquilo que tange ao movimento armado, que neste trabalho não foi abordado, como naquilo que diz respeito às pendências políticas

carecem, ambas, de maiores estudos. Abstraindo do fato de que, se contarmos trabalhos que levem em consideração o local (ou seja, o impacto que a *Revolução* de 1932 teve nos oito municípios gaúchos que aderiram ao movimento armado ou que apenas registraram divergências políticas), sua produção é praticamente nula, sendo ainda um campo aberto esperando por historiadores.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: EDUnB, 1992.
- CARAVANTES, Rejane Marli Born. *A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: o papel de Flores da Cunha*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.
- CARNEIRO, Glauco. *Lusardo, o último caudilho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976.
- COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.
- CORTÊS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 44, nov. 2012.
- DECISÃO do Tribunal de Honra. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, 1933.
- FILATOW, Fabian. *Política e Violência em Soledade – RS (1932-1938)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- FONTOURA, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1958.
- _____. *Accuso!* Rio de Janeiro: s. e, 1933.

- GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.
- O PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL e seu programa. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: A economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: Continuidade ou ruptura?* Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014.
- REMOND, René. Do Político. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SÁ, Mem de. *Tempo de lembrar*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- SILVA, Hélio. 1932: *A Guerra Paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1990.
- VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, vol. I.
- VIVIANI, Fabrícia Carla. Anos 30: Mesmo momento, diferentes projetos. Um projeto da direita tenentista para o Brasil. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O Historiador e seu tempo*. ANPUH/SP – UNESP/ Assis, 24 a 28 de julho de 2006. CD-ROM.

ARQUIVOS PARTICULARES:

NUPERGS:

Arquivo Assis Brasil (AAB); Arquivo Flores da Cunha (AFC); Arquivo Raul Pilla (ARP).

CPDOC:

Arquivo Getúlio Vargas (AGV).

HEMEROTECAS:

MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA (MCSH-JC):

O Estado do Rio Grande (ERG); Correio do Povo (CP).

HEMEROTECA DIGITAL – BIBLIOTECA NACIONAL:

A Federação (AF).

Recebido em 26/06/2015

Aprovado em 07/10/2015

A PARTICIPAÇÃO DOS ESPANHÓIS NO CONTEXTO IMIGRATÓRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

THE INVOLVEMENT OF SPANIARDS IN THE IMMIGRATORY CONTEXT OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

Roberto Rodolfo Georg Uebel¹

Rita Inês Paetzhold Pauli²

RESUMO

O objetivo do artigo é efetuar uma reconstituição histórico-econômica da imigração espanhola no Rio Grande do Sul, via a contextualização das correntes imigratórias nas regiões mais dinâmicas do estado. Os procedimentos metodológicos compreendem, além da revisão literária, a construção cartográfica que indica as regiões que receberam o fluxo imigratório espanhol desde o final do século XIX até a primeira década do século XXI. Os resultados mostram que a imigração espanhola no Rio Grande do Sul desenvolveu-se em quatro regiões distintas, concentrando-se no estado em forma de “L” invertido, tendo suas grandes colônias na fronteira sul e na região metropolitana na parte do Delta do Jacuí próxima à região carbonífera, incluindo a capital, Porto Alegre. Essa imigração é representada nessas regiões pela sua cultura, arquitetura, monumentos e literatura, podendo ser considerada como uma das migrações de maior impacto e repercussões fora da América Hispânica.

Palavras-chaves: Imigração espanhola no Rio Grande do Sul. Imigração espanhola no Brasil. Cultura da Espanha no Rio Grande do Sul. Cultura da Espanha no Brasil.

ABSTRACT

The objective of this article is to make a historical economic reconstruction of the Spanish immigration in Rio Grande do Sul, through the contextualization of migratory flows in the most dynamic regions of the state. The methodological procedures include, apart from the literature review, the cartographic construction that indicates which regions received the Spanish immigratory flow from the late nineteenth century to the first decade of the twenty-first century. The results show that the Spanish immigration in Rio Grande do Sul developed itself into four distinct regions, concentrating itself in the state in the shape of an inverted “L”, with its larger colonies located on the southern border and in the metropolitan area, in the part of Jacuí Delta, next to the carboniferous region, including the capital, Porto Alegre. This

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador do Laboratório Estado e Território (LABETER/UFRGS/CNPq).

2 Doutora em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria e pesquisadora do Núcleo de Estudos Econômicos (NEEC/CNPq) da Universidade Federal de Santa Maria.

immigration is represented in these regions by its culture, architecture, monuments and even literature, and could be considered as one of the Spanish migrations with higher impact and repercussions outside the Hispanic America.

Keywords: *Spanish Immigration in Rio Grande do Sul. Spanish Immigration in Brazil. Spanish Culture in Rio Grande do Sul. Spanish Culture in Brazil.*

INTRODUÇÃO

É sabido que para a compreensão das especificidades da imigração espanhola no contexto migratório sul-rio-grandense se faz necessário abordar suas ramificações sociais, econômicas e territoriais. Todavia, a abordagem da imigração espanhola – não só em território sul-rio-grandense, mas também em toda América Latina encontra dificuldades para parametrizar e catalogar, de forma historiográfica ou geo-antropológica, os grupos de imigrantes espanhóis que aportaram por essas terras desde o século XVI. Segundo Weber *et al.* (2009):

Justamente o fato de serem antigos ocupantes do território e de sentirem-se, portanto, à vontade, na sociedade regional, fez com que espanhóis, assim como os portugueses, tivessem menos necessidade de criar instituições para defender seus interesses (o número de entidades e associações criadas por descendentes de imigrantes italianos e alemães no Rio Grande do Sul é bem maior). E, por terem se incorporado à população, os espanhóis e seus descendentes também não constituíram comunidades relativamente fechadas ou “colônias”. Um outro aspecto a considerar é que a presença de imigrantes da América espanhola no Brasil, que se identificam pelo país de origem, principalmente Argentina e Uruguai, torna mais difícil aos brasileiros, devido à semelhança linguística, distinguir os imigrantes espanhóis dos americanos hispânicos (WEBER *et al.*, 2009, p. 1).

Weber *et al.* (2009) seguem a tendência dos pesquisadores paulistas ao perceber que os imigrantes espanhóis não formaram grupos ou comunidades da mesma forma que alemães e italianos – em sua maioria – o fizeram em todos os territórios brasileiros em que se estabeleceram. Assim, há consenso na ideia de uma não instauração de coletividades de imigrantes espanhóis em seus territórios receptores, a exemplo do descrito por Silva Júnior (2004) no que tange as entidades mutualistas étnicas – no caso espanhol, as sociedades de socorro mútuo.

É patente notar que a média de imigrantes espanhóis no Brasil oscilava ao longo dos decênios do século XX, conforme se observa no gráfico abaixo (Gráfico 1):

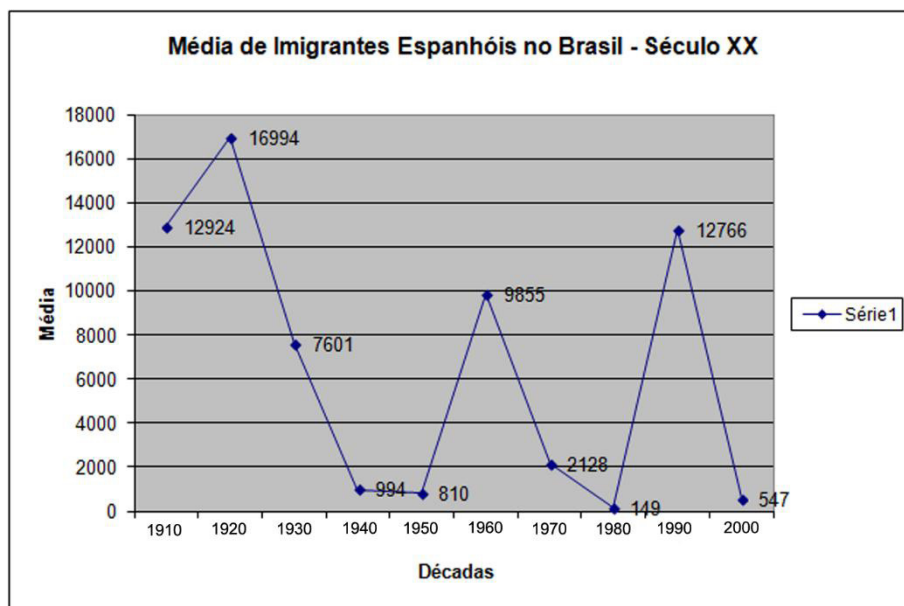


Gráfico 1 – Média de imigrantes espanhóis no Brasil – século XX

Fonte: Uebel (2012).

A importância da imigração espanhola no *ranking* dos maiores contingentes migratórios para o Brasil variou, não apenas em números absolutos, mas principalmente devido ao ingresso crescente de outros grupos da chamada “imigração contemporânea”. Em um levantamento dos imigrantes que ingressaram na Província do Rio Grande do Sul em 1891 e 1892 – menos de dez anos depois do início da imigração espanhola ao Brasil –, os espanhóis estão em terceiro lugar, seguindo os alemães e italianos, cuja porcentagem é maior que 60% (WEBER, 2010a). Todavia, pelos dados dos Censos de 1920-1960, eles ocupam a oitava posição dentre os estrangeiros, sendo superados por italianos, alemães, poloneses, russos, portugueses, uruguaios e argentinos (em posições variadas). Diante desses números, a historiografia rio-grandense argumenta que os espanhóis possuem uma visibilidade compatível com sua expressão numérica no estado.

As considerações alinhadas sobre essa imigração para o Sul do Brasil a diferenciam de um contexto específico da imigração espanhola para o estado de São Paulo, o da imigração para os cafezais paulistas nas primeiras décadas do século, ainda que autores paulistas tenham partido de motivações semelhantes: a escassa visibilidade do imigrante espanhol que se

destinou àquele estado, expressa em um número reduzido de investigações comparativamente aos estudos dedicados a outros contingentes migratórios.

Complementando, Arroyo (1958) fala sobre o processo de amalgamação dos imigrantes espanhóis no Rio Grande do Sul:

[...] é rápido e natural. Ainda aqui, mais acentuado e rápido quando mais jovem for o imigrante. Disso deriva um corolário: a completa ausência de quistos ou núcleos raciais espanhóis; isto apesar de marcante personalidade dos espanhóis como nação e do culto que dedicam a todas manifestações de arte e folclore da sua pátria. (ARROYO, 1958, p. 247).

Mesmo que esse processo descrito como amalgamação possa ser interpretado à luz de um sentido cultural e sociológico, é mister destacar o número de casamentos mistos registrados à época, conforme aponta Weber (2010b) em sua pesquisa.

Integração rápida à sociedade mais ampla, dispersão, mistura com a população local, alteração na grafia dos nomes, associação às instituições nativas são as ponderações de Klein (1994) sobre a imigração espanhola no Brasil e também adaptadas ao Rio Grande do Sul: ao contrário do que ocorreria em especial com os italianos e alemães, não houve bairros tipicamente espanhóis ou dominância em vilas ou colônias, excetuando-se a cidade de Sorocaba, consoante já escrito, e uma marcada presença em cidades da fronteira sul com países hispano-americanos.

As circunstâncias apontadas oferecem dificuldades específicas à formação de lideranças étnicas interessadas em exercer poder sobre a comunidade, formulando um discurso que “anuncia ao grupo a sua identidade socioeconômica”, impondo-lhe uma visão única da sua identidade (UEBEL, 2012)³. O velho republicanismo que animara as lideranças espanholas mais expressivas das primeiras décadas do século foi adquirindo vieses anarquistas a partir da década de 1940 e não poderia mais servir de elo identitário (de ligação entre uma cultura, língua, pertencimento comuns) à comunidade, agora ideologicamente polarizada, inclusive em aspectos econômicos e comerciais.

O regime ditatorial que se implantou na Espanha na década de 1940

3 Grosso modo, pode-se afirmar que a identidade resulta de um processo constante de tensão entre o sujeito histórico e as condições sociais em que vive (FARIA; SOUZA, 2011).

era relativamente hostil à imigração, e o governo espanhol só vem a atuar de modo mais expressivo como um agente nas comunidades emigradas a partir dos anos 1950, quando é criado o Instituto Espanhol de Imigração, num contexto de modernização do Estado espanhol, quando uma visão tradicionalmente negativa do fenômeno migratório cede lugar a uma visão positiva (KLEIN, 1994).

O governo espanhol também passou a incentivar a criação de institutos de cultura hispânica, como o que surgiu no Rio Grande do Sul e que, desde o seu primórdio, atuou em instituições educacionais e culturais do estado, dentre elas, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Weber (2010a) argumenta ainda que existe uma hispanidade além-mar, assim como existe uma italianidade e um pan-germanismo.

Sendo um território fronteiro, destinado por vários séculos a marcar os limites entre a América portuguesa e a espanhola, tendo recebido muitas levas de imigrantes nos séculos XIX e XX e crescentes contingentes de imigrantes no final do século XX e início do século XXI, o Rio Grande do Sul, na visão dessa autora, poderia ser um ambiente para o desenvolvimento dessa representação de hispanidade.

Para Gómez Del Arroyo (1958) os municípios em que se instalaram os grupos espanhóis no Rio Grande do Sul, se circunscreveram majoritariamente em municipalidades fronteiriças, sendo as principais receptoras de espanhóis, conforme aponta Angel Gómez del Arroyo (1958): Porto Alegre, Pelotas, Bagé, Lavras do Sul e Santana do Livramento. A partir desse estudo e subsidiariamente de outros autores, o presente artigo incursiona na identificação dos municípios e sua inserção das regiões específicas a partir da realização de um mapa cartográfico. Além disso, identifica o *locus societal* de sua inserção territorial ou seja, mostra atividades específicas e atuações particulares de atração dos espanhóis no território sul-rio-grandense.

1 A inserção da população imigrante espanhola no território sul-rio-grandense

No que concerne ao regionalismo, que até o início do século XXI ainda caracteriza a população da Espanha, os espanhóis que chegaram no Rio Grande do Sul, segundo Iolanda Vargas (1979), assumiram obrigações de tamanha transcendência no país aonde vieram residir, chegando a descharacterizar esse traço característico, o qual foi sobrepujado por qualidades como carisma, lealdade, trabalho, e respeito para com a nação que elegeram como segunda pátria, aliadas ao dever de lutar por seu progresso e bem-estar, tanto na parte cultural como na econômica e social.

Wilma Kieling remete sua análise às origens dos espanhóis que fi-

zeram partícipe a sua presença no Rio Grande do Sul por meio de Vargas (1979):

[...] nascidos em qualquer rincão da Espanha, como nas planícies de Castilha, de amplos horizontes sem fim [...]; ou oriundos do duro Aragão, onde, ao jurar aos reis, se fazia constar, com um fino sentido de cidadania [...]; ou, quem sabe, seu berço tenha sido a vigorosa Astúrias, que haveria de iniciar o movimento de reconquista da Espanha, expulsando os árabes invasores de suas terras; ou talvez procedesse da Andaluzia, primeiro centro de ciência na Europa [...]; ou vieram da Catalunha, terra de conquistadores e valentes capitães do mar [...]. (KIELING, 1979 *apud* VARGAS, 1979, p. 27).

É importante ressaltar nesse fragmento as características desse grupo imigrante de distintas partes do território espanhol que vieram configurar as especificidades da própria imigração ao estado do Rio Grande do Sul. Pode-se analisar, nesse sentido, de forma incipiente, que as características dessas regiões autônomas foram replicadas no território sul-riograndense ao longo do século XX, conforme se observará nos parágrafos a seguir.

Vargas (1979) e posteriormente Prochnow (2009) realizaram a descrição das atividades sociolaboriais desses imigrantes espanhóis que se encaminharam ao Rio Grande do Sul, sendo esses registros necessários para configurarmos nosso padrão de análise. Suas profissões, mesmo que modestas, deram grande impulso ao desenvolvimento do estado, nas mais diversificadas áreas.

Na pecuária, a zona de fronteira – Bagé, Santana do Livramento e Uruguiana – conserva, até os dias de hoje, numerosas famílias espanholas com seus descendentes. Na agricultura, muitos foram os que, nas encostas de Bento Gonçalves, se estabeleceram e prosperaram (VARGAS, 1979).

À zona carbonífera de São Jerônimo, Butiá e Arroio dos Ratos, a colônia espanhola levou o progresso, lançando as bases da prosperidade econômica e cultural que ainda se verificam nestas cidades. Vargas (1979) faz o registro de que essa colônia foi a responsável pela grande empresa mineral existente na região até hoje, levando consigo uma conclusão: “foi nas cidades gaúchas que a presença do espanhol se fez sentir com maior intensidade” (VARGAS, 1979, p. 28-29).

Nos registros do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Minis-

tério do Trabalho e Emprego do Brasil, consta que todos os imigrantes espanhóis tinham um trabalho especializado: alfaiates, carpinteiros, ourives, marmoreiros, ferreiros, barbeiros, jornalistas, gráficos comerciantes, artistas, professores, pedreiros; logo, observa-se que todos encontraram no estado um campo fértil para dar vazão à sua ânsia de prosperar.

Eles vinham da Europa, marcados por muitas diferenças sociais, econômicas e ideológicas. Por terem uma qualificação profissional, manifestam as suas ideologias e lutam pela igualdade social. Suas ideias têm grande receptividade junto à classe operária assalariada, conforme já foi abordado por Klein (1994).

No começo do século XX, movimentos grevistas começam a aparecer entre 1906 e 1917 e tornaram patente suas reivindicações na organização sindical estadual. Os espanhóis aqui no Rio Grande do Sul, confirmando a análise de Arroyo (1958), não formaram lideranças políticas nem chegaram a formar sindicatos.

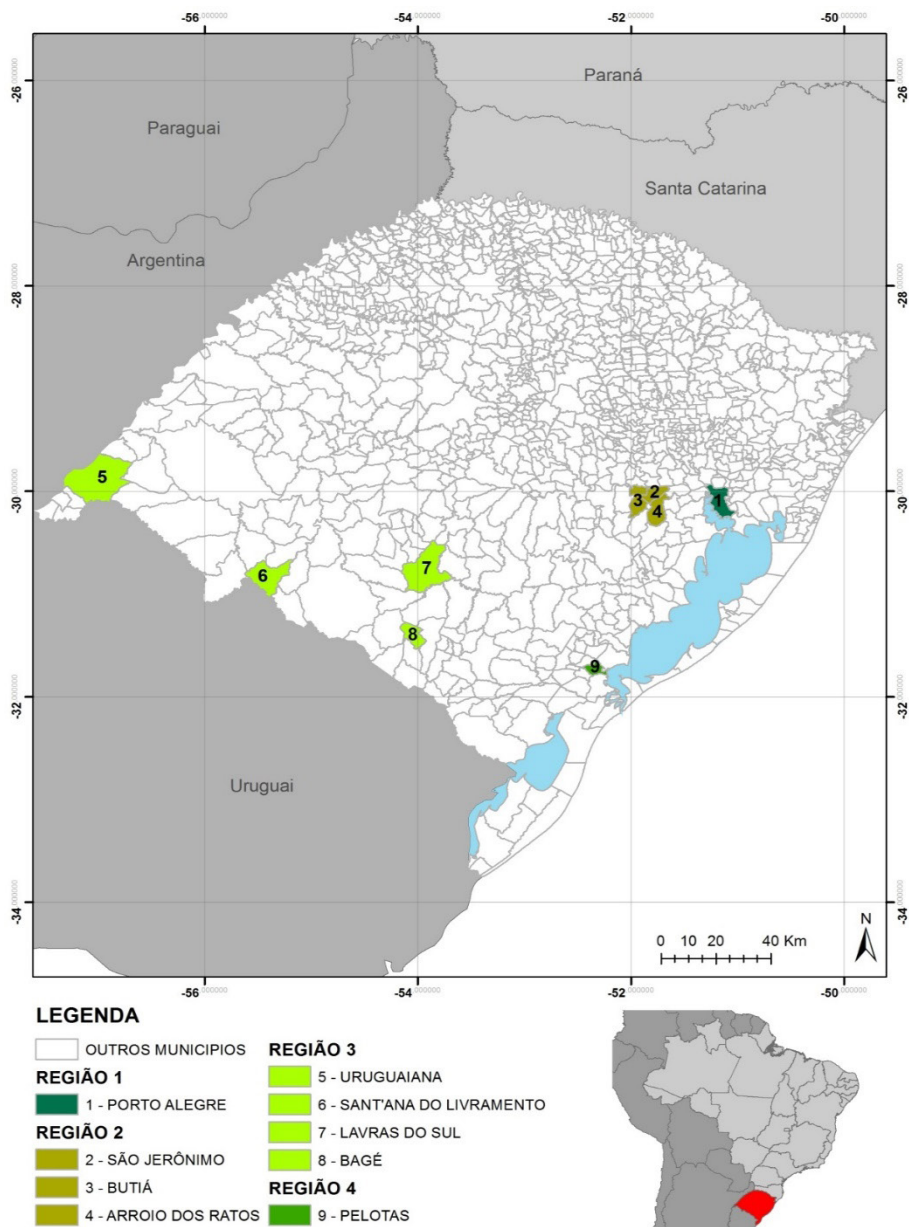
Sua participação foi ativa dentro dos sindicatos nacionais brasileiros, pela experiência da atuação que traziam dos sindicatos de sua terra de origem, independentemente da região autônoma de que provinham, e mesmo pela forte ideologia do anarquismo, que contribuíra inclusive para suas especificidades econômicas, que muitos traziam dentro de si, sempre contrários às desigualdades existentes na sociedade. Vargas expõe como era a vida do imigrante espanhol recém-chegado ao Rio Grande do Sul:

Seus primeiros passos foram marcados pelo trabalho duro, de sol a sol, ganhando pouco e enfrentando muitas privações. Construindo inicialmente uma pequena casa, e à medida que financeiramente prosperavam iam aumentando, criaram raízes profundas no solo gaúcho. Muitos vieram casados, outros, casaram-se aqui e tiveram muitos filhos e nesse afã, de levar adiante sua família, deram ao Estado tudo o que tinham: seu trabalho e seu esforço sem limites. (VARGAS, 1979, p. 30).

Observa-se nessa citação a questão que norteia esta pesquisa: as contribuições essenciais e indispensáveis do grupo imigrante espanhol no Rio Grande do Sul, sendo importante esquematizar cartograficamente a localização das maiores colônias espanholas *lato sensu* no estado durante o século XX no Mapa 1 a seguir.

MAPA 1

Mapa de localização geográfica das quatro regiões que receberam a imigração espanhola no Rio Grande do Sul durante o século XX.



Fonte: Uebel (2012).

Observando o mapa acima, tem-se que a imigração espanhola se concentrou no estado em forma de “L” invertido, tendo suas grandes colô-

nias na região e fronteira sul e na região metropolitana na parte do Delta do Jacuí próxima à região carbonífera, incluindo a capital, Porto Alegre.

É importante ressaltar que esse grupo migratório se orientara – desde o início da migração no final do século XIX e primeiras décadas do século XX – para as regiões onde os alemães e italianos não se inseriram, bem como outros grupos de imigrantes, ocupando uma área que, segundo Dacanal (1980), era o território com maior vazio demográfico da Região Sul do Brasil, indo ao encontro do que Prado Júnior escrevera sobre a imigração diferenciada no Rio Grande do Sul, com grandes fins militares e econômico-desenvolvimentistas.

2 Particularidades da imigração espanhola em Porto Alegre

Observa-se ainda como a década de 1950 remetia a um período de desenvolvimentismo no Brasil que, apesar de não alcançar todas as camadas da sociedade, facilitava a absorção de mão de obra qualificada, advinda dos países industrializados europeus. Desde a década de 1930 que se ultrapassava o modelo primário-exportador, adquirindo hegemonia na Economia o setor industrial (LAGEMANN, 1980). Deve-se isso à dificuldade de importações acarretada pelos conflitos mundiais e pela crise que assolara as economias europeia e americana, principalmente, ao limiar da década de 1920 e 1930, que gerou escassez de divisas e a necessidade de aumento da capacidade industrial para a produção de bens de consumo não duráveis, processo este que integrou nacionalmente a economia brasileira, especialmente a partir do centro-sul do País (CARRION JÚNIOR, 1979).

O município de Porto Alegre acompanhava essa situação desenvolvimentista vivida pelo país, com o surgimento de indústrias (metalúrgica, química, têxtil, moveleira, do vestuário etc.) e com a diversificação da atividade econômica, representada pela ampliação da rede comercial por meio de grandes estabelecimentos e por pequenas lojas varejistas que atendiam à demanda da população local.

Esse cenário vai possibilitar investimentos em mão de obra na cidade, particularmente no período do último fluxo imigratório para a Capital sul-rio-grandense. Igualmente, a industrialização gerava e fortalecia o setor de serviços e de comércio, setores onde os depoentes da pesquisa de Prochnow (2009), assim como os imigrantes em geral, encontrarão trabalho. Além disso, tal contexto facilitava a abertura de negócios próprios, fato relatado com orgulho por alguns dos imigrantes à época.

Resumidamente, esse quadro fornece a perspectiva de como o desenvolvimento econômico e a expansão urbana favoreciam o emprego de imigrantes na cidade, ora mais ora menos importantes na participação do

desenvolvimento industrial. Consoante apontara Diégues Júnior (1964), não faltou a participação do imigrante no desenvolvimento econômico e social de Porto Alegre, e de outras cidades brasileiras, contribuindo para a diversidade cultural da vida urbana.

Por fim, a mobilidade laboral e residencial evidencia a restrição econômica que caracterizava os primeiros tempos na referida cidade. O crescimento populacional e urbano aumentava a concorrência entre as atividades comerciais, elevando o valor dos imóveis e dos aluguéis. A proximidade com o centro, o acesso ao transporte, a cobertura de serviços básicos, influenciavam no preço pago e na ocupação do espaço urbano.

Prochnow (2009) disserta que para os imigrantes espanhóis o Brasil foi um destino secundário, sendo antes escolhidos países de língua espanhola, e mesmo em alguns casos, a região de Québec, província francófona do Canadá. Configurava-se a Argentina como destino principal, no entanto esse país preenchia rapidamente sua cota de imigração ou então a sua história política causava distúrbios sociais que os espanhóis queriam deixar para trás, conforme Arsène Isabelle já descrevera em 1835 em sua visita à Bacia do Rio da Prata.⁴

Os depoentes da pesquisa realizada por Prochnow (2009) que partem da Espanha relataram que possuíam informações sobre Porto Alegre por contatos de familiares ou por amigos que haviam passado pela cidade, ou que nela permaneciam. Emílio Rozado apud Prochnow (2009) afirma que possuía um “histórico de imigração na família”, de parentes que já haviam passado pela referida capital.

3 Formas de inserção da atividade do imigrante espanhol na economia regional

Para ensejar a contribuição teórica que subjaz o trabalho, o impacto da economia imigrante espanhola no território e desenvolvimento econômico sul-rio-grandense, busca-se em Moure (1980) a principal contribuição teórica dessa economia migrante, já abordada em Hatton e Williamson (1998), ao Rio Grande do Sul por meio da mão de obra espanhola. A contribuição de Moure (1980) é única na literatura imigrantista do Rio Grande do

4 Em sua obra “Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul”, publicado em 1835 e reeditado pelo Senado Federal do Brasil em 2006, Arsène Isabelle, um naturalista e viajante francês, retrata em sua visita, principalmente quando esta se dá em Buenos Aires e Montevideu, a grande presença de imigrantes espanhóis vivendo naquelas municipalidades e suas interações sociais e econômicas com a sociedade local, chegando a abordar, em certa altura da obra, o excesso de contingente espanhol que lá vivia e se dirigia ao interior do Uruguai e Rio Grande do Sul.

Sul e encontra-se à altura das contribuições nacionais de Diégues Júnior (1964) e Martins (1973) sobre a imigração econômica.

O Rio Grande do Sul atual é resultado de um processo histórico intimamente relacionado aos interesses e necessidades do mercado interno brasileiro, conforme já escrevera Prado Júnior (1994). Em função deste, evoluiu, sofreu transformações e adaptações sem perder essa linha mestra que caracterizou a colonização da região a partir do período colonial português (MOURE, 1980). Com a mineração, no século XVIII, as estâncias passaram a ocupar a campanha sul-rio-grandense, fornecendo gado em pé como força de tração para o transporte dos metais preciosos do interior das Minas Gerais aos portos marítimos de São Paulo e Rio de Janeiro. Com a decadência da mineração, o Brasil, em processo de independentização política, redefine sua função agroexportadora com base na lavoura cafeeira, onde mais tarde a mão de obra do imigrante espanhol seria requisitada em São Paulo. Nesse período, o Rio Grande do Sul teve duas alternativas, explicitadas por Moure (1980): (a) a charqueada como preparação da carne a fim de atender a alimentação da escravaria do centro do país; e (b) a produção tritícola açoriana, cuja colonização, próxima de Porto Alegre, com base na produção para subsistência de médios proprietários, começou a oferecer um excedente de produção comercializável.

Além do que, esse jogo de interesses e subdivisões produtivas de cunho político-econômico-sociais não estava desligado de um processo maior, conforme diz-nos Moure (1980). Ao longo do século XIX e no início do século XX, países europeus, que apresentavam alta densidade demográfica e consequente número de desempregados e se encontravam em processo de concentração de capital, a fim de viabilizar a industrialização, utilizaram a emigração como um dos meios de aliviar tensões sociais internas. Os emigrantes ainda seriam forte mercado consumidor das manufaturas de seus países de origem, ou capitalizadores de recursos possíveis de serem transferidos às suas terras natais *a posteriori*. Nesse sentido Moure (1980) aponta que:

A emigração europeia era minimizada em casos específicos, como a guerra franco-prussiana, que reteve alemães por motivos de segurança interna, viabilizando a chegada dos primeiros italianos [e espanhóis] para o Rio Grande do Sul [...]. (MOURE, 1980, p. 94).

Associadas aos interesses nacionais e internacionais havia, então, claras definições no âmbito do Rio Grande do Sul, visto que a classe domi-

nante pecuarista admitia somente a ocupação de terras improdutivas para a criação de gado. Esse foi um elemento básico que separou as duas atividades econômicas propostas, impondo obstáculos a uma integração entre ambas.

No entanto, foi com a imigração alemã, e posteriormente a italiana e espanhola, que a formação social agrícola, também chamada de colonial, desenvolveu características próprias e diferenciadas da pecuária rio-grandense. Frente aos resultados historicamente assegurados pela imigração germânica, italiana e espanhola, minimizar-se-á a importância do açoriano e outros grupos, pela pouca representatividade no contexto atual da sociedade sul-rio-grandense, o que leva inclusive à “invisibilidade não totalmente invisível” dos espanhóis em Porto Alegre, dado o que Vargas (1979) e Krieling (1979) escreveram sobre as duas sociedades espanholas de Porto Alegre.

Em 1875, inicia-se a grande corrente de imigração italiana, ao norte das colônias alemãs, e dez anos mais tarde, a corrente de imigração espanhola ao sul das colônias alemãs, o que pode ser visualizado na ilustração cartográfica a seguir, com a localização dos principais grupos migratórios no Rio Grande do Sul.

Essas correntes italianas e, em menor proporção, as espanholas, tiveram três etapas básicas em seu processo de desenvolvimento, conforme escrevera Moure (1980): 1) o estabelecimento dos imigrantes nos moldes de uma agricultura de subsistência (1880-1910); 2) o desenvolvimento de atividades agrícolas e vitivinícolas para os italianos (1910-1950), no qual a comercialização de excedentes de produção começa a especificar a área de colonização ítalo-espanhola; e 3) a instalação de cooperativas e empresas de industrialização capazes de aproveitar a produção local, gerando, a exemplo da zona colonial alemã, redefinições ao nível de mercado e nas relações de produção da pequena propriedade, como demonstrar-se-á mais adiante, se confirmando o que Prochnow (2009) escrevera sobre o cooperativismo nas instâncias imigrantes.

A imigração, desde seus primórdios de produção para a subsistência, desenvolveu também um artesanato rural. O ofício manual do artesão, ajudado por um ou dois companheiros, produzia tecidos de linho e algodão; surgiam alfaiates, sapateiros, seleiros, e alguns proprietários construíam moinhos de cereais e lagares de azeite, conforme descreve Moure (1980), corroborando novamente a abordagem de Arroyo (1958) e indo ao encontro da descrição das principais atividades econômicas dos imigrantes espanhóis, ou seja, sendo notável que essas inferências complementam-se ao analisar-se a história do grupo migratório em análise e ao confrontar tais

inferências com o que se acabara de ser observado.

O artesanato conseguiu reduzir a produção familiar necessária à sua sobrevivência no início da imigração e colonização. Até então, era a família que fiava e tecia o linho e o algodão, fabricava a farinha de arroz e mandioca e demais produtos alimentícios, isso em todos os grupos de colonização, à exceção dos açorianos, no Rio Grande do Sul. Além de fornecer os artigos necessários à vida local, o artesão imigrante realizava a transformação dos produtos agrícolas para torná-los exportáveis (UEBEL, 2012).

Vale ressaltar que a transformação dos produtos agrícolas e oriundos do artesanato segue a mesma linha de evolução que começara a ocorrer na Europa quase dois séculos antes, conforme comumente estuda-se em História Econômica Geral, seja em Leo Huberman (2008) ou em Maurice Dobb (1986), sobre a evolução do capitalismo. Ou seja, a imigração espanhola e italiana no Rio Grande do Sul começa a dar pistas de que seguiu os mesmos moldes da evolução capitalista, do artesanato até a indústria, que ocorrera no velho continente na pré-Revolução Industrial, reproduzindo o mesmo sistema.

Moure (1980) defende a ideia que, com os meios de transportes e a figura do comerciante, o artesão imigrante tendeu a desaparecer. Entretanto, esses mesmos meios de transportes fazem crescer o artesanato voltado à exportação, como farinhas, alambiques, vinhos, fumo e banha e outros produtos descritos por Singer (1977). Contudo, o artesanato imigrante estava fadado a morrer diante do desenvolvimento da agricultura comercial, cujos recursos monetários capacitavam o agricultor na aquisição de produtos necessários em troca de seu excedente comercializado.

Entretanto, procurar-se-á demonstrar que não existiu um mecanismo com base na morte do artesanato pelo comércio, com este último determinando, exclusivamente, o processo de industrialização. O binômio comércio-indústria foi responsável pela redução das capacidades de subsistência artesanal, face às limitações internas de expansão da produção desta. Contudo, algumas formas de artesanato levaram à indústria, em especial as voltadas à exportação, vistas anteriormente.

Jean Roche (1969), ao analisar a estrutura de produção do artesanato imigrante no Rio Grande do Sul, enfatiza a inexistência de capital e consequente atrofiamento na acumulação. As ferramentas eram simples e a mão de obra executada por um ou dois ajudantes, também do mesmo grupo migratório. Apesar de receberem salário, normalmente eram filhos ou parentes próximos do artesão. Muitos artesãos, segundo os registros de Arroyo (1958), dividiam sua produção com a agricultura em sua pequena propriedade. A separação dos meios de produção dos trabalhadores ine-

xistia, uma vez que filhos e/ou parentes tornavam-se coproprietários da oficina artesanal.

Singer, criticando diretamente Limeira Tejo, demonstra que “a constituição de um mercado apropriado para o surgimento da indústria estava preconizada à liquidação do artesanato” (SINGER, 1977, p. 168). Não foi a indústria rio-grandense que a liquidou, pois ela só surge bem mais tarde após o início da imigração espanhola e italiana. O aniquilamento se deve, então, diretamente aos bens importados, ou seja, à concorrência da indústria estrangeira, cuja inserção se torna possível graças à ligação da economia “colonial” ao mercado nacional, o que Uebel (2011) aponta em seu artigo sobre as influências da Espanha e Holanda na formação econômica brasileira.

Entretanto, Roche (1969), não descaracterizando a importância do comércio dos imigrantes para o desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Sul, acredita que não foi aquele que gerou esta, mesmo porque algumas fábricas surgiram do artesanato urbano. Para o autor, os reais impulsionadores da industrialização seriam as tarifas alfandegárias protecionistas vigentes após a proclamação republicana, a abolição da escravatura, o reinício da imigração suprimindo deficiências de especialização ao trabalho, e os progressos da navegação de cabotagem.

A grande dúvida é de onde surge o capital necessário para a industrialização do Rio Grande do Sul por meio da mão de obra imigrante. Até mesmo Roche (1969), conforme visto anteriormente, demonstrou a inexistência de capital e a impossibilidade de acumulá-lo no artesanato imigrante. Singer (1977) enfatiza como fatores externos provocadores da industrialização o encarecimento dos produtos importados pelos imigrantes também via aumento de taxas cambiais e alfandegárias característico do governo republicano. Por outro lado, a substituição das importações por industrialização no Rio Grande do Sul não foi somente em decorrência desses fatores externos, mas também pressupõe a existência de fatores internos ao sistema produtivo imigrante: acumulação de capital comercial, demanda crescente no mercado interno consumidor, matérias-primas na fonte, energia elétrica e mão de obra especializada oferecida pelos imigrantes espanhóis e seus descendentes, corroborando a arguição deste trabalho com base em Arroyo (1958).

A formação de um mercado interno sul-rio-grandense tem sua dinâmica, assim, calcada no caráter específico da imigração alemã, italiana, espanhola, polonesa e açoriana, dentre outras, confirmando-se assim as colocações de Moure (1980) sobre o tema. A produção agrícola da zona colonial, com base na pequena propriedade, marcou profundamente a for-

mação e a potencialidade do mercado rio-grandense, dotando-o de uma parcela maior de população com médio poder aquisitivo. O imigrante possuía um poder de compra bem maior do que o daqueles que, radicados em outras regiões do Brasil, se integraram à massa assalariada do campo e da cidade.

Logo, o mercado para os produtos coloniais, além do nacional, restringia-se ao norte e centro do Rio Grande do Sul ocupado pelo imigrante, sendo este originário da Polônia e Leste Europeu. Aqui surge um elemento novo para o processo de industrialização, ou seja, a pré-condição de um mercado consumidor na própria zona colonial, que fomentou a capitalização de recursos e de padrões de consumo alteráveis pela dinâmica de mercado. Nota-se assim que havia *a priori* um mercado entre os grupos imigrantes no estado, similar ao próprio mercado entre nações do continente europeu. Seria essa uma reprodução do mercado interno europeu com suas especificidades?

Moure (1980) e Reichel (1979) apontam que o capital necessário para a instalação de indústrias foi gerado não só pelas trocas realizadas dentro do próprio estado como também pelas trocas ligadas ao mercado interno brasileiro. Em um segundo plano, é importante ponderar e destacar os capitais acumulados pelos produtores da zona colonial – os colonos. Estes entregavam o capital para os comerciantes e, dessa maneira, participavam dos empreendimentos da zona urbana, ou constituíam pequenas fábricas que atendiam especificamente a sua zona de produção.

É mister mostrar que a inserção da economia imigrante espanhola e italiana na economia rio-grandense era uma realidade histórica, uma vez que a concorrência do centro do país obrigou a indústria porto-alegrense a crescer além do mercado da zona colonial, oferecendo produtos que atendessem às necessidades e interesses do mercado estadual.

Considerando o processo industrial descrito anteriormente, a economia imigrante sofreu significativas transformações. A mão de obra familiar e a pequena propriedade passaram a relacionar-se intimamente com o modo de produção capitalista, e as consequências deixaram pouco a desejar para o camponês inserido em uma nova sociedade, na qual a capacidade de subsistência e expansão limitam-se a condições não igualitárias entre ambos.

Já foi visto que a região colonial do Rio Grande do Sul, além de área inexplorada economicamente, atendia aos interesses da classe dominante pecuarista de não interferência em seus negócios. Essa delimitação espacial não só satisfaz aos pecuaristas, mas tornava os imigrantes independentes em relação ao grande proprietário. Além de isolado, o imigrante isolara-se

de possível influência.

A condição básica a ser resgatável desse processo reside na subordinação indireta do trabalho do colono ao capital comercial e industrial. A acumulação registrada na comercialização e investida na industrialização esteve e continua calcada na exploração do trabalho do colono e do imigrante, reduzindo os custos de produção industrial e as possibilidades de reverter essa dinâmica apontada por Moure:

Em consequência do esfacelamento do minifúndio e o atrofiamento de suas possibilidades de manutenção interna, a industrialização provoca a mais aguda contradição da inserção da economia imigrante [italiana e espanhola] na economia do Rio Grande do Sul. (MOURE, 1980, p. 112).

Surgem assim as atividades industriais, que passam a garantir uma demanda mínima estável dos produtos agrícolas e de subsistência desses imigrantes. Nessas regiões especializadas, visualizadas no mapa 2 anterior, o minifúndio passa a se constituir em forma de penetração do capitalismo no campo, haja vista que sua produção passa a ser controlada pela indústria afim. A indústria controla inteiramente a produção, adianta o capital sob forma de crédito, fornece insumos, supervisiona o processo de trabalho e fixa preços do produto oriundo das mãos do imigrante espanhol.

Da mesma forma, sindicatos de produtores ou cooperativas monopolizam a produção e preços do mercado, subordinando igualmente ao produtor. Santos (1993) concorda com a subordinação do processo de trabalho camponês (imigrante), como este o define, ao modo de produção capitalista, sem admitir a proletarianização a domicílio do minifundiário, mas afirma que a formação capitalista provoca é a ampliação das contradições sociais, na medida em que reproduz o personagem não especificamente capitalista do camponês.

Identificadamente paralelas, contudo isoladas, a economia colonial imigrante e economia pecuarista da campanha só conheceram a unidade com a industrialização no Rio Grande do Sul, sendo esta inclusive incentivada pelos grupos migratórios espanhóis e italianos. As condições da estrutura de produção porto-alegrense e da região carbonífera, onde houve grande concentração de imigrantes espanhóis, voltadas para o mercado regional, capacitaram seu desenvolvimento e dominância.

Nesse processo, a unidade produtiva, o minifúndio, era expropriado. Seja pelo esgotamento do solo, ou pela utilização de técnicas rudimentares de cultivo, ou, ainda, pela proliferação de pequenas propriedades

cada vez menores, as condições de subsistência interna do minifúndio eram minimizadas, levando o pequeno proprietário imigrante e sua família a oferecer um trabalho assalariado, quando as condições possibilitavam, ou migrar para outras áreas do estado (SANTOS, 1993). Isso se verificou inclusive na imigração espanhola interna, conforme apontou Arroyo (1958).

Tal processo equivale afirmar que a transformação industrial das matérias-primas produzida pelo minifundiário imigrante espanhol construiu mecanismos de subordinação da pequena propriedade ao capital. Destarte, o processo histórico da economia imigrante apropriou-se do mercado regional, por meio de acumulação de capitais que viabilizaram a industrialização, mas expropriou sua unidade de produção originária (o minifúndio), configurando-se assim as especificidades econômicas do território sul-rio-grandense onde a imigração espanhola estivera presente e também as questões de impacto territorial, apontadas por Uebel (2012) em sua extensa pesquisa sobre a imigração espanhola no Rio Grande do Sul e suas repercussões territoriais e econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade espanhola no estado do Rio Grande do Sul, além de contribuir para a cultura e tradições regionais, por meio de seu aspecto sociolaboral, consolidou especificidades e configurou características territoriais exclusivas, dentre elas, de cunho territorial-econômico, conforme se concluiu da apresentação dos gráficos e suas respectivas análises no penúltimo capítulo e no anterior a estas inferências finais, tendo como inferência-mor a clara divisão das regiões que acolheram a imigração espanhola no Rio Grande do Sul quanto as suas finalidades.

Tal divisão, apontada na cartografia, resultou nas seguintes regiões: Região 1 – região menos impactada territorialmente pela imigração espanhola no século XX e início do século XXI, porém, expressivamente representada na questão econômica –; Região 2 – região de transição, provisória e intermediária da imigração espanhola no estado, sendo a região destaque no que concerne também ao período de evolução da economia sul-rio-grandense artesanal para a industrialização do estado –; Região 3 – região que mais sofreu os impactos territoriais dessa imigração, mas que se aproxima aos questionamentos levantados por Prado Júnior acerca do caráter diferenciado da imigração no Rio Grande do Sul; e Região 4 – onde a imigração espanhola encerrara-se e concentrara-se no seu *ultimo locus*, e onde as condições sociolaborais igualmente foram expressas sensivelmente.

O artigo corrobora as principais análises da literatura especializada acerca das determinações particulares da imigração espanhola no estado

do Rio Grande do Sul. Reitera-se a assertiva de Prado Junior (1994) de que a imigração no Rio Grande do Sul tivera um caráter não só econômico e político, mas principalmente territorial, de caráter ocupacional, o que se verificou na imigração espanhola ao estado.

A investigação das atividades econômicas e atuações particulares de atração dos espanhóis no território sul-rio-grandense, foram ao encontro de conclusões já delineadas por Moure (1980) que preconizava a importância decisiva da imigração espanhola para a industrialização do Rio Grande do Sul, passando da mão de obra artesanal até a indústria estadual, tendo como região de concentração a região carbonífera do estado.

Pode-se concluir também que a imigração como um todo fora de caráter diferencial e abridora de caminhos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, ao contrário do que ocorreu em outros estados que optaram pela utilização de mão de obra exclusivamente escrava quando do Império e *a posteriori* de indivíduos nacionais.

Por fim, quanto à questão de política imigratória, fica pouco explícito, porém é citado, que esta foi importante no processo de vinda desses espanhóis ao Rio Grande do Sul, mas não havia sido o fator primordial e exclusivo para essa imigração. O que este trabalho leva como inferência é que os espanhóis vieram para cá muito mais como uma alternativa qualificada e melhorada às suas necessidades de vida do que em decorrência de uma simples política imigratória do governo da época.

Assim, o objetivo, a finalidade principal dessa imigração espanhola ao Rio Grande do Sul foi: a operação, reprodução e manutenção dos territórios fronteiriços, com fins políticos, econômicos, sociais e territoriais; e a conservação e melhoria das condições acima explicitadas dos próprios espanhóis que optaram por imigrar especificamente ao Rio Grande do Sul e às suas quatro regiões delimitadas anteriormente.

Em suma, este particular processo imigratório, pouco estudado pela academia, apresenta um caráter singular, exclusivo e indispensável para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul no período de estudo proposto.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Angel Antônio Gómez del. Os espanhóis na formação e povoamento do Rio Grande do Sul. In: BECKER, Klaus. *Enciclopédia rio-grandense*. Canoas: Regional, 1958. cap. 4, p. 207-252.
- CARRION JÚNIOR, Francisco M. A economia do RS; evolução recente. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). RS: economia

- e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 409. (Série Documenta, 2).
- DACANAL, José Hildebrando. RS: Imigração & Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 280 p. (Série Documenta, 4).
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. 373 p. (Sociedade e Educação).
- DOBB, Maurice. *A Evolução do capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Coleção Os Economistas).
- ETCHEVERRY, Daniel. “Vivo en un mundo y quiero otro”: um estudo etnográfico sobre os discursos migratórios e as modalidades de controle dos imigrantes em Buenos Aires, Madri e Porto Alegre. 2011. 484 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- FARIA, Ederson de; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 15, n. 1, p.35-42, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v15n1/04.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.
- HATTON, Timothy J.; WILLIAMSON, Jeffrey G. *The age of mass migration: causes and economic impact*. New York: Oxford University Press, 1998. 301 p.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*, 21 ed, Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2006. 349 p.
- KLEIN, Herbert S. *A imigração espanhola no Brasil*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Sumaré, 1994. 112 p. (Série Imigração).
- KRELING, Wilma Ferreira. *História da Casa de Espanha de Porto Alegre*. 1979. 436 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979.
- LAGEMANN, Eugenio. Imigração e Industrialização. In: DACANAL, José Hildebrando. RS: Imigração & Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. cap. 5, p. 114-134. (Série Documenta, 4).
- MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973. 223 p.

- MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrando et al. RS: Imigração & Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. (Série Documenta, 4). cap. 4, p. 91-113.
- OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. *Os espanhóis*. Sorocaba: TCM, 2002. 176 p.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 364 p.
- PROCHNOW, Lucas Neves. *Memórias, narrativas e história: a imigração espanhola recente em Porto Alegre*. 2009. 328 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; VENTURA, Ricardo. (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, p. 59-84.
- REICHEL, Heloísa J. A Industrialização do RS na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 409. (Série Documenta, 2).
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SANTOS, Ricardo Evaristo dos. La evolución cuantitativa del proceso migratorio español a iberoamérica (1890-1950) con especial referencia a Brasil. *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*. Madrid, n. 19, p. 138-154. mar. 1993.
- SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 2004. 573 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/alsilvajr2000/tese-adhemar.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. As influências da Espanha e Holanda na formação econômica do Brasil. *Cadernos Camilliani*, Cachoeiro de Itapemirim, v. 12, n. 1, p.11-22, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/11929755/As_influências_da_Espanha_e_Holanda_na_formação_

econômica_do_Brasil>. Acesso em: 04 jul. 2015.

_____. *Impactos da Imigração Espanhola no Desenvolvimento Econômico e Territorial do Estado do Rio Grande do Sul no Século XX*. Santa Maria, UFSM, 2012 (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas da UFSM). Disponível em: <https://www.academia.edu/6310684/Impactos_da_Imigração_Espanhola_no_Developolvimento_Econômico_e_Territorial_do_Estado_do_Rio_Grande_do_Sul_no_Século_XX>. Acesso em: 29 jun. 2015.

VARGAS, Iolanda Guimarães. *História da sociedade espanhola de socorros mútuos de Porto Alegre*. 1979. 448 f. Dissertação (Mestrado em História da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979.

WEBER, Regina. Galegos no sul do Brasil: alternativas na América. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 83-109, jul. 2010a.

WEBER, Regina. Manifestações identitárias de imigrantes espanhóis no Sul do Brasil. In: MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre. *E/imigrações: histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010b. cap. 9, p. 133-150.

WEBER, Regina et al. *Pesquisas sobre a imigração espanhola no Rio Grande do Sul*. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Pesquisas_sobre_a_imigração_espnhola_no_Rio_Grande_do_Sul.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2015.

Recebido em 12/07/2015

Aprovado em 24/10/2015

OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO:
O PAPEL DAS COMISSÕES EXECUTIVAS NA ORGANIZAÇÃO DAS
CELEBRAÇÕES DO BIÊNIO DA COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO
DO RIO GRANDE DO SUL

*THE POLITICAL USES OF THE PAST:
THE ROLE OF THE EXECUTIVE COMMITTEES ON THE ORGANIZATION OF THE
CELEBRATIONS OF THE BIENNIUM OF COLONIZATION AND IMMIGRATION
IN RIO GRANDE DO SUL*

Tatiane de Lima¹

RESUMO

Neste artigo temos como objeto de investigação as comemorações do Biênio da Colonização e Imigração, promovidas pelo governo estadual do Rio Grande do Sul em 1974 e 1975. Essas comemorações moveram diversas cidades do estado e diferentes instâncias do poder público, e tiveram como objetivo oficial – de acordo com o Decreto de instalação das comemorações – rememorar a história da imigração por meio de discursos de homenagem e agradecimento aos diferentes grupos imigrantes (alemães, italianos, luso-brasileiros, argentinos, espanhóis, norte-americanos, franceses, ingleses, israelenses, japoneses, libaneses, poloneses e uruguaios), negros e índios. Analisaremos o processo de construção das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração pelas autoridades governamentais, a criação de Comissões e Subcomissões organizadoras e suas funções. Problematizaremos as seleções e disputas de memórias empreendidas neste momento comemorativo e como estas memórias se fizeram presentes nos discursos oficiais, entendendo que neste contexto, elas explicitam os usos políticos do passado da imigração.

Palavras-chave: Imigração no Rio Grande do Sul. Usos políticos do passado. Biênio da Colonização e Imigração.

ABSTRACT

The present work has as its research object the celebrations of the Biennium of Colonization and Immigration, promoted by the state government of Rio Grande do Sul in 1974 and 1975. These celebrations moved several state cities and different levels of government, and had as official goal - according to the Decree of installation of the celebrations - to recall the history of immigration through speeches of homage and gratitude to the various immigrant groups (Germans, Italians, Portuguese, Argentines, Spaniards, Americans, French, British, Israeli, Japanese, Lebanese, Polish, and Uruguayans), Blacks, and Indians. We will analyze the

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (Bolsista PROSUP/CAPES). Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2013). E-mail: tatiane.delima@yahoo.com.br.

process of construction of the Celebrations of the Biennium of Colonization and Immigration by government authorities, the creation of organizing committees and subcommittees and their functions. We will problematize the selections and disputes of memories carried out in this celebrative moment and how these memories were present in the official discourse, understanding that in this context they make explicit the political uses of the past of immigration.

Keywords: *Immigration in Rio Grande do Sul. Political uses of the past. Biennium of Colonization and Immigration.*

INTRODUÇÃO

Em 1973, autoridades governamentais do Rio Grande do Sul iniciaram o processo de elaboração das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração, motivadas pela aproximação dos festejos do Centenário da Imigração Italiana e Sesquicentenário da Imigração Alemã. Estendidas aos demais grupos imigrantes², e também aos índios e negros, o mote das comemorações foi rememorar a história da imigração no estado por meio de discursos de homenagem e agradecimento. Esta tônica está presente no Decreto de instalação do Biênio da Colonização e Imigração³, onde se definiu como objetivo maior “exaltar a obra daqueles que, após lutas longas e ásperas, ocuparam e povoaram a área que constitui o território deste Estado”. Com a duração de dois anos – 1974 e 1975 – estas comemorações moveram diversas cidades do Rio Grande do Sul e diferentes instâncias do poder público.

Neste estudo, buscamos definir os sentidos atribuídos às comemorações na pesquisa histórica. Marcado pelos aspectos identitário e étnico, o Biênio da Colonização e Imigração situa o presente trabalho no estudo da imigração no Rio Grande do Sul, em especial ao discutir os sentidos e a interpretação da história da imigração na presente comemoração. Comemorações aqui são entendidas, na perspectiva de Catroga (1996, p. 547) como

[...] formas de viver e manifestar simbolicamente, reafirmando a continuidade histórica dos povos e da humanidade. Possui importância social estando relacionada ao seu dever de combate a amnésia coletiva, e também, como forma de luta pela produção (e reprodução) de uma nova

2 Os grupos imigrantes homenageados foram: alemães, italianos, luso-brasileiros, argentinos, espanhóis, norte-americanos, franceses, ingleses, israelenses, japoneses, libaneses, poloneses e uruguaios.

3 BRASIL. Decreto nº 22.410, de 22 de Abril de 1973. Institui o Biênio da Colonização e Imigração. Disponível: <<http://www.al.rs.gov.br/Legis>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

memória, assim elevada a uma espécie de garantia da necessária articulação entre o passado, o presente e o futuro.

Para alcançar nosso objetivo, analisamos o processo de construção das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração pelo governo do estado, e a criação de Comissões e Subcomissões organizadoras e suas funções. Ao fazer este movimento, analisamos também a seleção de memórias empreendidas nos momentos festivos e verificamos como esta memória se faz presente nos discursos oficiais. O contexto político e social do estado do Rio Grande do Sul nesse momento se fará presente no texto por meio das disputas de memória que se deram no bojo das comemorações. Neste contexto, elas explicitam os usos políticos do passado da imigração atribuídos naquele presente pelo governo do estado.

A pesquisa utiliza como fontes principais a documentação oficial das comemorações: atas de reuniões das Comissões, decretos, correspondências oficiais, discursos públicos, relatórios de viagens, solicitações e distribuição de crédito e notas oficiais à imprensa. Estas fontes foram produzidas pela Comissão Coordenadora do Biênio da Colonização e Imigração e demais Comissões Executivas de Homenagem de cada uma das etnias contempladas nos festejos. A pesquisa documental permitiu o acesso a informações produzidas pelas Comissões, que aqui serão analisadas pelo crivo dos autores selecionados, o que nos permitirá fazer uma leitura crítica. Teoricamente a pesquisa se insere na perspectiva da Nova História Política e na História Cultural, porque ambas permitem pensar nas dimensões individual e coletiva da cultura, em como ela favorece a coesão de grupos que se organizam politicamente, e em como as comemorações são preenchidas por dimensões políticas.

1 As comemorações do Biênio da Colonização e Imigração

Por meio do Decreto nº 22.410 de 22 de abril de 1973 que instituiu o Biênio da Colonização e Imigração, se deu o início das organizações oficiais dos festejos. Nas celebrações, três correntes imigratórias receberam maior destaque: açorianos, alemães e italianos. A relevância foi justificada porque os primeiros deram início à colonização do que hoje é o estado do Rio Grande do Sul, os alemães por ocasião do Sesquicentenário de sua chegada, e os italianos devido, igualmente, ao marco de seus cem anos de chegada ao Sul do Brasil.

Art. 1º - Fica instituído o Biênio da Colonização e Imigração, com o fim de celebrar, nos anos de 1974 e 1975, o feito dos

pioneiros [açorianos]⁴, o Sesquicentenário da Imigração Alemã, o Centenário da Imigração Italiana e a contribuição das demais correntes migratórias que se fixaram no Rio Grande do Sul. (BRASIL. Decreto n.º 22.410, de 22 de Abril de 1973. Institui o Biênio da Colonização e Imigração).

Ainda de acordo com o Decreto de Instituição do Biênio da Colonização e Imigração, o imigrante que seria homenageado tratava-se de um expatriado e mão de obra trabalhadora, que por meio destas comemorações teria seus esforços – para o crescimento e prosperidade das novas terras que adotaram para viver – reconhecidos.

É um apelo do dever cívico exaltar a obra daqueles que, após lutas longas e ásperas, ocuparam e povoaram a área que constitui o território deste Estado, incorporando-o à Pátria comum. Não menos digno de reconhecimento é o trabalho das levas migratórias que para cá vieram e aqui se fixaram, providas de terras distantes em busca de uma pátria nova, e se juntaram aos primeiros povoadores no esforço das realizações solidárias, que nos conduzem a todos a um mesmo destino, sob as aspirações da unidade nacional. (BRASIL. Decreto n.º 22.410, de 22 de Abril de 1973. Institui o Biênio da Colonização e Imigração).

A partir do já exposto, podemos elencar como principais pontos das comemorações: a rememoração da história da imigração no Rio Grande do Sul, o sentimento de gratidão por este passado e o sentido de homenagear os primeiros povoadores do estado por meio desta festa. Para tanto, foi necessária uma representação que propusesse os atos comemorativos. Este papel ficou a cargo das Comissões e Subcomissões Executivas.

2 As Comissões Executivas de Homenagem e os usos políticos do passado

O estado do Rio Grande do Sul participou das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração não somente como promotor da festa, mas também em sua organização efetiva, estando presente na teia de significações que perpassaram as comemorações, sendo suas as decisões das representações e dos sentidos vinculados nos rituais. O poder público fez-se

4 Grifo nosso.

presente também por sua autoridade constituída, já que as manifestações públicas foram organizadas por agentes autorizados, que por conta de sua posição social e política ganharam autoridade e se destacaram na festa.

Em dia 15 de maio de 1973, no Palácio Piratini, houve a cerimônia de instalação das Comissões Centrais do Biênio da Colonização e Imigração (Comissões de Honra e Coordenadora), contando com a presença do Governador Euclides Triches. Neste mesmo dia foi nomeado o Secretário da Casa Civil, o deputado Victor Faccioni, como Presidente da Comissão Coordenadora. Como Coordenador Geral, o Secretário de Turismo Roberto Eduardo Xavier, e como Coordenador Executivo, o jornalista Osvaldo Goidanich.

IMAGEM 1

Mesa de autoridades na Cerimônia Oficial de Instalação do Biênio da Imigração e Colonização no Palácio Piratini em 15 de maio de 1973⁵.



Fonte: DUARTE, 1974, p. 17.

5 A mesa que presidiu o ato de instalação da Comissão Central estava constituída pelo governador Euclides Triches; Cardeal de Porto Alegre, dom Vicente Scherer; Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Manoel Brustoloni Martins; Senador Guido Mondin; Deputados Federais Mário Mondin, Lauro Leitão e José Amaral de Souza; Prefeito Telmo Thompson Flores; Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Aluísio Filho; Decano do coro consular acreditado no Rio Grande do Sul, Sr. Werner Von Beyme, Cônsul geral da Alemanha; Presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Poty Medeiros; secretário Victor Faccioni, da Casa Civil; chefe da Casa Militar do Palácio Piratini, tenente-coronel Odilon Camargo; delegado da Capitania dos Portos, capitão-de-fragata Vander Amoroso Wang; tenente-coronel Élio de Almeida Tavares, representante do comandante do III Exército, General Oscar Luiz da Silva; Deputados Estaduais Afonso Anschau, Martins Avelino Santini e Ivo Sprandel; e o Presidente da Junta Comercial, Sr. Rodolpho Englert.

Ficou estabelecido que a organização das festividades estaria sob responsabilidade de Comissões e Subcomissões, sendo elas de ordem governamental e civil. Ao todo foram constituídas nove Comissões: Comissão de Honra, Comissão Coordenadora, Comissão Executiva para celebrar o pioneirismo da colonização luso-brasileira, Comissão Executiva para as celebrações do Sesquicentenário da Imigração Alemã, Comissão Executiva para as celebrações do Centenário da Imigração Italiana, Comissão Executiva para celebrar a contribuição das demais correntes imigratórias no desenvolvimento do Estado, Comissão Executiva para as promoções esportivas, Comissão Executiva de Homenagem ao Negro e Comissão Executiva de homenagem ao Índio. Cada uma destas Comissões foi dividida em três Subcomissões: Subcomissão de Festividades, tratando das comemorações sociais, populares e esportivas; Subcomissão para assuntos Históricos e Culturais, realizando estudos, escritos, concursos e conferências relacionadas à imigração; e Subcomissão para Relações e Intercâmbio, tratando da aproximação do estado com os países de origem dos imigrantes, visando benefícios econômicos, sociais e culturais recíprocos.

No artigo 4º do Decreto que instituiu o Biênio da Colonização e Imigração, temos uma relação das funções que couberam às Comissões:

- I – Proceder ao levantamento histórico do fato imigratório, planejar e estabelecer suas condições evocativas, setorizar e planificar os calendários comemorativos, oficiais;
- II – Estruturar as linhas básicas dos festejos, supervisionar e fiscalizar a execução do programa de comemoração da chegada dos imigrantes ao território estadual;
- III – Promover entendimentos com autoridades federais, estaduais, municipais, diplomáticas e consulares;
- IV – Articular-se com comissões municipais e regionais instituídas com idêntica finalidade;
- V – Estabelecer intercâmbio com entidades interessadas no estudo, na pesquisa e na divulgação dos fatos que deram origem ao povoamento do solo sul-rio-grandense, das tradições, dos encontros e fusão de elementos culturais que marcaram com características inconfundíveis o meio físico e a paisagem humana deste estado;
- VI – Promover e executar tarefas compatíveis com a natureza de suas atribuições. (BRASIL. Decreto n° 22.410, de 22 de Abril de 1973. Institui o Biênio da Colonização e Imigração).

De acordo com o exposto, podemos afirmar que tanto o poder público como comunidades organizadas da sociedade, se fizeram muito presentes em todas as decisões tomadas para os festejos. Neste sentido, pode-se perceber a importância que os festejos tiveram para estes grupos, que foram movidos a participar das Comissões organizadoras para além de acordos políticos, mas também como forma de partilhar memórias de seus antepassados. Podemos observar o pertencimento étnico de cada uma das Comissões, que buscavam por meio da memória identificar seu grupo e dar sentido a um passado comum, podendo inclusive definir aspirações futuras.

Em 20 de junho de 1973, tomou posse a Comissão do Sesquicentenário da Imigração Alemã, nomeados pelo governador Euclides Triches, sendo esta a primeira das Comissões a ser constituída de acordo com o Decreto 22.410. O Presidente da Comissão Coordenadora do Biênio da Colonização e Imigração, Victor Faccioni, discursou retomando a perspectiva do imigrante alemão enquanto detentor de qualidades como a força e o trabalho, direcionando sua fala aos descendentes de alemães presentes, remetendo ao sentimento de gratidão por esta linhagem:

É excepcionalmente valiosa, em todos os setores da vida do Rio Grande do Sul, a contribuição dada pelos que ostentam um nome de origem alemã, e souberam fazer-se dignos herdeiros da tradição de labor e de inteligência, de amor à terra, de responsabilidade social e comunitária, de religiosidade, de devoção à cultura e às artes em geral, que lhes legaram os seus ascendentes da legendária, culta e industriosa Alemanha. (DUARTE, 1974, p. 18)

Encerrando a solenidade, o governador Euclides Triches recuperou em seu discurso palavras do governador do estado Borges de Medeiros, que foram escritas em 1924 por ocasião do Livro de Ouro da Comissão do Monumento da Imigração Teuta:

Depois dos açorianos foram os alemães os imigrantes europeus que vieram fundar, nesta então província, os primeiros núcleos agrícolas, sobre a base da pequena propriedade individual. Na evolução e grandeza do povo rio-grandense, a colonização germânica tem sido fator épico, econômico e social dos mais importantes. Bem haja, a iniciativa que se destina a celebrar o centenário desse acontecimento, a que

o Rio Grande do Sul deve associar-se com verdadeira ufanía. (DUARTE, 1974, p. 17)

Já a instalação oficial dos festejos do Centenário da Imigração Italiana ocorreu em 07 de janeiro de 1975, também no Palácio Piratini, presidida pelo governador Euclides Triches. Nesta ocasião proferiram discurso o governador, o Presidente da Comissão Coordenadora do Biênio da Colonização e Imigração, Victor Faccioni, e o Embaixador italiano Carlo Enrico Giglioli. Enquanto Euclides Triches salientou todo esforço desempenhado por parte dos imigrantes italianos para a construção e desenvolvimento de sua nova pátria, o Embaixador destacou que

[...] a tenacidade, a vontade e o valor dos imigrantes italianos não teriam resultados tão positivos, e nem tão pouco a integração com o novo ambiente teria sido tão exitosa, se as condições extremamente favoráveis de clima e de fertilidade da terra, não se houvesse acrescido um outro fator, de importância decisiva: a generosa hospitalidade e compreensão do povo brasileiro em geral, e em particular do povo gaúcho. (DUARTE, 1975, p. 11)

Durante as comemorações o poder público foi revestido de um simbolismo capaz de legitimar valores e memórias que por meio do imaginário uniu o povo em um espírito público de gratidão aos imigrantes. Ainda que em muitos momentos a participação popular possa ser entendida como passiva, sendo o público mero espectador, sua presença foi intransponível, já que a razão de ser da festa é o povo, e sem ele a festa não existe, é ele que faz a festa acontecer. Mas que entendimento o poder público possuía deste “povo” que comemora? Chamon (2002, p. 45) afirma que “através do enunciado “povo”, o que se procurava era uma existência coletiva, harmônica e coesa, livre de conflitos e tensões que perpassavam as relações dos diversos segmentos sociais”.

No decorrer do processo de organização dos festejos se observou a presença de diferentes setores envolvidos: político, econômico e cultural, bem como do apoio e visibilidade que se buscou nas autoridades internacionais. Eles podem ser notados, por exemplo, por meio das propostas da Comissão responsável pelos festejos italianos, que se comunicou por correspondências com autoridades na Itália, a fim de estreitar laços e dar maior visibilidade aos festejos em todos os seus contornos. Primeiramente expuseram, por meio de correspondência, o empenho, dedicação e entu-

siasmo com que a Comissão vinha trabalhando, bem como os motivos da comemoração, sendo esta um “preito de saudade, de evocação e de justiça à memória daqueles que iniciaram a colonização italiana⁶”, mas principalmente como uma oportunidade de reafirmação de laços entre Brasil e Itália.

Sendo assim, encaminharam por meio de uma correspondência⁷ ao Embaixador da Itália no Brasil, Dr. Carlo Enrico Giglioli, uma relação de iniciativas de cunho social, cultural e econômico sugeridas pela Comissão, que contaria com o apoio do governo italiano para sua realização. Segundo a Comissão, todas as iniciativas possuíam o fim de aproximar os povos brasileiro e italiano e intensificar suas relações. Pediu-se auxílio para a edição de um selo pelos correios italianos alusivos ao Centenário da Imigração Italiana no Brasil; doação de cópias documentais acerca do início da imigração no Rio Grande do Sul; doação do governo italiano à cidade de Porto Alegre de uma réplica em bronze da escultura “A Loba Romana”, motivando celebração em praça pública, e transformando-se em uma lembrança italiana à cidade por meio de uma imagem expressiva e popular, sendo esta colocada em local de grande visibilidade; o envio ao Rio Grande do Sul de eruditos italianos com o fim de palestras e conferências; vinda de artistas do ramo musical erudito como Orquestra Sinfônica ou de Câmara, Ópera, recitais de canto ou instrumento e corais; vinda de espetáculos musicais populares, de bandas típicas ou grupos folclóricos; visita ao estado de um elenco teatral que representasse em italiano; realização de uma feira do livro italiano; realização de uma semana do cinema italiano com a presença de atores italianos de renome; vinda ao estado de missões econômicas (técnicos, empresários, homens de investimento) com o fim de intensificar o intercâmbio econômico, florescendo a troca entre a região colonial italiana e a terra de origem; presença do governo italiano na construção do Monumento ao Centenário em Nova Milano⁸ por onde se deu o início da colonização italiana no Rio Grande do Sul, entre outras propostas.

Gutman (2012, p. 42) entende “[las actividades celebrativas] como parte del proceso de apropiación de la conmemoración por parte de la sociedad y, por lo tanto, un engranaje más de su legitimación social”. Sobre as organizações destas festas e a legitimação do papel desempenhado pelas Comissões a mesma autora diz que

6 COMISSÃO EXECUTIVA PARA AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA. [Correspondência enviada], ao Embaixador da Itália Carlo Enrico Giglioli em 15 de abril de 1974. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (AHRs). Biênio da Imigração e Colonização, Caixa Arquivo A.

7 Idem.

8 Atualmente um Distrito da cidade de Farroupilha.

[...] toda conmemoración es una construcción social. Porque un aniversario es, básicamente, una ventana de oportunidad y solo se transforma en una conmemoración cuando las sociedades, advertidas de las vísperas, se constituyen en sus agentes promotores y construyen activamente sus sentidos y modalidad. (GUTMAN, 2012, p. 38)

Ainda como incumbência às Comissões Executivas estava o levantamento de fundos para que os festejos acontecessem. Estes fundos provinham tanto de cabedais privados por meio de subscrições como de dinheiro público. Por meio das atas das reuniões da Comissão Central pode-se notar a preocupação com o quesito contabilidade, tendo documentado desde a contratação de servidores de diversas áreas até a criação de um plano de serviço de controle contábil. Por meio deste plano se estabeleceu, em linhas gerais, que as Comissões Executivas teriam participação nas vendas de *souvenires*, bem como contariam com o apoio de financiamento público, havendo ainda a possibilidade de subscrições e contribuição do governo de outros países. Entendemos que auxiliar financeiramente para que certos projetos festivos se realizem transforma-se em prestígio ao doador, levando seu nome para a posteridade, mas nenhum ganho efetivamente econômico.

O apoio financeiro, as propostas para as comemorações, a participação de indivíduos escolhidos pelo Estado para integrarem as Comissões Executivas fazem parte dos “usos políticos do passado” que de acordo com Lavrabre (2001, p. 233-252) passam por “filtros e seleções [que] remetem justamente às formas de apropriação da memória, expressas tanto na multiplicidade de experiências e lembranças, como na capacidade da memória coletiva de homogeneizar as representações individuais do passado”, como é o caso das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração pela expressão de memórias coletivas e por representações que foram compartilhadas entre os diferentes grupos.

Esta seleção de memórias que foi empreendida construiu uma narrativa acerca da imigração que foi configurada a partir dos seus agentes promotores, no caso, as autoridades governamentais e as Comissões Executivas. Nestes momentos de comemoração são utilizadas algumas estratégias de seleção de memórias onde, segundo Ricoeur (2007, p. 455) “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela”. Assim, concordamos com Catroga (2001, p. 59) ao afirmar que

[...] como instância solidificadora de identidades, compreende-se que a expressão coletiva da memória, ou melhor, da metamemória, não escape à instrumentalização dos poderes através da seleção do que se recorda e do que consciente ou inconscientemente se silencia.

CONCLUSÃO

O poder público envolveu-se na organização dos festejos do Biênio da Colonização e Imigração, encarregando-se, juntamente às Comissões Executivas, de definir e selecionar os atos comemorativos e as memórias que fariam parte das comemorações em todo o Rio Grande do Sul. Buscou-se apoio político e financeiro nas autoridades internacionais dos países de origem dos imigrantes, bem como envolver diferentes setores da sociedade - cultural, econômico e político - nas organizações dos festejos. Toda essa definição dos poderes que iriam compor as organizações dos festejos, bem como as questões de financiamento, estão ligadas à legitimação de poder e também à possibilidade de salvaguardar seus nomes para a posteridade, conjuntamente à seus feitos.

Tomando a frente das organizações dos festejos, o governo do estado do Rio Grande do Sul nomeou Comissões Executivas e Subcomissões para cada uma das etnias homenageadas. Pode-se perceber que as Comissões são formadas por pessoas intimamente identificadas à sua descendência imigrante. Neste sentido há um pertencimento étnico em cada uma das Comissões, ou seja, trabalha-se em função da salvaguarda de uma memória que é a dos seus predecessores, trabalha-se em causa própria.

Podemos concluir, a propósito das articulações concretizadas para a realização das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração, no caso, a formação das Comissões Executivas, que trata-se de engrandecer e reconhecer os feitos dos seus antepassados, já que as Comissões são constituídas por membros descendentes de imigrantes que irão se vincular aos preparativos dos festejos mediante seu pertencimento étnico. Essas comemorações mostram-se tão importantes para a salvaguarda da memória imigrante, como para a perpetuação de determinados nomes junto aos festejos do Biênio. Isso demonstra o quanto as comemorações estão perpassadas por sentidos políticos, tanto na legitimação de determinados poderes como na seleção de determinadas memórias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto n.º 22.410, de 22 de Abril de 1973*. Institui o Biênio da Colonização e Imigração. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/Legis>>.

Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

- CATROGA, Fernando. Ritualizações da História. In: TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal, Sécs. XIX – XX*. Lisboa: Editora Círculo, 1996.
- _____. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p. 59.
- CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- COMISSÃO COORDENADORA DO BIÊNIO. [Ata reunião – Normas para o funcionamento das Comissões Executivas do Biênio da Colonização e Imigração] 05 de janeiro de 1974. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (AHRs). Biênio da Colonização e Imigração, Caixa Arquivo A.
- COMISSÃO COORDENADORA DO BIÊNIO. [Ata de reunião - Normas sobre os procedimentos financeiros e contábeis das Comissões do Biênio da Colonização e Imigração.] em 05 de janeiro de 1974. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (AHRs). Biênio da Imigração e Colonização, Caixa Arquivo A.
- COMISSÃO EXECUTIVA PARA AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA. [Correspondência enviada], ao Embaixador da Itália Carlo Enrico Giglioli em 15 de abril de 1974. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (AHRs). Biênio da Imigração e Colonização, Caixa Arquivo A. Cf. Anexo G.
- DUARTE, José Bacchieri (Org.). *Sesquicentenário da Imigração Alemã*: álbum oficial. Porto Alegre: EDEL, 1974.
- _____. *Centenário da Imigração Italiana*: álbum oficial. Porto Alegre: EDEL, 1975. p. 11.
- GUTMAN, Margarita; MOLINOS, Rita (org). *Construir Bicentenarios latinoamericanos en la era de la globalización*. Buenos Aires: Infinito, 2012.
- LAVRABRE, Marie Claire. *De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives*. In: CEFAL, D. (dir.). *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001, p. 233-252.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

Recebido em 16/08/2015

Aprovado em 08/12/2015

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

DOIS MODELOS DE HISTÓRIA EM DISPUTA NO IHGRGS NOS ANOS 1950: O CASO SEPÉ TIARAJU¹

Jefferson Teles Martins²

O acirramento das disputas entre os grupos intelectuais divididos entre aqueles que defendiam a ampliação do terreno de análise e pesquisa no campo da história e aqueles que eram refratários ao programa intelectual de revisão historiográfica, manifestou-se na polêmica a respeito de Sepé Tiaraju, em meados da década de 1950.

Pensar a polêmica como uma “estrutura elementar” do campo intelectual e das sociabilidades ajuda a vislumbrar a organização do “campo” no estado em que se encontra num dado período. Esclarece sobre os motes, interesses e as posições dos agentes, e as respectivas correlações de forças.

Nesse sentido, será analisada a polêmica que envolveu a figura de Sepé Tiaraju, na qual tomaram parte os membros do IHGRGS, divididos entre aqueles que eram a favor e aqueles que eram contra que se erigisse um monumento em homenagem ao índio missioneiro. O aspecto mais profundo desta polêmica é disputa historiográfica. Um grupo pequeno, mas que detinha o monopólio das decisões e principais comissões do IHGRGS, reunido em torno de Othelo Rosa, defendia um modelo historiográfico no qual não havia espaço para os novos aportes e novas abordagens emprestados das ciências sociais, como o estudo do folclore, das “lendas populares”, e a inclusão de grupos étnicos como índios e negros (indivíduos que não vinham da linhagem portuguesa). Outra ala do IHGRGS, mais numerosa e mais dispersa, e que gradativamente foi se afastando do núcleo institucional, defendia a renovação dos marcos da historiografia, incluindo outros grupos que não faziam parte da “elite” lusa, militar e política.

Por outro lado, no bojo da disputa estava a luta para deslocar um grupo que monopolizava as posições de poder dentro do Instituto Histórico, e que, assim, asseguravam, simbolicamente, a posição de “porta-vozes” oficiais da instituição, e que detinha o poder de decidir aquilo que era a “verdade” sobre a história rio-grandense. No entanto, a luta não era pelo simples comando do IHGRGS. E tornou-se um marco no processo de questionamento e deslocamento do IHGRGS como instância legítima da produção do conhecimento histórico no estado.

A referida polêmica começa com o pedido do major do exército

1 Palestra proferida na sessão solene dos 95 anos do IHGRGS, em 5 de agosto de 2015.

2 Doutor em História pela PUCRS.

João Carlos Nobre da Veiga para que se erigisse um monumento a Sepé Tiaraju, em São Gabriel, em comemoração aos duzentos anos de sua morte. No ofício enviado ao governador do estado, o major argumentava que Sepé Tiaraju era um símbolo de “incomparável devotamento patriótico”, portanto atribuía-lhe um sentido de brasilidade, cuja morte teria sido um “holocausto à pátria”, que deveria ser reverenciado com um monumento que lembrasse o “denodado valor e o acendrado apego à terra” do índio missioneiro. O governador Ildo Meneguetti enviou o requerimento do major para ser avaliado pelo IHGRGS, para que este emitisse parecer a respeito.

A Comissão de História, composta por Othelo Rosa, Afonso Guerreiro Lima e Moysés Vellinho, emitiu parecer negando qualquer possibilidade de Sepé Tiaraju ser considerado brasileiro:

Não só é inaceitável o ‘brasileirismo’ de Sepé, como ainda não é admissível encará-lo como uma expressão do sentimento, das tendências, dos interesses, da alma coletiva, enfim, do povo gaúcho, que se estava formando ao signo da civilização portuguesa.³

Entre os argumentos citados pela Comissão para embargar a homenagem do governo do estado a Sepé Tiaraju, figura o estabelecimento da ação daquele guerreiro à órbita da influência espanhola, portanto em oposição aos interesses luso-brasileiros. Estava no campo oposto aos interesses “daqueles que lutaram pelo território rio-grandense”; era súdito da Coroa espanhola, sendo pois impossível atribuir-lhe um sentido de pátria brasileira. Em segundo lugar, usava-se os critérios da cientificidade histórica para expulsar Sepé Tiaraju para o terreno das “lendas”, portanto fora do domínio dos “fatos” da “verdade histórica”. A “mitificação” em torno da figura de Sepé desfigurava-lhe a “personalidade real, única, a ser vista e compreendida pela exegese da história”, segundo a Comissão (BERNARDI, 1980, p. 140).

O referido parecer foi publicado no jornal *Correio do Povo*, em 26 de novembro de 1955. O que seguiu foi a polarização da intelectualidade rio-grandense entre aqueles que eram a favor e aqueles que eram contra o parecer emitido pelo IHGRGS sobre Sepé Tiaraju.

O primeiro a sair em defesa do parecer emitido pela Comissão de História foi Carlos Reverbel, em artigo publicado também no *Correio do Povo*, de 3 de dezembro de 1955. Reverbel estribou-se na autoridade do con-

3 Parecer da Comissão de História (BERNARDI, 1980, p. 142).

sagrado Othelo Rosa, que “proferiu uma de suas sábias lições sobre história rio-grandense, tendo seus pontos de vista sido aprovados e, portanto, oficialmente adotados pelo Instituto Histórico e Geográfico”.⁴ Carlos Reverbel lembrou outra situação em que o Instituto Histórico foi chamado a “elucidar e firmar a verdade histórica”. Tratava-se da ocasião “quando [em 1948] se sugeriu o nome do padre Antônio Sepp para um grupo escolar” em Santa Maria, e o Instituto Histórico e Geográfico, por meio de parecer “de que também foi relator o nosso *maior historiador* Othelo Rosa”, manifestou-se contra a homenagem. Desde essa ocasião, assinala Reverbel, “a fim de resguardar a unidade da nossa formação histórica e do nosso processo cultural”, o IHGRGS “tem procurado caracterizar a Província jesuítica do Paraguai, a que pertenciam os Sete Povos das Missões, como uma expressão política da Coroa Espanhola, em terras posteriormente rio-grandenses e brasileiras”.⁵ Reverbel também elencou outro parecer do IHGRGS como trunfo de autoridade para estabelecer a “verdade histórica”, e refutar a homenagem a Sepé Tiaraju. Referia-se ao parecer assinado pelo “escritor” Moysés Vellinho, seu chefe na revista *Província de São Pedro*, da qual era secretário, quando opinou sobre o livro do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger *Os Três Mártires Rio-Grandenses*. Carlos Reverbel cita textualmente o parecer do amigo escritor:

do ponto de vista da nossa formação histórica e geográfica, que se processou, nesta extremadura, em luta aberta contra desbordamentos dos regulares da Casa de Assunção sobre terras que seriam, mais tarde, quase todo o Rio Grande do Sul – examinando o problema, repetimos, sob o âmbito de nossa integração territorial, não padece dúvida que a naturalização rio-grandense dos mártires evocados pelo nosso prezado confrade não pode ser aceita sem oposição ou controvérsia. Nessas reservas – acentue-se bem – jamais estaria em causa a sublimidade do martírio daqueles prodigiosos campeadores de Santo Inácio, nem o magnífico conteúdo místico de seu sacrifício nas mãos brancas dos índios. O que conduz à contradição é o enquadramento desses tristes episódios entre os fatores ativos da nossa formação histórica.⁶

4 Sepé Tiaraju e o Instituto Histórico, Carlos Reverbel, *Correio do Povo*, 3 de dezembro de 1955, p. 9.

5 Idem.

6 Idem.

Em suma, para Carlos Reverbel, a autoridade do IHGRGS e sua Comissão de História, além da autoridade pessoal de Othelo Rosa, eram índices suficientes para estabelecer a “verdade histórica”. Porém, esta autoridade começaria a ser contestada, publicamente, por meio do próprio *Correio do Povo*, e outros órgãos da imprensa local.

Walter Spalding não tardou a entrar na discussão. Dia 8 de dezembro, no jornal o *Estado do Rio Grande do Sul*, publicou a “Carta ao Negrinho do Pastoreio”, sob o pseudônimo Blau Severo:

Precisamos Negrinho amigo, defender, custe o que custar contra os donos pretensos da nossa História, as nossas glórias e as nossas tradições. Por isso convido-te a percorrer esse sagrado Rio Grande do Sul e pregar, por todos os recantos, os nobres e são ensinamentos de nossa História maravilhosa. E pede à tua Santa Madrinha, meu caro Judião, que nos fortaleça e ampare nos nossos direitos, cobrindo-nos com a sua santa bênção (PRITSCH, 2005, p. 31).

Spalding, assim, tomava parte na disputa, evocando outra figura que fazia parte da tradição popular e das lendas rio-grandenses, de certa forma, fazendo a defesa das lendas e da tradição popular como objetos legítimos da cultura e da História. Este era o primeiro nível da disputa que se dava no interior do campo acadêmico da época, opondo o grupo de historiadores hegemônicos dentro do IHGRGS (aos quais chama de “os pretensos donos da História”) e os historiadores-folcloristas, postos à margem do campo, que buscavam a legitimação do Folclore como ciência. Mas também havia, pelo menos, outras duas frentes de batalha.

Uma dessas frentes de batalha dizia respeito a um aspecto que estava fora do ambiente propriamente acadêmico, mas que ganhava a atenção dos intelectuais estabelecidos, à medida que um movimento de massas conquistava cada vez mais espaço e legitimidade dentro da esfera do Estado: o *tradicionalismo*.

Walter Spalding havia se integrado ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, ainda no final da década de 1940, como apoiador do 35 *Centro de Tradições Gaúchas*. Entretanto, a partir de meados da década de 1950, paulatinamente se desgostou com os rumos do movimento, segundo ele, devido às emulações e desavenças pessoais com os líderes tradicionalistas. Assim, Spalding relatou seu afastamento do tradicionalismo ao poeta Léo Santos Brum:

Antes de entrar no assunto, quero dizer ao prezado companheiro de lutas pelo tradicionalismo que no sábado passado, dia 3 deste, na minha *Carta ao Negrinho do pastoreio*, no jornal “Estado do Rio Grande”, desliguei-me da campanha tradicionalista, para voltar à retaguarda de onde saí, em 1923, ao iniciar a minha luta tradicionalista, de lenço colorado no pescoço e, no peito, o distintivo de “bandoleiro”, que era o que usava a gente de Zeca Neto, Honório Lemes, Estácio Azambuja e outros que tais. Larguei de mão essa campanha atual porque me convenci que estou perdendo tempo, pois que outros estão desfazendo com os pés o que pregaram ontem (...). Além disso, conversinhas, invejinhas mesquinhas e conversas fiadas encheram-me as medidas. Larguei tudo, por isso e outras cousas. Mas não largarei jamais o combate independente, livre como até pouco era, sem estar nesses centros que somente fazem anarquias, como naquela miserável farsa que representaram no famigerado Congresso de Santa Maria.⁷

Sobre o tema do seu desligamento do movimento tradicionalista, Spalding também tratou em carta enviada a outro poeta, Pedro Luís:

[...] me despedi por completo da atuação em Centro Tradicionalista, desiludido por inteiro dos chamados tradicionalistas. Minha despedida, com suas razões foi publicada no sábado passado, dia 2 deste, no jornal ESTADO DO RIO GRANDE, onde mantenho uma página literária. Na *Carta ao Negrinho do Pastoreio*, que assino com o pseudônimo Blau Severo, poderá ler as razões. Tradicionalismo no nosso Rio Grande, no momento que passa, e graças às mistificações do tal *Estado Novo* getulista – é politicagem e nada mais. De tradicionalismo só possui o nome, agora, embora tenha começado muito bem e com intenções nobres e elevadas. Com o tradicionalismo e tradicionalistas nada mais tenho em comum. Continuarei no meu modesto canto a batalhar a meu modo, como vinha fazendo desde 1923, quando ainda ninguém sonhava com estas cousas. Volto, assim, para a obscura retaguarda de onde saí.⁸

7 Carta de Walter Spalding a Leo Santos Brum. Porto Alegre, 5 de julho de 1955. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

8 Carta de Walter Spalding a P. Pedro Luís. Porto Alegre, 6 de julho de 1955. Fundo Walter RIHGRGS, Porto Alegre, n. 149, p. 185-206, dezembro de 2015.

Deixa claro que o seu desgosto tinha a ver com o que chama de “politicagem”. Os tradicionalistas conseguiram avançar bastante no campo da gestão pública da cultura dentro do Estado, principalmente mediante a criação do Instituto de Tradição e Folclore (ITF), em 1954, cuja direção ficou na órbita dos tradicionalistas, enquanto agentes intelectuais reconhecidos no campo do folclore e da História, como Spalding e Laytano, se sentiram preteridos.⁹ O descontentamento com os rumos da política, especialmente depois do Estado Novo, é uma recorrente nas queixas de Walter Spalding, e refletem uma posição mais ou menos geral dos intelectuais rio-grandenses, naquele contexto.¹⁰ Esse avanço “político” dos tradicionalistas não deve ter passado despercebido dos outros agentes intelectuais, na disputa por espaços dentro do Estado, e que detinham a legitimidade acadêmica no campo da História. É para este aspecto, menos visível, que Spalding chama a atenção de um historiador e tradicionalista de Passo Fundo. Arthur Sússembach¹¹, do Instituto Histórico de Passo Fundo, publicou no jornal *O Nacional*, naquela cidade, o artigo intitulado *Um monumento a Sepé*, em 5 de dezembro de 1955, onde reverberava a polêmica que se dava na capital. Neste artigo, Sússembach ataca com veemência o parecer emitido pela

Spalding, Arquivo do IHGRGS.

9 Letícia Nedel (2005) mostra como na disputa pela direção do Instituto de Tradições e Folclore, criado pelo governo do estado, os jovens tradicionalistas acabaram derrotando as pretensões de Dante de Laytano de manter o ITF sob sua esfera de influência (Ver NEDEL, 2005, p. 369-380).

10 Em um dos muitos desabafos de Walter Spalding sobre a política feitos ao amigo Oswaldo Cabral, aparece esta crítica ao prefeito de Ildo Meneguetti, amigo de longa data de Spalding: “Isto é ‘trabalhismo’ nesta terra. E também o ‘pessedeísmo’ que anda metendo os pés pelas mãos... legítimo governo do filhotismo, tanto no Estado (PTB), como no município (PSD), administrado pelo meu amigo Meneghetti que está fazendo papel de boneco nas mãos do partido, como isto, por exemplo: a 31 de Dezembro nomeou interinamente, uma dezena de funcionários extra-numerários, oficiais administrativos que somente poderiam ser nomeados depois de concurso. É lei. No dia 6 de janeiro, nova leva dos da mesma categoria a oficiais administrativos.. isto tudo, além de ilegal e arbitrário, tem mais este cunho: extranumerários com mais de 20 anos de serviço foram relegados por extras com apenas um ano e meio até! A coisa entretanto, não parou aí. Foi além: No dia 8 de janeiro, nova lei da Câmara, veja bem! – com maioria PTB – tornando efetivos, isentos de concurso, todos os funcionários até aquela data (8 de janeiro) nomeados interinamente!”. O arremate do desabafo, no entanto, rumava para “coisas mais sérias”: “Não há mais caráter, meu amigo, não há mais vergonha, não há mais moral nesta nossa terra, do Roraimã (sic) ao Chuí. (...) Mas... vamos parar por aqui que a sujeira é muita. E para alheiar-mo-nos dela, e não sentir-lhe tanto o odor, trabalhemos em coisas mais sérias – para provarmos que ainda há quem se se interesse pela cultura nesse meio de palhaçadas e sambas e batuques sociais e políticos” (Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 3 de fevereiro de 1953. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS).

11 Arthur Sússembach (Restinga Seca, 8 de outubro de 1914) - Cronista, poeta e contista. Membro do Grêmio Ijuicense de Letras, da Academia Passo Fundense de Letras e do Instituto Histórico de Passo Fundo (MARTINS, 1978, p. 572).

Comissão de História do IHGRGS, definindo-o como “extensa catilinária”, e aos seus signatários, refere-se como “uns vaidosos vulgares”, que pretendiam conhecer “melhor a história do que um Manoelito de Ornellas ou um Walter Spalding”. Sússembach escreveu a Spalding, no dia 7 de dezembro, enviando um exemplar de *O Nacional* contendo o referido artigo. Spalding respondeu no seguinte dia 27, pois havia recebido a carta com um pouco de atraso. Nela, Spalding faz referência a sua *Carta ao Negrinho do Pastoreio* e ao modo como esta foi recebida no Instituto:

Eu pertenço ao Instituto Histórico daqui, mas estou afastado desde que ali dentro se formou uma panelinha. Precisamos acabar com esses grupelhos e *donos*. E por isso, fora de meus hábitos, na primeira *Carta ao Negrinho do Pastoreio*, a respeito, fui violento e ataquei de rijo a turma e o próprio Instituto. Sei que deram pulos e que o tal (...) pernóstico que atende por Otelô Rosa, disse desaforos a valer. Pouco estou ligando ao que dizem. O que quero é que respeitem a verdade, doa a quem doer. E no caso de Sepé, não há dúvida alguma: os documentos e depoimentos são claros e precisos.¹²

Mas, Spalding também convocava Arthur Sússembach para continuar “batendo no assunto”, e chamava a atenção para o papel dos tradicionalistas por meio dos Centros de Tradições, pois via no movimento anti-Sepé, o combate de Othelo Rosa (e do Instituto dominado pela ala de Othelo) aos *Centros de Tradição*:

Continue a bater no assunto. E que os *Centros de Tradições* se mexam. E tem obrigação moral de o fazerem, não só pelo que são, como porque o movimento de negação de Sepé, alvitado por Otelô, é justamente contra os *Centros*, com os quais antipatiza solenemente, o coitado. Mas, deixamo-lo urrar e prossigamos na nossa campanha de regeneração dos costumes e divulgação justa e sã de nossos usos, costumes e tradições sagradas.¹³

Para entender a solene antipatia de Othelo Rosa com os centros de

12 Carta de Walter Spalding a Arthur Sússembach. Porto Alegre, 27 de dezembro de 1955. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

13 Idem.

tradição, deve-se ver a sua concepção de *regionalismo*. Seu principal aliado, Moysés Vellinho, havia explicitado, no primeiro editorial da revista *Província de São Pedro*, a necessidade de guardar-se “dos perigos de um tradicionalismo estreito e das pieguices do saudosismo”.¹⁴ Essa prevenção contra o *regionalismo* de cunho tradicionalista de Moysés Vellinho pode ser estendida ao colega Othelo Rosa. Na disputa pela redefinição do regionalismo, convinha a esse grupo deslegitimar o viés tradicionalista.

Para a historiadora Ieda Gutfreind (1998), a discussão sobre Sepé era uma linha de continuidade da disputa entre *lusitanistas* e *platinistas*, que gerou a polêmica sobre a Grande Revolução de Alfredo Varella, e voltava-se “ao problema português versus espanhol”. No entanto, na década de 1950 o debate se apoia em outros pressupostos. Nem Laytano, nem Spalding defendiam uma origem espanhola para o Rio Grande do Sul. Eram açorianistas. Nem mesmo o fazia Manoelito de Ornellas, que tinha outra visão do problema (para este último, os portugueses e espanhóis compartilhavam uma herança cultural comum, como habitantes da Península Ibérica onde os mouros e berberes deixaram seu legado). A questão era a incorporação de “fatos” da cultura popular, lendas e folclore à História. Em 1954, na abertura do Primeiro Congresso Tradicionalista, realizado em Santa Maria, Manoelito de Ornellas defendeu a utilização do folclore como um índice histórico. Neste aspecto, tanto Spalding quanto Ornellas e Laytano estavam de acordo:

O folclore não é somente um perfil da História. É muitas vezes um índice orientador sobre a origem dos acontecimentos. A História oficial é a relação cronológica dos fatos e fundamenta-se na opulência dos arquivos. Mas, coexistente com as leis, os decretos, as sentenças, os diários de guerra, as proclamações, os tratados, a biografia e a correspondência, uma outra História se escreve, sem o prestígio das cátedras. É a história que o povo, ator e espectador imediato, alinhava em trovas humildes, em ritmos de danças, em romances e décimas, em frases e sentenças, que se tornam populares. É a obra comum que a todos pertence e cujo autor ignorado jamais reivindica a paternidade gloriosa (ORNELLAS, 1966, p. 87).

Voltando à carta de Walter Spalding a Süssembach, pode-se perce-

14 VELLINHO, *Província de São Pedro*, n. 1, 1945, p. 5.

bê-lo como posicionando-se novamente ao lado dos tradicionalistas, dos quais havia se afastado, seis meses antes. Nesse contexto de várias disputas sobrepostas, era importante identificar qual inimigo era mister atacar primeiro. Assim, o ex-aliado (de véspera) dos tradicionalistas se dispunha a formar uma aliança tática no combate ao inimigo comum (e maior): Othelo Rosa.

A outra (terceira) frente de batalha era a disputa acadêmica de longa duração que envolvia diretamente os jesuítas do IHGRGS, e que, no plano historiográfico dizia respeito à inclusão ou não das Missões no arcabouço histórico e cultural do Rio Grande do Sul. Esse aspecto da polêmica já havia aparecido no artigo de Carlos Reverbel, como foi visto, quando mencionou o parecer de Moysés Vellinho sobre o livro de Luiz Gonzaga Jaeger, *Os Três Mártires Rio-Grandenses*. O Pe. Jaeger, que esteve presente na reunião de aprovação do “parecer de Othelo Rosa”, e que votou a favor, “com restrições”, tornou a manifestar-se, desta vez, posicionando-se contra o “parecer”, no dia 8 de dezembro, pelo *Jornal do Dia*, com o artigo intitulado *Em defesa do intrépido gaúcho, o capitão José Sepé, o lendário S. Sepé*. Neste artigo, o padre jesuíta, membro do IHGRGS, argumenta contra uma das principais razões apresentadas no parecer da Comissão de História de que Sepé teria lutado contra Portugal em favor dos interesses da Espanha:

[Sepé Tiaraju] não defendeu a terra das Missões nem para a Espanha, nem para Portugal, nem para a Companhia de Jesus. Defendeu para os seus índios de sua raça, com clara manifestação de sentimento telúrico. (...) Tiaraju não merece a nossa homenagem porque lutou contra os interesses de Portugal, segundo a Comissão. Pergunto por que interesses se insurgiu Tiradentes e seus denodados conspiradores, apenas 35 anos mais tarde? (Jaeger apud PRITSCH, 2005, p. 32).

Para entender melhor os lances desse *front* da disputa, é necessário fazer uma breve incursão pelos seus antecedentes, que remontam à atuação dos jesuítas no processo de institucionalização da História no estado, desde a fundação do IHGRGS. Os jesuítas foram importantes colaboradores na fundação e consolidação do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Os padres Carlos Teschauer e João Batista Hafkemeyer se destacavam pela bibliografia extensa, para os padrões da época, e pela operosidade na revista do Instituto. Especialmente, a obra de Teschauer *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos* era considerada uma obra fundamental da

bibliografia gaúcha. Hafkemeyer foi o primeiro redator da revista do Instituto, até o seu falecimento em 1924. Teschauer foi membro da Comissão de História até 1930, quando veio a falecer. A influência desses dois padres embargou o boicote à história das Missões, na primeira década do IHGRGS.¹⁵ Em 1928, o Instituto chegou a realizar na Biblioteca Pública uma sessão com o fim de homenagear a memória do Padre Roque Gonzales de Santa Cruz, “proto-mártir do cristianismo no Rio Grande do Sul”, por ocasião da passagem do tricentenário da morte do jesuíta, sendo o orador, na referida sessão, o destacado membro da “geração católica”¹⁶ Adroaldo Mesquita da Costa.¹⁷ Porém, esta homenagem do Instituto, não passou despercebida e sem levantar polêmica. Luiz Gonzaga Jaeger, lembrou que naquela ocasião fora distribuído na capital um panfleto, no qual:

um articulista oculto sob o anonimato, denegria farisaicamente a memória desses paladinos, escandalizando-se que homens da envergadura científica dos que compunham

15 A *Revista do IHGRGS* publicou diversos artigos sobre o tema das Missões e dos Jesuítas, na sua primeira década. Escritos de Carlos Teschauer publicados na revista do Instituto: “A língua guarani e o venerável Pe. Roque Gonzales” (1921), “O processo do Pe. Roque e seus companheiros” (1926), “A erva mate na história e na atualidade” (1926), “Vida e obra do Pe. Roque Gonzales de Santa Cruz” (1928), “O caráter do proto-mártir do Rio Grande do Sul” (1928). Escritos de J. B. Hafkemeyer: “História dos Jesuítas no Min. Marques de Pombal” (1923), “A primitiva igreja do Rio Grande do Sul” (1929). E ainda, Luiz Gozaga Jaeger: “Quando nasceu p. Roque?” (1928).

16 Luiz Alberto Grijó (2012) destaca que a “geração católica” (expressão criada por Fernando Trindade) iniciara sua influência na década de 1920, e teria tido seu ocaso na década de 1950. Esse “grupo” era caracterizado por uma unidade estreita, cuja coesão se dava basicamente graças a sua “comum formação elementar e secundária em colégios católicos, principalmente nos estabelecimentos geridos por padres jesuítas de origens teutas” (GRIJÓ, 2012, p. 280). Aponta para a existência de um projeto católico-jesuítico que “se apresentava como uma missão proselitista e salvacionista de almas individuais e da sociedade em geral” (p. 289), por meio do qual “os jesuítas passaram a influenciar decisivamente aqueles que se tornariam parte da elite cultural, profissional e político-partidária do Rio Grande do Sul” (p. 286). Além de Adroaldo Mesquita da Costa, também era membro do IHGRGS e integrante da “geração católica” o professor Armando Dias de Azevedo. Darcy Azambuja, membro do IHGRGS, segundo RODRIGUES (2002), de formação mais próxima do positivismo, teve uma “progressiva aproximação” com o grupo católico. Segundo esta autora, Azambuja posicionou-se “de maneira favorável aos católicos, escreveu nas revistas administradas pelo grupo e ingressou no corpo docente do curso de Filosofia da Faculdade Livre de Educação, Ciências e Letras implantada pelos irmãos maristas em 1940” (p. 94). Em 1941, Darcy Azambuja fez uma conferência intitulada *O Brasil e a Companhia de Jesus*, na qual exaltou o papel dos missionários jesuítas na formação intelectual brasileira, sem mencionar a experiência jesuítica missioneira (*Revista do IHGRGS*, n. 85, 1942, p. 5). Nos anos 1950, Darcy Azambuja já estava integrado ao grupo católico.

17 Ata de reuniões do IHGRGS, 15 de novembro de 1928, p. 105v.

então a nossa primeira agremiação histórica do estado, se houvessem rebaixado a ponto de prestarem homenagem a indivíduos de nenhum mérito histórico ou patriótico.¹⁸

Depois da morte de Teschauer não chegou a haver uma interdição completa à história das Missões, mas, à medida que se impunha a tese da formação lusitana do estado, recalcava-se com mais força a admissão das Missões jesuíticas na história rio-grandense. Em 1937, foi admitido como sócio o Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, que dedicou-se a manter viva a pesquisa da história das Missões. Nos anos 1930, publicou, nas páginas da revista do Instituto, dois ensaios sobre os jesuítas e as Missões: *A localização do Caaró* – crônica histórica (1933), *A tragédia de Pirapó – Assunção do Ijuí* (1936).

No ano de 1940, durante o 3º Congresso de História do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, Aurélio Porto apresentou um voto de louvor e gratidão “aos filhos de Santo Inácio”. Nessa ocasião, ficou decidido que a revista do IHGRGS se dedicaria “à reedição de alguma obra especialmente grata aos padres jesuítas”, sendo escolhida a biografia do padre Gabriel Malagrida, escrita por Paulo Mury.¹⁹ O consagrado historiador Aurélio Porto, nessa época diretor dos Anais do Itamarati, mostrou-se um importante aliado do Pe. Jaeger, pois era uma das autoridades máximas em história sul-rio-grandense.

Conforme Luiz Gonzaga Jaeger, Aurélio Porto esteve pesquisando sobre a vida de um jesuíta chamado Cristóvão de Mendoza, “desde alguns anos”. De acordo com o depoimento do Pe. Jaeger, Aurélio Porto teria chegado a lhe dizer: “Olhe, Pe. Jaeger, o senhor pode escrever sobre quantos jesuítas quiser. Mas, o Pe. Cristóvão, tenha paciência, esse é meu”. Das pesquisas de Aurélio Porto, resultou a remessa a Jaeger de uma cópia da “primeira carta que sobre o martírio do Pe. Mendoza escreveu o Pe. Francisco Ximenes”, traduzida por Jaeger e publicada no jornal dirigido por ele, *Eco* (em 1935, p. 109).²⁰ Aurélio Porto continuou suas pesquisas na Biblioteca Nacional, na Coleção de Angelis, “onde desenterrou documentos preciosíssimos sobre o nosso herói”.²¹ Em 1940, estando Aurélio Porto na capital gaúcha para as comemorações do “bicentenário de Porto Alegre”, como representante do Itamarati, foi convidado por Luiz Gonzaga Jaeger para pro-

18 *Revista do IHGRGS*, n. 61, 1936, p. 3.

19 A publicação da biografia de Gabriel Malagrida apareceu na revista do Instituto em 1940, n. 80, p. 197, com apresentação de Luiz Gonzaga Jaeger.

20 *Revista do IHGRGS*, n. 87-88, p. 117.

21 *Idem*.

curar o lugar do martírio de Cristóvão de Mendoza.²² Aurélio Porto prontamente aceitou o convite para a expedição, salientando que só poderia ficar “dois ou três dias”. Nas páginas da revista do Instituto, o Pe. Jaeger relata toda a aventura que, todavia, não logrou encontrar o local pretendido.²³

No ano de 1941, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL), enviou um ofício ao IHGRGS solicitando o seu pronunciamento sobre uma data em que se evocasse a “tradição do nosso estancieiro” e “qual seria o nome mais significativo, se estancieiro, fazendeiro ou criador, visando em tudo fortalecer os laços que nos ligam ao passado”. A resposta da Comissão de História do IHGRGS foi assinada pelo Pe. Jaeger e Luiz Carlos de Moraes, e dizia:

Somos do parecer que o ano de 1634 deve merecer a preferência a qualquer outra data e que o nome de Cristóvão de Mendoza, que tombou mártir da fé em 26 de abril de 1635, no alto do rio Piaí, entre Caxias e São Francisco de Paula, seria o nome mais indicado para ligar o passado com o presente, pois que foi o nosso primeiro tropeiro e fundador da nossa opulência pecuária.²⁴

Este parecer não tardou a ser contestado por outro consócio do Instituto. A oposição partiu do capitão De Paranhos Antunes, que, no contra-parecer que formulou, concordava que “na formação das primeiras estâncias de gado, os jesuítas espanhóis, que fundaram os povos das Missões tiveram prioridade sobre os portugueses formando a *Vacaria do Planalto*, ao norte, e as *Vaquerias del Mar*, ao sul”, mas emendava: “nada temos a ver com essa prioridade e sim com a penetração e fixação em nosso território dos primitivos estancieiros, nossos antepassados”. Para ele, “o caminho da fixação lusitana no solo gaúcho abre-se a partir de 1725 com a entrada dos lagunistas”, e que “são da Laguna os primeiros estancieiros” (Idem, p. 219). Para ele, a data digna de evocação era 25 de outubro de 1732, “a data oficial, em que foi doada a primeira extensão de campos em território gaúcho” feita a Manoel Gonçalves Ribeiro, o qual deveria ser considerado “um dos pioneiros na criação das primeiras estâncias gaúchas”.²⁵

22 Segundo Jaeger, Cristóvão de Mendoza foi o responsável pela introdução do gado vacum no Rio Grande do Sul, em 1634, quando trouxe, através do rio Uruguai, uma tropa de mil cabeças, compradas do português Manoel Cabral de Alpoim. Morreu em 26 de abril de 1635, no alto do Rio Piaí, entre Caxias e São Francisco de Paula (*Revista do IHGRGS*, n. 90, 1943, p. 218).

23 Idem.

24 *Revista do IHGRGS*, n. 90, 1943, p. 218.

25 Idem, p. 220.

Sobre a denominação “estancieiro” não houve discordância. Ambos, parecer e contra-parecer, afirmaram que estancieiro era o nome “mais histórico”. A controvérsia estava assentada sobre o advento das atividades pastoris no estado, de um lado, aquela que levava em conta a ação dos jesuítas e o papel das Missões e, de outro, a posição que somente considerava a ação lusitana, mas que, ao mesmo tempo, não negava a anterioridade da introdução do gado pelas mãos dos jesuítas, mas dizia que “nada temos a ver com essa prioridade”. Luiz Carlos de Moraes, dias depois, apresentou a justificativa de seu voto. Discordando do parecer de De Paranhos Antunes, e considerando que se houvesse uma “ressalva” na solicitação da FARSUL, a respeito de “outros elementos que não lusitanos ou brasileiros”, ele teria optado não pelo ano de 1732, em que Manoel Gonçalves Ribeiro teve a concessão de uma sesmaria, mas, sim, pelo ano de 1725, quando João de Magalhães funda estância em Tramandaí. Porém, Luiz Carlos de Moraes argumenta que “a verdade histórica deve ser isenta de preconceitos de raça, crença ou nacionalidade, para que seja honesta e sadia”. Por isso, afirmou justificando o voto anterior: “por assim pensar, não reconheço a prioridade da nossa gente na fundação das primeiras estâncias”. Reafirmou seu juízo:

Se é verdade que das Missões, então não integradas no território rio-grandense, partiu a atividade pastoril que hoje constitui a principal fonte da nossa riqueza, não é menos verdade que dali saíram os primeiros peões que iam, juntamente com charruas e minuanos, lidar nos *rodeios* e nas *volteadas*, inigualáveis no lidar com o gado e na amansadura do potro selvagem.²⁶

Coube ao Pe. Jaeger apresentar um longo trabalho sobre o tema em apreço, numa das sessões plenárias do IHGRGS, ainda no Museu Júlio de Castilhos. Neste estudo, Luiz Gonzaga Jaeger discorre sobre desde a introdução do gado na costa do Brasil central e a penetração do gado brasileiro no Paraguai até a entrada do gado no Rio Grande do Sul. Finalmente, ataca o principal óbice do capitão De Paranhos Antunes, que estava estribado “na preferência que lhe merece a tradição dos **antepassados lusitanos**”. E questiona:

Por que razão, nós historiadores, evocadores de tudo quanto se relaciona com o passado rio-grandense, nada teria-

26 Idem, p. 221.

mos que ver com a introdução do gado jesuítico em 1634, condenando a um violento olvido essa imensa obra econômico-social, da qual aproveitaram largamente os próprios estancieiros lusitanos aqui aportados um século depois, empreendimento que projeta seus raios até dentro do século 20?²⁷

Anexa, ao seu trabalho, o voto de Aurélio Porto, no qual declara:

Entretanto, torno a afirmar, de acordo com os estudos procedidos, que unicamente aos jesuítas se deve a introdução no gado no Rio Grande do Sul, cabendo ao nosso padre Cristóvão Mendoza ser o primeiro tropeiro rio-grandense. (...) Tenho trabalhado muito e penso até fins deste ano concluir meu trabalho sobre a Civilização jesuítica das Missões, que dará dois volumes grandemente ilustrados com coisas missionárias. Usei e abusei da Coleção de Angelis e tenho para mim que fiz alguma coisa de inédito e novo. E isto cada vez afervora em mim o alto conceito que formo da civilização jesuítica e da influência que ela exerceu por todos os aspectos na nossa formação sócio-geográfica.²⁸

Sendo novamente submetido à votação, foi mais uma vez ratificado o parecer do Pe. Jaeger, mas não sem ferir as suscetibilidades resistentes. De Paranhos Antunes renunciou, na mesma sessão, ao seu cargo na Comissão de História.²⁹ Como se observa, o patrulhamento sobre o tema das Missões na história do Rio Grande do Sul foi constante, mas não conseguiu silenciar completamente os seus defensores, ou criar um impedimento disciplinar que excluísse esse tema da agenda historiográfica local. Sobretudo, porque apesar da resistência da maioria, os jesuítas não estavam isolados. Tinham ao seu lado importantes aliados no campo institucional e historiográfico, como Aurélio Porto, Adroaldo Mesquita da Costa, Mansueto Bernardi etc.

Essas questões constituíam-se em “embaraços” historiográficos para os historiadores que repisavam a origem luso-brasileira para o Rio Grande do Sul, por meio de recortes político-militares. Por outro lado, para os historiadores-folcloristas, a inclusão das Missões na história rio-gran-

27 Idem, p. 239.

28 Idem, p. 242, 243.

29 Ata de reuniões do IHGRGS, de 14 de novembro de 1941 (*Revista do IHGRGS*, n. 86, 1942, p. 400).

dense não criava embaraço algum, pois para eles a origem da nacionalidade estava assentada na vida do povo, suas tradições e seu folclore. Assim, a emergência da dissensão em torno do caso Sepé, possibilitou a aproximação dos historiadores-folcloristas, como Walter Spalding, Dante de Laytano e Manoelito de Ornellas com o grupo católico. Destaca-se entre os católicos fervorosos Mansueto Bernardi. Walter Spalding e Dante de Laytano, por sua vez, eram professores no Colégio Anchieta, que, em tese, os aproximaria “naturalmente” dos católicos, mas para eles era mais presente a questão folclórica.

Retornando aos dias que se seguiram à publicação do parecer da *Comissão de História* a respeito de Sepé. Moysés Vellinho publicou a sua defesa do parecer nas páginas do *Correio do Povo*. É interessante notar que Vellinho estava ciente da reação católico-jesuíta que o parecer original de Othelo Rosa havia suscitado, e começa sua defesa reconhecendo que tinha “grande respeito pela ordem de Santo Inácio”, a cujos mestres devia o melhor de sua formação. Ainda lembrava:

Muito me prezo de ter sido aluno do [Colégio] Anchieta³⁰ e não me esqueço de que foi por empenho de um jesuíta, o saudoso padre Enrique Book que, ainda ginasião, vi publicado o meu primeiro artigo no *Correio do Povo*.³¹

Mas nem por isso se sentia obrigado a “aceitar a tese que pretende capitular os feitos missionários entre os fatores que contribuíram ativamente para a formação rio-grandense”.³² Pode-se ver essa introdução de Vellinho ao assunto, como uma tentativa de minimizar o viés anti-jesuíta do conflito. Mas esse viés estava presente. Walter Spalding reclamou no seu longo artigo sobre o caso Sepé, também no *Correio do Povo*:

Sabemos que, hoje, nos chamam de “jesuíta”, “ultramontano”, “malcriado” e, até, “imbecil”. Que continuem. Pouco se nos dá, bem como não nos importa a campanha muda e subterrânea que nos fazem a ponto de ignorar propositadamente o que escrevemos. E não serão os ataques pessoais e cartas anônimas que rasgamos logo, por inúteis atestados

30 Moysés Vellinho também foi aluno do Ginásio Júlio de Castilhos, educandário por dominado por professores republicanos e positivistas.

31 Moysés Vellinho, *Correio do Povo*, 31 de dezembro de 1955, p. 8.

32 Idem.

de covardes, que nos farão recuar. Nem as ameaças.³³

Para finalizar a incursão nesse *front* da disputa, veja-se agora a posição de Francisco de Paula Cidade³⁴, que teve sua opinião sobre o caso publicada em 14 de janeiro de 1956, no *Correio do Povo*. Francisco de Paula Cidade posiciona-se ao lado de Othelo Rosa, e contra a celebração de Sepé como herói gaúcho. O mais interessante é que ele marca sua posição como católico e antipositivista. Para situar uma obra de história do general Tasso Fragoso, Paula Cidade depõe contra o positivismo:

O positivismo que há muito vinha sendo pregado entre nós, em certo momento considerou-se vitorioso, por imposição de leis naturais. Então tornou-se moda ser positivista ou filo-positivista ou pelo menos “simpatizante”, como por falsa e afetada modéstia estes últimos se intitulavam. Quem não era positivista era inculto, era retrógrado, era metafísico. Ocorria assim no Brasil um fenômeno semelhante ao que está ocorrendo hoje com o comunismo, ou pelo menos com o filo-comunismo, que se tornou caminho mais seguro para os altos postos da república das letras. Desse modo, era preciso falar, pensar e escrever de acordo com os cânones do Apostolado Positivista. Não se devia refletir sobre qualquer assunto que já tivesse sido versado por Miguel Lemos ou Teixeira Mendes: bastava seguir-lhes a trilha.

[...] seus seguidores nenhum progresso trouxeram às ciências históricas brasileiras como é o caso do General Tasso Fragoso.³⁵

Segundo Francisco de Paula Cidade, o general Fragoso teria sido o primeiro a sugerir o erguimento de um monumento ao guerreiro guarani. Considerava o trabalho do outro militar “um mau serviço prestado à história militar brasileira. (...) tanto são os erros da narrativa e as traições do subconsciente nos domínios da análise”. Por fim, Paula Cidade expõe uma das razões da sua avaliação antipositivista:

Para mim, católico e seu antigo auxiliar, que sempre admirei sua alta cultura geral e tanto apreciei seu boníssimo co-

33 SPALDING, *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1956, p. 6, 9.

34 General do Exército e membro correspondente do IHGRGS, residente no Rio de Janeiro.

35 CIDADE, *Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1956, p. 8.

ração, é um consolo saber que morreu ele no seio acolhedor da igreja e afastado dos princípios filosóficos que nortearam suas primeiras atividades intelectuais.³⁶

Considerava não pertinente a sugestão de homenagem ao índio missioneiro, pois “Sepé não era rio-grandense porque não queria sê-lo e porque não era de Rio Grande de São Pedro, mas das Missões. Não é um herói nacional brasileiro e quem não é brasileiro logicamente não é rio-grandense”. Acrescenta como argumento final para a sua posição a autoridade de Othelo Rosa, tal como havia feito Carlos Reverbel:

Valeria a pena todo este trabalho, depois daquela sentença perfeita, lavrada pela comissão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que teve como juiz-relator esse grande historiador e sociólogo que é Othelo Rosa?³⁷

Esse depoimento, associado ao de Moysés Vellinho, pode iluminar esse veio do conflito. Moysés Vellinho não se considerava anticlerical, ao declarar sua admiração e gratidão aos jesuítas pela sua formação e estreia na imprensa. Paula Cidade, por sua vez, era católico e antipositivista, e não via a posição anti-Sepé de Othelo Rosa como anticlericalismo positivista, mesmo que este tenha sido positivista militante de destaque, na década de 1920. Há de se considerar, entretanto, que mesmo Francisco de Paula Cidade sendo católico, ele não havia sido formado nos redutos de sociabilidade escolar dos jesuítas.³⁸ Portanto, embora existam elementos claros de continuidade do conflito entre positivistas e católicos, nos anos 1950, pode-se sugerir que não era o anticlericalismo positivista que unia o grupo em torno de Othelo Rosa. Nem essa disputa pode ser reduzida, simplesmente, a um conflito entre católicos e positivistas. Primeiro, porque o positivismo, nos anos 1950, estava longe de constituir uma ideologia dominante ou grupo coeso. Segundo, porque católicos e anchietanos engajados que faziam parte da “geração católica” (e membros do IHGRGS), como Adroaldo Mesquita da Costa, Armando Dias de Azevedo e Darcy Azambuja, não assinaram o contra-parecer em defesa de Sepé Tiaraju, organizado mais tarde por Manueto Bernardi. As tomadas de posição eram organizadas levando-se em

36 Idem.

37 Idem.

38 Francisco de Paula Cidade estudou na Escola Preparatória de Rio Pardo (1902), na Escola Militar de Porto Alegre e Escola de Guerra do Realengo, Rio de Janeiro (1908), onde saiu aspirante (MARTINS, 1978, p. 147).

conta diversos fatores. Mas o principal era o desconforto intelectual que a admissão da história das Missões causava para um grupo que escolhera como chave explicativa para a formação do Rio Grande do Sul a colonização lusitana e o recorte político-militar privilegiado na sua historiografia. E como fator secundário, mas não desprezível, contribuía para unidade do grupo anti-Sepé a hegemonia e influência pessoal de Othelo Rosa como historiador consagrado no campo da história local na década de 1950. Do outro lado, o quadro das razões que davam a liga ao grupo pró-Sepé era mais heterogêneo: o interesse dos historiadores-folcloristas pela incorporação à História das noções tomadas de empréstimo do folclore; interesse semelhante compartilhado pelos regionalistas de matiz tradicionalista, já que o folclore legitimava as tradições; o interesse dos católicos pela inclusão das Missões como parte da história rio-grandense e, por fim, a oposição pessoal a Othelo Rosa.

Por último, evoca-se o depoimento de Walter Spalding a respeito do caso, para ressaltar um aspecto da disputa sobre a legitimidade da história como “ciência” e como “verdade” na época. Spalding faz uma longa “profissão de fé” no tipo de história que acreditava:

Queremos, entretanto, deixar aqui, claramente registrado que quando escrevemos História não olhamos interesses. A história não tem interesses. É a verdade pura e simples do a quem doer. História é verdade e não jogo de interesse de clãs, castas, seitas, religião, mesmo de um povo, e menos ainda de caráter pessoal.

Jamais compreenderemos uma história parcial, história sob medida, ou por decreto. Isso não é para nós, História, mas sim, quando muito historieta, “estória” como diria Luís da Camara Cascudo. Ou romances como os de Sir Walter Scott, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Paulo Stubal e outros. Ou tragédias como as de Shakespeare.

A História é séria, ponderada, documentada, e não admite interesses, parcialidades, ideias pré-concebidas. Por tal razão quando estudamos um tema, não podemos de forma alguma, basear-nos exclusivamente na documentação de uma parcialidade. Devemos ter em mão e conhecer a fundo, tanto quanto possível, a de todas as parcialidades, sejam quantas forem, e estudar meticulosamente cada uma delas antes de qualquer conclusão definitiva.

É justamente por isso, porque assim procedemos, que che-

gamos, não raro, a conclusões mui diversas das de colegas e companheiros em História, contrariando, bastas vezes, o que costumam afirmar e, principalmente, quando afirmam baseados em NOSSO INTERESSE, um interesse qualquer, às vezes louvável, mas que, historicamente só pode ser prejudicial à verdade, porque parcial.

A isso nós jamais nos sujeitaremos, magoe a quem magoar. Podemos errar, não há dúvida, e muitas vezes já erramos. Mas reconhecemos o erro e procuramos corrigi-lo. Em matéria de História, porém, jamais nos dobraremos a uma parcialidade, ou nos renderemos a um interesse, seja qual for, mesmo porque, já o dissemos, a História não tem interesses porque é a Verdade e somente a Verdade.

Feita essa profissão de fé para que nos possam julgar – não os de hoje, mas os de amanhã – voltamos à controvérsia - sobre Sepé Tiaraju, o índio missioneiro que o povo, o seu povo, santificou porque se sacrificara por amor à TERRA NATAL (grifos no original).³⁹

Spalding reivindica para o seu trabalho como historiador a qualidade do *desinteresse* (um dos pressupostos do discurso da ciência), baseado em documentos, e unicamente preocupado com a “verdade”. Seu engajamento com o folclore não visava a destituir a História do seu “trono” de ciência, mas sim revestir o folclore com o mesmo *status*. A História permanecia intacta na sua condição de ciência primaz entre as disciplinas humanas. O foco do problema não era a História, e sim certos “historiadores dos interesses pessoais” (referência velada a Othelo Rosa), e “dos que escrevem por ouvir dizer” (novamente uma referência velada, agora a Moysés Vellinho).

Nesse longo artigo, Spalding cita documentos e historiadores (como Souza Docca, Capistrano de Abreu) para sustentar sua posição:

Nada mais preciso, nada mais claro, nada mais certo: os jesuítas concordaram com a entrega das terras sem os homens, crendo que teriam ascendência sobre os indígenas. Estes, porém, dirigidos por Sepé Tiaraju, revoltaram-se contra aquela “cruza dos assírios” combinadas entre as duas cortes ibéricas e aceita pelos catequistas espanhóis das

39 Spalding, *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1956. A fonte consultada encontra-se no Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

missões, em quase sua totalidade.

Esse gesto de Sepé e sua gente contra a Espanha, Portugal e os jesuítas, seria, acaso, espanófilo?

Absolutamente: era NATIVISTA. Era o amor à terra que os levava à revolta sem medir consequências.

E é esse o ponto que discutimos e defendemos: a revolta de Sepé em defesa da terra que considerava sua e que, portanto, lhe dá direito de ser denominado O PRIMEIRO GAÚCHO QUE SE BATEU PELO PAGO. É isto que nos interessa. É isto que defendemos, e nada mais, como o deixamos provado (Idem).

Aqui, como foi dito anteriormente, interessa expor as bases em que estavam assentadas a argumentação de Spalding, mais do que a posição em si, porque ajuda a entender os móveis dessa discussão, no processo de questionamento do Instituto Histórico como juiz da história local.

A morte de Othelo Rosa⁴⁰ pode ter arrefecido os ânimos daqueles que eram seus opositores, mas não alterou o quadro das posições (e oposições). Os contrários a Sepé não arredaram de sua posição (tendo à frente Moysés Vellinho), tampouco os seus defensores. O folclore não conquistou seu espaço na academia brasileira como “ciência”. Por outro lado, como lugar de produção do conhecimento histórico, o IHGRGS entrou em declínio, e o advento da institucionalização da pesquisa histórica na pós-graduação universitária terminou por deslocá-lo completamente da posição central nesse campo no estado.

A polêmica manteve-se viva pela atuação de Mansueto Bernardi, membro do IHGRGS e católico. Mansueto Bernardi organizou um *Contra-parecer*, assinado por 22 intelectuais⁴¹, todos membros do IHGRGS (efetivos ou correspondentes), que contestava o parecer de Othelo Rosa.⁴²

40 Othelo Rosa faleceu no começo de dezembro de 1956. A defesa da posição da Comissão de História do IHGRGS ficou nas mãos de Moysés Vellinho, que assumiu o bastão de guardião da história à porta do IHGRGS.

41 Foram seus signatários: Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, Rinaldo Pereira da Câmara, Manoelito de Ornellas, Mansueto Bernardi, Dante de Laytano, Walter Spalding, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Estevão Leitão de Carvalho, Valentim Benício da Silva, Félix Contreras Rodrigues, Pe. Balduino Rambo, Herbert Canabarro Reichardt, Deoclécio de Paranhos Antunes, L. F. de Castilhos Goycochea, Amaro Batista, Fernando Callage, Henrique Oscar Wiederspahn, Pe. Geraldo Pawels, Osvaldo Rodrigues Cabral, Afonso de Taunay, Luiz Alves de Oliveira Belo e Leopoldo Petry.

42 Leticia Nedel (2005) investigou detidamente esta polêmica, por meio da atuação de Mansueto Bernardi.

Essa polêmica é um marco no processo de desvalorização institucional e perda da legitimidade acadêmica do IHGRGS. Embora o alvo do descontentamento fosse o núcleo de historiadores que dirigiam a instituição, o próprio Instituto acabou por ser combatido e combalido. Diferentemente da polêmica a respeito da *História da Grande Revolução*, de Alfredo Varella, nos anos 1930, que mostrou um Instituto Histórico unido contra a voz dissonante e solitária de Varella (que tinha aliados fora do meio intelectual local), o *caso Sepé* expôs, publicamente, a irreconciliável cisão do IHGRGS. De um lado, o grupo hegemônico e numericamente menor, mas coeso, aferrado à tradição histórica criada nos anos 1920 e consagrada nos anos 1930, e de outro, a maioria dos membros do Instituto, mais dispersos e aliados dos postos de comando e visibilidade institucional.

Por fim, essa polêmica expôs os limites da união das elites intelectuais no Rio Grande do Sul. Essa união “externa”, cuja característica era a “excomunhão teórica e ecumenismo prático”, que possibilitou o projeto intelectual como a revista *Província de São Pedro*, chegou ao seu esgotamento. Não por acaso, o último número dessa revista foi editado em 1957, trazendo mais um artigo de Moysés Vellinho reafirmando sua posição no caso Sepé.

FONTES CONSULTADAS

Jornal *Correio do Povo*, no Museu da Comunicação José Hipólito da Costa.

Fundo Walter Spalding, arquivo do IHGRGS

Revista *Província de São Pedro*

Revista do IHGRGS

Livro de Atas do IHGRGS

REFERÊNCIAS CITADAS

BERNARDI, Mansueto. *O primeiro caudilho rio-grandense: fisionomia do herói missionário Sepé Tiaraju*. Porto Alegre, EST, 1981.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Os soldados de Deus: religião e política na faculdade de direito de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 32, Iss. 64, 2012, p. 279-298.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. 2. Ed. Porto Alegre: Editora Universidade, 1998.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/IEL, 1978.

- NEDEL, Letícia. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2005.
- ORNELLAS, Manoelito de. *Máscaras e Murais da Minha Terra*. Porto Alegre: Globo, 1966.
- PRITSCH, Eliana Inge. 1956: a homenagem embargada a Sepé Tiaraju. In: *Sepé Tiaraju*. Comitê do ano de Sepé Tiaraju (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- RODRIGUES, Mara C. de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de geografia e história da UPA/UFRGS – 1943-1950*. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2002.

DOCUMENTAÇÃO

QUANTO CUSTA UMA GUERRA?

DOCUMENTAÇÃO DO GENERAL LUIZ ALVES PEREIRA

Vanessa Gomes de Campos

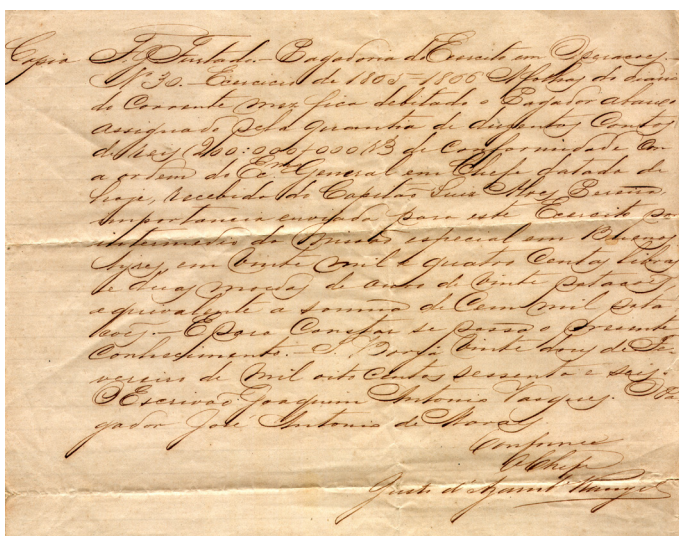
Os custos do Império com a Tríplice Aliança foram extremamente elevados. Estima-se que foram gastos mais de 600 mil contos de réis, o que equivaleria a onze anos do orçamento imperial.

Guardando as devidas proporções, trazemos uma pequena amostra de algumas das contas pagas em nome do Império brasileiro no período entre maio de dezembro de 1866. São 27 recibos que fazem parte de uma série de 117 itens (de 1866 a 1869) contida no Fundo de Luiz Alves Pereira.

Luiz Alves Pereira atingiu o posto de General ao fim da vida. Após o combate de Paissandu (1864), com a patente de capitão do exército, foi adjunto de ordens do Almirante Tamandaré, do General Osório, do General Polidoro e, nos últimos anos da guerra, do próprio Caxias e do Conde d'Eu. No fim do conflito, tinha o posto de tenente-coronel. Sob sua responsabilidade, recaía a compra de todo tipo de material, assim como a manutenção do exército, inclusive no pagamento de soldos.

Apesar do volume documental, é possível observar a *logística* utilizada naqueles momentos, o fluxo comercial e algumas das necessidades. Do mesmo modo, constata-se que a estimativa de custos em 600 mil contos de réis para todo o conflito (1864-1870) esteja um tanto abaixo do que realmente deve ter sido.

A documentação remanescente do General Luiz Alves Pereira foi doada pela família ao IHGRGS e está disponível à consulta.



Dono Capitão da 1^a Ba-
gata de guerra voluntários
do Bata. de guerra pelo co-
m. de São Paulo em São
Paulo e de São Paulo. 1865.
Capitão
Luiz Alves Pereira
Soldado de 1^a de Contas
a 31 de Junho de 1865 R. 1865
Secretaria do Comandante em Chefe do Bata. de guerra
22 de Janeiro de 1866
Recibo mais
Soldado de guerra
Secretaria do Comandante em Chefe do Bata. de guerra
2 de Fevereiro de 1866
Recibo mais
Soldado de guerra
na importância de R. 120,000
Bordo da Corretura de guerra
"Sua" no Bordo de guerra 1^a de
Março de 1866.
Recibo mais
Secretaria do Comandante em Chefe do Bata. de guerra
2 de Fevereiro de 1866

Nº 4

CORRALON

DE MADERAS, CAL, POSTES Y 1^o POSTES, PINO, Y OTROS ARTICULOS
PERTENECIENTES AL RAMO DE CORRALON.

CALLE GENERAL URQUIZA—ESQUINA LIBERTAD.

Sr. D. Capitán 1^o de guerra
A. PASCUAL PAEZ, DEBE

Por los siguientes efectos comprados a el Contador

Rosario		18 de 11 1866	
489	piezo pino de 1 ^o de 2 ^o a 2 ^o mil 87 2 ^o		
150	piezo tablar de 2 ^o a 2 ^o mil 13 4 ^o		
254	piezo pino y tirantillo 69 2 ^o		
	dos biagos de clavos a 2 ^o 6		
	2 1 ^o con tablas y tablar 6		
		174 1/4	

Recibo ciento treinta
y cuatro palancas
en pago de esta cuenta
A. Paez

247.
1855 El Comandante Melillo
Oto. 12. a J. Lavampa Debe.
36. Venta y seis Pesales a.
18.50 " " " 9.54
Nov 54
Nov 12 Oto 1856
Novi Sa Import
Juan Lavampa

243
ALMACEN DE PINTURAS, FERRETERIAS, VIDRIOS, PAPEL, PINTADOS
Cuadros y Espejos.
Calle del Puerto, N.
Sr. D. Capitan Alvar Debe
A REZIA Y SALA
De las siguientes cosas compradas a plazo de meses pasado dicho termino pagara
al cobro en el plazo de 15 dias de 1856
6 pesos
Rezia y Sala
Nov 54

245
Recibí del teniente Capitan D. Luis Alvar
Pereyra la cant. de ochenta patrones
por el trabajo de las peanas para carga
con caballos, pasto y mais el vapor
"Paisanta" y el bergantin "Luis" y por
mi trabajo personal.
Rosario, Octubre 27 de 1866
J. J. J. J. J.

246

Recibi del Tenor Capitan D. Luis Alves Pereira
la cant. da de trescientos patacones a cuenta
del flete del barco "Tuno" desde el Rosario
a Chaparral y de esta punta al Rosario.

Rosario, Octubre 24 de 1866.

\$300.-

[Signature]

247

Recibi del Sr. D.^o Luis Alves Pereira
la suma de ciento cuarente pesos sus
reales plata bolina importe del muelle de
de pasto, mais, y caballo embarcado en
el vapor "Medigen" y Paisandu y Bergantín
"Tuno". Rosario Octubre 27/866

114 Pes.
95 Patacones

Aaron Castellanos

248

Recibi del Tenor Capitan D. Luis Alves
Pereira la cant. da de veinte patacones
importe de la manutención de cuatro
peones, que han cuidado los caballos en
el barco "Cacordia".

Rosario, Octubre 28 de 1866

[Signature]

079.

El Sr. D. Luis Albes.
a Ernesto Villard M^e.
Por trabajo y gastos del "Vapor
Paz Santa".

Por trabajo personal de Cartografía p^a \$46.-
1390 Pz de tabla de 1 pulgada a 3/4 = 120.36.
905 " - Firantillo " 1 lb. = 113.12.
296 " - Tabla de 1/8 pulgada a 3/4 = 27.75.
135 lb. Tanta de Jaro " 1/4 = 25.32.
Trabaja Tema p^a Cargar el pasto 2 1/2 = 24.-
En Cometas p^a Ensayar maderas " = 3.-
6 Ballos de fierro " = 6.75.
Pa diferentes viajes de varas " = 5.-
Por los días de dique de la " "
Chata p^a el embosque de Chalcas 1/2 = 20.-
En Chalanas p^a Ensayar maderas al vapor 8.-
En Chalchaco del Abogador Salga
Cano y Ancho de Canchaco " = 38.50.

\$ 647.75.

Recibí este día 30 de 1866.

Por la Cantidad de 507 quinientos ochenta
protones imparte dela presente cuenta
por D. Ernesto Villard
Jose J. Rivera

N^o 10

Recibi del Señor D. Luis Alvar, Pereira
la cantidad de cincuenta peata cones
por la compra de la compañía del buque vapor
"W. & G. & Co." para embarque de caballos.
Bosario, Noviembre 3 de 1884

J. J. V. Wm

Nº 11
 Recibido del Cap.º Luiz Alves Pereira
 la cantidad de ochenta y dos patacones
 y media importe de nueve fardos
 de la alfalfa.
 f. 82.50
 Rosario 7 de Nov. 1866
 L. Maso

Nº 12
 El Sr. Capitán Dr. Luiz Alves por
 cuenta del del Gobierno Brasileiro
 A.
 Antonio Oliveras. Dese
 Por arreglar los buques el uno
 la Alvaria y el otro la Concor
 dia los dos por llevar caballos
 abiendo puesto la madera de te
 blo y transtillos, clavos, y fierros
 de los oficiales, a sido tratado por 220 perra bolivar
 Abiendo recibido del expar el
 importe de cuotas perra en ti
 ranillos pagando los 4 perra. restan. 216 perra bolivar
 Recibi' dicho importe
 Rosario 8. Noviembre 1866.
 Antonio Oliveras

14
 El Sr. Dr. Luiz Alves
 A Jose Luis Obispo Corripio
 Por un caballo negro en 40 \$
 " " " cabrado 25 "
 " cinco " a 25 \$ 3125-
 " tres " a una onza de 45 \$ 3113- 3125-
 Rosario Noviembre 13 de 1866
 Recibi' de importe
 Jose L. Obispo

213
Recebi do Sr. Capitão D. Luis Alves
Pereira a quantidade de cento e vinte pataconas
importe de peonias para cargar los bagues William, Con-
cordia y Maria e uma chata para conducao de los efectos
Rosario 13 de 1866
Velloso Soares Alay
5

Jan 1306

Recebi do Sr. Capitão D. Luis
Alves Pereira Cien pataconas importe
del trabajo de cinco peones y un capataz
el fueron de este punto al paso de la
Patria custando los caballos en el va por
"Pay Andu".
Rosario 19 de 1866
Velloso Soares Alay
5

100

20
Recebi do Sr. Capitão D. Luis Alves Pereira Vinte y
ocho \$ por pagos hechos a peonias para cargar el vapor Duque
de Arago.
Rosario 22 de 1866
Velloso Soares Alay
5

Jan 28

Recebi del Sr. D. Luis Alves Pereira cinco
hincuenta pataconas por Mr. Maife de Luis Bagues
Cargador con Caballos Pasto Maife.
Rosario 22 nov. 1866
Aaron Castañeda
5

150

216

19
Recibido Senr Capⁿ Luis Alves
sin porte de duas onças de ouro de salario m^e de hum
Companheiro B. n. osco Trabalho de cuidar cavallos ao
passado da Patria.
Rosario 26 de Feb. de 1855
Albuquerque

22
Me recibido del Sr Capitan D. Luis Alves
Pereyra treinta y tres pesos fuertes por importe
de alimento dado a los soldados alistados en la comen-
cia de Caballer al paso de la Patria.
Rosario Dicho 5 de Feb.
Capt. J. H. Pique

10
Recibido del Señor Capitan Luis Alves la
cantidad de Ciento Setenta y seis patacones
importe de veinte ochos fardos de alfalfa
pesando doscientos cincuenta y dos arrobas
Rosario 5 de Dto. 1866.
J. M. Mason
\$ 176. patacones

21
Me recibido del Sr Capitan D. Luis Alves Pereyra ci-
ento latas de por pagas hacer a pieles para cargar el safo
Wigons y las gulas Concordia y Harin.
Rosario Dicho 5 de Feb.
Albuquerque

22

Recibi del Sr. Comisionado D.^o Luis
 Alves Pereira doscientos Patagones por el sueldo
 de los Srs. Augustos siguientes: Orion, Cora,
 Cordia, Widgun, Almar, Uruguay y Valan-
 te, que han cargado en mis buques.
 en \$ 200 Rosario 15 Dic. 1855
 Aaron Castellanos

Recibi, Mil nuevecientos dos pesos
 fuertes, del Sr. D. Luis Alves Pereira
 importe de Ciento y un Caballo y
 le he vendido.
 Rosario Dict. 18/55.
 Leopoldo Nelson.

23

Don Luis L. Alves debet pagars desahogado host geld
 aan het Hollandsch Schip Concordia.

Van Vrijdag 5 December tot en met Dinsdag 11 Id.	maakt 6 Dagen 5 man a 5 Reaal, rome	15. 00
Van Vrijdag 12 tot en met Zaterdag 15 December	maakt 4 Dagen 10 man a 5 Reaal	10. 00
Totaal		\$ 35. 00

De Waag ontkenge. Rosario den 27. December
 J. Luffe